



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE A MULHER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE
MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO

**O AVESSE DO ESPAÇO DOMÉSTICO MODERNO:
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A PRODUÇÃO HABITACIONAL DE
INTERESSE SOCIAL**

LARISSA NUNES SENA GOMES

Salvador

2021

LARISSA NUNES SENA GOMES

**O AVESSE DO ESPAÇO DOMÉSTICO MODERNO:
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A PRODUÇÃO HABITACIONAL DE
INTERESSE SOCIAL**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Orientadora: Profa. Dra. Alda Britto da Motta

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Bierrenbach

Salvador

2021

G633 Gomes, Larissa Nunes Sena
O avesso do espaço doméstico moderno: divisão sexual do trabalho e a produção habitacional de interesse social / Larissa Nunes Sena Gomes. – 2021.
200 f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alda Britto da Motta
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Bierrenbach

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2021.

1. Divisão do trabalho por sexo. 2. Habitação – Satisfação do morador. 3. Feminismo.
4. Espaço doméstico – Aspectos sociais. I. Motta, Alda Britto da. II. Bierrenbach, Ana Carolina. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
IV. Título.

CDD: 305.56

LARISSA NUNES SENA GOMES

**O AVESSE DO ESPAÇO DOMÉSTICO MODERNO:
DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A PRODUÇÃO HABITACIONAL DE
INTERESSE SOCIAL**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Alda Britto da Motta (Orientadora)

Universidade Federal da Bahia - PPGNEIM

Profa. Dra. Ana Carolina Bierrenbach (Coorientadora)

Universidade Federal da Bahia - PPGAU

Profa. Dra. Lina Maria Brandao de Aras (Examinadora Interna)

Universidade Federal da Bahia - PPGNEIM

Profa. Dra. Flávia Brito do Nascimento (Examinadora Externa)

Universidade de São Paulo

À minha mãe, Maristela, e à minha tia Nilda,
por serem meus pilares, casa
e caminhos de retorno.

AGRADECIMENTOS

Em um contexto de pandemia, agradecer todo o suporte, afeto e compreensão que recebi nos últimos meses é reconhecer que só com a contribuição, direta e indireta, de todas as pessoas que estiveram presentes na minha rotina foi possível a construção desta dissertação.

Não poderia iniciar sem agradecer à minha mãe Maristela e à minha tia Nilda, minhas primeiras referências feministas. Ainda que não se autointitulem desta forma, suas histórias de vida revelam a necessidade de construção de redes de apoio e pontes de afeto para ser possível a construção da nossa própria autonomia. Agradeço sobretudo pelo apoio incondicional e por nunca medirem esforços para que eu realizasse meus sonhos.

Ao meu pai Ezequiel, pelo amor, apoio moral, material e por sempre estar disponível para me ajudar, seja na revisão ortográfica dos meus textos, nas palavras de encorajamento para que eu continuasse ou na constante presença em minha vida, mesmo que por vezes, à distância.

Aos meus tios Nivo e Darci, minha família pernambucana, por terem sido minha segunda casa e acolherem com amor, respeito e paciência os passos iniciais da minha jornada na academia.

Ao meu companheiro e amigo, Filipe, pelo incansável incentivo e por ter me acompanhado durante todo o processo de escrita, com carinho, dedicando seu tempo para me apoiar e ler meus parágrafos.

Às minhas amigas-irmãs Daiane, Duda, (presentes do CEFET), e Sandi, agradeço-lhes pelo amor e constante incentivo que me trouxeram até aqui, com quem troquei sorrisos, alegrias, angústias, choros e medos da vida adulta, mas também muitas ideias e reflexões de pesquisa nos momentos mais decisivos durante estes anos de Salvador.

À Laís, Luana, Iolanda, Ianna e Fabiane, colegas que o NEIM transformou em amigas, que fizeram desta jornada acadêmica uma caminhada menos solitária e dura.

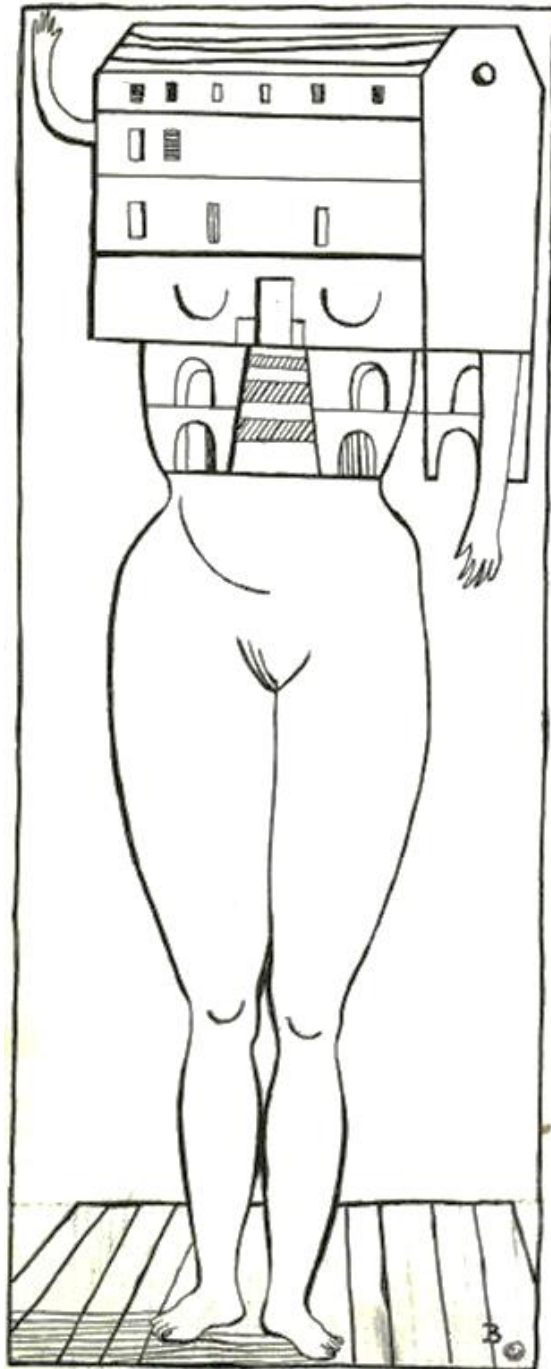
Agradeço à profa. Alda, minha orientadora, que acolheu meu projeto de dissertação desde o primeiro momento que entrei no PPGNEIM e com muita paciência e dedicação partilhou sua paixão pela pesquisa. Também pela criação do espaço de confiança, afeto e rigor que criamos. Agradeço ainda à profa. Ana Carolina, minha coorientadora, pelas orientações precisas e instigantes que, com muita compreensão e flexibilidade, me ajudou a ter uma visão do plano de voo de toda a pesquisa e ir além de

mim. Sou grata a ambas pela inestimável contribuição que fortaleceram meu processo de formação como pesquisadora.

Às professoras Flávia e Lina pela contribuição decisiva na minha formação profissional e política, através das aulas e da produção teórica, além das sugestões para o melhor desenvolvimento da investigação, que me ajudaram a seguir até o final desta dissertação.

Às professoras, funcionárias (os) e colegas do PPGNEIM que possibilitaram a realização dos meus estudos de mestrado de forma enriquecedora, criando espaços de debate, os quais foram, para mim, momentos decisivos de reflexão e aprendizado.

Aos moradores do Conjunto Residencial Salvador, que participaram como sujeitos dessa pesquisa e, muito gentilmente, abriram suas casas para partilhar suas histórias, memórias e experiências de vida.



Femme Maison
Louise Bourgeois (1947)

“Tudo o que eu escrevo está ligado, pelo menos dentro de mim, à realidade em que vivemos.”

Clarice Lispector (1999, p. 61)

*“Escrevo
cada
letra
com medo
e quando
a palavra
acaba
me encorajo
e outra vem”*

Mana Bernardes (2019)

GOMES, Larissa Nunes Sena. **O avesso do espaço doméstico moderno:** Divisão sexual do trabalho e a produção habitacional de interesse social. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021.

RESUMO

Como a organização espacial das habitações modernas de interesse social afeta a ideia de exclusividade feminina na realização das tarefas domésticas? A presente dissertação parte deste questionamento para investigar a influência da divisão sexual do trabalho na produção e nos modos de uso e apropriação do espaço doméstico moderno em conjuntos habitacionais de interesse social, propondo uma análise crítica feminista das propriedades morfológicas dos seguintes objetos arquitetônicos que apresentam espaços coletivos de serviços domésticos: Conjunto Habitacional Mendes de Moraes, popularmente conhecido como Pedregulho (Afonso Reidy e Carmem Portinho, 1946-1953), situado na cidade do Rio de Janeiro, Conjunto Habitacional Armando de Arruda, denominado como Japurá (Eduardo Kneese de Melo, 1947), localizado na cidade de São Paulo, e Conjunto Residencial Salvador, intitulado popularmente como IAPI (Hélio Cavalcanti Uchoa, 1948), construído na cidade de Salvador. Esta investigação evidencia que a apropriação do espaço doméstico e a produção arquitetônica habitacional são elementos influenciados (e que também reproduzem) pelas relações sociais de sexo. A reprodução social, entendida como reprodução da força de trabalho e sustentação do cotidiano, é largamente ancorada no trabalho não remunerado de mulheres na esfera privada e não pode ficar à margem do debate do processo projetual, nem da elaboração dos espaços domésticos. Diante das poucas reflexões sobre a temática, esta dissertação pretende colaborar no debate sobre as correlações entre as dinâmicas das relações sociais de sexo e a produção habitacional arquitetônica. No contexto em que se inserem, os estudos sintáticos, associados à ótica feminista, confirmaram as prerrogativas textuais para as unidades habitacionais modernas e revelaram que o simples fato de ser mulher induz uma ocupação e apropriação dos espaços de forma diferenciada, uma vez que as dinâmicas que envolvem a divisão sexual do trabalho estruturam a morfologia das habitações de interesse social.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho. Habitação moderna de interesse social. Arquitetura moderna. Sintaxe Espacial. Teoria Feminista.

GOMES, Larissa Nunes Sena. **The reverse of the modern domestic space: Sexual division of labor and housing production of social interest.** 2021. Master Dissertation (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2021.

ABSTRACT

How does the spatial organization of modern social housing affect the idea of female exclusivity in carrying out household chores? This dissertation starts from this questioning to investigate the influence of the sexual division of labor in the production and in the modes of use and appropriation of the modern domestic space in social housing complex, proposing a critical feminist analysis of the morphological properties of the following architectural objects that present collective spaces of domestic services: Mendes de Moraes complex, popularly known as Pedregulho (Afonso Reidy and Carmem Portinho, 1946-1953), in Rio de Janeiro, Armando de Arruda complex, known as Japurá (Eduardo Kneese de Melo, 1947), in São Paulo, and Salvador complex, popularly titled as IAPI (Hélio Cavalcanti Uchoa, 1948), built in the city of Salvador. This investigation shows that the appropriation of the domestic space and the housing architectural production are elements influenced (and that also reproduce) by the social relations of sex. Social reproduction, understood as the reproduction of the workforce and the support of daily life, is largely anchored in the unpaid work of women in the private sphere and cannot be left out of the debate on the design process, nor on the elaboration of domestic spaces. In view of the few reflections on the theme, this dissertation intends to collaborate in the debate on the correlations between the dynamics of social relations of sex and architectural housing production. In the context in which they are inserted, syntactic studies, associated with the feminist perspective, confirmed the textual prerogatives for modern housing units and revealed that the simple fact of being a woman induces a different occupation and appropriation of spaces, since the dynamics that involve the sexual division of labor structure the morphology of social housing.

Keywords: Sexual division of labor. Modern social housing. Modern Architecture. Space Syntax. Feminist Theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura de formulação do problema de pesquisa.	24
Figura 2: Estruturação dos processos metodológicos de pesquisa.....	31
Figura 3: Fotografias aéreas dos conjuntos Pedregulho (à esquerda), Japurá (no centro) e fotografia da entrada do conjunto IAPI (à direita).....	34
Figura 4: Diagrama dos instrumentos de pesquisa.....	35
Figura 5: Ruas da Vila Serrana no ano de 1997 na fotografia de família (à esquerda) e na cena do filme de Central do Brasil (à direita).....	40
Figura 6: Comparação entre os fluxos do leiaute da cozinha convencional, à direita, e o modelo proposto por Frederick, à esquerda.	70
Figura 7: Reprodução do projeto de cozinha de Margarete Schütte-Lihotzky, conhecida como Cozinha de Frankfurt.	71
Figura 8: “Abaixo à escravidão na cozinha! Dê-nos uma nova existência!”	76
Figura 9: Células habitacionais propostas pelo Estado Soviético.....	78
Figura 10: Plantas das cozinhas tradicionais russas, à esquerda, e do projeto racionalizado proposto pela Stroykom, à direita.	79
Figura 11: Modelo de cozinha racionalizada da Stroykom, em perspectivas à esquerda, e em planta e elevações à direita.	79
Figura 12: Planta da cozinha-armário à direita, e perspectiva do modelo à esquerda. .	79
Figura 13: Projeto original do Narkomfin.....	81
Figura 14: Projeto final do Narkomfin.....	81
Figura 15: Implantação do Narkomfin.....	82
Figura 16: Perspectiva atual do edifício restaurado, apresentando o bloco habitacional e comunitário à esquerda e passarela de união entre os volumes à direita.....	82
Figura 17: Plantas baixas dos dois pavimentos da célula D do conjunto Narkomfin. ..	83
Figura 18: Forma e ocupação da cozinha à esquerda e relação entre os pavimentos à direita.	83
Figura 19: Plantas baixas dos três pavimentos da célula F do conjunto Narkomfin.....	84
Figura 20: Forma e ocupação da cozinha à esquerda e relação entre os pavimentos à direita.	84
Figura 21: Planta baixa dos três pavimentos da lavanderia coletiva do Narkomfin.	85
Figura 22: Perspectiva atual da lavanderia coletiva do conjunto Narkomfin.	85
Figura 23: Perspectiva original da Casa da Bancária.....	96

Figura 24: Planta do primeiro pavimento do Conjunto da Bancária (à esquerda) e perspectiva interna do apartamento (à direita).	97
Figura 25: Maquete do projeto do Conjunto da Comerciária.	97
Figura 26: Planta do pavimento térreo do Conjunto da Comerciária (acima) e perspectiva interna do salão de estar do pavimento térreo (abaixo).	98
Figura 27: Planta do pavimento tipo do Conjunto da Comerciária.	99
Figura 28: Planta do pavimento intermediário do Conjunto da Comerciária.	99
Figura 29: Desmonte do Morro do Castelo para a construção do Aterro do Flamengo, à esquerda, e obra finalizada, à direita.	102
Figura 30: Implantação do conjunto Pedregulho e a localização dos seus blocos.	104
Figura 31: Painéis da fachada oeste da escola primária (acima) e rampa de acesso à escola primária (abaixo).	105
Figura 32: Prefeito Mendes de Moraes e Carmen Portinho inspecionando o maquinário da lavanderia (à esquerda) e fachada da edificação da lavanderia (à direita).	109
Figura 33: Bloco da lavanderia coletiva e da cooperativa (acima) e perspectiva do acesso ao posto de saúde (abaixo).	110
Figura 34: Planta baixa dos pavimentos do bloco A do conjunto Pedregulho.	111
Figura 35: Circulação interna do bloco A do conjunto Pedregulho (à esquerda) e Pilotis intermediário, localizado no terceiro pavimento (à direita).	111
Figura 36: Planta baixa da célula “Q” (à esquerda) e interior da habitação (à direita).	112
Figura 37: Planta baixa (à esquerda) e imagem da área social da célula “D” (à direita).	112
Figura 38: Plantas baixas dos pavimentos do bloco B1 e B2.	113
Figura 39: Implantação do complexo de cortiços formado pelo Navio Parado, Vaticano, Geladeira e Pombal.	114
Figura 40: Implantação do conjunto Japurá.	115
Figura 41: Perspectiva dos blocos que compõem o conjunto Japurá, à esquerda, e corte transversal da edificação, à direita.	116
Figura 42: Planta do pavimento térreo do Japurá.	117
Figura 43: Planta de cobertura, acima, e planta do subsolo, abaixo.	118
Figura 44: Plantas da célula “D” do conjunto Japurá.	119
Figura 45: Planta baixa da célula Q do Japurá.	120

Figura 46: Ilustração da rotina dos espaços privados e coletivos do conjunto Japurá, a partir das experiências e representações femininas.	121
Figura 47: Ilustração da rotina dos equipamentos coletivos situados no subsolo do conjunto.	122
Figura 48: Implantação do conjunto (à esquerda) e imagem da entrada do conjunto em 1949 (à direita).....	125
Figura 49: Planta baixa do pavimento tipo (acima) e pavimento térreo (abaixo).	125
Figura 50: Planta baixa IAPI, unidade Mínima (M)	126
Figura 51: Planta baixa da lavanderia coletiva.....	126
Figura 52: Dique do Tororó, nº 192. Fotografia de Pierre Verger – Séria Retratos da Bahia (1946-1952).....	128
Figura 53: Diagrama do procedimento para definição do genótipo.....	132
Figura 54: Técnicas de representação da estrutura espacial.....	134
Figura 55: Diagrama das possibilidades de representação espacial a partir da apropriação das usuárias/os.	134
Figura 56: Planta baixa e mapa convexo da unidade habitacional “M” do Conjunto IAPI.	136
Figura 57: Paradoxo do espaço em L e a forma correta de representação.	136
Figura 58: Exemplo de decomposição de espaço convexo com pilares.	137
Figura 59: Planta baixa e mapa axial da unidade habitacional “M” do Conjunto IAPI.	138
Figura 60: Planta baixa e grafo de visibilidade da unidade habitacional “M” do conjunto IAPI.	139
Figura 61: Planta baixa e isovista da cozinha da unidade habitacional “M” do Conjunto IAPI.	140
Figura 62: Interface do software Jass para elaboração do grafo justificado da célula “M” do IAPI.	141
Figura 63: Profundidades e forma dos grafos	142
Figura 64: Esquema da ordem de elaboração do material gráfico sintático.....	143
Figura 65: Planta baixa IAPI, unidade Mínima (M)	149
Figura 66: Planta baixa célula Duplex (D) Japurá.	149
Figura 67: Planta baixa célula Quitinete (Q) Japurá.	150
Figura 68: Planta baixa célula Quitinete (Q) Pedregulho.	150
Figura 69: Planta baixa célula Duplex (D) Pedregulho.	151

Figura 70: Dados sintáticos gráficos da célula “M” do conjunto IAPI.....	153
Figura 71: Dados sintáticos gráficos da célula “D” do conjunto Japurá.....	154
Figura 72: Dados sintáticos gráficos da célula “Q” do conjunto Japurá.....	155
Figura 73: Dados sintáticos gráficos da célula “Q” do conjunto Pedregulho.....	156
Figura 74: Dados sintáticos gráficos da célula “D” do conjunto Pedregulho.....	157

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Definições e hipóteses sociais das propriedades sintáticas.	145
Tabela 2: Área das células habitacionais e de seus principais ambientes.	152
Tabela 3: Porcentagem de ocupação das cozinhas em relação a área total das unidades habitacionais	152
Tabela 4: Integração média (RRA) total das células habitacionais e de seus principais ambientes.	160
Tabela 5: Ordem de integração dos principais espaços das células habitacionais.	160
Tabela 6: Quantidade de espaços convexos, profundidade total das células habitacionais e de seus principais ambientes.	161
Tabela 7: Tipo dos grafos e dos principais espaços das células habitacionais.	162
Tabela 8: Distributividade dos sistemas e dos principais espaços das células.	163
Tabela 9: Simetria dos sistemas	165
Tabela 10: Conectividade dos principais espaços das células.	166
Tabela 11: Ordem de integração dos setores de cada célula e seus genótipos	167
Tabela 12: Espaços e as respectivas atividades	170

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA.....	28
1.1.1 Organização da pesquisa.....	30
1.1.2 Definindo o universo da pesquisa e o objeto empírico	33
1.1.3 Instrumentos de pesquisa.....	35
1.1.4 Análise dos dados.....	36
1.2 PERCURSOS E EXPERIÊNCIAS PESSOAIS NA CONSTRUÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	36
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	43
2. ARTICULAÇÃO ENTRE O OLHAR FEMINISTA E A HABITAÇÃO SOCIAL MODERNA.....	45
2.1 A ESTRUTURA OCULTA DO ESPAÇO DOMÉSTICO: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	45
2.1.1 Trabalho doméstico e a consubstancialidade das relações sociais sexo, raça e classe	51
2.2 MOVIMENTO MODERNO E HABITAÇÃO SOCIAL.....	56
2.3 O AVESDO DO ESPAÇO DOMÉSTICO MODERNO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA FEMINISTA	61
2.3.1 A relevância dos sistemas coletivos de serviços domésticos e o exemplo paradigmático do Narkomfim.....	72
3. PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO	87
3.1 PRODUÇÃO HABITACIONAL NO BRASIL E A ATUAÇÃO DOS INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO (IAP).....	88
3.2 TRÊS CONJUNTOS HABITACIONAIS MODERNOS	100
3.2.1 Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho	100
3.2.2 Conjunto Habitacional Armando de Arruda – Japurá.....	114
3.2.3 Conjunto Residencial Salvador – IAPI.....	123
4. ESPAÇO DOMÉSTICO E O MÉTODO DE ARTICULAÇÃO – A SINTAXE ESPACIAL	129
4.1 REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO	133
4.1.1 Mapas Convexos	135
4.1.2 Mapas axiais	137
4.1.3 Grafos de visibilidade	138
4.1.4 Isovistas.....	139
4.1.5 Grafos justificados	140
4.2 PROPRIEDADES SINTÁTICAS	143
4.2.1 Profundidade (depth)	143
4.2.2 Integração (valor de integração ou Real Relative Asymmetry/RRA).....	144
4.2.3 Distributividade	144
4.2.4 Simetria.....	144
4.2.5 Conectividade	145
5. ANÁLISE CONFIGURACIONAL DOS CONJUNTOS PEDREGULHO, JAPURÁ E IAPI.....	147
5.1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA ESPACIAL.....	148
5.2 ANÁLISE DAS PROPRIEDADES SINTÁTICAS	158

5.2.1 Integração	158
5.2.2 Profundidade	160
5.2.3 Distributividade	161
5.2.4 Simetria	164
5.2.5 Conectividade	165
5.3 DEFINIÇÃO DO GENÓTIPO	166
6. AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO CONJUNTO RESIDENCIAL SALVADOR	169
6.1 APROPRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS.....	169
6.2 A SINTAXE ESPACIAL E OS MODOS DE VIDA.....	174
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
REFERÊNCIAS	179
ANEXOS	199
APÊNDICES	187

1. INTRODUÇÃO

“Lugar da mulher é dentro de casa, cuidando da família e do lar.” Nossa investigação parte desta máxima que persiste no imaginário coletivo e reitera uma dupla visão hegemônica sobre os papéis sociais atribuídos às mulheres: A primeira relaciona-se à imposição de modelos de feminilidade e domesticidade conferidos às mulheres brancas de classes abastadas, nas quais a dominação simbólica que incide sobre estes corpos femininos parte de uma ideia de fragilidade. Enquanto a segunda torna nítido o não-lugar invisibilizado e marginal ocupado por mulheres negras e mulheres não-brancas de classes operárias que constantemente turvam as barreiras entre público e privado, ao serem obrigadas a trabalhar nas ruas, como vendedoras, ou em casas de família, como empregadas domésticas, sendo alvos de uma dominação simbólica via docilização¹. Embora no cotidiano estas imagens sejam tão naturalizadas, esta não me parece ser uma questão trivial, uma vez que estes papéis sociais, instituídos na modernidade e sustentados pelo capitalismo, foram e continuam sendo empregados com a finalidade de reafirmar os interesses dominantes do poder hegemônico. Através deste cenário podemos perceber que as dinâmicas que estruturam o ambiente doméstico sustentam a vida pública, econômica, social e política, conforme veem exemplificando estudos feministas, das mais variadas vertentes, ao longo de décadas. Neste contexto, a casa será o espaço do conflito em um mundo privado no qual o público se faz intrínseco.

Essas imagens cotidianas são manifestações concretas, no campo da vida doméstica, de um processo universal que mobiliza os diferentes marcadores de diferenciação social para sua efetivação – dentre os quais podemos destacar raça, classe de sexo, classe social e geração – e reproduzido pela mediação do Estado: a divisão sexual do trabalho². Esta divisão, que se refere à atribuição majoritária às mulheres do trabalho destinado à reprodução da vida humana e sustentação da sociedade, estrutura-se nas atividades desenvolvidas no seio das habitações e engloba uma série de práticas voltadas para o fornecimento de condições que atendam às necessidades físicas, materiais e

¹ Utilizamos a definição de Michel Foucault (2007), que pontua como a docilização funciona como uma gestão da vida das pessoas, controlando-as em suas ações, com o objetivo de manipular seus elementos e produzir seu comportamento, “fabricando assim os seres humanos necessários ao bom funcionamento da sociedade capitalista” (FOUCAULT, 2007, p. 55).

² Nesta dissertação utilizamos a definição feminista materialista sobre a divisão sexual do trabalho que afirma que esta divisão localiza-se na origem e na sustentação da desigualdade entre homens e mulheres, uma vez que é a partir dela que se estabelecem a exploração, a dominação e o antagonismo nas relações sociais entre os sexos (KERGOAT, 2016).

emocionais inerentes às pessoas e ao ciclo da vida, ou seja, trata-se do trabalho reprodutivo. Neste sentido, as jornadas de trabalho de mulheres que possuem emprego formal, em sua maioria, estão imbricadas de uma forma tão indissociável nas esferas pública e privada que todo o tempo gasto na realização das atividades do trabalho reprodutivo acaba sendo invisível. O estudo de Betânia Ávila (2009) corrobora nosso pressuposto ao expor que essa sobrecarga de jornadas de trabalhos remunerados e não-remunerados afeta todos os campos sociais que envolvem a vida das mulheres: a forma de inserção no mercado de trabalho, o lazer, as condições para a formação profissional e a capacitação nos estudos e, sobretudo, a possibilidade de uso do tempo para si. Podemos observar que, no panorama brasileiro, a jornada de trabalho de mulheres empregadas formalmente dura em média 3.1 horas a mais que a jornada de homens, quando consideramos o tempo gasto com as atividades de cuidados e manutenção do lar³. Além disso, se analisarmos a forma de inserção das mulheres no campo da política formal à nível global, podemos observar que uma das principais razões para a manutenção das desigualdades socioeconômicas entre homens e mulheres e da pequena participação destas na política é fruto da cultura da responsabilidade doméstica⁴.

É necessário elucidar que para tratarmos da condição marginalizada ocupada pelas mulheres no contexto brasileiro, além de analisarmos os impactos da divisão sexual do trabalho a partir da dominação patriarcal capitalista e do binarismo homens x mulheres, é imprescindível compreendermos que as relações sociais que envolvem as mulheres negras e mulheres não-brancas estão baseadas em uma divisão racial do trabalho³ que vem sendo perpetuada desde o período da escravidão e tem por objetivo justificar e legitimar os mecanismos de dominação racial. Neste sentido, na sociedade brasileira observamos como a formação econômica e social relaciona-se diretamente com a divisão sexual do trabalho, ao conformar-se, histórica e atualmente, pelo peso da divisão racial que marca as relações de exploração no país (FERREIRA, 2017). Os dados revelados pelo estudo “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” (PINHEIRO, *et. al.* 2009) com base em séries históricas de 1995 a 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, corroboram este pensamento ao afirmar que, considerando a diferença de raças, é observável que uma maior proporção das mulheres

³ Caderno especial “Mulheres no Mercado de Trabalho”, desenvolvido a partir dos dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PINHEIRO *et. al.*, 2019).

⁴ Consultar dados do relatório “Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar direitos”, divulgado pela Organização das Nações Unidas (UN WOMEN, 2015).

negras (90,2% delas em 2012) se dedicava aos afazeres domésticos, em comparação às mulheres brancas, (86,2%), aos homens brancos (46,3%) e aos homens negros (45,8%).

Todos estes indicadores acerca das atividades domésticas e de cuidado realizadas dentro do lar nos indicam que as estruturas sociais influenciam e possivelmente são influenciadas pelas formas de organização espacial das habitações, uma vez que o arranjo do espaço doméstico “se estrutura em torno de pares binários, mantendo a mesma intensidade na relação entre cada atributo binário: público x privado, masculino x feminino, frente x fundo, empregada x morador, lazer x trabalho” (GRIZ; AMORIM; LOUREIRO, 2008, p. 33). Os estudos de Luiz Amorim (2001) destacam que a organização espacial das habitações mudou ao longo do tempo, adaptando-se constantemente para responder às exigências impostas pelas relações sociais, códigos de comportamento e estruturas familiares, bem como expressar os avanços na construção de tecnologia e absorver os novos eletrodomésticos. Apesar disso, o modelo das habitações não atende às necessidades de suas usuárias/os, à quantidade de horas gastas para realizar atividades domésticas e à responsabilização pelo cumprimento destas atividades. A sociedade que define o ideal de lar como sendo um lugar acolhedor, não leva em conta que para a “dona de casa” e para a empregada doméstica o lar tem sido sempre um local de trabalho. Como Gilman (*apud* ALLEN, 1988, p. 35) apontou no final do século XIX, “Lar, doce lar, nunca significou trabalho doméstico, querido trabalho doméstico”. Nesse processo, cabe ressaltar ainda que a organização espacial das habitações continua reafirmando a divisão sexual do trabalho, uma vez que, independente do modelo de habitação tido como referência, este arranjo espacial exige sempre que alguma mulher demande seu tempo para cuidar da limpeza, do abastecimento e da alimentação dos membros familiares (HAYDEN, 1982).

Nossa investigação parte do entendimento de que o sistema capitalista é o grande alicerce da divisão sexual do trabalho, que também fornece as condições ideais para sua constante manutenção e reprodução. A partir desta ótica, julgamos essencial a apreensão da contribuição do Movimento Moderno⁵ no modo capitalista de produção e da sua estruturação em torno das questões relativas à promoção de habitações sociais para

⁵ O Movimento Moderno na Arquitetura e no Urbanismo surgiu como uma reação às novas condições de produção, circulação e consumo impostos pela Revolução Industrial “que ocasionou o crescimento explosivo das cidades, a migração para centros urbanos, a reorganização dos ambientes construídos e de movimentos urbanos de base política” (RUBIN, 2013, p. 60).

compreendermos como a prática arquitetônica moderna pôde ser atravessada pelas complexas relações sociais que envolvem as atividades de reprodução no espaço doméstico. Reconhecendo o amplo universo que envolve a constituição do espaço doméstico moderno, as investigações empreendidas nesta pesquisa estarão concentradas nas análises das habitações voltadas para a classe operária. Neste sentido, a habitação de interesse social moderna pode ser definida como uma tentativa de produção arquitetônica de moradias de baixo custo e de alta qualidade para a classe operária, apoiada na ideia de reprodução em série que seria promovida a partir dos processos industrializados de construção, ou como colocado pelo arquiteto e urbanista italiano Carlo Aymonino (1973):

O mínimo é, todavia uma questão de medidas, de dimensões, etc., mas não em sentido absoluto (técnico, por exemplo, o bem estritamente biológico), senão relativo a condições genericamente cívicas ou, de qualquer modo, indispensáveis, mais que para sua sobrevivência, para uma existência social. E o social, por sua parte, não é toda a sociedade, senão que é exatamente aquela parte que pode colocar-se em relação ao mínimo vital: os menos afortunados, em termos genericamente sociológicos, os operários, a força de trabalho, em termos de classes (...) Portanto, não se pode tratar de um mínimo absoluto, que já existia e estava bem resolvido por parte dos especuladores imobiliários na construção das periferias urbanas durante os séculos XIX e XX, senão de um mínimo relativo que se propõe como diferenciação qualitativa respeitando os mínimos absolutos estabelecidos pela especulação privada. Neste sentido, o valor real de uma habitação não deve corresponder a superfície, senão o número de camas que pode conter. (Entendido por cama não o simples móvel, senão a relação entre este e um espaço que permita seu uso de forma independente). A cama, junto com os serviços familiares comunitários, será o padrão de referência das propostas arquitetônicas (AYMONINO, 1973, p. 90).

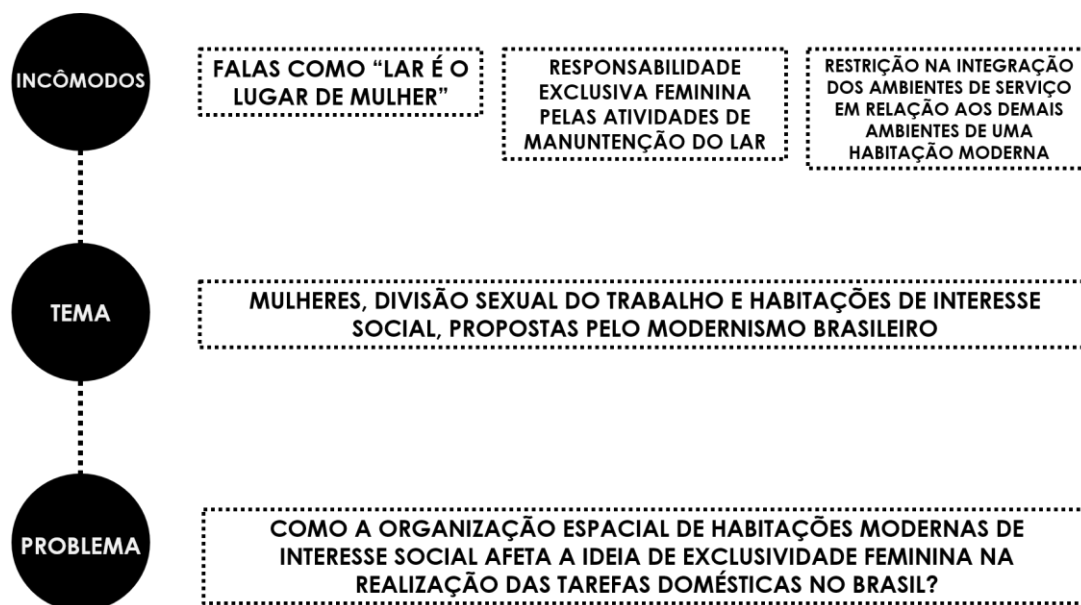
Conforme aponta Graziela Rubin (2013), a habitação social moderna, que parte de princípios racionais e funcionalistas para a redução do espaço doméstico a áreas mínimas, foi desenvolvida com base na definição da zona de serviço, composta pelos espaços da cozinha e da lavanderia, devido aos processos de industrialização associados a alguns fatores intimamente ligados as atividades do trabalho doméstico, como a chegada de novos eletrodomésticos, a diminuição do tamanho das famílias, a incorporação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho formal, a diminuição das refeições feitas em casa, a industrialização dos alimentos, entre outros. Nesse sentido, o zoneamento funcional estabelecido pelo Movimento Moderno, que estruturou a modificação espacial das habitações voltadas para a classe operária, contribuiu de maneira inconfundível na manutenção das determinações sociais que faziam (e continuam fazendo) das atividades

de cuidado e manutenção do lar essenciais para a sustentação não apenas da vida privada, na esfera familiar, como também para toda a coletividade.

O processo de modificação do espaço doméstico que o Movimento Moderno promoveu significou não somente a incorporação de novos conceitos na organização espacial da moradia, como também foi responsável pela difusão da ideia de progresso na esfera privada a partir da industrialização, abarcando formas de relacionar os espaços domésticos até então não exploradas. Tais pressupostos, concebidos pelo modernismo europeu no início do século XX, influenciaram a própria formação do modernismo brasileiro principalmente na produção habitacional de interesse social, de modo que as moradias populares passaram a ser projetadas de acordo com procedimentos racionais que classificavam os espaços domésticos em função das atividades exercidas. Com efeito, este zoneamento funcional estabelecia a divisão da habitação em três áreas (ou zonas) particulares: zona de serviço, a zona social e a zona privada. Para além da necessidade de redução do espaço das moradias populares a áreas mínimas, acreditava-se que a reestruturação do lar a partir de um zoneamento funcional seria capaz de introduzir novos hábitos de convívio à classe operária e alterar radicalmente as relações sociais vivenciadas rumo a uma sociedade plenamente moderna. Sob esta perspectiva, podemos observar a grande contribuição que as ações do Estado tiveram na solução do déficit habitacional, a partir de proposições e diretrizes arquitetônicas baseadas na criação de sistemas coletivos de serviços domésticos que serviram como princípio norteador na definição de um novo modelo de habitação mínima. No Brasil, essas experiências tiveram grande influência nas estratégias e soluções dos problemas urbanos, principalmente no campo da habitação social durante as décadas de 1930 a 1960. Com o objetivo de solucionar a questão de moradia da classe trabalhadora, o Estado lançou mão da estratégia de implantação de complexos habitacionais que contavam com vários equipamentos de uso coletivo, como escolas, creches, postos de saúde e lavanderias coletivas.

Ao nos debruçarmos sobre as principais ideias e conceitos vigentes durante o desenvolvimento do Movimento Moderno, surgem inquietações que estruturam a formulação desta pesquisa (ver Figura 1) e podem ser sintetizadas no seguinte questionamento, que constitui nosso **problema** de pesquisa: Como a organização espacial das habitações modernas de interesse social afeta a ideia de exclusividade feminina na realização das tarefas domésticas?

Figura 1: Estrutura de formulação do problema de pesquisa.



Fonte: A autora.

Para respondermos a este questionamento, é preciso considerarmos como ponto de partida a premissa de que o modelo moderno de habitação social brasileiro apresenta influência do modernismo europeu, o que nos direciona ao pressuposto de que a produção e a própria definição do Movimento Moderno são de autoria masculina, branca, burguesa, e parte, majoritariamente, de uma concepção hegemônica, universalista e ocidental. Dito de outra forma, este modelo moderno de habitação social pouco dialogava com a realidade brasileira e com as questões inerentes à nossa sociedade no que se refere às práticas racistas, classistas e sexistas, como veremos adiante no segundo capítulo desta dissertação. É importante frisar também que, durante os séculos XIX e XX, a atenção dada à distribuição e à disposição do espaço doméstico foi decisiva no estabelecimento de normas e diretrizes não só para a instituição de um novo modelo de habitação, como também para o surgimento de novos padrões e condutas da sociedade. Conforme pontuado por Marcelo Tramontano (1997), no Movimento Moderno a esfera privada passa a ter uma maior relevância social e as representações dos papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres tornam-se ainda mais evidenciados. Apesar disto, na prática muito pouco foi discutido e elaborado para romper com as dinâmicas da divisão sexual do trabalho e compreender as razões e os mecanismos que estruturavam (e continuam estruturando) as atividades do trabalho reprodutivo nas habitações e na lógica projetual arquitetônica.

A partir dessa concepção, surge a inquietação em entender o espaço doméstico de interesse social moderno e a relação deste com a divisão sexual do trabalho. Desse modo, propomos no presente trabalho o estudo das unidades residenciais de três conjuntos habitacionais que apresentam espaços coletivos de serviços domésticos, considerando a configuração espacial como base da concepção e análise dos lugares arquitetônicos. O objeto desta investigação é formado pelos conjuntos habitacionais Mendes de Moraes, popularmente conhecido como Pedregulho (Afonso Reidy e Carmem Portinho, 1946-1953), situado na cidade do Rio de Janeiro; Conjunto Habitacional Armando de Arruda, denominado como Japurá (Eduardo Kneese de Melo, 1947), localizado na cidade de São Paulo; e Conjunto Residencial Salvador, intitulado popularmente como IAPI (Hélio Cavalcanti Uchoa, 1948), construído na cidade de Salvador. Esta pesquisa, que se baseia em uma análise histórica da morfologia e apropriação das unidades habitacionais destes três conjuntos – sendo o IAPI nosso objeto empírico –, considera as características espaciais como essenciais no estabelecimento das formas de interação e apropriação espacial pelas/os moradoras/es e na instituição das relações sociais vivenciadas no espaço doméstico. Outrossim, estes objetos de estudo conseguem articular de modo ímpar como a vivência em habitações sociais modernas evidencia a coexistência e interligação dos sistemas de opressões que determinam as múltiplas formas de dominação das mulheres na sociedade capitalista, além de revelar as correlações entre as práticas sociais e os modos de apropriação do ambiente construído.

Diante deste cenário, a definição desta pesquisa surgiu com o intuito de expor as possibilidades de crítica à arquitetura moderna e à produção espacial de habitações sociais, a partir de um viés feminista. A arquitetura necessita e deve ser tratada como constituída e constituinte das relações sociais no espaço, uma vez que enquanto artefatos sociais, o ambiente construído é uma rica fonte de informação sobre as sociedades (HANSON, 1998). Deste modo, nossa **hipótese** de trabalho **problematiza** que a apropriação do espaço doméstico e a produção arquitetônica habitacional são elementos influenciados (e que também reproduzem) pelas relações sociais de sexo. A reprodução social, entendida como reprodução da força de trabalho e sustentação do cotidiano, é largamente ancorada no trabalho não remunerado das mulheres, sobretudo de mulheres negras, na esfera privada e não pode ficar à margem do debate do processo projetual, nem da elaboração dos espaços domésticos. Neste sentido, o esforço que empreendemos neste estudo é o de analisar como as dinâmicas que envolvem a divisão sexual do trabalho

estruturam-se nas habitações de interesse social modernas, questionando as razões e a forma como estas se reproduzem na lógica projetual arquitetônica. Diante das poucas reflexões sobre a temática, esta dissertação tem como **objetivo principal** investigar, a **partir da epistemologia feminista**, as determinações e os mecanismos de influência da divisão sexual do trabalho na utilização do espaço doméstico, identificando a morfologia de três conjuntos habitacionais de interesse social, **com base na metodologia analítica da Sintaxe Espacial**⁶. Além disso, outros três objetivos se mostram importantes:

- **Descrever a morfologia das unidades habitacionais** dos conjuntos habitacionais Mendes de Moraes (Pedregulho), Armando de Arruda (Japurá) e Salvador (IAPI), através variáveis analíticas da sintaxe espacial, propostas por Juliane Hanson (1998);
- **Identificar os padrões morfológicos** na amostra das unidades habitacionais analisadas, a fim de **verificar a existência (ou não) de um genótipo comum**;
- Comparar os dados das propriedades sintáticas das unidades habitacionais do Conjunto Residencial de Salvador – IAPI com as informações acerca dos modos de uso do espaço doméstico obtidas através das entrevistas com moradores, para verificar a correspondência e verossimilhança dos resultados.

Vários estudos sobre o espaço doméstico foram feitos sob diferentes aspectos. A história do espaço doméstico no campo arquitetônico, sob a ótica das relações de gênero, vem sendo discutidas há algumas décadas como no trabalho pioneiro de Dolores Hayden (1982) e nos estudos de Beatriz Colomina (1992) e Jane Rendell, Barbara Penner e Iain Borden (2000). No panorama brasileiro, esse debate dentro do campo da arquitetura e urbanismo é recente e está, em sua maioria, relacionado com os conceitos de domesticidade, como por exemplo os trabalhos de Flávia Nascimento et. al. (2017) e Sabrina Costa (2017; 2019). Outros estudos têm procurado reunir alguns dos aspectos sociais, culturais e antropológicos sob um novo enfoque, privilegiando a análise do espaço doméstico a partir de suas características morfológicas como, por exemplo, aqueles de Juliane Hanson (1998) e Luiz Amorim (1999). Apesar disso, verifica-se uma escassez de trabalhos que versem sobre a habitação social e as relações sociais de sexo, a partir de uma ótica crítica feminista e que tratem especificamente sobre a realidade do

⁶ Sintaxe Espacial é uma teoria de análise do espaço arquitetônico que tem como objetivo de investigação compreender a influência das relações sociais na formação morfológica do espaço arquitetônico e sua ação de reciprocidade.

Brasil. Deste modo, a originalidade desta pesquisa reside na inovação de relacionar a perspectiva crítica feminista com a prática arquitetônica, incidindo o olhar sobre os projetos habitacionais de interesse social. O estudo proposto pretende colaborar no debate, pouco explorado, sobre as correlações entre as dinâmicas das relações sociais de sexo e a produção habitacional arquitetônica, ao analisar como as estruturas morfológicas do espaço doméstico influenciam (e são influenciadas) as desigualdades das relações sociais impostas pela divisão sexual do trabalho, dentro da esfera privada.

Sobre o arcabouço teórico acionado na produção desta dissertação, destacamos algumas(ns) autoras. No primeiro momento buscamos a reflexão sobre as relações que estruturam a vivência e utilização do espaço doméstico moderno por homens e mulheres. Encontramos nos trabalhos das sociólogas brasileiras Heleith Saffioti (2004; 2013) e Helena Hirata (2007; 2014) e da socióloga francesa Daniele Kergoat (2010) reflexões sobre as dinâmicas sociais que estruturam a divisão sexual do trabalho e os mecanismos de hierarquização das atividades que sustentam esta divisão. Essas reflexões associadas ao pensamento de Christine Delphy (2010) nos direcionam à construção de um debate das relações sociais de sexo como um conceito não-neutro onde estão imbricadas relações de poder fundamentais para a perpetuação da dominação e exploração masculina. Recorro aos aportes da socióloga Alda Motta (1985) sobre trabalho doméstico no Brasil e da antropóloga dominicana Ochy Curiel (2014; 2009) acerca da concepção de dominação colonial (firmada em bases hegemônicas, universais e heteronormativas) e da coexistência das desigualdades baseadas nos marcadores sociais de opressão – gênero, raça e classe social – para verificar seus desdobramentos na manutenção das atividades domésticas e de cuidados no seio das habitações. Com intuito de fazer a discussão das práticas sociais, modernismo e espaço doméstico, recorreremos à arquiteta e urbanista estadunidense Dolores Hayden (1982) e ao arquiteto russo Anatole Kopp (1990) que apresentam ponderações sobre as proposições de modificação da habitação moderna voltada para a classe operária e a criação de sistemas coletivizados de serviços domésticos. Já as arquitetas e urbanistas brasileiras Nilce Aravecchia-Botas (2011), Flávia Nascimento (2011) e Nabil Bonduki (2014) contribuem neste trabalho para as reflexões sobre o Movimento Moderno no Brasil, a produção de habitações sociais dos IAP's e os modos de uso e apropriação do espaço doméstico, a partir da influência das dinâmicas estabelecidas pelas relações sociais de sexo. Reconhecemos também a

influência do trabalho de Graziela de Oliveira Becker (2015)⁷, que trata da estudo sistemático do espaço de uso coletivo na habitação social moderna desde 1937 a 1964 e serviu de inspiração para a elaboração do título desta dissertação.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA

Apesar da influência de estudos e análises sobre a habitação em diversos campos do saber, acreditamos ser a arquitetura o lugar de maior efetividade e possibilidade de trabalho sobre a morfologia do espaço doméstico. Entretanto, precisamos evidenciar a quantidade excessiva de referenciais bibliográficos que lidam com as análises habitacionais de forma superficial, por tratar-se exclusivamente de estudos descritivos sobre o espaço ou sobre a tipologia e não conseguem fazer uma conexão com as diversas relações sociais que influenciam a produção e consolidação do ambiente doméstico. O principal desafio desta pesquisa é fazer análise conotativa do espaço doméstico, a partir das dinâmicas desiguais advindas da divisão sexual do trabalho. Neste sentido, para interpretar a lógica socioespacial das unidades residenciais dos conjuntos habitacionais de interesse social, sob a ótica crítica feminista, propomos uma análise do estudo sintático a partir da investigação da manutenção das estruturas sociais que sustentam a divisão sexual do trabalho. Além disso, compreendendo as limitações da metodologia da Sintaxe Espacial, complementaremos os dados sintáticos através da aproximação com moradores do Conjunto Residencial Salvador (IAPI), de modo que recorreremos à aplicação de entrevistas semi-estruturadas que encaminharão cada morador a descrever o processo de apropriação do espaço doméstico durante os anos de funcionamento da lavanderia coletiva. Desse modo, podemos afirmar que esta investigação se trata de uma articulação interdisciplinar na qual as elaborações feministas direcionam as análises, concedendo sentido aos resultados obtidos no estudo sintático das unidades habitacionais dos três conjuntos e são confirmadas a partir da visão dos próprios moradores de um dos conjuntos.

Em relação à aproximação empírica do IAPI e de seus moradores, inicialmente, pretendíamos entrevistar as/os habitantes que acompanharam o processo de funcionamento da lavanderia coletiva e suas percepções do espaço doméstico – o que

⁷ BECKER, Graziela de Oliveira. O avesso da habitação social moderna (1937-1964). 2015.

corresponde ao período de 1952 até 1966. Escolher entrevistar homens e mulheres significava a possibilidade de compreender como as subjetividades e relações sociais de sexo atravessavam o cotidiano destas/es moradoras/es e suas formas de se apropriar do espaço habitado. Como as entrevistas envolviam a escolha de moradoras/es que atualmente têm entre 80-90 anos, acessá-las/os não foi um processo fácil. Das poucas pessoas que se enquadravam nesse grupo, várias/os apresentavam limitações de saúde, inviabilizando a realização da entrevista. Após o contato inicial e seleção das/os entrevistadas/os, chegamos a um total de 5 pessoas, sendo duas mulheres e três homens. A aproximação com esses moradores do IAPI ocorreu de forma muito fluida e espontânea, já que os três eram conhecidos no conjunto por serem bastantes sociáveis. Em contrapartida, o processo de aproximação com as moradoras acabou não se efetivando em virtude de problemas de saúde que elas apresentaram.

Antes de iniciarmos o detalhamento da estrutura desta dissertação, precisamos pontuar algumas questões que atravessaram o percurso de escrita desta dissertação.

As atividades que envolveram a pesquisa de campo – realização das entrevistas e aproximação do Conjunto Residencial Salvador (IAPI) – foram atravessadas pelo desenrolar da pandemia de Covid-19 no Brasil e suspensas quando, a partir do início do mês de abril, o país declarou estado de isolamento social. No desenvolvimento desse contexto, enquanto escrevo esta dissertação, enfrentamos o agravamento da crise pandêmica de coronavírus no país, em grande medida, em função do projeto político neoliberal e de características neofacistas das elites nacionais que têm à frente o governo do presidente Jair Bolsonaro. Segundo os dados do Ministério da Saúde⁸, temos cerca de 5.474.840 casos confirmados e mais de 158 mil mortes. É nesse contexto de trabalho remoto que venho desenvolvendo as atividades para finalização desta dissertação, como as reuniões de orientação e o processo de qualificação. Diante deste cenário é impossível seguir ileso, dissertando na mesma medida que anteriormente, sem qualquer impacto na produção e na rotina de escrita. Apesar de continuarmos com o objetivo de entrevistar moradoras do IAPI, na situação pandêmica aproximar-nos destas mulheres se tornou uma tarefa ainda mais difícil por estarmos lidando com pessoas do grupo de risco de maiores agravamentos pelo covid-19. Ademais, as moradoras que tentamos contatar durante o período de quarentena não apresentavam familiaridade com o acesso à internet ou não estavam

⁸ Site oficial: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 27 de outubro de 2020.

dispostas a dialogar por telefone, de modo que a realização das entrevistas ficou sensivelmente prejudicada.

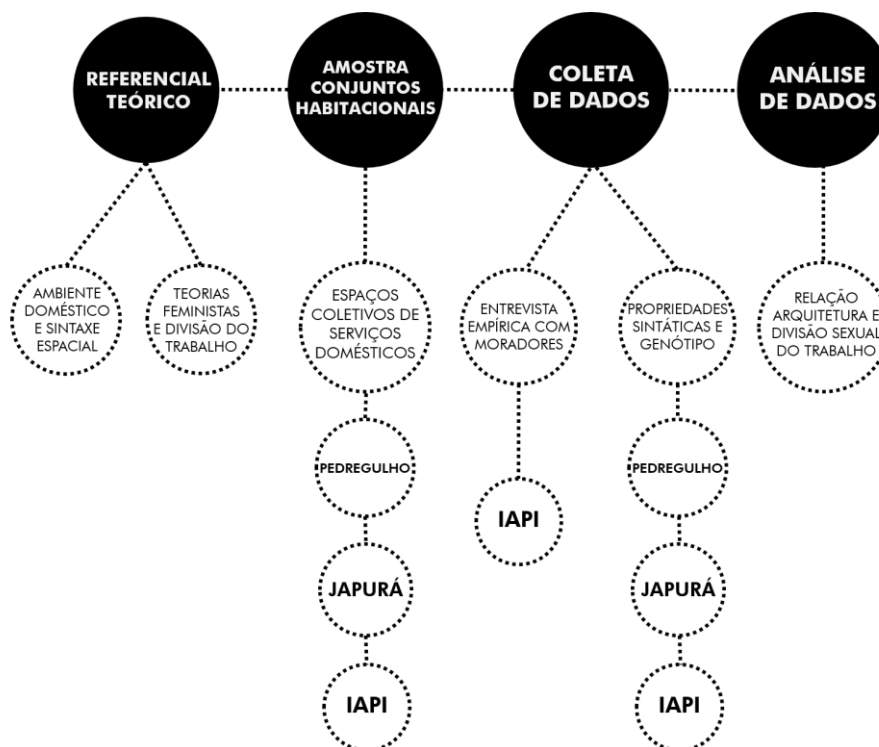
Em virtude de todos os percalços no desenvolvimento da pesquisa de campo, contei com a valiosa colaboração de Joaquim Nunes Junior⁹(2020), colega de profissão, que defendeu recentemente sua dissertação sobre o processo de morar no conjunto residencial Salvador. Ainda que não apresente muitas informações específicas sobre a utilização da lavanderia coletiva pelos moradores, o trabalho de Nunes Junior (2020) contribuiu fortemente na elaboração desta pesquisa com dados em relação à construção do IAPI dentro do cenário soteropolitano e no contexto brasileiro.

1.1.1 Organização da pesquisa

A compreensão das dinâmicas presentes na esfera doméstica e a importância da implantação de cozinhas e lavanderias coletivas na perpetuação dos papéis advindos das relações sociais de sexo em habitações de interesse social, requer a adoção de um conjunto de ações e procedimentos sistemáticos de pesquisa. Deste modo, o presente trabalho foi erguido sobre quatro etapas metodológicas: a primeira, de revisão do arcabouço teórico; a segunda etapa de definição da amostra da pesquisa e apreensão do contexto histórico e social de cada exemplar arquitetônico; a terceira, de aproximação dos objetos de estudo e coleta de dados; e a quarta e última etapa de análise dos dados referentes a configuração do espaço e dos modos de apropriação dos ambientes domésticos das habitações (ver Figura 2).

⁹ Para mais informações ver: NUNES JUNIOR, Joaquim da Silva. Morar no mínimo: reflexões sobre o conjunto residencial Salvador. 2020.184f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

Figura 2: Estruturação dos processos metodológicos de pesquisa



Fonte: A autora.

A primeira etapa, que será abordada nos capítulos 02 e 04, expõe a fase de investigação que consistiu na revisão do arcabouço teórico sobre questões relacionadas à arquitetura moderna, sistemas coletivos de serviços domésticos, divisão sexual do trabalho e epistemologias feminista, sobretudo as teorias feministas materialistas e decoloniais, além de uma breve descrição sobre os aspectos teóricos e as ferramentas da metodologia da Sintaxe Espacial. Esta fase do projeto sustenta o debate dos próximos capítulos com questões teóricas de fundo e aprofunda a discussão.

A segunda etapa, que será abordada no capítulo 03, trata de um apanhado histórico da produção habitacional de interesse social no Brasil durante os anos de 1920 até a década de 1960, com o foco em conjuntos de edifícios modernos. Procuramos identificar as dinâmicas de reprodução social no espaço doméstico, no que tange à divisão sexual do trabalho, através de projetos específicos de conjuntos extremamente simbólicos para esta investigação. Com base nestas discussões, definimos os três exemplares de conjuntos habitacionais de interesse social que contam com espaços coletivos de serviços domésticos para serem objetos de estudo: os conjuntos Pedregulho, Japurá e IAPI.

A terceira etapa, que serão desenvolvidas nos capítulos 05 e 06, foi decomposta em dois níveis que, apesar de distintos, são complementares. O primeiro nível apresenta como principal objetivo a descrição analítica dos sistemas espaciais dos conjuntos habitacionais selecionados. Para tanto, adotamos o roteiro sugerido por Hillier, Hanson (1984) e Amorim (1999), que estabeleceram as seguintes etapas:

1. Identificação e Representação dos elementos espaciais;
2. Categorização e Análise das relações espaciais;
3. Identificação dos padrões genotípicos

Em contrapartida, o segundo nível tem como intuito a aproximação da realidade histórica dos habitantes do Conjunto Residencial Salvador – IAPI que acompanharam o processo de funcionamento da lavanderia coletiva, entendendo as dinâmicas de realização das atividades de manutenção do lar e utilização da lavanderia coletiva do conjunto: quando, por quem e como eram utilizados e ocupados os espaços sociais e de serviço das habitações; O objetivo principal desta estratégia consiste na possibilidade de conseguir examinar as unidades habitacionais per si, considerando sua morfologia, e as formas de apropriação das pessoas sobre este espaço.

Por fim, a quarta etapa, que está presente nos capítulos 05 e 06, corresponde à fase analítica da investigação que reflete a relação de influência entre arquitetura e divisão sexual do trabalho. A análise é definida a partir da sintaxe do espaço doméstico e a configuração da unidade habitacional de cada um dos três conjuntos é estudada minuciosamente, em função das barreiras e permeabilidades nos acessos aos ambientes, com o foco na zona de serviço. Todas as interpretações dos dados coletados em campo e na análise configuracional são estabelecidas a partir da ótica crítica feminista que foi delimitada na etapa inicial de investigação. A seguir apresentamos uma síntese dos passos de execução de cada etapa:

Etapa 1: Revisão do referencial teórico

- I. Teorias feministas acerca da divisão sexual do trabalho;
- II. Movimento Moderno e habitação moderna de interesse social;

Etapa 2: Definição da amostra e apreensão do contexto

- I. Definição dos conjuntos habitacionais da amostra, a partir da importância simbólica e da presença de espaços coletivos de serviços domésticos na implantação;

Etapa 3: Aproximação dos objetos de estudo e coleta de dados

- I. Construção da documentação sintática da amostra, tanto dos espaços domésticos das unidades de moradia quanto do próprio conjunto habitacional, além do levantamento das informações fotográficas e técnicas (plantas, cortes e elevações);
- II. Das unidades habitacionais do conjunto residencial IAPI, a partir dos dados referentes à situação de uso da lavanderia coletiva e de como eram utilizados os principais espaços que compõem a unidade residencial nos anos iniciais do projeto;

Etapa 4: Análise dos dados

- I. Descrição e examinação das propriedades sintáticas da amostra;
- II. Definição do genótipo;
- III. Verificação da verossimilhança dos resultados sintáticos com base nas entrevistas aplicadas aos moradores do conjunto IAPI.

1.1.2 Definindo o universo da pesquisa e o objeto empírico

O universo estudado neste trabalho é composto pelas unidades habitacionais dos conjuntos habitacionais Pedregulho, Japurá e IAPI (ver Figura 3). A escolha de cada um destes conjuntos merece uma explicação pormenorizada. Primeiramente reconhecemos o papel mais contundente e significativo no estudo empreendido nesta pesquisa que o Conjunto IAPI carrega, em virtude da sua relevância no cenário local e nacional na produção habitacional moderna. Por estar geograficamente inserido na mesma localidade em que resido e construo esta dissertação, a possibilidade de aproximação empírica, do projeto e de suas/seus habitantes, representou uma oportunidade riquíssima de investigação tanto para este estudo, quanto para minha formação enquanto pesquisadora. Ademais, existe uma escassez de trabalhos que apresentem a história desta importante edificação para a paisagem urbana e memória coletiva soteropolitana. Em segundo lugar,

a escolha dos conjuntos Pedregulho e do Japurá deve-se ao mesmo motivo: a inserção de espaços coletivos de serviços domésticos geridos pelo Estado que contratariam trabalhadores especificamente para realizar as tarefas de higienização das roupas – no caso do Pedregulho – e preparo das refeições – no caso do Japurá. Diferentemente do IAPI, no qual as próprias moradoras eram responsáveis pela lavagem das roupas na lavanderia coletiva, nos projetos sudestinos a possibilidade de liberação das mulheres habitantes dos conjuntos da execução destas atividades de cuidado e manutenção do lar representa uma fonte valiosa de discussão para a presente pesquisa. Outrossim entendemos que a escolha pelas unidades habitacionais em conjuntos sociais multifamiliares é resultado da convicção de que apartamentos apresentam, por um lado, uma configuração espacial que é imposta a cada habitante e revela, por outro, a influência das práticas sociais/técnicas e discursos políticos e ideológicos da época na utilização subjetiva do espaço.

Figura 3: Fotografias aéreas dos conjuntos Pedregulho (à esquerda), Japurá (no centro) e fotografia da entrada do conjunto IAPI (à direita).



Fonte: EAD/PUCV, PC3 e Acervo do Conjunto Residencial Salvador.

Para a coleta de dados *in loco* feita no conjunto IAPI, foram selecionados moradores que acompanharam todo o processo de funcionamento da lavanderia coletiva do conjunto até o momento de sua desativação. A preferência deste público se deve ao fato destes habitantes possuírem uma capacidade de descrever, com uma maior riqueza de detalhes, as modificações que precisaram ser feitas nas habitações em decorrência da desativação do equipamento de uso coletivo e os impactos nas relações familiares que estas modificações representaram, no que se refere à realização das atividades de manutenção do lar.

1.1.3 Instrumentos de pesquisa

Definida a natureza e estrutura do trabalho, partimos para delimitação dos instrumentos de pesquisa. Em um primeiro momento, para a aproximação dos objetos de estudo procuramos fazer o levantamento das informações técnicas de cada conjunto habitacional: autoria do projeto, localização, ano de implantação, documentação do projeto (plantas, cortes, fachadas), quantidade de unidades habitacionais, quantidade de tipologias de moradia e o programa de equipamentos coletivos. Após a construção desta ficha técnica, elaboramos as ferramentas sintáticas para a análise configuracional das unidades de moradia e dos equipamentos de serviços domésticos de cada conjunto habitacional: mapas convexos, mapas axiais, grafos justificados e isovistas (ver Figura 4).

Figura 4: Diagrama dos instrumentos de pesquisa.



Fonte: A Autora.

A análise sintática, realizada nas unidades residenciais dos três conjuntos habitacionais, possibilita a apreensão da morfologia da moradia, através de um estudo detalhado do espaço doméstico como sistemas formados por ambientes que se relacionam entre si e com os padrões sociais que envolvem a lógica de utilização e apropriação espacial do lar. Em paralelo, na construção da pesquisa empírica, realizada exclusivamente no IAPI, priorizamos: (i) a possibilidade da livre expressão de cada participante; (ii) a compreensão do espaço a partir das subjetividades de apropriação dos grupos familiares; (iii) a aplicação num espaço de tempo relativamente curto. Foram adotadas, em função destes critérios, entrevistas semi-estruturadas que conduziram os participantes a descreverem as memórias das atividades desenvolvidas no interior da habitação e na área comum do conjunto habitacional, durante os anos de funcionamento da lavanderia coletiva (1952-1966). Ao descrever, deveriam explicitar por quais motivos os espaços foram escolhidos, quem os utilizava com mais frequência, para qual atividade

e etc. Este roteiro contava ainda com questões relativas ao funcionamento da lavanderia coletiva e sua relação com as unidades habitacionais, de modo que cada participante deveria informar como era a dinâmica de realização das atividades de manutenção da lar em cada grupo familiar (como as roupas eram lavadas e passadas), quais eram as pessoas que utilizavam o equipamento e como foi o processo de adaptação dos apartamentos para a inserção da área de serviço, após a desativação da lavanderia (em quanto tempo o tanque de lavar roupas foi inserido, o que precisou ser modificado na estrutura dos apartamentos, etc.).

1.1.4 Análise dos dados

Devido à escolha dos instrumentos de pesquisa, em todos os momentos de examinação dos dados foi realizada a associação dos métodos quantitativo e qualitativo de análise. Desse modo, o método quantitativo foi destinado aos resultados apresentados pela amostra na análise configuracional, correspondendo a uma leitura não descritiva, mas analítica, dos dados colhidos em cada propriedade sintática. Em paralelo, o método qualitativo foi utilizado tanto na análise configuracional, quanto na análise das entrevistas. Na primeira teve o objetivo de validar as hipóteses sociais que envolviam cada propriedade, enquanto que na segunda teve o propósito de cruzar as informações descritas acima para checar a verossimilhança dos resultados sintáticos e das percepções subjetivas de cada usuária/o no tocante à apropriação do espaço doméstico.

1.2 PERCURSOS E EXPERIÊNCIAS PESSOAIS NA CONSTRUÇÃO DA DISSERTAÇÃO

É através do acúmulo de vivências no movimento do real e das observações das dinâmicas e padrões das relações sociais que problemáticas de estudo emergem, “ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele” (SAFFIOTI, 2004, p. 43.). Deste modo, entender o ponto de partida das discussões abordadas nesta pesquisa é compreender como os percursos e experiências ao longo da minha vida influenciaram a construção desta dissertação. Dito de outra forma, evoco a urgência e necessária incorporação dos acúmulos objetivos e subjetivos das trajetórias pessoais na elaboração da pesquisa científica.

A ciência classificada como “neutra” advém da construção gendrada (masculina) do saber acadêmico que pressupõe imparcialidade no manejo de métodos, formas e resultados de pesquisa. Como resultado destas práticas, vemos um processo hierárquico de padronização de comportamentos, parâmetros, bibliografias e construção de teorias. Neste sentido, a contribuição de Donna Haraway (1991) é vital para ratificar esta discussão. A autora aponta a necessidade de evidenciar o lugar de enunciação, uma vez que esta posição afeta não somente as interpretações de pesquisa, como também toda a investigação elaborada. Entretanto, julgamos necessário apontar a importância de criar mecanismos que evidenciem os atravessamentos de raça/etnia, classe, sexualidade, geração, geopolítica, entre outros, na construção do conhecimento científico, para além de uma autodefinição (CURIEL, 2014).

Para o cientista, social ou natural, o reconhecimento de interesses e valores diversos aos seus requer não apenas uma sensibilização quanto à opressão a que são submetidas parcelas significativas do contingente populacional, mas também o reconhecimento dos sujeitos como efetivamente participantes da pesquisa (AYMORE, 2017, p. 177).

Neste sentido, a pesquisa feminista reconhece que o processo de construção de conhecimento científico, além de não-neutro, é corporificado, de modo que a base fundamental para sua crítica à ciência “se estende à incorporação das dimensões emocionais e subjetivas da vida como meio de existir e forma de conhecer que a ordem da razão e da objetividade não se constitui em recursos exclusivos da ciência” (BANDEIRA, 2008, p. 221). Dessa maneira, justifico a escrita desta dissertação de mestrado em constante associação com minhas experiências e vivências pessoais, pois o processo de investigação também se constituiu em uma experiência social para mim e o ato da escrita se transformou em uma crítica aos paradigmas e cânones que pautam a história da Arquitetura e do Urbanismo. A escolha das epistemologias feministas e a articulação das técnicas e instrumentos metodológicos de pesquisa evidenciam a crítica ao caráter androcêntrico e universalista da ciência e da produção de conhecimento.

Sabemos que elaborar as próprias subjetividades e reviver acontecimentos com a finalidade de compreender os percursos realizados na concepção de inquietações tão caras não é uma tarefa simples. Entretanto, é a minha própria experiência enquanto moradora de conjunto habitacional unifamiliar que instiga a formulação do principal questionamento desta pesquisa: qual a relação entre a arquitetura habitacional de interesse social e a divisão sexual do trabalho?

Apesar das minhas experiências serem apenas um ponto de partida, julgo que para ser possível a compreensão do caminho das indagações desta dissertação, se faz necessária antes a minha apresentação. Minha infância e adolescência se passaram na região sudoeste da Bahia, na cidade de Vitória da Conquista. Ali morei até 2012, no conjunto habitacional Vila Serrana II, quando passei na seleção do PROUNI e consegui um bolsa integral para cursar Arquitetura e Urbanismo na Universidade Católica de Pernambuco, no Recife, município localizado a aproximadamente 1194 km de distância da casa dos meus pais.

Neste período temporal que corresponde à infância em Vitória da Conquista, minhas noções sobre o espaço privado e os limites entre a casa, a rua e o bairro começaram a ser definidas. Nesta perspectiva, é imprescindível o papel que o bairro desempenhou na criação das minhas primeiras e mais importantes redes de sociabilidade. A rua, neste sentido, partilhava de uma lógica socioespacial comunitária que conseguia aglutinar de forma harmônica estilos de vida diferentes e práticas sociais também distintas, influenciando positivamente no nível de satisfação residencial das moradoras/es. O conceito de satisfação residencial, conforme pontuado por Albano Pereira e Filomena Cassis (1994 *apud* CARNEIRO 2003), apesar de subjetivo por considerar extremamente relevante valores culturais e sociais da comunidade e sua relação com a percepção da população em relação ao ambiente, apresenta também indicadores diretos ligados à qualidade da habitação, como as características físicas da casa (dimensões, localização, condições de salubridade e higiene, etc...), a proximidade com equipamentos de uso coletivo (praças, parques, postos de saúde) e a oferta de serviços e infraestrutura urbana. Neste sentido, acredito ser pertinente e relevante fazer uma breve caracterização do bairro da Vila Serrana, bem como sua origem e importância dentro da cidade de Vitória da Conquista.

De maneira bastante simplificada, o processo de urbanização e a configuração territorial de Vitória da Conquista – 3ª maior cidade do estado da Bahia – vem sendo definida de forma extremamente desigual a partir de uma lógica de produção espacial que associa a ação do Estado à atuação de loteadores (grupo majoritariamente composto por ex-proprietários fundiários). A partir da construção da rodovia BR 116 – popularmente conhecida como Rio-Bahia – durante a década de 1950, a cidade passou a ter um eixo explícito de segregação territorial que resultou na formação de um zoneamento dividido em duas porções radicalmente opostas: as Zonas Leste e Oeste. A Zona Oeste,

caracterizada como a parcela da cidade com maior densidade demográfica e com o menor acesso aos bens de serviço e infraestrutura, teve sua explosão populacional influenciada principalmente pelos loteadores e pela implantação de maiores conjuntos habitacionais de baixo padrão. Em contrapartida, a Zona Leste, caracterizada como a área nobre de Vitória da Conquista, é uma região que historicamente recebeu maiores investimentos por parte do Estado, seguindo uma forma de ocupação distinta do restante do município, com loteamentos e conjuntos habitacionais de médio e alto padrão.

O bairro da Vila Serrana, situado na Zona Oeste, foi durante muitos anos bairro limítrofe da cidade. Construído no início da década de 1990 pela empresa Ecosane Engenharia, Construção, Saneamento e Indústria, através de um financiamento do Plano Empresa de Construção Civil da Caixa Econômica Federal, este conjunto residencial unifamiliar divide-se em 04 vilas de proporções equivalentes: Vila Serrana I, Vila Serrana II, Vila Serrana III e Vila Serrana IV. Apesar da forma dos lotes e da configuração das quadras serem semelhantes, suas dimensões e a tipologia habitacional das casas térreas são as principais diferenciações entre as quatro vilas. Além disso, o conjunto da Vila Serrana II conta com uma longa história de disputa jurídica pelo direito à posse das casas. Isto porque, no dia 28 de novembro de 1996, cerca de 495 famílias, de forma coletiva, ocuparam as habitações que estavam abandonadas desde a data de conclusão da obra (cerca de 01 ano e meio), não cumprindo a função social para a qual foram construídas. Desde 2002, após a cassação de uma liminar de reintegração de posse, a situação legal do conjunto habitacional continua sem uma decisão judicial e as famílias continuam sem a posse de suas residências.

Nos anos que passei em Vitória da Conquista, residindo na Vila Serrana II, pude acompanhar todo esse processo de ocupação e luta jurídica pelo direito à moradia. Apesar de concluída, a obra não estava completamente finalizada na época da ocupação e as casas não contavam com itens básicos de infraestrutura, como o acesso às redes de água, esgoto e de energia. As 495 famílias, inclusive a minha, se organizaram em processos de autoconstrução para conseguirem condições salubres de moradia, além da apropriação simbólica e afetiva das casas com o objetivo de trazer identidade, satisfação e pertencimento ao lugar.

Por ter participado de todo o processo de ocupação inicial da Vila Serrana II, foi extremamente rico observar, ao longo dos anos, os modos de apropriação do espaço doméstico da minha vizinhança e da minha própria família. São inúmeras as lembranças

que carrego da frustração da minha mãe nas ocasiões em que nossa casa foi confundida com outra da rua, já que todas eram exatamente iguais, apresentando a mesma tipologia, a mesma pintura externa e sem possuir qualquer tipo de fechamento, muros ou cercamentos (Ver Figura 5). Recordo, ainda, de sua enorme satisfação ao conseguir instalar os revestimentos de piso e preencher os espaços sociais da casa com fotografias de sua infância e imagens dos seus pais, como uma forma de registro da história da família. Neste aspecto cabe ainda ressaltar que as formas de apropriação simbólica das habitações são diretamente influenciadas pelas práticas culturais e religiosas, interferindo diretamente nas utilizações e isolamentos dos ambientes. De modo geral, nas residências situadas na rua em que morava, era um padrão a presença de artefatos religiosos em espaços especificamente destinados aos cultos nas salas de estar, numa espécie de santuário que, apesar de não possuírem barreiras físicas, guardavam uma separação simbólica do restante do ambiente.

Figura 5: Ruas da Vila Serrana no ano de 1997 na fotografia de família (à esquerda) e na cena do filme de Central do Brasil (à direita).



Fonte: Arquivo pessoal e Blog Sindicato dos Cinéfilos.¹⁰

Meu primeiro contato com as práticas coletivas de realização do serviço doméstico aconteceu ainda na infância, acompanhando a rotina de trabalho da minha mãe, auxiliar de serviços gerais, em uma escola pública municipal, situada no mesmo bairro em que morávamos. A função exercida por ela e por outras duas mulheres dividia-se entre a limpeza da cozinha e o preparo da merenda escolar. Passar tantas horas na cozinha permitia-me compreender que o papel desempenhado por essas trabalhadoras não se limitava ao preparo de alimentos, nem à higienização dos espaços. A sensibilidade para as outras dimensões da vida e o conhecimento de ordem prática que elas possuíam,

¹⁰ Disponível em: <https://sindicatodoscinefilos.wordpress.com/2010/02/01/central-do-brasil-1998/>. Acesso em 20 nov. 2019

contribuíam diretamente na solidificação do sentimento de pertencimento àquele espaço e no desenvolvimento da socialização das alunas/os (grupo composto majoritariamente por pessoas adultas). Além disso, observar os mecanismos criativos desenvolvidos por elas na realização de suas atividades como merendeiras, em um ambiente de trabalho repleto de condições de precariedade e invisibilidade, realça não só as múltiplas formas de ressignificação do exercício de cozinhar, como também a potência do trabalho coletivizado e seus reflexos no enfrentamento e superação dos dilemas individuais e particulares. O uso da capacidade subjetiva de identificar e reagir às adversidades impostas pelo exercício da atividade como merendeira revela a forma transgressora de enfrentamento do sofrimento através da reação e organização física, afetiva e cognitiva que essas trabalhadoras desenvolveram na busca por uma relação com o trabalho dotada de sentido, identidade e realização pessoal (DEJOURS & ABDOUCHELI, 2009). Apesar da visão distorcida e romantizada da memória de criança, hoje consigo perceber as consequências negativas para a saúde física e mental provocadas por esse caráter infinito e elástico das atividades domésticas e de cuidados realizados pela minha mãe e suas colegas, além de toda sobrecarga de trabalho fruto desses processos.

Ao ingressar na faculdade de Arquitetura e Urbanismo e me mudar para o Recife, passei a morar na casa do meu tio materno. Neste novo cenário, me deparei com muitos choques simultâneos: era uma nova composição familiar, um novo padrão de habitação e status social, e, principalmente, uma interação com pessoas de diferentes classes sociais. Ali surgiram as maiores inquietações sobre a divisão sexual do trabalho e a reprodução das atividades de cuidado dentro do espaço doméstico. Os referenciais de família e trabalho que eu carregava até então eram compostas basicamente pelas narrativas construídas em conjunto com as da minha mãe e, ao fazer parte de um núcleo familiar composto por um casal heterossexual e três filhos, pude compreender melhor as dinâmicas desiguais entre homens e mulheres na realização das atividades de cuidado e manutenção do lar.

Dentro da universidade, entretanto, minhas aflições ganharam novos contornos, sobretudo em relação às dinâmicas de poder quando se cruzam com as categorias de classe de sexo, classe social e raça. O curso de Arquitetura e Urbanismo é reconhecido nacionalmente por ser elitizado e na UNICAP não seria diferente, já que apresenta a mensalidade mais alta de toda a cidade. O recente estudo do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil (GEA), intitulado “O perfil socioeconômico do estudante

de graduação¹¹”, reafirma esse cenário que encontrei na capital pernambucana. Este trabalho aponta que existe uma relação direta entre a faixa de renda familiar, a escolaridade dos pais e a cor na caracterização do perfil estudantil dos cursos de graduação. A análise da dimensão de cor nas universidades permite identificar que há no campus brasileiro basicamente dois tipos de cursos: os mais brancos e os menos brancos. Nesta análise, o curso de Arquitetura e Urbanismo apresenta 77% de estudantes brancos, ficando atrás apenas do curso de Medicina Veterinária. Percebe-se ainda que o curso de Arquitetura e Urbanismo se encontra, dentro do panorama nacional, incluído no grupo de cursos identificados como os mais brancos, com estudantes mais ricos, que não trabalham, que vêm da escola privada de ensino médio, e que, em sua maioria, vêm de famílias cujos pais apresentam nível de escolaridade superior. Na UNICAP, pude observar que este mesmo perfil se repete ainda no quadro de docentes do curso.

Durante minha caminhada na universidade, desenvolvi duas pesquisas que foram essenciais no processo pessoal de entendimento/reverberação dos discursos do movimento modernista e as formas de projetar o espaço privado, sobretudo em conjuntos habitacionais de interesse social. Nesse sentido, no processo de escrita e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, pude entender que dentro da Arquitetura o pensar as relações sociais de sexo, durante a prática projetual, continua sendo um processo marginalizado, sobretudo ao avaliar as falas das professoras/es que desacreditavam e inviabilizavam a importância de pesquisas desta natureza. Mesmo que os dados dos censos, promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU)¹² revelem que apesar de 61% do total de profissionais de arquitetura serem mulheres, a renda média mensal delas apresenta uma diferença de aproximadamente R\$ 1.500,00 para menos, quando comparada a renda mensal de arquitetos.

Dessa forma, esta pesquisa é fruto desse longo processo de observações e aflições feitas e sentidas durante a minha própria jornada pessoal e acadêmica em relação à influência do espaço na realização exclusiva das atividades domésticas por mulheres.

¹¹ RISTOFF, Dilvo. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). **Cadernos do GEA**, n.4 (jul./dez. 2013). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2013.

¹² Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR. **Censo do CAU/BR** 2012. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/censo/resource/site/pdf/nacional/Censo-CAU-Brasil.pdf>>. Acesso em 15 out. 2019.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Em conformidade com todos esses caminhos metodológicos estabelecidos, a organização dos capítulos desta dissertação encontra-se estruturada da seguinte maneira:

Articulação entre o olhar feminista e a habitação social moderna – Expõe toda a construção da problemática de pesquisa e as inquietações baseadas fundamentalmente nas teorias e epistemologias feministas que versam sobre a divisão sexual do trabalho. Apresentamos uma breve conceituação sobre o Movimento Moderno na Europa, a habitação social moderna e habitação mínima. Nossa perspectiva nesta discussão é revelar os desdobramentos das determinações estruturais desta divisão na produção moderna do ambiente doméstico de interesse social.

Produção e apropriação do espaço doméstico – Retrata o debate histórico em torno da produção habitacional de interesse social no Brasil, durante a primeira metade do século XX, em particular, a produção dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Essa revisão do arcabouço teórico, a partir das lentes fundadas no capítulo anterior acerca das relações sociais de sexo expõe as principais iniciativas do Estado e as particularidades sobre os modos de apropriação do espaço doméstico. Ademais, apresentamos os emblemáticos conjuntos habitacionais de interesse social que constituem o objeto de estudo desta pesquisa, apontando sua importância simbólica para a produção arquitetônica e urbanística brasileira.

Espaço doméstico e o método de articulação – A sintaxe espacial – Apresenta os principais conceitos da sintaxe espacial e as definições das variáveis analíticas selecionadas nesta investigação, além dos procedimentos operacionais que viabilizam esta metodologia.

Análise configuracional dos conjuntos Pedregulho, Japurá e IAPI – Apresenta as principais características da configuração espacial das unidades habitacionais dos três conjuntos que compõem a amostra, a partir de suas plantas baixas, analisando as propriedades sintáticas elencadas com base na sua definição e importância na utilização e apropriação dos ambientes que compõem o espaço doméstico. Nossa tentativa aqui é a de compreender como as estruturas sociais se refletem na produção espacial de habitações de interesse social, ou seja, como a divisão sexual do trabalho se estrutura na prática de

projetar estes espaços, ressaltando as conformações dos ambientes que compõem as áreas sociais e de serviço de cada exemplar da amostra.

As práticas espaciais do Conjunto Residencial Salvador – Aprofundamos nossa análise através dos dados empíricos produzidos pelo estudo sobre os modos de utilização e apropriação dos espaços domésticos e coletivos do Conjunto Residencial Salvador, popularmente conhecido como IAPI. Apresentamos a visão dos moradores sobre a configuração espacial do referido conjunto, buscando compreender como a apropriação do ambiente doméstico sustenta-se nas determinações estruturais das relações sociais de sexo.

2. ARTICULAÇÃO ENTRE O OLHAR FEMINISTA E A HABITAÇÃO SOCIAL MODERNA

2.1 A ESTRUTURA OCULTA DO ESPAÇO DOMÉSTICO: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Como dito anteriormente, na presente pesquisa adotamos a visão que concebe a divisão sexual do trabalho como grande pilar e base material das relações desiguais, de dominação, exploração e apropriação entre homens e mulheres. Para Helena Hirata e Daniele Kergoat a divisão sexual do trabalho pode ser definida como

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Ainda segundo as autoras, a divisão sexual do trabalho apresenta “dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio da hierarquia (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599) Tais princípios, presentes em muitas das sociedades conhecidas, são aplicados através de um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista, (que reduz o gênero ao sexo biológico) e confere à divisão sexual do trabalho a capacidade de flexibilidade em adquirir novas formas de acordo com o tempo e o espaço, diferentemente da distância entre homens e mulheres que permanecem imutáveis. Embora consideremos que a divisão do trabalho entre homens e mulheres adquira contornos bem definidos em sociedades pré-capitalistas, é apenas no capitalismo que esta divisão encontra seu agente estruturante, no qual a força de trabalho “é vendida como uma mercadoria e o espaço doméstico passa a ser uma unidade familiar e não mais uma unidade familiar e produtiva” (ÁVILA, 2009, p. 70). Acerca do papel desempenhado por mulheres no sistema produtivo em sociedades pré-capitalistas, Heleieth Saffioti (2013) define como sendo suplementar as funções econômicas da família. Entretanto, é no capitalismo que as diferenças entre homens e mulheres se intensificam.

A desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas

em termos de mitos justificadores da supremacia masculina, e portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (SAFFIOTI, 2013. p. 65-66).

Desse modo, mesmo que houvesse uma divisão de tarefas segundo fatores biológicos (caça e coleta), as atividades atribuídas às mulheres nestes grupos sociais não necessariamente eram subvalorizadas em relação as atividades realizadas pelos homens. Com a instalação do sistema capitalista de produção ocorre, simultaneamente em um processo lento que se deu há cerca de 11 mil anos, a instituição do patriarcado. Neste sentido, falar de patriarcado é ir além das concepções individuais que estruturam a instituição família e compreender que o machismo reina em todas as instituições sociais, atravessando a sociedade e impregnando o Estado (SAFFIOTI, 2013). Assim, de um lado, o conceito de patriarcado estabelecido na família através de um contrato sexual, traz destaque à figura do marido (ao invés do pai), no qual se troca obediência por “proteção”; “e proteção, como é notório, significa, no mínimo a médio e longo prazos, exploração-dominação” (SAFFIOTI, 2004, p. 136). Carole Pateman (1993) ratifica este pensamento ao afirmar que o casamento na prática se configura como uma união entre um indivíduo e uma subordinada. Por outro lado, conforme exposto por Saffioti (2004)

A dominação-exploração patriarcal possui uma base econômica que se traduz na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, bem como no controle de sua sexualidade e, portanto, de sua capacidade reprodutiva. Seja para influenciar as mulheres a terem filhos – ou mesmo induzir uma grande quantidade de filhos, seja para persuadi-las a um controle dessa quantidade de nascimentos e do espaço de tempo entre os filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos (SAFFIOTI, 2004, p. 113).

É de suma importância ainda, no processo de análises sobre as relações entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, as concepções de Hirata e Kergoat (2007) acerca da divisão do trabalho como fruto de conceitos e conteúdos opostos. Se por um lado tal conceito está pautado na distribuição distinta das classes de sexos na esfera produtiva, analisando as variações de tempo e espaço na ocupação de ofícios e profissões, por outro trata-se de uma superação da constatação simplista de um cenário desigual. As autoras então apresentam as elaborações que afirmam, primeiramente, a sistematização de tais desigualdades e, em segundo lugar, a articulação da realidade social com uma

reflexão dos processos que operam na produção de uma hierarquização das atividades, segundo as categorias sociais de sexo.

O trabalho doméstico, ao longo dos anos, se manteve como uma atribuição essencialmente de mulheres, que sem qualquer tipo de preparação formal, são responsabilizadas pela execução diária e permanente de atividades como o gerenciamento do funcionamento da habitação, o preparo de alimentos, a limpeza das roupas e o cuidado de crianças e enfermos. Alda Motta (1985) sublinha que a divisão sexual e social do trabalho define como incumbência feminina o trabalho doméstico, seja enquanto trabalhadoras domésticas, seja enquanto mães e esposas, e acrescenta:

O lócus da realização sendo sempre a casa de uma família, e o seu objetivo a produção e transformação de bens materiais e simbólicos para consumo imediato ou mediato dessa família e reprodução da vida e da força de trabalho dos seus componentes. (MOTTA, 1985, p. 2)

Neste sentido, evidenciamos o papel de destaque das formulações de Christine Delphy (2000 *apud* ÁVILA, 2009), acerca do trabalho doméstico. A autora chama a atenção para o fato de o modo de produção capitalista conviver com o que ela define como um “modo de produção doméstico”, em que o trabalho doméstico opera enquanto base material da dominação patriarcal, explorando economicamente as mulheres na família (enquanto instituição), sustentado pelo mercado capitalista de trabalho. Partindo da categorização das mulheres, enquanto classe e grupo explorado pelos homens, a autora sustenta sua teoria definindo que o trabalho doméstico se caracteriza como um trabalho de produção, seja ele pago ou não. A autora acrescenta ainda que nesta relação de exploração, além do benefício da realização das atividades, têm-se a apropriação do tempo de trabalho de uma mulher.

Antes de seguirmos propriamente na discussão pretendida neste tópico, faremos uma breve explanação sobre a utilização do termo relações sociais de sexo e não do conceito de gênero. Decorrente da vertente feminista materialista francesa (FMF)¹³, o conceito de relações sociais de sexo, além da recusa ao essencialismo na compreensão e análise das dinâmicas entre homens e mulheres, fundamenta suas bases nas definições das relações sociais de classe, evidenciando, portanto, todos os conflitos e disputas estruturais presentes nas práticas de exploração e apropriação de uma classe, em detrimento da outra. Conforme posto por Anne-Marie Devreux (2005, p. 564), “não pode

¹³ Feminismo Materialista Francófono - FMF

haver relação social com uma categoria única. Não pode haver relação social sem confrontação”. Por isso, ao evocar a ideia de relações sociais de sexo buscamos não apenas evidenciar as confrontações entre as categorias de homens e mulheres enquanto coletividades, como também o seu reflexo nas relações individuais. Além disso, tal escolha epistêmica tem por objetivo assegurar a centralidade das discussões e debates aqui propostos nos estudos feministas.

Neste sentido, Jules Falquet (2012 *apud* CISNE 2014) sublinha que:

Embora muitas vezes usados de forma indiscriminada, muitas vezes para evitar o estigmatizado termo “feminismo” ou para fornecer um “plus”, para a palavra “mulher” – o gênero também introduz uma renovação teórica. Para algumas, ele permite desnaturalizar a opressão das mulheres: no decorrer de milhares de oficinas que foram organizadas no continente para conhecer a teoria do “sistema de sexo-gênero”, cada uma aprende que gênero é uma construção social, ainda que se baseie numa diferença biológica (o sexo). Nessas formações aceleradas sobre gênero, a noção de hierarquia entre os sexos é cada vez mais apagada. Quanto às outras relações sociais, elas simplesmente desaparecem. Por outro lado, cada vez mais, acrescenta-se à sexualidade, especialmente gay e queer, a palavra gênero, a tal ponto que as mulheres desaparecem deste discurso para serem substituídas pelas preocupações sobre financiamentos concernentes à discriminação contra gays e trans (FALQUET, 2012 *apud* CISNE, 2014, p. 138).

Isto posto, julgamos necessária a aceção de Kergoat (2002), na qual a divisão sexual do trabalho e relações sociais entre homens e mulheres são dois termos indissociáveis. Para a autora, as relações sociais de sexo, assim como todas as relações sociais, “têm uma base material, neste contexto é o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre sexos, nomeada, de maneira mais concisa: divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, *apud* ÁVILA, 2009, p. 83-84). Outrossim, consideramos vital enfatizar que partimos do pressuposto de que as relações sociais de sexo, classe, raça e geração, além da sexualidade, encontram-se relacionadas, ou como propõe Heleith Saffioti (2004), enoveladas:

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tornar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade historicamente constituída (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Como esclarece Saffioti (2004), a dominação patriarcal e a exploração capitalista encontram-se em constante simbiose, de modo que podemos considerar seu resultado como um processo que aglutina e entrelaça racismo, capitalismo e patriarcado. Enquanto o trabalho reprodutivo continua a ser desvalorizado e marginalizando mulheres brancas, a condição ocupada por mulheres negras realça ainda mais a invisibilização de seus corpos e do próprio trabalho doméstico que elas exercem de forma contínua desde o período escravocrata. A figura da “dona-de-casa”, portanto, surgida a partir desta ruptura entre espaços produtivo e reprodutivo, não abarcava a mulher negra, conforme pontua Angela Davis (2016)

Enquanto a ideologia do feminismo – um subproduto da industrialização – foi popularizada e disseminada através das novas revistas de mulheres e novelas românticas, as mulheres brancas foram vistas como habitantes de uma esfera cortada do domínio do trabalho produtivo. A clivagem entre a casa e economia pública, trazida pelo capitalismo industrial, estabeleceu a inferioridade feminina mais firmemente do que nunca antes. “Mulher” tornou-se um sinónimo da propaganda prevalecente de “mãe” e de “dona-de-casa”, e ambas “mãe” e “dona-de-casa” eram uma marca fatal de inferioridade. Mas entre as escravas negras, este vocabulário não tinha lugar. Os arranjos económicos da escravatura contradiziam a hierarquia do papel sexual da nova ideologia. As relações de homem- mulher dentro da comunidade escrava não estavam conformadas com o modelo ideológico dominante (DAVIS, 2016, p. 16).

Se, por um lado, a incorporação metodológica do conceito de classe na análise da própria estrutura familiar teve sua importância para constatar o distanciamento entre a situação da mulher burguesa e da mulher trabalhadora, por outro lado transplantou modelos históricos totalmente estranhos à formação social brasileira, e conseqüentemente inadequados à sua compreensão (GIACOMINI, 1988). Desse modo, julgamos de extrema relevância o trabalho de Ochy Curiel (2009; 2014) que evidencia a necessidade de construção de uma crítica feminista que questione as bases hegemônicas, brancas e com privilégios de classes que fundaram as elaborações acerca da subordinação de mulheres e da divisão sexual do trabalho. A autora aponta o feminismo decolonial como chave para “uma nova perspectiva de análise para entender de forma mais completa as relações derivadas de “raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica de forma imbrincada” (CURIEL, 2014, p. 01). O pensamento decolonial, que deu origem ao feminismo decolonial, foi formulado por pensadoras e pensadores latino-americanos e revela que com o fim do período colonial e com a constituição moderna da Europa Ocidental, associados a todos os processos originados nessa dinâmica (como a divisão internacional

do trabalho entre centro/periferia e a hierarquização étnico-racial das populações), não significaram transformações radicais nas relações políticas, econômicas e étnico-raciais, mas instauraram uma transição do colonialismo moderno para a colonialidade global (CURIEL, 2014).

Para Aníbal Quijano (2002), a colonização fundamenta-se a partir da fusão de três categorias essenciais: a raça, como a categoria principal, mas também sobre a exploração capitalista e a dominação advinda das relações sociais de sexo. A partir da relação entre modernidade-colonialismo-capitalismo-mundial, o autor elabora o conceito de colonialidade de poder, evidenciando que o processo de dominação/exploração das terras, dos povos não europeus, suas subjetividades e seus produtos materiais apoiavam-se na justificativa de superioridade racial europeia. Tal justificativa fundamenta a concepção de humanidade imposta pela modernidade ocidental na qual tais povos indígenas seriam menos humanos e, conseqüentemente, suas vidas, culturas e terras valeriam menos. Ademais, o autor compreende que mesmo que o lugar ocupado pelas mulheres europeias fosse inferiorizado devido à ação conjunta do patriarcado europeu e da divisão sexual do trabalho, a posição relegada às mulheres colonizadas é ainda mais inferiorizada, justamente pelo duplo atravessamento das categorias de classe e raça/etnia.

A partir das elaborações de Quijano (2002), Maria Lugones (2007) estabelece o conceito de colonialidade de gênero evidenciando que, apesar do reconhecimento da condição inferiorizada de mulheres colonizadas, sua concepção explora de maneira limitada a questão do gênero. O trabalho de Lugones (2007; 2014) então objetiva alargar a categoria de colonialidade de poder através de exemplos etnográficos que demonstram que o gênero é uma categoria moderna. A estruturação de sua crítica explora como o conceito de gênero trazido por Quijano (2002) se enquadra numa categoria também construída pela colonização e afirma que muitos povos colonizados originários no Cone Sul não se enquadravam na distinção binária e oposta de homens e mulheres antes do período colonial. Além disso, a autora evidencia como o processo colonizador distingue corpos femininos em categorias distintas, considerando mulheres não colonizadas como seres frágeis e incapazes de ocupar postos de trabalhos formais ou sair da esfera privada e doméstica, enquanto mulheres colonizadas eram vistas como seres animais que necessitavam de docilização. O resultado dessa distinção é a repressão e as inúmeras violências físicas, sexuais e nos mais diversos campos da vida que mulheres colonizadas foram (e continuam sendo) submetidas.

Estes conceitos de colonialidade são essenciais no desenvolvimento do feminismo decolonial não só por apontar a urgência e necessária “revisão e problematização das bases fundamentais do feminismo hegemônico e ocidental, como também ampliar os conceitos e teorias chaves do que se conhece como a teoria decolonial” (ESPINOSA, 2013 *apud* CURIEL, 2014, p. 40). Tendo em vista que a presente pesquisa se propõe a analisar as relações sociais que estruturam o espaço doméstico de habitações sociais no Brasil, propostas pelo movimento moderno, precisamos considerar as especificidades do capitalismo brasileiro, dentre elas, o entrelaçamento das categorias e dinâmicas que envolvem a classe operária no Brasil.

2.1.1 Trabalho doméstico e a consubstancialidade das relações sociais sexo, raça e classe

Compreender as complexas relações que envolvem a divisão sexual do trabalho é compreender também a realidade concreta de mulheres. Entretanto, falar de trabalho doméstico é falar sobre a vida de mulheres pobres, sobretudo é falar da vida de mulheres negras. Apesar do trabalho doméstico e das atividades de cuidados sempre terem sido responsabilidades de mulheres de todas as classes sociais, reconhecemos que há um abismo social e racial na forma de enfrentar tal condição, uma vez que as desigualdades de classe e de raça entre mulheres são, historicamente, um determinante da sua inserção na relação trabalho formal, trabalho doméstico e trabalho doméstico assalariado.

Ademais, tais condições de raça e classe enfrentadas por mulheres impõe ainda uma série de prejuízos para além da existência de duplas ou triplas jornada de trabalho: a precária inserção no mercado de trabalho, a menor proteção social no tangente aos seguros sociais, ou as maiores taxas de adoecimento mental. No estudo de Candice Thomas (2018)¹⁴ que relaciona os efeitos das condições e da quantidade de trabalho doméstico na saúde mental das mulheres, observamos que mulheres que cumprem longas jornadas de trabalho formal têm uma maior probabilidade de manifestar um adoecimento físico e psíquico, sobretudo quando esta jornada de trabalho encontra-se associada às longas horas de trabalho doméstico. A autora sublinha que, dentre o grupo de mulheres entrevistadas, aquelas que trabalhavam uma quantidade maior de horas fora do ambiente

¹⁴ THOMAS, C. et al. Linking job work hours to women’s physical health: the role of perceived unfairness and household work hours. **Sex Roles: Online First Articles**, v. 79, n. 476, p. 1-13, Oct. 2018.

doméstico do que no seu interior, ou que sentiam que faziam menos “do que sua parcela justa de trabalho doméstico”, apresentavam altos índices de transtornos mentais (como depressão, alterações de humor, ansiedade e etc.), evidenciando como as estruturas de dominação pelas quais a divisão sexual do trabalho se organiza atuam sobre a percepção individual e coletiva dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres.

Compreender o panorama brasileiro nesse contexto significa analisar com as lentes de classe e, sobretudo, de raça, como o trabalho doméstico, transposto ao espaço da lógica de mercado, apresenta-se como a maior possibilidade de atuação profissional para mulheres, justamente por abarcar um contingente massivo de mulheres oriundas de classes populares, particularmente negras e de baixa escolaridade. O trabalho doméstico remunerado, neste sentido, expõe características intrínsecas da própria formação da sociedade brasileira, dentre as quais podemos destacar as heranças escravocratas, na qual cabia às mulheres negras o lugar de servidão no espaço doméstico; a considerável desigualdade econômica entre diferentes camadas sociais e entre homens e mulheres que viabiliza a contratação de trabalhadoras domésticas; a formação brasileira, enquanto sociedade patriarcal. Este cenário, além de preencher as ausências de ações e políticas públicas por parte do Estado, apresenta-se como palco ideal para o desenvolvimento de dinâmicas e atividades que validem a precarização do trabalho doméstico remunerado como conciliador entre trabalho produtivo e responsabilidades domésticas.

A importância da contribuição dos estudos de Saffioti (1979) acerca do trabalho doméstico no Brasil nos revela que o modo de produção capitalista convive, numa coexistência dinâmica e integrada, com formas de trabalho não capitalistas, como o trabalho doméstico (ainda que trabalhadoras domésticas sejam assalariadas, a remuneração é feita com renda pessoal, o que, segundo a autora, tem uma diferença fundamental para caracterizar a atividade como não capitalista). Para a autora, a classe de trabalhadores de atividades não capitalistas, estão inseridos no sistema capitalista à medida em que desempenham tarefas necessárias à reprodução do capital, acelerando ainda mais seus níveis de acumulação de riquezas.

(...) o assalariamento da força de trabalho específica para desincumbir-se de serviços domésticos em residências particulares foi inaugurado pelo capitalismo. Em modos de produção pré-capitalistas, a escrava e a serva realizavam as tarefas domésticas na casa do senhor sem retribuição pecuniária... Entretanto, as atividades desenvolvidas por empregadas domésticas em residências particulares não se caracterizam

como capitalistas. Com efeito, não se encontram elas subjugadas ao capital, mas são remuneradas diretamente pela renda pessoal (SAFFIOTI, 1979, p. 191).

Apesar das constantes alterações nas configurações das estruturas sociais e da própria composição familiar ao longo dos anos, inerentes às dinâmicas do capitalismo, não conseguimos observar qualquer ruptura expressiva nas condições do serviço doméstico quanto à sua realização de exclusividade de mulheres. Sobre este aspecto, a característica de servidão imposta às mulheres, funciona como mecanismo essencial para a efetividade das desigualdades presentes no trabalho doméstico. Sobre este estado de servidão, Betânia Ávila (2009) traz reflexões necessárias para seu entendimento:

Uma servidão que coloca as mulheres em um estado permanente de heteronomia quanto à organização do seu cotidiano e que está ligada a uma naturalização na representação simbólica das mulheres como seres que devem ser servis e estar à disposição dos outros para cuidar e suprir suas demandas afetivas e materiais no interior do espaço familiar doméstico. [...] Ser servil significa estar disponível a qualquer hora do dia e da noite, pois incluídas na dinâmica desse trabalho estão as atividades do cuidado com os outros/as. Neste sentido o tempo do trabalho doméstico é um tempo permanente, ou intermitente, durante todo o dia e todos os dias, prolongando-se para a noite. (ÁVILA, 2009, p. 106)

Desde a Revolução Industrial, que marca o início das práticas capitalistas, a porcentagem de participação feminina dentro da esfera produtiva de trabalho aumenta de maneira exponencial, sem que isso signifique, entretanto, uma ruptura ou alteração na sua relação com o trabalho doméstico não remunerado. Podemos observar como a ausência do Estado na implementação de políticas que promovessem o bem-estar social contribuiu diretamente na intensificação da sobrecarga das tarefas de reprodução para mulheres trabalhadoras, que ao estarem inseridas no mercado de trabalho formal, cumpriam (e continuam cumprindo) duplas ou triplas jornadas de trabalho. Para Maureen Mackintosh (1984 *apud* ÁVILA, 2009), o trabalho doméstico funciona ainda como base material da dominação patriarcal:

O trabalho não remunerado dentro do lar, quase todo feito por mulheres, eleva o padrão de vida da classe trabalhadora acima do provido pelo salário, e provê serviços de cuidado e socialização das crianças, isto é, da futura classe trabalhadora. Estes serviços, de outra maneira, só poderiam ser providos, menos efetivamente e a um custo mais alto para o capital, pelo Estado (MACKINTOSH, 1984, *apud* ÁVILA, 2009, p. 101).

Apesar da inegável contribuição dos estudos pioneiros sobre a divisão sexual do trabalho, trabalho reprodutivo e a vida de mulheres na ampliação da “discussão sobre as formas de valorizar o papel das mulheres nas duas instâncias sociais: a reprodução e a produção” (MELO & CASTILHO, 2009, p. 139), sabemos que estas análises não incluíam as dimensões raciais que atravessam a questão do trabalho doméstico e a própria realidade do Brasil. Em nossa pesquisa entendemos que o racismo, assim como o patriarcado e o capitalismo se constituem em uma condição estruturante das relações sociais, mas compreendemos também que por muito difundiu-se o mito da democracia racial no país. Neste aspecto, Nilma Gomes (2005) aponta como a negação das desigualdades advindas das relações raciais perpetua o racismo no Brasil:

[...] o racismo é alicerçado numa constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto, as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados a outros segmentos étnico-raciais do país (GOMES, 2005, p. 46).

O termo mito da democracia racial refere-se a crença de que no Brasil não existem práticas racistas e evidencia a dificuldade e negação que a sociedade brasileira apresenta no processo de entendimento e decodificação das manifestações racistas em nosso cotidiano. Utilizamos as elaborações do antropólogo Kabengele Munanga (2004) que expõe como o mito da democracia racial auxiliou a difusão no Brasil de uma das formas mais perversas de racismo: o racismo velado mascarado pelo status liberal e democrático. Ainda neste sentido, Munanga (2016) sublinha que:

[...] esse mito (da democracia racial) já faz parte da educação do brasileiro. E esse mito, apesar de desmistificado pela ciência, a inércia desse mito ainda é forte e qualquer brasileiro se vê através desse mito. Se você pegar um brasileiro até em flagrante em um comportamento racista e preconceituoso, ele nega. É capaz dele dizer que o problema está na cabeça da vítima que é complexada, e ele não é racista. Isso tem a ver com as características históricas que o nosso racismo assumiu, um racismo que se constrói pela negação do próprio racismo (MUNANGA, 2016).¹⁵

Apoiadas nesses pressupostos podemos perceber que a divisão sexual do trabalho encontra-se em constante simbiose com a divisão racial do trabalho na sociedade

¹⁵ ARAUJO, T. ‘Mito da democracia racial faz parte da educação do brasileiro’ diz antropólogo congolês Kabengele Munanga. **Portal Geledés**. São Paulo. 29 jan. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mito-da-democracia-racial-faz-parte-da-educacao-do-brasileiro-diz-antropologo-congoles-kabengele-munanga/>. Acesso em 06 ago. 2020.

brasileira, o que significa dizer que as relações sociais de sexo, classe e raça não atuam de forma isolada, pelo contrário, as formas de violência, opressão e discriminação as quais são submetidas as mulheres diariamente não ocorrem de forma homogênea, mesmo quando consideramos aquelas pertencentes as mesmas camadas sociais. O trabalho de Cecília Toledo (2008) respalda este pensamento ao afirmar que:

Apesar de todos os discursos sobre o fim do preconceito racial e da emancipação feminina, a sociedade burguesa ainda submete a mulher negra a um cotidiano cruel de machismo e racismo, colocando-a diante de grandes desafios. Além de lutar pelas reivindicações gerais das mulheres contra a opressão, a mulher negra é forçada a exigir uma política específica de combate ao desemprego, à violência e à baixa escolaridade que atingem de forma particularmente aguda a população feminina negra (TOLEDO, 2008, p. 88).

A autora bell hooks analisa como as condições históricas dos sistemas de dominação estruturam e, conseqüentemente, produzem um imaginário social que associa as mulheres negras à servidão doméstica e sexual, como produto do pensamento escravagista que as percebe como apenas corpo sem mente. Segundo a autora:

[...] O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza animalística e primitiva (bell hooks, 1995, p. 468).

Neste sentido julgamos essencial o conceito de consubstancialidade na compreensão das formas de entrelaçadas de atuação dos sistemas de opressão. Elaborado por Kergoat (2010) este conceito corresponde ao "[...] entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca" (KERGOAT, 2010, p.100). Kergoat (2010) aponta ainda a necessidade de entendimento das contradições existentes nas relações sociais e afirma que:

Não há uma relação circular; a metáfora da espiral serve para dar conta do fato de que a realidade não se fecha em si mesma. Portanto, não se trata de fazer um tour de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações que formam um "nó" no seio de uma individualidade ou um grupo. Quanto à coextensividade, ela aponta para o dinamismo das relações sociais. O conceito procura dar conta do fato de que elas se produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 100).

Destarte, a ideia de consubstancialidade e de coextensividade reforça a urgência em apreender as análises da divisão sexual do trabalho à luz das variações e dinâmicas que compõem a vida concreta e realidade social em que estão inseridas mulheres de uma mesma classe social, no sentido de evidenciar os impactos múltiplos a que cada uma delas está exposta. Entretanto, consideramos que o conceito de consubstancialidade como recurso analítico por si só não consegue abarcar a essência da produção destas diferenciações contidas nas experiências de muitas mulheres, fundamentalmente racializadas e empobrecidas, uma vez que sua elaboração está firmada em um paradigma ocidental moderno e eurocêntrico (CURIEL, 2014). Desse modo, compartilhamos dos pressupostos apontados pela autora que demonstra a necessidade de construção de uma posição decolonial feminista que ultrapasse o entendimento tanto da raça quanto de sexo, classe, etc., simplesmente como entrecruzamento dinâmico, mas sim como diferenciações produzidas pelas opressões imbricadas que o sistema colonial moderno produziu.

Com base nas considerações acima levantadas observamos que o capitalismo, em constante associação e simbiose com o racismo e o patriarcado, estrutura uma configuração tão coesa que compreender a divisão sexual do trabalho desconsiderando as complexas relações que surgem a partir dessa simbiose é uma tarefa impossível. Do mesmo modo que evidenciar as bases coloniais que garantem a plasticidade da divisão sexual do trabalho é vital na desnaturalização de construções sociais que a legitimam.

2.2 MOVIMENTO MODERNO E HABITAÇÃO SOCIAL

Como colocado até aqui, entendemos que o sistema capitalista é o grande alicerce da divisão sexual do trabalho, que também fornece as condições ideais para sua constante manutenção e reprodução. Neste sentido a apreensão do surgimento do Movimento Moderno no modo capitalista de produção e da sua estruturação em torno das questões relativas à promoção de habitações sociais é fundamental para compreendermos como a prática arquitetônica moderna é influenciada pelas complexas relações sociais que envolvem as atividades de reprodução no espaço doméstico.

O processo de industrialização, que culminou na modificação dos meios de produção e serviços vivenciados em todo o mundo, sobretudo na Europa no final do século XIX, tem sido apontado como o principal responsável pelas profundas alterações urbanas e habitacionais do século XX. Conforme aponta Tramontano (1997), as intensas

migrações entre campo e cidade, em função das novas técnicas agrícolas e a maior oferta de emprego nas indústrias, desencadearam diversos processos sociais durante o período da Revolução Industrial que deram origem à Modernidade. Henri Lefebvre (1991) corrobora este pensamento e afirma que:

A industrialização caracteriza a cidade moderna. [...] ainda que a urbanização e a problemática do urbano figurem entre os efeitos induzidos e não entre as causas ou razões indutoras, as preocupações que essas palavras indicam se acentuam de tal modo que se pode definir como sociedade urbana a realidade social que nasce a nossa volta (LEFEBVRE, 1991, p.3).

É neste contexto de modificações e revoluções que o Movimento Moderno surge, como uma reação às novas condições de produção, circulação e consumo impostos pela Modernidade. Com a intensificação no processo de urbanização dos grandes centros urbanos, rapidamente as questões relacionadas com a saúde pública e acentuada proliferação de doenças, a falta de estrutura das cidades e o déficit habitacional tornaram-se mazelas de grandes proporções, de modo que a promoção de moradias seguras e higiênicas passaram a ser consideradas as chaves para o alcance de uma sociedade plenamente desenvolvida. Neste sentido as propostas de habitação para a classe trabalhadora e a questão da garantia da salubridade do espaço urbano seguiam as mesmas premissas da industrialização, objetivando viabilizar a construção dessa cidade ideal, símbolo do avanço e do progresso. Segundo Leonardo Benévolo (1994):

O movimento moderno compreende um grande número de contribuições individuais e coletivas, e não é possível fixar sua origem num só lugar ou num único ambiente cultural. Aquilo que se pode constatar com segurança é a coerência dos diversos resultados que se tem a partir aproximadamente de 1927, quando é possível determinar também uma linha comum de trabalho entre as pessoas e os grupos de diversas nações (BENEVOLO, 1994, p. 403).

As cidades nesse período passavam por uma enorme crise habitacional e sanitária em virtude dos inúmeros processos migratórios e do acelerado desenvolvimento industrial e urbano que ocorria no Brasil. Conforme pontuado por Rosana Folz (2002, p. 11) “a péssima qualidade da moradia de trabalhadores, com terríveis condições de higiene e grande adensamento nos pequenos cômodos, foi a causa de muitas epidemias que dizimaram boa parte da população dos maiores centros.” Tendo principalmente os países europeus como referências no combate ao déficit habitacional, o movimento moderno e os vários estudos sobre conjuntos de moradia para as classes operárias se destacaram como a suposta melhor solução para esta crise, sobretudo nas décadas de 1920 a 1960. A

industrialização, que ocorria de maneira acelerada nos países europeus, e o impulso da política e do comércio internacionais eram justificados como agentes do “processo de modernização” nos países latino americanos (HARVEY, 1992, p.43). Desse modo, o discurso do poder público se pautava no pressuposto de que a construção de moradias higiênicas resolveria o problema habitacional e, como a arquitetura modernista seguia princípios sanitaristas, sua adesão serviu como base para adoção de um modelo funcional e estético que respondesse às demandas do Estado.

As primeiras atividades do Movimento Moderno podem ser definidas a partir da publicação da Declaração de La Sarraz, em 1928, que expressava o apoio à instituição de políticas de ocupação urbana coletiva, através da adoção de procedimentos industriais alinhados à racionalização e padronização da produção de moradia, como forma de superar a ultrapassada e ineficiente divisão espontânea do território. É esta publicação que marca o surgimento do I Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM)¹⁶, estruturando as discussões em torno da problemática das habitações proletárias e introduzindo as principais diretrizes de atuação da arquitetura e do urbanismo moderno: a elaboração de um modelo de moradia mínima, a reorganização das cidades em função de um zoneamento funcional e o estabelecimento de métodos construtivos eficientes e industrializados. Sobre a definição do que seria a moradia mínima, os esforços empreendidos na redução na área das habitações sociais significariam na prática uma economia para a construção civil e a possibilidade de industrialização, a partir da standardização dos processos e produtos. Ademais, “a concepção de uma habitação mínima era entendida como um instrumento social indispensável para a nova era e, na retórica positivista, incorporava um apelo à precisão científica para superar costumes tradicionais” (ROWE, 1995, p. 57).

A ideia de moradia mínima moderna retoma os conceitos de racionalização, tornando-o essencial na definição de novas condições de habitabilidade a um baixo custo, a partir das premissas da vida “higiênica” e sanitária. Conforme pontuado por Walter Gropius (1929 *apud* KOPP 1990) para alcançar esta racionalização a habitação popular deveria seguir três condições fundamentais: cada habitante necessitaria de um quarto

¹⁶ Os CIAM pesquisavam e debatiam as características da cidade e a sua arquitetura, funcionando como fórum de discussão sobre as formas de atuação que profissionais da Arquitetura e do Urbanismo deveriam seguir para instaurar a fase de total ruptura com as vanguardas que antecederam o movimento modernista (BENEVOLO, 1994).

individual, a cozinha teria que simplificar o trabalho doméstico e a mobília deveria facilitar a manutenção dessa vida higiênica e salubre. Ainda conforme o autor (1929):

A construção em massa de habitações mínimas tinha como pressuposto a industrialização dos componentes da construção; sua produção em série em usinas e sua montagem na obra. (...) a produção artesanal deve ceder seu lugar à produção industrial na nova arquitetura dessa época. Fabricar habitações como se fabricam automóveis, permitirá, acredita-se, diminuir o preço, como aconteceu com o automóvel. Daí a ideia da “máquina de morar” – expressão de Le Corbusier – mas conceito comum a todos os arquitetos da nova arquitetura (...) (GROPIUS, 1929 *apud* KOPP, 1990, p. 50).

Entendemos que o Movimento Moderno já se inicia apresentando uma tendência social, atuando em conjunto com as políticas estatais como meio de solução para as mazelas advindas dos processos de urbanização. Em virtude disso, podemos observar com maior intensidade que os primeiros anos de exercício da chamada “nova arquitetura” ocorreram em países nos quais o Estado apresentava um maior controle sobre o regime político e administrativo, como a Áustria, Alemanha e URSS. O pioneirismo da Alemanha merece destaque nessa contextualização histórica. Em 1925 a produção em massa de habitações sociais a partir de processos industriais já era uma realidade. Sob o comando do arquiteto Ernest May, a cidade de Frankfurt abrigou a construção de cerca de 15 mil unidades habitacionais para a classe trabalhadora em um tempo recorde. A partir da formulação de parâmetros que estabeleciam o padrão do mínimo espaço para a existência humana, baseada na racionalidade e standardização dos processos construtivos, o arquiteto desenvolveu um programa habitacional promovido pelo Estado que incluía ainda a adoção de equipamentos coletivos complementares para o cotidiano dessa nova sociedade. Sua estratégia projetual estava sedimentada nos estudos das condicionantes ambientais (insolação e ventilação), na facilitação das atividades domésticas¹⁷ e, sobretudo, nas relações sociais e biológicas desenvolvidas no espaço residencial, abarcando as conexões do mobiliário com os modos de vida e com o uso das habitações, sem se limitar ao espaço físico da moradia. Em linhas gerais, May reformulou o arranjo dos ambientes domésticos, diminuindo os espaços desnecessários para cada família trabalhadora, e flexibilizou sua utilização através da adoção de um mobiliário otimizado. O resultado desta reformulação foi a considerável redução da área habitada

¹⁷ O Arquiteto fazia referência ao conjunto de atividades desenvolvidas no interior doméstico necessários para a continuidade da vida humana, que incluíam as atividades reprodutivas, mas também abrangiam questões como o lazer, o descanso, atividades biológicas e etc. (AYMONINO, 1973).

em apartamentos com aproximadamente 40m² a 65 m² de área útil, que contavam com elementos estruturais pré-fabricados. Após a eficácia dos estudos de May, e a seu convite, é realizado o II CIAM, em 1929 na cidade Frankfurt, denominado “A habitação para a mínima existência¹⁸”. O congresso lidou com questões acerca da instituição do que seria o modelo de habitação social com áreas mínimas, a partir dos estudos científicos desenvolvidos pelos principais arquitetos da época, como Walter Gropius, Le Corbusier, Victor Bourgeois, etc. O objetivo deste CIAM se concentrou na resolução dos problemas concretos ligados à adoção do novo modelo habitacional e sua aplicação imediata. Conforme pontuado por Paulo Bruna (2010), para alcançar esta meta foi elaborado um extenso questionário que pretendia investigar as condições socioeconômicas locais de cada país, apoiando-se na explicação pormenorizada de um modelo de habitação mínima, construído ou não.

Folz (2005) conceitua as principais definições sobre o processo de promoção das habitações mínimas voltadas para a classe operária a partir da síntese de três propriedades principais: funcionalismo/racionalização, padronização e industrialização. A primeira propriedade estava relacionada à quatro atributos específicos: conveniência e integridade do material, expressão contemporânea das técnicas de construção e produção das edificações, layout e uso eficiente das edificações, e difusão de uma nova ordem espacial, negando todas as referências do passado. A autora aponta que a racionalização deveria ser considerada um elemento do processo industrial e não a característica principal da arquitetura moderna; A segunda propriedade relacionava-se ao processo de standardização, no qual a padronização dos processos e produtos elevariam a qualidade dos resultados e, principalmente, da sociedade que os utilizaria. Conforme escritos de Le Corbusier, a padronização era essencial para a garantia de exatidão do processo de produção em massa das habitações e para “se atingir a perfeição”; por fim, a industrialização fazia referência à adoção de procedimentos de organização e produção industriais no estabelecimento das funções desenvolvidas no espaço doméstico, a partir dos princípios do fordismo e do taylorismo. Essa condição das funções domésticas possibilitava uma standardização, através da qual a indústria poderia produzir habitações sociais em série a um baixo custo para o Estado.

¹⁸ Do original: Die Wohnung fur das Existenzminimum (MUMFORD, 2000).

Apesar de todas estas definições e elaborações realizadas nos dois primeiros CIAMs, a partir dos estudos individuais dos principais arquitetos da época, a preocupação com a produção em massa de habitações sociais foi priorizada em relação ao atendimento das necessidades das famílias que iriam ocupar estas moradias, o que ocasionou inúmeros prejuízos espaciais. Além disso, observamos que muito pouco foi produzido de habitações industrializadas, de modo que na prática a construção de habitações sociais significou a reprodução de “tipologias iguais, limitadas a uma tipificação da forma final e não de suas partes” (FOLZ, 2005, p. 109). Os modelos habitacionais adotados nessa tipificação partiam de estudos científicos que ignoravam as especificidades de cada usuário/o e induziam uma utilização específica do espaço habitado, que refletia as relações sociais adotadas pela coletividade, sobretudo no que se refere ocupação e apropriação das cozinhas residenciais, como veremos a diante.

2.3 O AVESSE DO ESPAÇO DOMÉSTICO MODERNO: UMA ABORDAGEM CRÍTICA FEMINISTA

*“Nenhuma
Palavra
Sustenta
o avesso
das coisas”*

Mana Bernardes (2018)

Projetar espaços domésticos é materializar as formas aceitas socialmente do morar, o que significa planejar moradias não somente para as necessidades e ideais de quem vai residir ali, como também lidar com as formas de convivência e revelar os anseios, desejos e estratégias de dominação da coletividade. Espaços domésticos são, portanto, artefatos culturais, moldados por intenções e intervenções humanas e reflexos diretos da sociedade. O *modus operandi* do pensamento projetual de ambientes domésticos modernos não desvia desse padrão.

O Movimento Moderno é o máximo exemplo da capacidade que a arquitetura e o urbanismo carregam de adquirir contornos delineados por discursos ideológicos e políticos, ao caracterizarem-se como pontos de ruptura com as tradições anteriores e uma resposta ao momento socioeconômico e político vivenciado no contexto de entre guerras europeu. As principais premissas da arquitetura e urbanismo modernos, advindas dos CIAMs partem do pressuposto de que a estrutura urbana das cidades deveria submeter-se a um planejamento global em prol do interesse coletivo, sem distinções entre as esferas pública e privada. A prática arquitetônica passa a ser entendida como um poderoso instrumento de transformação social, sobretudo nos aspectos ligados ao déficit habitacional enfrentados pelas cidades industrializadas, assim, acreditava-se no Movimento moderno que ao alterar as condições de vida na cidade e nas casas, também se modificariam as relações sociais. Entretanto, sabemos que o discurso ideológico atribuído à arquitetura moderna, pelos profissionais da arquitetura, partia de premissas hegemônicas que consideravam muito mais as estruturas sociais existentes que a própria construção do espaço. Como exemplo disto, podemos destacar os inúmeros textos e cartilhas de Le Corbusier¹⁹, que “ensinavam a correta utilização” da habitação modelo moderna, a “máquina de morar”²⁰. Desse modo, tanto o planejamento urbano quanto a prática arquitetônica reforçavam os lugares de poder e dominação que classificavam (e continuam classificando) certos grupos sociais como “outros” e “outras”, a partir de uma vasta gama de instrumentos de coerção e autoridade.

Ainda que nosso objeto de pesquisa seja a habitação de interesse social produzida pelo modernismo brasileiro, defendemos ser necessário uma breve explanação acerca da importância simbólica do modelo de residência burguês e dos conceitos de domesticidade vigentes neste período para revelar a influência que o ideal de família e os papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres, dentro de uma concepção hegemônica, tiveram nas medidas adotadas na construção coletiva das formas de habitar. Nosso intuito é

¹⁹ Le Corbusier, um dos percussores da Arquitetura e do Urbanismo modernos, tornou-se conhecido por elaborar processos de construção racionalistas e funcionais. Entre suas contribuições podemos citar a formulação da então nova linguagem arquitetônica do século XX, sintetizadas nos cinco pontos da arquitetura moderna, a saber: Construção sobre pilotis; Terraço-jardim; Planta livre da estrutura; Fachada livre da estrutura e a Janela em fita.

²⁰ Le Corbusier acreditava que a habitação modernista deveria funcionar como uma máquina de morar e cada elemento presente na “máquina” desempenharia um papel mecânico específico, com o objetivo de tornar-se indispensável na resolução do problema de déficit habitacional, e quiçá da Arquitetura. (VILLAÇA, Lis. Casa moderna: armadilha ou máquina de morar? Arquitetura no filme Meu tio e na Carta da Atenas. **Vitruvius**, 2015.

Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/14.163/5550>>. Acesso em: 27 jan. 2020)

compreender como este discurso foi empregado pelos projetos de habitação de interesse social como medida de dominação dos corpos femininos, de diferentes contextos sociais com o constante objetivo de alcançar este ideal de família e de lar.

No Brasil, a partir do avanço industrial e da difusão no uso dos eletrodomésticos sob a promessa de mecanização do trabalho doméstico, observamos a constante associação entre o projeto de governo desenvolvimentista²¹ e os conceitos vigentes acerca da domesticidade. A partir de 1930, a modernidade brasileira começa a consolidar-se moldada pelo ideário norte-americano do *American Way of Life*²² e passa a ser disseminada em todos os âmbitos sociais, culturais, políticos e econômicos. Como sublinhado por Adriana Touceda (2005), os Estados Unidos passaram a ter tal influência sobre o Brasil e sobre a América Latina, a fim de influenciar positivamente a opinião pública em relação aos interesses norte-americanos e neutralizar a disseminação do comunismo, na qual modernizar-se passou a ser sinônimo de americanizar-se. A esse respeito Touceda (2005) ainda destaca que

(...) muitos brasileiros já haviam optado pelo modelo de consumo americano, seu estilo de vida, filmes, moda, música, arquitetura e tecnologia. (...) Em uma cidade em vias de se modernizar, de se renovar, os hábitos de consumo se diversificavam, as formas de comportamento se alteravam. (TOUCEDA, 2005, p. 79)

As principais formas de atuação adotadas pelo governo brasileiro foram a importação de maquinaria e eletrodomésticos, a instalação de empresas multinacionais e a intensa distribuição de propagandas da cultura estadunidense nos principais meios de comunicação do país, como revistas e jornais. Nesse processo, o papel ocupado pelo espaço doméstico torna-se fundamental como alicerce do universo do consumo e destino de atuação das tecnologias desenvolvidas durante a segunda grande guerra mundial, uma vez que a casa passa a funcionar como instrumento do modernismo e do ideário

²¹ O termo desenvolvimentista refere-se às políticas econômicas baseadas na meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura com participação ativa do Estado como base da economia. O modelo desenvolvimentista foi aplicado no Brasil com maior intensidade durante o século XX, tanto pelos regimes autoritários, como no período do Estado Novo do governo de Getúlio Vargas e na Ditadura militar, quanto no governo democrático de Juscelino Kubitschek (GONÇALVES, 2012).

²² O termo *American Way of Life* ou Estilo de vida americano, em português, refere-se a um modelo de comportamento surgido no cinema nos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial, pautado nas premissas consumismo capitalista, da padronização social e na crença dos valores democráticos liberais. Nos filmes o modo de vida americano era retratado como o sonho de qualquer indivíduo no capitalismo. O modo de vida americano se reflete em um determinado comportamento de homens brancos, de classe média alta, com carro e de mulheres brancas, com corpos padronizados e sempre felizes, em grandes casas pré-fabricadas e cheias de eletrodomésticos, vendidos como “a solução para os problemas das mulheres” (HAYDEN, 1980).

hegemônico de poder dominante, a partir das práticas capitalistas e das políticas higienistas.²³

Ademais, o espaço doméstico era palco fundamental não apenas do consumo, como também lugar de mediação das relações sociais que se afirmavam nesse momento. As ideias de domesticidade que envolviam o conceito de família eram utilizadas pelo Estado como formas de controle feminino e estabelecimento das fronteiras e limites entre as esferas públicas e privadas, reafirmando os moldes de dominação hegemônicos nos quais os trabalhos doméstico e de cuidados eram constantemente invisibilizados. As representações femininas associadas a estas ideias eram propagadas, sobretudo, em conjunto com os princípios de moralidade que envolviam a formação cidadã brasileira e veiculadas através de propagandas publicitárias e periódicos, como os manuais de economia doméstica²⁴. Estes manuais, disseminados com maior intensidade a partir dos anos 1920, são um exemplo notório deste processo nos quais existem extensas seções “educando” o comportamento de mulheres sobre o lar e o trabalho doméstico, através da figura da “dona de casa” ideal. O estudo de Vânia Carvalho (2008) corrobora este pensamento ao pontuar que a educação doméstica para mulheres de classes abastadas tinha como objetivo reforçar o papel que elas desempenhavam na mediação entre o mundo urbano, externo e competitivo e o universo do lar como um espaço acolhedor, aconchegante e, portanto, gerador de felicidade.

Conforme pontuado por Leslie Weisman (2003), dentro do universo de habitações modernistas das classes mais abastadas,

“(…) o homem, enquanto chefe da família, sempre possuiu lugares de autoridade, privacidade e lazer dentro da casa: a cabeceira da mesa, a sala de estudos, uma espreguiçadeira especial – a famosa “cadeira do papai”. Ao passo que a mulher, além de não ter um ambiente próprio de importância equivalente nesta hierarquia espacial, está ligada sempre às áreas de serviço ou está servindo a alguém. Ela é uma cozinheira na

²³ As políticas higienistas corresponderam a uma série de medidas ligadas às questões de higiene e salubridade que, apresentando-se como solução aos altos índices de mortalidade infantil e à saúde precária dos adultos, tinham como objetivo a busca pelo controle do caos consequente do acelerado e desordenado processo de urbanização das cidades, durante o século XX (LIMA, 1998).

²⁴ Os manuais de economia doméstica são uma releitura das revistas inglesas, veiculadas a partir do século XVIII, que buscavam difundir ideias a respeito da família e a função das mulheres no lar, como esposa, mãe e responsável pela organização das atividades de cuidados e manutenção da casa. Conforme pontuado por Tania Lima (1995), nas primeiras décadas do século XX, estes manuais foram adotados com vigor como “código de conduta dos segmentos médios da população no Brasil” (LIMA, 1995, p. 49).

cozinha, uma mãe no quarto das crianças, uma empregada na área de serviço, um amante no quarto” (WEISMAN, 2003.Tradução nossa)²⁵.

Neste sentido, a lógica projetual arquitetônica, imersa no contexto social de dinâmicas distintas entre homens e mulheres, adota uma série de medidas e soluções espaciais que validam a invisibilização do trabalho doméstico. A exemplo disto, podemos citar o modelo de zoneamento tripartite que ao fundamentar-se na divisão do espaço da morada em áreas a partir de sua função (áreas social, íntima e de serviço), elucida de modo ímpar como a produção da arquitetura “é dominada por sistemas pré-existent de propriedade, formulados social e culturalmente” (ARAÚJO, 2006, p. 05). A casa moderna burguesa, então, é firmada com base nesta concepção arquitetônica segregadora, na qual a criação de espaços e divisões internas são definidas por suas funções e pela classe/sexo de quem realizaria tais atividades, ou como sublinha Maria Cecília Homem (1996):

Ao homem destinou-se o gabinete, lugar com entrada independente, onde ele se isolava a fim de tratar de assuntos confidenciais. [...] À mulher reservou-se apenas um cômodo exclusivo, a sala da senhora, situada entre a zona de serviços, a sala de jantar e a sala de visitas, numa clara alusão às suas atribuições: incursões pelos serviços e pelo estar informal (HOMEM, 1996, p. 25-27).

O modelo modernista de habitação, definido com base neste zoneamento (que perdura até os dias atuais), expressa em sua constituição valores da cultura de segregação que considera o modelo de família nuclear tradicional, composto por um casal heterossexual e filhos, como único e reitera, veementemente, a divisão sexual do trabalho. Ademais este modelo de moradia burguesa funciona como uma extensão do território de domínio masculino e contribui na valorização de um discurso hegemônico de subserviência, quando observamos sua associação às ideias do papel feminino como pilar estruturante da família, moral e civilidade. Em paralelo a estas práticas arquitetônicas que ratificavam a visão do papel da mulher branca burguesa no seio do lar, observamos também a sustentação da marginalidade ocupada pela empregada doméstica e o constante esforço social de manter invisíveis tanto o trabalho doméstico quanto a trabalhadora.

²⁵ Texto original: “The home, long considered women’s special domain, reinforces sexrole stereotypes and subtly perpetuates traditional views of family. From the master bedroom to the head of the table, the ‘man of the house/breadwinner’ is afforded places of authority, privacy (his own study), and leisure (a hobby shop, a special lounge chair). A homemaker has no inviolable space of her own. She is attached to spaces of service. She is a hostess in the living room, a cook in the kitchen, a mother in the children’s room, a lover in the bedroom, a chauffeur in the garage. The house is a spatial and temporal metaphor for conventional role playing” (WEISMAN, 2003, p. 02).

Neste sentido, o zoneamento tripartite das habitações, que estabelecia graus distintos de compartimentação do espaço privado para garantir os níveis de conforto e acolhimento considerados “ideais” nas casas burguesas, era definido a partir de dois questionamentos essenciais: Quem iria utilizar cada ambiente? Para qual finalidade o ambiente seria utilizado?

Nesta dissertação defendemos que a vida das mulheres foi e é baseada em seu papel de reprodução, tanto pela criação dos filhos, como pela responsabilidade de manutenção da vida e relaciona-se a uma série de atividades não remuneradas que permitem a sobrevivência da família e o funcionamento da sociedade como um todo. Deste modo, acreditamos que a divisão sexual do trabalho estrutura e está na origem das desigualdades entre homens e mulheres, uma vez que é sobre esta divisão que se fundam a exploração, a dominação e o antagonismo nas relações sociais entre os sexos. Entretanto, sabemos que a universalização da subordinação feminina considerando apenas as relações sociais de sexo provoca, além da generalização da categoria de mulheres, a invisibilização das experiências de mulheres atravessadas pelo racismo, pelo classismo e pela heterossexualidade.

O emprego doméstico no Brasil é uma questão intimamente relacionada as dinâmicas raciais e as heranças recentes de um passado escravocrata. Desse modo, compreender que a consolidação da arquitetura moderna habitacional, assim como a própria história de formação da sociedade brasileira, é atravessada pelos diversos marcadores sociais de opressão, sobretudo pela raça, é elaborar como a prática arquitetônica produziu novas formas simbólicas e físicas de processos de exclusão racistas, sexistas e classistas. O estudo de Homem (1996, p. 25), corrobora este pensamento ao apontar que neste período a produção de espaços domésticos “lançou mão de soluções arquitetônicas que garantissem o menor número possível de contatos com os criados e com as classes menos abastadas”. Além disto, os discursos dos diversos arquitetos-estrela²⁶ deste período, presentes na revista Acrópole²⁷ (principal meio de difusão da arquitetura modernista nacional e espaço de diálogo entre arquitetos²⁸ e a

²⁶ Podemos citar como os mais recorrentes: Vilanova Artigas, Luis Saia, Carlos Lemos, Oswaldo Bratke, Eduardo Corona, Sérgio Bernardes, Rodolpho Ortenblad Filho, Franz Heep, entre outros.

²⁷ Para mais informações, consultar Revista Acrópole. Disponível em: < <http://www.acropole.fau.usp.br/>> Acesso em 27 jan. 2020.

²⁸ Adotamos a flexão de gênero do substantivo no masculino para a referência a profissionais da Arquitetura em razão da existência exclusiva de entrevistas e projetos de autoria de arquitetos na revista Acrópole, a partir da década de 1950.

sociedade), demonstram como o zoneamento funcional é elemento central nas decisões projetuais e como a adaptação à realidade local, climática e social, é dotada de soluções que apresentam barreiras, espaços de apagamento e filtros de mediação: cobogós, muxarabis, pérgolas, mobiliários, desníveis, copa, e, sobretudo, a edícula funcionam como um limite entre família e trabalho doméstico. Cabe ressaltar aqui a importância simbólica que as edículas²⁹ carregavam como legado da sociedade colonial brasileira e da conformação dos engenhos e casas-grandes, o principal registro de moradia da época. Se traçarmos a árvore genealógica, analisando as relações entre ambas, observamos, sem muitos esforços, por exemplo, que o “quartinho de empregada” é descendente direto das senzalas.

“(…) é uma solução arquitetônica eminentemente brasileira que nasceu da necessidade de se manter empregados domésticos a uma distância prudente da casa. (...) A edícula, por que não, ajuda a manter vivo o espírito da senzala” (TOUCEDA, p. 213).

A despeito dessa visão burguesa da habitação modernista, Carolina Maria de Jesus, no seu livro *Quarto de Despejo* (2014)³⁰, traz uma visão que questiona não só a cidade moderna, como também os significados atribuídos ao lar como um espaço de privacidade e acolhimento. Sua vivência dos espaços públicos e privados modernistas desmascaram as falácias de transformação social e revelam que a produção e manutenção de ambientes construídos segregados orientam-se por estruturas de manutenção de poder e hierarquias que regulam a organização e reprodução do espaço, ao seguir uma lógica patriarcal, racista e classista. Neste aspecto, a categoria raça, ao associar-se a dinâmicas urbanas e domésticas, não se caracteriza enquanto elemento monolítico, uma vez que envolve relações complexas e diversas problemáticas impostas às populações negras. Conforme pontuado por Jesus (2014):

Cheguei no inferno. Abri a porta e pus os meninos para fora (...). Eu não vou na porta de ninguém. É vocês que vem na minha porta aborrecer-me. (...) O que aborrece-me é elas vir na minha porta para perturbar a minha escassa tranquilidade interior (...) mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. Sei dominar meus impulsos (JESUS, 2014, p. 15-16).

²⁹ Edículas são pequenas construções localizadas nos quintais das residências urbanas das classes rica e média sem, necessariamente, apresentar algum tipo de ligação física com a casa principal. Tais construções eram destinadas à moradia das(os) empregadas da habitação.

³⁰ As passagens utilizadas nesta pesquisa provêm da edição de 2014, que se encontra nas referências finais do trabalho. A edição original de *Quarto de Despejo* foi publicada pela Livraria Francisco Alves em 1960.

Quarto de Despejo (2014) é uma reunião dos diários da autora durante os anos de 1955-1960, e aborda suas experiências cotidianas como mãe, chefe de família e trabalhadora informal e, nesta altura, moradora da favela do Canindé³¹. A rotina da autora, sobretudo no que se refere a configuração familiar, já que era mãe-solo, foge das concepções hegemônicas da época sobre o papel ocupado pelas mulheres vistas com dignidade. Tal dignidade residia no fato de mulheres brancas de famílias abastadas permanecerem quase que em período integral dentro de suas residências, ao passo que mulheres operárias e a própria Carolina Maria de Jesus, além de trabalhar fora de casa, precisava circular nas ruas para conseguir arrecadar os materiais de seu sustento. Neste sentido, é necessário evidenciar que o espaço público figurado pela rua funcionava em constante oposição ao lar, sendo visto como um local de sujeira, violência e vulgaridade. Conforme destaca Cláudia Fonseca (2004):

Em vez de ser admirada por ser “boa trabalhadora”, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral, uma vez que o assédio sexual era lendário. (FONSECA, 2004, p. 516)

O relato de Jesus (2014) evidencia a necessidade crucial de compreensão das determinações sociais inscritas nas relações sociais de sexo, classe e raça/etnia, compreendidas como relações sociais estruturais de exploração, dominação e apropriação que organizam a realidade social. O trabalho produtivo formal ou informal era uma questão essencial na diferenciação de classes e raça/etnia entre as mulheres brasileiras nos anos iniciais do século XX, sendo frequentemente ocultado e minimizado. O trabalho fora do ambiente doméstico é algo que difere não somente as mulheres a partir da raça e da classe social, como também as formas de vivência e apropriação do território urbano das cidades brasileiras, como aponta Jesus (2014):

(...) as oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos (sic), almofadas de sitim (sic). E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2014, p. 35)

A habitação, enquanto objeto de investigação dos diversos campos do saber, é entendida como palco e agente fundamental na definição coletiva de identidade e

³¹ Não utilizaremos aqui a designação de “escritora favelada” devido à recorrência com que autora afirma o seu não-pertencimento à favela durante a escrita do seu diário, além de não condizer com a sua construção literária, pois restringe seu campo discursivo ao universo do qual ela própria buscou afastar-se.

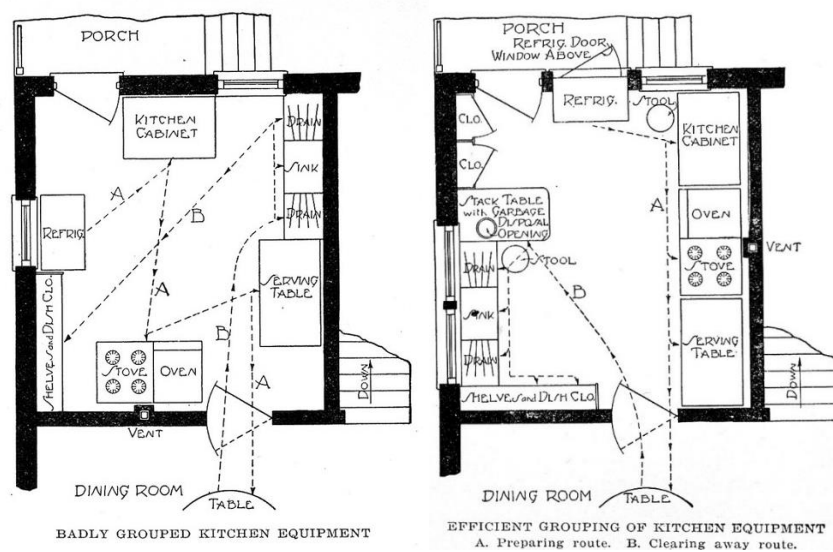
enraizamento. Neste sentido, o modelo de moradia social implantado no Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, sofreu forte influência do Movimento Moderno europeu e das definições elaboradas pelos CIAMs, sem uma contextualização efetiva às realidades locais e, conseqüentemente, sem uma compreensão das dinâmicas que envolvem homens e mulheres na sociedade brasileira. Isto significa dizer que esta produção arquitetônica brasileira é fruto de um conhecimento colonizado que não permite o entendimento das realidades materiais e concretas que ocorriam nas diferentes localidades do país, além de limitar o abarcamento político de categorias e conceitos originados do exercício em comunidades (sobretudo aqueles advindos de práticas de mulheres) sem privilégios de raça, classe, sexualidade e geopolítica (CURIEL, 2014). Desse modo, é através dos processos de produção e apropriação do espaço doméstico, sobretudo nas habitações sociais, que podemos observar com maior facilidade a atuação interligada do capitalismo, sexismo, racismo, classismo, heteronormatividade, dentre outros sistemas de dominação, na dinâmica das relações sociais, a partir de uma perspectiva crítica feminista.

A habitação social moderna pode ser definida como o modelo de moradia promovido pelo Estado para a classe trabalhadora e elaborada a luz dos princípios modernos, ou seja, princípios racionais e funcionalistas. Ainda que, em virtude da necessidade de standardização, a área deste modelo habitacional tenha se reduzido ao “mínimo” necessário para atingir a considerada vida salubre e higiênica, observamos a resistente divisão funcional dos seus ambientes, na qual aparecem bem definidas e opostas as áreas sociais, íntimas e de serviço. Neste sentido, o processo de elaboração do que seria essa habitação mínima foi desenvolvido a partir da definição da zona de serviço, composta pelos espaços da cozinha e da lavanderia, devido aos processos de industrialização associados a alguns fatores intimamente ligados as atividades do trabalho doméstico, como a chegada de novos eletrodomésticos, a diminuição do tamanho das famílias, a incorporação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho formal, a diminuição das refeições feitas em casa, a industrialização dos alimentos, entre outros.

Um exemplo disso pode ser observado na influência dos conceitos e métodos do fordismo e do taylorismo na concepção das cozinhas residenciais que passaram a ser encaradas como centros de produção de alimentos e analisadas da mesma forma que fábricas. O trabalho desenvolvido por Christine Frederick (1919) foi fundamental na compreensão e estudo das atividades desenvolvidas em todo o espaço doméstico, mas

sobretudo, no ambiente das cozinhas. No livro “Household Engineering: Scientific Management in the Home”, Frederick pontua os movimentos “inúteis” executados nas cozinhas domésticas, a partir dos princípios industriais, buscando simplificar ao máximo o tempo gasto na realização das atividades e a economia dos movimentos. Conforme sublinha Conceição Martins (2013) a importância do trabalho de Frederick reside na análise minuciosa dos utensílios e equipamentos utilizados nas cozinhas residenciais e sua influência na execução das tarefas, classificando-os em categorias distintas de economia: economia de combustível, economia de deslocamento, economia de trabalho e economia de tempo. A partir da comparação com o leiaute da cozinha convencional, Frederick elabora um novo projeto supostamente eficiente para este espaço indicando os fluxos e movimentos através de diagramas que retratavam sua preocupação com a racionalização do tempo na execução das atividades domésticas (ver Figura 6).

Figura 6: Comparação entre os fluxos do leiaute da cozinha convencional, à direita, e o modelo proposto por Frederick, à esquerda.



Fonte: Wellcomecollection.org³².

De modo semelhante, a arquiteta Margarete Schütte-Lihotzky (1927) utilizou as ideias difundidas por Frederick e analisou como era o movimento de mulheres na cozinha residencial e, a partir destes estudos, desenhou diversos diagramas, sugerindo um novo arranjo configuracional, inclusive sobre o posicionamento dos componentes da cozinha. O leiaute da cozinha de Frankfurt, como ficou conhecido o projeto, foi desenvolvido de

³² Disponível em:

<https://wellcomecollection.org/works/b69xdyck?wellcomeImagesUrl=/indexplus/image/L0019286.html>
 acessado em: 30 jul. 2020

modo a buscar a máxima eficiência do espaço, a partir das demandas de mulheres operárias. Construído a partir de um modelo único, apresentava sempre as medidas de 1.90m x 3.40m, conformando uma superfície retangular livre, circundada por uma linha de armários e outra de equipamentos encostados às paredes principais, além de um campo de trabalho sob a janela de uma das paredes secundárias (ver Figura 7). A arquiteta além de redefinir as circulações no interior da cozinha, reavaliar os materiais e cores utilizados nos utensílios domésticos para uma fácil manutenção e garantia de higiene e segurança, promove também uma nova articulação do cômodo com os outros ambientes da habitação. Conforme sublinhado por Anatole Kopp (1990), o projeto de Lihotzky foi tão bem aceito que em 1930 cerca de 10.000 cozinhas haviam sido construídas nos conjuntos habitacionais de interesse social de Frankfurt, além de influenciar o desenvolvimento de novos estudos tipológicos sobre cozinhas domésticas em toda a Europa.

Figura 7: Reprodução do projeto de cozinha de Margarete Schütte-Lihotzky, conhecida como Cozinha de Frankfurt.



Fonte: NPR.org³³.

Apesar do reconhecimento da extrema relevância em termos arquitetônicos e sociais dos estudos desenvolvidos por Frederick (1919) e por Schütte-Lihotzky (1927), encurtar os caminhos do fluxo de trabalho não contribuiu na diminuição dos trabalhos domésticos realizados por mulheres, que continuavam executando-os de maneira exclusiva. Estes dois modelos de cozinhas, desenvolvidos durante o século XX, apenas

³³ Disponível em: <<http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=129935115/>> Acesso em: 30 jul. 2020.

isolavam as mulheres espacialmente, tratando-as como seres passíveis de mecanização e ignorando completamente a questão central da divisão sexual do trabalho e as diferentes concepções do que é cozinhar e utilizar uma cozinha. Além disso, o projeto da cozinha de Frankfurt possuía outras limitações, conforme pontuam Silke Kapp e Sulamita Fonseca Lino (2008):

Ela segrega definitivamente o trabalho doméstico das funções de lazer e socialização da moradia; o que também significa reiterar a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. Conversar, ler ou ouvir rádio se tornam atividades reservadas à sala de estar e hermeticamente protegidas dos odores e calores da cozinha, cujos bem equipados 8m² mal comportam duas pessoas. E a cozinha de Frankfurt é inteiramente desenhada para o corpo da mulher de estatura mediana daquela época, de modo que os homens estavam de antemão dispensados do trabalho doméstico e as mulheres canhotas, baixas, altas ou gordas não tinham possibilidade de ajustar o espaço a suas próprias necessidades; isso sem mencionar eventuais “desvios” de desejos ou hábitos domésticos (KAPP; LINO, 2008, p. 22).

2.3.1 A relevância dos sistemas coletivos de serviços domésticos e o exemplo paradigmático do Narkomfim

No debate sobre como superar as desigualdades impostas pela divisão sexual do trabalho na vida de mulheres, estudiosas/os da teoria marxista estabeleceram que a socialização das tarefas domésticas e do cuidado com crianças seria o único caminho para a conquista da liberdade econômica e autonomia feminina. Davis (2016) afirma que a responsabilidade pelas atividades de cuidado e manutenção do lar, quando coletivizadas, significa retirar das mulheres a obrigação de executar estas tarefas individualmente a que estavam submetidas, em função a divisão sexual do trabalho:

[...] O que é necessário, claro, são novas instituições sociais que assumam uma boa parcela das velhas obrigações da dona de casa. [...] A abolição das tarefas domésticas enquanto responsabilidade privada e individual das mulheres é claramente um objetivo estratégico da libertação feminina. Mas a socialização das tarefas domésticas – incluindo o preparo das refeições e o cuidado das 31 crianças – pressupõe colocar um fim ao domínio do desejo de lucro sobre a economia. (DAVIS, 2016, p. 244)

A socialização das atividades domésticas significaria não apenas uma modificação socioeconômica, como também demandava uma intensa remodelação arquitetônica das habitações e estruturas coletivas promovidas pelo Estado. Neste sentido, a contribuição de Dolores Hayden (1982) é fundamental, pois apresenta uma perspectiva feminista de

abordagem interdisciplinar do tema, ampliando o escopo explicativo do fenômeno arquitetônico no espaço doméstico e os impactos na vida de mulheres. No livro *The Grand Domestic Revolution: History of Feminist Designs for American Homes, Neighborhoods and Cities*, Hayden (1982) traz uma nova abordagem arquitetônica às habitações através de experimentos que visavam reestruturar os arranjos do cotidiano, sublinhando a urgência de alterações na esfera doméstica e nas formas de apropriação este espaço. A autora vai de encontro à ideia de romantização do lar e dos conceitos de domesticidade, focalizando a discussão nas questões advindas da divisão sexual do trabalho, principalmente no papel social atribuído às mulheres. De forma bastante objetiva, Hayden relata a história do movimento de duas gerações de feministas norte-americanas, do início do século XX, que se empenharam em construir bairros com espaços específicos para a realização de serviços domésticos coletivos, como cozinhas, refeitórios, lavanderias e creches. Seus esforços foram motivados pela necessidade de evidenciar as concepções do movimento feminista estadunidense e as contribuições soviéticas que propunham a coletivização das atividades de cuidado e manutenção do lar, com o objetivo de questionar a divisão sexual do trabalho e desvincular a exclusividade na realização dessas atividades pelas mulheres norte-americanas.

Hayden (1982) estrutura seu pensamento a partir da crítica feminista do modelo desenvolvimentista estadunidense, traçando um paralelo entre as políticas urbanas e o financiamento de moradias baseado no modelo heteronormativo, burguês e branco de família que evidencia o trabalho doméstico e a figura da “dona-de-casa” como pilares centrais do pensamento arquitetônico e urbanístico modernos. Ademais, o modelo social estabelecido no consumo em massa e na propriedade privada, propagado pela suburbanização³⁴ e pelo *American Way of Life*, revela não apenas como a incorporação de eletrodomésticos e automóveis pela classe média branca foi fundamental na absorção do excedente de capital, como também demonstra que a adoção deste modelo arquitetônico e urbanístico reiterava as práticas racistas do Estado, nas quais as áreas centrais e desvalorizadas eram relegadas às populações pobres, majoritariamente negra e feminina. A obra de Hayden (1982) adquire sua importância ao oferecer uma nova perspectiva sobre a história da habitação moderna, adicionando voz as principais

³⁴ O termo suburbanização faz referência a uma forma de organização territorial e espacial que concentra as áreas residenciais nas periferias urbanas de cidades. Estes complexos urbanos habitacionais são conectados por uma rede de rodovias expressas às áreas centrais das cidades onde estão situados os serviços comerciais, institucionais, de saúde e lazer.

personagens desta história. Embora este trabalho relate um movimento centenário que não teve êxito em produzir uma mudança generalizada, o conhecimento desta história é de extrema relevância para iniciar o debate acerca da infinidade de problemas domésticos advindos da divisão sexual do trabalho, a partir de uma ótica feminista. Com questionamentos acerca do sexismo e do classismo, a autora expõe como modificações arquitetônicas são extremamente necessárias para a reestruturação da vida doméstica.

Numa via oposta àquela estabelecida no cenário estadunidense, observamos como as políticas econômicas da URSS, sob a ótica da teoria marxista em associação as práticas arquitetônicas e urbanísticas, representavam o direcionamento ideológico de ação estatal que objetivava a instituição de uma sociedade sem distinções de classe, inaugurando fundação de uma “grande família”, a da classe trabalhadora. Neste sentido, a importância da produção habitacional elaborada pelo Estado Soviético é vital na discussão sobre as concepções capitalistas acerca da família burguesa e da ideia de domesticidade, influenciando o debate sobre a lógica sexista presente no pensamento projetual arquitetônico hegemônico. As ações estatais voltadas para a criação de moradias proletárias representaram a tentativa de buscar outras concepções e arranjos tipológicos que contribuíssem no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, sobretudo para a condição das mulheres soviéticas, no tocante à divisão sexual do trabalho.

Com a ideia de que homens e mulheres deveriam viver e trabalhar igualmente, o movimento de mulheres, em uníssono com o recente regime socialista, afirmava que as construções sociais advindas da divisão sexual do trabalho teriam que ser destruídas e a casa deveria funcionar como uma ferramenta de transformação social. Com efeito, os espaços coletivos de serviços domésticos, como cozinhas e lavanderias, surgem com o intuito de possibilitar a produção em larga escala da habitação modernista e desvincular a mulher operária das atividades domésticas individualizadas.

(...) a ideia dominante, como no que se refere a própria habitação, é que tudo o que constitui o ambiente material da vida cotidiana influi sobre o comportamento e participa assim da transformação progressiva da natureza humana. Os grandes equipamentos coletivos do bairro, as lavanderias coletivas, as creches, as salas de reunião têm a mesma função. Sua multiplicação contribui, ao transferir para fora da habitação familiar tarefas domésticas que antes ali ocorriam, para a evolução do conceito mesmo de família e para acelerar a passagem da família extensa, necessária para a realização dessas tarefas dentro da casa, para a família “moderna”, reduzida aos pais e aos filhos e que se apoia, para a maior parte de suas atividades, em uma rede de equipamentos, que

permite a socialização dessas atividades (GROPIUS, 1929 *apud* KOPP, 1990, p. 60).

A experiência soviética é extremamente valiosa para nossa investigação por representar um exemplo paradigmático que conseguiu articular de modo ímpar teoria e movimento feminista à produção espacial arquitetônica, a partir da reformulação dos modelos habitacionais existentes até aquele momento. Ainda que sejam ideias de domesticidade e contextos geográficos, políticos e socioeconômicos distintos, entendemos que o pioneirismo da URSS na coletivização das atividades domésticas e de cuidado como ferramenta de viabilização da estandardização das habitações funcionou como modelo que influenciou fortemente o Movimento Moderno como um todo. O Estado Soviético, ao reduzir o espaço doméstico a áreas mínimas, estabeleceu como premissa três estratégias projetuais para a promoção da industrialização das habitações proletárias: i) estratégia de industrialização das habitações; ii) estratégia de criação de espaços coletivos de serviços domésticos; iii) estratégia de habitações autossuficientes. A primeira consistia na proposta de conjuntos habitacionais de grandes proporções que funcionariam como fábricas e permitiriam as mulheres a contribuição integral na produção industrial. A segunda compreendia uma proposta de conjuntos habitacionais de moradias de baixo custo com cozinhas e lavanderias centrais, que seriam geridas pelos próprios habitantes, facilitando a participação em tempo integral das mulheres soviéticas no mercado de trabalho. Por fim, a terceira proposta consistia na implantação de grandes blocos de apartamentos com serviços internos, necessários a vida comunitária – como liceu de artes e ofícios, espaços de convivência, ginásio de esportes, etc., ligados aos equipamentos coletivos de serviços domésticos centrais.

Além disso, a URSS reuniu, de forma pioneira, as demandas reais de mulheres trabalhadoras, através do movimento de mulheres socialista institucionalizado no seio do Estado, a partir da criação do Departamento Feminista, o Jenotdel³⁵. Criado em 1919, este órgão de mulheres do Partido Comunista tinha como objetivo a emancipação feminina e a transformação da vida cotidiana das mulheres proletárias. Nesse sentido, o Jenotdel apresentou-se como uma valiosa instituição na luta coletiva das mulheres soviéticas, sobretudo na era de mudanças e transformações no âmbito legal, a partir das concepções e estruturações da família. Thaiz Senna (2017) afirma ter sido necessário não apenas

³⁵ Departamento das Mulheres Trabalhadoras e Camponesas, surgiu a partir do Comitê Central das Mulheres, criado no I Congresso Nacional de Mulheres Trabalhadoras e camponesas em 1918.

eliminação das leis retrógradas, como também a criação de uma nova legislação que favorecessem a colocação da mulher no novo patamar na URSS, um lugar de poder social. Com efeito, o primeiro Código Soviético da Família, instituído em 1917, buscava fundamentar os questionamentos acerca do papel da mulher e do homem no âmbito doméstico e o próprio poder patriarcal. Questões como o divórcio, a maternidade, o aborto, a educação infantil e a realização das atividades domésticas, passaram a ser discutidas coletivamente a partir dessa perspectiva progressista e entendidas como força de trabalho. Apesar da inegável importância, a introdução das novas legislações per si não era suficiente para garantir o fim da subordinação feminina na URSS. Como apontado por Senna (2017, p. 104) “uma sociedade não seria convencida de mudanças tão profundas em seu cotidiano apenas com o texto escrito. Os problemas tinham suas raízes fincadas em instituições e práticas sociais que ultrapassavam os mecanismos legais.” A solução encontrada pelo Estado foi a criação de instituições públicas e gratuitas, como cozinhas, lavanderias, creches e escolas, além do investimento em propaganda de convencimento, na qual a mulher era tratada como figura pública e política, demonstrando que ela também poderia ocupar aquele lugar (ver Figura 8).

Figura 8: “Abaixo à escravidão na cozinha! Dê-nos uma nova existência!”



Fonte: CHEGAL, 1931, *apud* SENNA, 2017.

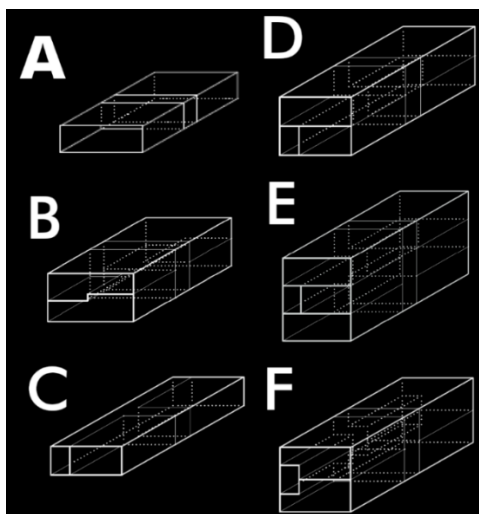
Todas essas modificações e reestruturações vivenciadas no campo político, legislativo e econômico após a Revolução de Outubro, também se refletiram no que concerne às questões habitacionais. Em 1927, o Estado soviético começou um intenso processo de transformação social baseado em um novo regime de ocupação do solo, que buscava resolver as demandas da população, principalmente as questões ligadas à moradia. A solução, então, conectava as limitações econômicas e técnicas às transformações sociais que se supunham que fossem exigidas pela coletividade, com o intuito de promover uma mudança imediata no modo de vida da população e,

principalmente, no espaço doméstico. Com a necessidade de consolidação da sociedade revolucionária comunista, as reformas da vida cotidiana, *novyy byt*³⁶, fundamentadas na ideologia marxista e na sua materialização não apenas pelo viés da literatura ou da filosofia, mas principalmente, pelas vias da industrialização do país.

Em 1928, o Estado Soviético criou um órgão que se encarregava exclusivamente da regulamentação geral e racionalização das questões ligadas à construção em todo o território nacional, o comitê *Stroykom*. O surgimento deste órgão ocorreu em um período economicamente bastante favorável para o setor da construção: o Estado havia adotado um conjunto de medidas para alcançar a industrialização acelerada do país, cujo objetivo era conduzir à autossuficiência da URSS. A construção de moradias para trabalhadores no país era uma prioridade, de modo que a necessidade de combinação da adaptação ao crescimento do socialismo no país era vital na demanda habitacional das famílias trabalhadoras. Através de uma série de princípios norteadores e pesquisas com a população trabalhadora, o *Stroykom* desenvolveu processos analíticos e avaliativos para a elaboração de modelos habitacionais diferentes daqueles concebidos até então, que viabilizariam a padronização e standardização da nova moradia do proletariado. A série de unidades residenciais apresentada pelo Estado Soviético explorava pioneiramente o conceito de habitação mínima e consistia no agrupamento e combinação de seis modelos volumétricos (designados pelas letras A, B, C, D, E e F), que diferiam no tipo de circulação, no número de pavimentos, na quantidade de quartos e no tipo de cozinha adotada (ver Figura 9).

³⁶ A expressão *novyy byt* significa a nova vida cotidiana relacionada à vida material, funcionando como uma expressão que sintetiza a ideia do “novo homem” e da “nova mulher” soviéticos.

Figura 9: Células habitacionais propostas pelo Estado Soviético.

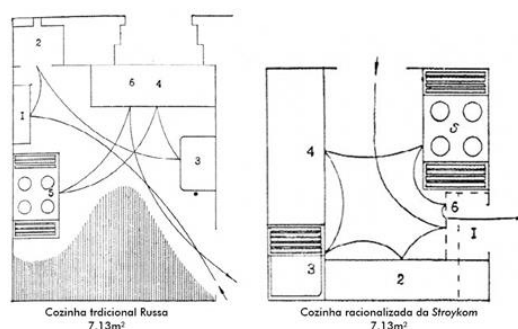


Fonte: VEGA, 2015, editado pela autora.

O estudo das habitações com o objetivo de eficiência econômica pautava-se principalmente na compreensão das atividades domésticas e na rotina das famílias, de modo que o Estado Soviético concentrou suas análises na investigação das dimensões e circulações das cozinhas convencionais representativa das moradias da época, cuja superfície era de aproximadamente 7,13 m², num processo similar àquele efetuado por Christine Frederick (1919) no contexto norte-americano. No projeto deste espaço, que incluía os equipamentos e utensílios habituais da cozinha, estavam representados também o fluxo e a sequência das tarefas correspondentes à preparação e ao fornecimento dos alimentos. A série de análises consistia em seis etapas, que incluíam desde o acesso aos utensílios, a coleta de alimentos na geladeira, a limpeza na pia, a preparação de alimentos, a cocção, até a montagem dos pratos (ver Figura 10). Sob a premissa de que o planejamento ideal da cozinha seria aquele que minimizasse o deslocamento na execução das tarefas, um novo projeto de cozinha foi concebido: a cozinha racionalizada da *Stroykom*, no qual área foi reduzida para 4,5 m² (ver Figura 11). Nesta solução, o equipamento, constituído por armário, geladeira, pia e fogão foi distribuído sequencialmente de acordo com a ordem dos processos estabelecidos pela análise da culinária tradicional. Apesar da redução na área, este modelo de cozinha continuou representando uma solução onerosa para o Estado Soviético, principalmente ao se analisar habitações cuja área útil era inferior a 50m². Sob a influência do projeto de Margarete Schütte-Lihotzky (1927), a Cozinha de Frankfurt, o Departamento de Tipologias desenvolveu um novo modelo ainda mais racionalizado. Com o mobiliário incorporado em uma área mínima, a cozinha passou a se integrar na sala de jantar como um armário

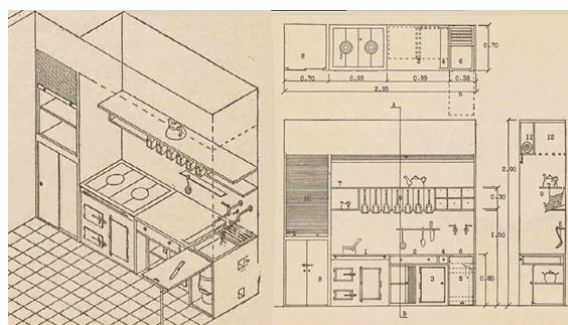
(ver Figura 12). A cozinha-armário da *Stroykom*, como foi denominado o projeto, foi organizada em quatro módulos independentes, com 0.5m de largura e 0.7m de profundidade, que abrigavam todos os equipamentos necessários para o funcionamento de uma cozinha residencial. Quanto à economia espacial, a cozinha-armário ocupava apenas 1.4 m², que significava uma economia de área de 80% em comparação com a cozinha tradicional e 69% sobre a cozinha racionalizada do *Stroykom* (VEGA, 2015).

Figura 10: Plantas das cozinhas tradicionais russas, à esquerda, e do projeto racionalizado proposto pela *Stroykom*, à direita.



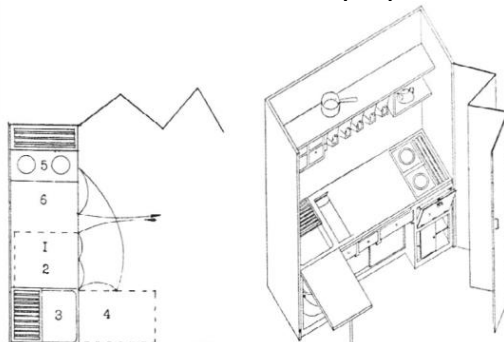
Fonte: VEGA, 2015, editado pela autora.

Figura 11: Modelo de cozinha racionalizada da *Stroykom*, em perspectivas à esquerda, e em planta e elevações à direita.



Fonte: VEGA, 2015, editado pela autora.

Figura 12: Planta da cozinha-armário à direita, e perspectiva do modelo à esquerda.



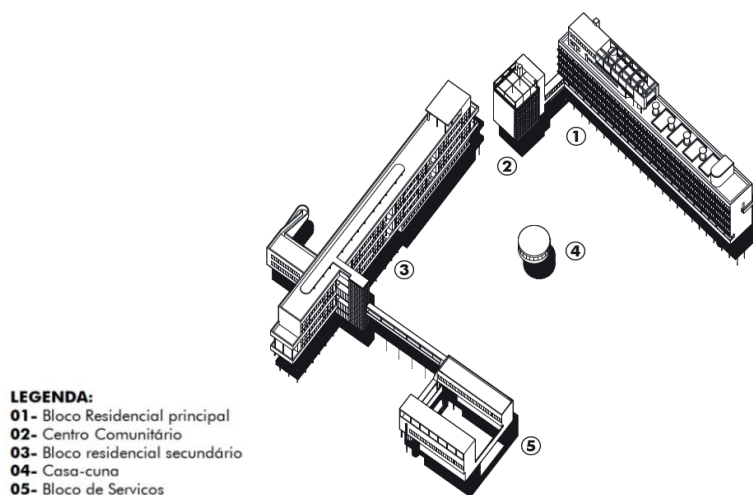
Fonte: VEGA, 2015, editado pela autora.

Essas soluções projetuais, adotadas para possibilitar a rápida standardização da nova morada do proletariado, representavam, sobretudo, a preocupação econômica e construtiva do Estado Soviético. A aprovação de cada um dos modelos concebidos estava condicionada à sua rentabilidade econômica, conseguida através da redução das áreas úteis superficiais das habitações e do cálculo de suas eficiências financeiras. Compreenderemos melhor como estes estudos acerca das tipologias habitacionais e das cozinhas residenciais funcionavam na prática observando o projeto do Conjunto Habitacional Narkomfin, que sintetiza não só os princípios de “novo cotidiano” desenvolvidos na URSS, como também materializa as soluções soviéticas de standardização da moradia proletária e da coletivização das atividades de cuidado e manutenção do lar.

- **Narkomfin**

O projeto do conjunto habitacional Narkomfin, concebido em 1928 pelo arquiteto Moisey Ginzburg, por apresentar o caráter pioneiro, passou por algumas modificações até o seu estado final. Apesar disto, observamos que em todos os projetos a socialização das atividades de cuidado e manutenção do lar continuavam sendo uma das premissas básicas, seguindo as recomendações do Jenotdel e do Stroykom. O primeiro projeto para o complexo incluía quatro volumes, sendo os dois blocos prismáticos de caráter residencial, um volume cúbico ligado ao bloco habitacional principal que abrigaria o centro comunitário e um refeitório coletivo, um volume cilíndrico onde funcionaria um orfanato e por fim, um bloco de serviços composto por dois volumes retangulares, que abrigariam a lavandaria mecanizada coletiva e uma garagem comum. O prédio residencial secundário e o bloco de serviços, dispostos na extremidade oeste do conjunto, se comunicavam através de uma passarela coberta, enquanto os demais edifícios foram concebidos como construções independentes (ver Figura 13).

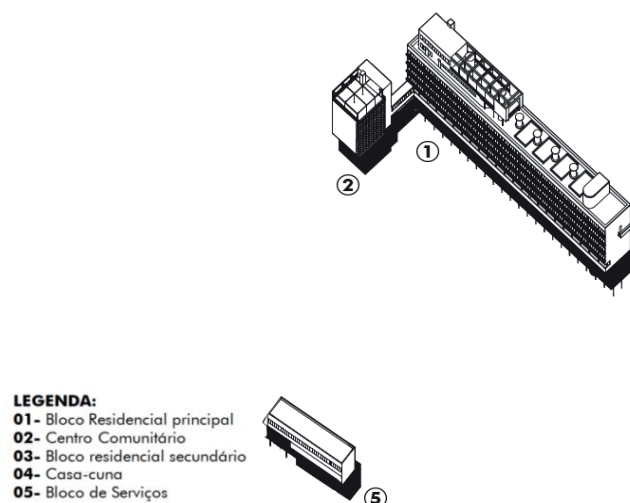
Figura 13: Projeto original do Narkomfin.



Fonte: VEGA, 2015, modificado pela autora.

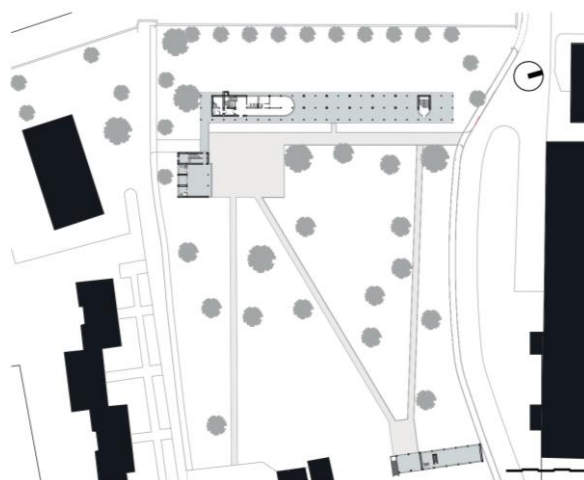
O projeto final para o conjunto, realizado por Ginzburg, descartou o bloco secundário residencial, o orfanato e o segundo volume do bloco de serviço. O acesso principal foi mantido em frente a lavanderia coletiva e os acessos laterais encaminhavam o habitante à duas ligações que percorriam o conjunto e conectavam o acesso ao bloco comunitário à entrada do bloco habitacional (ver Figuras 14 e 15).

Figura 14: Projeto final do Narkomfin.



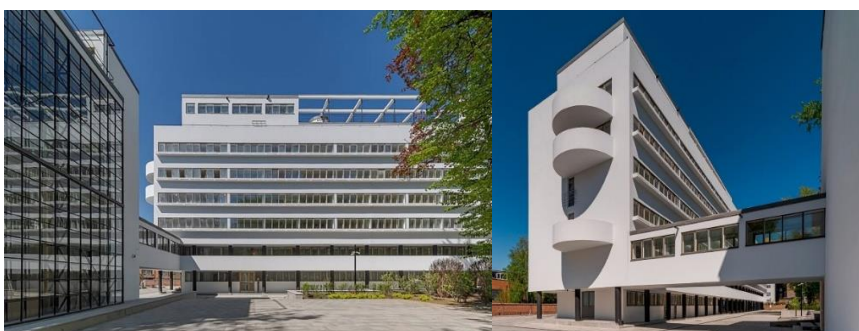
Fonte: VEGA, 2015, modificado pela autora.

Figura 15: Implantação do Narkomfin.



Fonte: A autora.

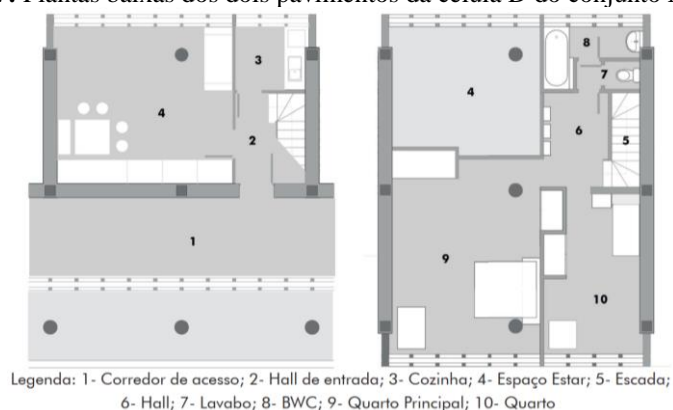
Figura 16: Perspectiva atual do edifício restaurado, apresentando o bloco habitacional e comunitário à esquerda e passarela de união entre os volumes à direita.



Fonte: StrelkaMag, 2020.

O bloco residencial foi concebido em um volume prismático sobre pilotis, organizado em cinco pavimentos que abrigava um total de 47 habitações, destinadas a cerca de 200 pessoas (com uma expectativa de quatro habitantes por unidade por unidade de moradia) e as unidades habitacionais seguiam a lógica das células F e D desenvolvidos pelo *Stroykom* (VEGA, 2015). As células duplex, do tipo “D”, localizavam-se no primeiro e no segundo pavimento do bloco residencial e apresentavam os halls como os elementos de conexão entre os ambientes desta unidade habitacional, ligando o ambiente de estar e a cozinha no pavimento térreo e os dois dormitórios, o banheiro e lavabo no pavimento superior. Esta tipologia, com uma área útil de 65,94m² era destinada aos maiores grupos familiares, compostos por até 4 membros. O modelo de cozinha adotado nesta célula foi o modelo racionalizado da *Stroykom*, que apresenta um formato fechado e segregado dos ambientes sociais da habitação (ver Figuras 18 e 19).

Figura 17: Plantas baixas dos dois pavimentos da célula D do conjunto Narkomfin.



Fonte: A autora.

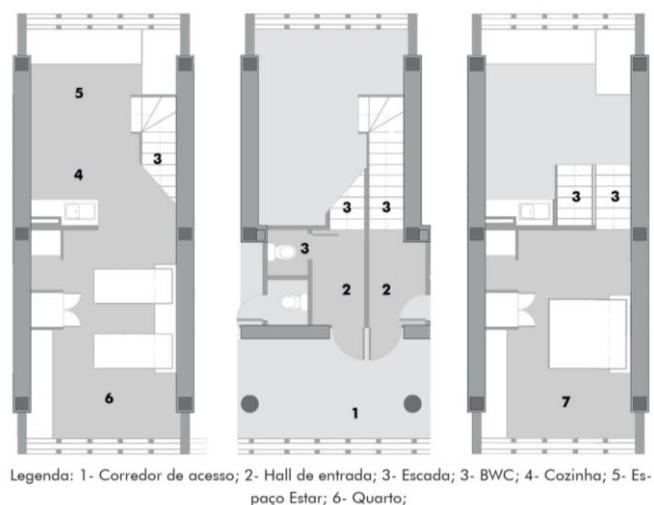
Figura 18: Forma e ocupação da cozinha à esquerda e relação entre os pavimentos à direita.



Fonte: <http://www.narkomfin.net/visit>. Acesso em 06 ago. 2020.

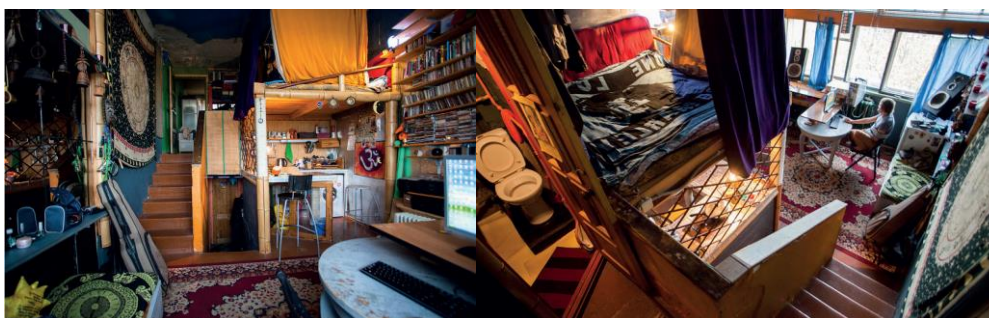
Em paralelo, as células triplex, do tipo “F”, situadas no terceiro, quarto e quinto pavimentos do bloco residencial, apresentavam uma área útil de aproximadamente 30 m², sendo destinadas às famílias menores, cujo limite de membros era de duas pessoas (ver Figura 19). A conexão entre os pavimentos de cada unidade era feita pelo ambiente de estar que encontrava-se no piso intermediário e o modelo de cozinha, situada no mesmo pavimento, era a do tipo armário e encontrava-se integrada ao ambiente de estar (ver Figura 20). Neste bloco, além das unidades habitacionais existia um espaço destinado à cozinha coletiva como um serviço auxiliar. Localizada no extremo norte do terceiro pavimento e organizada em quatro ambientes, com uma área útil de 30m² cada, esta unidade tinha por objetivo oferecer apoio principalmente as células do tipo F, complementando os serviços oferecido no centro comunitário.

Figura 19: Plantas baixas dos três pavimentos da célula F do conjunto Narkomfin.



Fonte: A autora.

Figura 20: Forma e ocupação da cozinha à esquerda e relação entre os pavimentos à direita.

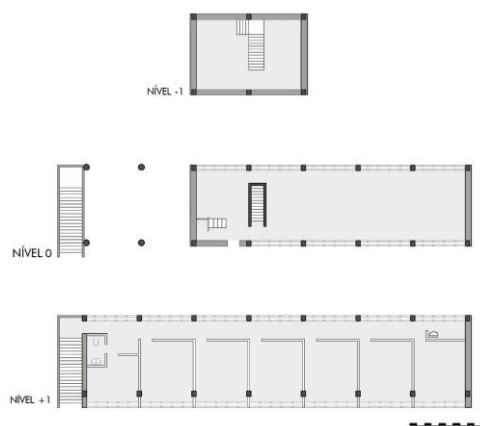


Fonte: <http://www.narkomfin.net/visit>. Acesso em 06 ago. 2020.

Em uma das extremidades do lote, paralelo e a 30 metros de distância do bloco residencial, localizava-se o prédio do serviço que abrigava a lavanderia coletiva mecanizada, as grelhas de secagem das roupas e os dormitórios de hóspedes das moradoras/es do Narkomfin (ver Figuras 21 e 22). Organizado em três pavimentos, o bloco da lavanderia coletiva foi o mais controverso do conjunto, no tocante à apropriação do espaço pelas moradoras/es. A distância na implantação do equipamento em relação aos blocos residencial e do centro comunitário é apontada como um dos principais fatores que levaram a subutilização do bloco de serviço e revela sua condição de segregação física dentro dos limites do conjunto. O acesso ao interior do bloco acontecia no pavimento térreo, onde a lavanderia e as grelhas de secagem estavam localizadas, ou através de uma escada exterior coberta que direcionava ao primeiro andar que abrigava os dormitórios dos hóspedes das famílias que residiam no bloco residencial. As sete

células habitacionais do tipo “C” apresentavam um único cômodo e os banheiros coletivizados encontravam-se no corredor comum.

Figura 21: Planta baixa dos três pavimentos da lavanderia coletiva do Narkomfin.



Fonte: A autora.

Figura 22: Perspectiva atual da lavanderia coletiva do conjunto Narkomfin.



Fonte: Ginzburg Architects, 2019.

A partir da análise dos espaços do conjunto habitacional Narkomfin, observamos que a construção do ambiente doméstico moderno não se resume simplesmente a aspectos formais e funcionais. Apesar da relação íntima entre ambos, a construção espacial relaciona-se com as intenções e subjetividades relacionadas as pessoas que estiveram à frente do projeto e àquele determinado momento histórico, socioeconômico, político e geográfico. Deste modo podemos afirmar que o espaço doméstico moderno sofre influência ao mesmo tempo em que influencia a produção de modos de vida e dos padrões sociais. Como exemplo pioneiro de conjunto habitacional que articulou movimento feminista e produção arquitetônica, a experiência do Narkomfin evidencia como a Arquitetura Moderna foi moldada em função dos interesses e intenções humanas, que

neste caso estavam direcionadas inicialmente, à socialização das atividades domésticas, mas que nos primeiros sinais de crise política ou econômica, invalidou os direitos conquistados pelo Jenotdel, que representava as mulheres proletárias. Quando o conjunto Narkomfin foi finalizado, em 1932, os conceitos revolucionários da vida comunitária e as ideias de igualdade na divisão sexual do trabalho e na liberdade feminina haviam sido facilmente esquecidos. Carini (2016) afirma que após a chegada de Stalin ao poder, esses ideais que almejavam inspirar e motivar a população, rapidamente tornaram-se rótulos negativos como “conceitos da esquerda” ou trotskista.

É inegável a contribuição que os modelos habitacionais desenvolvidos pela Stroykom e o próprio Narkomfin tiveram na definição e estabelecimento do Movimento Moderno na Europa e, por consequência, na conformação do modelo de habitação social brasileira (representante do arquétipo de progresso e avanço das cidades), durante as primeiras décadas do século XX. Entretanto, as experiências vivenciadas na então URSS exemplificam como as marcas do patriarcado na divisão do trabalho segundo os sexos apresentam-se na arquitetura e na produção espacial, ainda que inicialmente o foco tenha sido a socialização das atividades reprodutivas. A subordinação das mulheres nas relações de trabalho analisadas a partir das vivências nas habitações, apontam como a eliminação do árduo trabalho doméstico e a promessa da “reforma doméstica” tornaram-se a solução estratégica para uma profissionalização do espaço (ARAÚJO, 2004). O ambiente doméstico passa a ser entendido através de um “ideal de morada” como produto e palco do trabalho profissional feminino, conjugados a partir da mecanização e da industrialização das atividades de manutenção do lar. Assim, a política social que tinha como objetivo novos ideais de domesticidade e sociabilidade partia de uma concepção de mulheres como agentes passivos do ambiente construído e como mero instrumento de reprodução de mão-de-obra.

3. PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO

*“A casa não é apenas reflexo de como
indivíduos e famílias escolhem
viver cotidianamente,
mas da constituição da sociedade
como um todo.”*

Julienne Hanson (1998, p. 47. Tradução nossa)³⁷

A apropriação do mundo material estabelece-se a partir das diversas estruturas e relações sociais que regulam e organizam a coletividade, concedendo significados concretos ao mundo físico. Tais apropriações, que são delineadas a partir da definição de novos sentidos, propósitos e funções, devem ser entendidas como produto da ação humana e principal vetor na efetivação das relações sociais. Outrossim, percebemos a apropriação do espaço doméstico como parte fundamental das dinâmicas de enraizamento e identidade, nas quais cada indivíduo, enquanto ser social, estabelece diversas relações com outros atores sociais e com o exterior, instituindo, efetivamente, a sua participação e organização em uma comunidade. Se por um lado os espaços domésticos refletem os modos de convivência das pessoas, na qualidade de grupos com culturas específicas, por outro retratam os desejos, motivações e preferências individuais diante das exigências impostas pela sociedade.³⁸ O espaço doméstico moderno, e todos os elementos que o compõe, revela-se como uma fonte inesgotável de possibilidades distintas de apropriação, sobretudo quando associados às intensas alterações sociais ocorridas no século XX, sob a premissa de progresso e industrialização. A compreensão da apropriação do ambiente doméstico moderno perpassa, ainda, pela análise das experiências coletivas e individuais que cada moradora(o) carrega e sua influência na adoção/rejeição dos modos de vida propostos pelo Estado, nos conjuntos habitacionais de interesse social. Nascimento (2019) sublinha como as formas de organização social promovidas pelos programas habitacionais estatais “produziram experiências duradouras, constantemente contadas e reinterpretadas pelos moradores” (NASCIMENTO, 2019, p. 121). A habitação, portanto,

³⁷ Do original: *This more complex view of the house as a reflection, not just of how individuals and families choose to live their everyday lives, but of the constitution of society at large (...)*

³⁸ MENEZES, M. *apud* CARNEIRO, H., 2003.

funciona como um complexo sistema articulador que orienta as relações das pessoas com lugares, espaços e toda a sociedade.

A produção habitacional moderna voltada para a classe trabalhadora incorpora-se à memória urbana ao criar vínculos não somente com a paisagem, como também com o cotidiano, com as vivências coletivas e histórias pessoais que rompem e ultrapassam os limites de sua materialidade. À exemplo disto, podemos citar os conjuntos residenciais Pedregulho e Japurá, na região Sudeste do Brasil, e o IAPI, situado na cidade de Salvador, que se tornaram ícones e marcos culturais da paisagem urbana, em virtude da associação de políticas públicas e de ações sociais. Tais conjuntos evidenciam como a fusão entre as ações de remodelação das cidades e a criação de novas moradias populares, entre outras intervenções adotadas pelo Estado brasileiro, trouxeram outros paradigmas e soluções para a produção habitacional de interesse social. Como colocado por Nabil Bonduki (1998), a questão habitacional transforma-se em uma demanda essencial na consolidação desta nova economia industrial brasileira, uma vez que a incorporação da população à cidade, a partir da introdução de hábitos e modos de vida modernos, tinha como objetivo a adoção do modelo social europeu. Entendemos este modelo a partir da compreensão do discurso de modificação das dinâmicas e estruturas sociais que previa a superação do subdesenvolvimento, ou “atraso”, face ao progresso econômico promovido pela industrialização do país.

3.1 PRODUÇÃO HABITACIONAL NO BRASIL E A ATUAÇÃO DOS INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO (IAP)

Os anos iniciais do Governo Vargas demonstraram como as mudanças nas dinâmicas da sociedade brasileira impulsionaram o desenvolvimento intenso dos espaços urbanos, e conseqüentemente, das cidades industrializadas. Tais mudanças, associadas à busca constante de mecanização dos processos de produção, geraram uma agravada crise habitacional nas principais cidades do país. Apesar do que vinha ocorrendo nos governos anteriores, nos quais a produção habitacional de interesse social (HIS) era comandada por empresas de interesse privado, na Era Vargas (1930-1945) o foco de ação central do Estado tornou-se o provimento de moradias para a nova classe de trabalhadores em ascensão, por meio dos IAPs (BONDUKI, 1998).

O governo de Getúlio Vargas, conhecido por sua política centralizadora, na qual a principal diretriz de atuação do Estado efetivava-se ao exercer controle diretamente na economia, reconhecia na classe média a base fundamental para a legitimação do seu governo. Neste sentido, a atividade de previdência social no país já se inicia com o foco no “novo homem brasileiro”³⁹, materializado pelo contingente de trabalhadores das indústrias e dos outros setores que garantiriam o crescimento econômico e o desenvolvimento das principais metrópoles do país. Ao longo da década de 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria, Comércio – MTIC é criado juntamente com os Institutos de Aposentadoria e Pensões – IAPs, (com destaque para as categorias dos Marítimos, dos Comerciantes, dos Bancários e Industriários) para atender as demandas e direitos trabalhistas das principais classes de profissionais do país e facilitar a tomada de decisões frente às questões econômicas e políticas. Os estudos de Natália Ranga (2015) ratificam estas afirmações ao evidenciar que:

Vargas encontrou no trabalhador operário a base para a construção de um discurso ideológico que previa o desenvolvimento da economia por meio da indústria e promoveu, com isso, as condições consideradas necessárias para a reprodução da força de trabalho, como salário mínimo, assistência à saúde e direito à moradia saudável (RANGA, 2015, p.22).

É neste cenário de louvor ao processo mecanizado e ao conhecimento técnico que a atuação dos profissionais dos IAPs encontra no discurso modernista a base ideológica de implantação das ações que beneficiariam os trabalhadores, além de nortear o governo Vargas na aquisição de um modelo de desenvolvimento voltado para o a criação deste Estado-Nação. A preocupação fundamental com a questão social da habitação relacionava-se com a imagem de um espaço no qual a categoria de trabalhadores conseguisse adquirir um novo modelo de vida avesso ao atraso e subdesenvolvimento, antes submetida. Isto porque, a arquitetura moderna se adequava com facilidade no panorama industrial, já que suas bases estavam pautadas nos conceitos de racionalidade e da produtividade dos sistemas construtivos. Ademais, a arquitetura moderna também tinha o discurso social da criação de áreas coletivas destinadas a recreação e uso público, bastante adequado aos discursos populistas. Neste sentido, destacamos o quão

³⁹ Mesmo que a expressão “o novo homem brasileiro” reforce a tradição heteronormativa sexista da linguagem, durante o período do Estado Novo sua utilização referia-se a classe operária de trabalhadoras/es das indústrias, comércio e serviços, responsáveis pelos processos mecânicos de produção necessários para o desenvolvimento das cidades. Optamos por manter tal expressão devido à constância em seu uso nos discursos de intelectuais do Estado Novo.

semelhantes eram o pensamento modernista defendido por Le Corbusier e os discursos de avanço e progresso ligados ao Estado Novo, convergindo sempre para o mesmo ponto: a construção do “novo”. Sabemos que a ideia de renovação é um lugar comum quando falamos de discursos políticos e ideológicos que almejam o reconhecimento da sociedade a partir da roupagem da mudança. Lauro Cavalcanti (1999) ratifica este debate ao apresentar as coincidências de ambos discursos:

No Brasil falava-se em “construção do homem novo”, ao passo que Le Corbusier se referia a um “espírito novo” e à necessidade de criar novas mentalidades de morar. Para intelectuais e ideólogos do Estado Novo, o trabalho seria “o meio por excelência da superação dos graves problemas socioeconômicos, a revalorização do homem para evitar o caos”; no reformismo corbusiano, a categoria arquitetura substitui a categoria trabalho: “a engrenagem social, profundamente perturbada, oscila entre uma melhoria de importância histórica ou uma catástrofe. E uma questão de construção que está na chave do equilíbrio rompido hoje: arquitetura ou revolução”. O aspecto pedagógico novamente une o arquiteto e o discurso estado-novista: enquanto o primeiro quer ‘ensinar a morar’, os ideólogos brasileiros falam em “civilizar por cima”. Um derradeiro ponto diz respeito à busca de homogeneidade: enquanto no Brasil buscava-se construir uma nacionalidade em oposição a regionalismos, o arquiteto almejava o estilo internacional de larga aplicação que terminasse com interpretações nacionalistas de construir (CAVALCANTI, 1999, p. 179).

Isto posto, percebemos que a pauta defendida pelo modernismo corbusiano em relação à habitação de interesse social moderna encontrou nos IAPs, sobretudo no IAPI, seu grande palco para atuação. Neste aspecto, o destaque do IAPI na produção de habitações de interesse social deveu-se em grande medida à capacidade de seu alcance, que a princípio atenderia cerca de um milhão de associados, aliado à diversidade das escolas de formação dos profissionais que compuseram a comissão à frente do Instituto. A reprodução em série, baseada na premissa fundamental de economia e racionalização dos projetos, vigorava entre os engenheiros e arquitetos do IAPI e seguiam a onda das principais pautas e debates internacionais referentes às questões habitacionais. O trabalho de Bruna (2010) ratifica tal pensamento ao enfatizar como a produção dos IAPs centralizava-se nas discussões sobre o papel do Estado na questão habitacional no Brasil, a partir das diretrizes do movimento moderno internacional que baseavam-se na standardização de um modelo de moradia tomado como eficiente e capaz de suprir as demandas sociais, econômicas e higienistas.

A ideia de conjunto habitacional inexistia até o ano de 1940 (BONDUKI, 1998) de modo que a implantação dos modelos habitacionais estabelecidos pelos IAPs ressalta o

caráter inovador que as soluções tipológicas de unidades familiares dispostas em grupos de edifícios verticalizados trouxeram para o Brasil. Outrossim, a inovação promovida pelos IAPs consistia também na aplicação dos princípios da arquitetura moderna como a utilização de pilotis convertidos em áreas de convívio, espaços de lazer para crianças, a adoção de esquadrias horizontais para a promoção de ventilação e insolação adequada e a associação das unidades de moradia a grandes áreas verdes, além da provisão de equipamentos coletivos de serviços. A magnitude do IAPI, sobretudo, deveu-se à quantidade de moradias construídas, cerca de 24 mil, associadas ao total de 36 mil unidades projetadas.

Neste aspecto, os apontamentos do trabalho de Nilce Aravecchia-Botas (2011), sobre as influências políticas na arquitetura e no urbanismo desenvolvidos pelo IAPI, evidenciam duas fases distintas de atuação do instituto: A primeira fase corresponde ao momento em que os conjuntos habitacionais são projetados como “edificações singulares”, ou seja, como objetos de destaque na paisagem urbana, normalmente implantados nas regiões centrais das grandes metrópoles do país ou em bairros operários; Em contrapartida, a segunda fase de atuação do IAPI refere-se ao período compreendido após os anos de Estado Novo no Brasil, destacando-se uma preocupação com a standardização, um maior grau de reprodução e adaptação das unidades de moradia desenvolvidas nos primeiros projetos, além de uma crescente implantação dos conjuntos habitacionais nas regiões periféricas das cidades. A autora ainda apresenta os critérios adotados pelo instituto para a definição de tipologias e densidades de cada projeto, seguindo a premissa básica de que a habitação funcionava como um serviço público e, portanto, deveria ser complementada com os serviços e espaços coletivos de assistência social.

Neste debate, o papel da assistência social, sobretudo nos projetos promovidos pelo IAPI, adquiriu uma função essencial na “educação” da classe trabalhadora que iria habitar os conjuntos. Esta educação transcendia tanto as definições de moradia, quanto borravam os limites das esferas da vida pública e privada. O trabalho de Nascimento e Scifoni (2015) reforça esta ideia ao afirmar que:

Em maior ou menor grau, dependendo da localidade e época de inauguração, a administração pelos IAPs foi presente. Principalmente nos conjuntos residenciais do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, o IAPI, houve a atuação direta e ativa das assistentes sociais nas mais diversas dimensões da vida, no âmbito privado ou

público. Ensinar a cuidar da casa e das crianças, bem como organizar tarefas de sociabilidade como festas e recreações cabia no escopo das atividades da administração do conjunto e que fazem parte do quadro de memórias dos seus moradores (NASCIMENTO; SCIFONI, 2015, p. 74)

Tal “educação” sobre os modos de vida e apropriação do espaço doméstico reflete a problemática visão do modernismo europeu adotado no Brasil como forma emancipatória, mas que na realidade evidencia as formas coloniais de dominação da população operária considerada como “bárbara” e incapaz de manter níveis adequados de higiene dentro do lar ou estabelecer laços de convivência coletiva nos conjuntos habitacionais. A respeito do modelo de habitação utilizado pelos IAPs, faz-se necessário que nos debruçemos sobre sua análise para refletir os impactos de sua adoção na produção do espaço urbano nas metrópoles brasileiras e os seus reflexos na apropriação do ambiente doméstico pelo contingente de trabalhadoras/es em crescimento.

De modo geral, ao analisar as tipologias habitacionais produzidas pelo IAPI para os conjuntos de moradia verticalizados podemos observar o retrato e simbolismo de toda a complexidade das cidades brasileiras durante a primeira metade do século XX, nas quais as desigualdades e paradoxos do subdesenvolvimento econômico seguiam atreladas às heranças racistas, patriarcais e classistas. Neste sentido, defendemos que a produção do espaço urbano perpassa pela noção de vivência da cidade que é construída e afetada pelas relações dos diversos sujeitos urbanos. Assim, as práticas arquitetônicas e urbanísticas modernas instauraram nos principais centros urbanos do Brasil, durante a primeira metade do século XX, um modelo homogeneizador de controle higienista que, sob a égide do progresso, silenciou e invisibilizou as camadas populares da sociedade, sobretudo as populações negras. A produção espacial urbana no Brasil, ao ser duplamente atravessada pelas dinâmicas de classe e pelos conflitos raciais, introduz lógicas de ocupação de negação, como a periferização⁴⁰. Tais táticas de regulação da construção do espaço urbano revelam a tendência de vulnerabilidade, a qual é constantemente exposta a reprodução da vida negra, sobretudo a vida das mulheres negras. A divisão racial do espaço elucida de forma ímpar como as categorias de classe e raça estão imbricadas. Neste sentido, o lugar destinado às populações brancas (confortáveis, salubres e alvo de uma

⁴⁰ Lógica típica das grandes metrópoles na qual tem-se o aparecimento de cidade “clandestinas”, num período bastante estreito, que ocupam áreas não disputadas pelo mercado imobiliário. Para mais informações sobre periferização ver: NUNES, B. F. & KOHLSDORF, N. Sociologia do Espaço Social de Brasília: ou Descontrole Planejado. In: NUNES, B. F. (org.). (1997). **Brasília: a construção do cotidiano**. Série Sociológica no. 174, Brasília/DF, 1999.

maior proteção estatal) segue em constante oposição aos espaços conferidos às populações negras e não-brancas (das senzalas às favelas, invasões e cortiços). Ainda que geograficamente próximos, existe um abismo social que delimita suas fronteiras invisíveis.

Como dito anteriormente, até a década de 1930 a promoção de HIS era garantida essencialmente pela iniciativa privada, entretanto Vargas, durante o Estado Novo, como medida de seu regime populista, resolve adotar como meta a resolução da problemática do déficit habitacional no Brasil. Se por um lado, com a criação dos IAPs, a introdução precursora de políticas habitacionais voltadas para a classe trabalhadora representou a desvinculação do mercado privado à demanda de moradia, por outro significou na prática que a ação desestruturada do Estado, sem o apoio do capital privado, pouco conseguiu diminuir o déficit habitacional enfrentado pelo país até 1964. Como sublinhado por Ermínia Maricato (1997, p. 35), a atuação dos IAPs revelou tratar-se de “muita publicidade para uma resposta modesta dos programas públicos de habitação”. O projeto de moradias dos IAPs voltado apenas para os funcionários das principais classes de profissionais do país (Marítimos, Comerciais, Bancários e Industriários), evidenciava ainda mais o quanto a parcela pobre da população continuava desassistida. Com os planos de remodelação das áreas centrais das cidades brasileiras, guiada pela lógica sanitária e racista, essa parcela da população via-se obrigada a ocupar, cada vez mais, áreas periféricas desprovidas de infraestrutura e acesso aos bens e serviços.

Ademais, mesmo que essencialmente o programa habitacional dos IAPs almejassem alcançar a classe trabalhadora dos institutos como um todo, percebemos uma diferenciação definida pelo poder aquisitivo dos operários que seguia a lógica de organização espacial das cidades urbanizadas, apoiando-se nas mesmas estruturas de manutenção de poder e hierarquia. As autoras Ana Paula Koury e Elaine Pereira da Silva (2010) respaldam tal pensamento ao destacar que os conjuntos habitacionais desenvolvidos durante as duas fases do IAPI revelam que

Por um lado, as unidades destinadas às categorias funcionais de maior renda reproduzem espacialmente os hábitos e valores das classes médias urbanas, com unidades maiores, devidamente setorizadas, como descreveu Lemos, com circulações sociais e de serviço discriminadas e, muitas vezes, com dependências de empregados. Por outro lado, os conjuntos nas periferias das grandes cidades destinados às categorias funcionais de menor renda e que não se caracterizavam naqueles anos, como classes médias. Nestes casos foi que houve o maior conflito entre

os padrões rurais de subsistência dos operários e o modo de vida moderno implícito nestes conjuntos. (KOURY e SILVA, 2010, p. 4)

Cabe destacar aqui que a homogeneização da classe trabalhadora era uma prática recorrente dos Institutos, uma vez que as próprias diretrizes que regiam as atividades do IAPI evidenciavam uma preferência explícita de corpos e sujeitos específicos. A ênfase nas práticas produtivas de trabalho resultou na construção de uma imagem gendrada da classe operária, o homem trabalhador, revelando os mecanismos de controle e restrição de poder que permeavam o cotidiano do IAPs e do próprio IAPI. Como exemplo, podemos destacar o papel ocupado pelas mulheres dentro do Instituto: do total de 64 cargos que compunham o quadro técnico de profissionais da engenharia do IAPI no ano de 1961, apenas 04 eram ocupados por engenheiras⁴¹. Fora do instituto, mas ainda alvo das diretrizes de uma política patriarcal, sublinhamos os dois principais estereótipos de mulheres que constituíam o perfil de moradores ideais: O primeiro e mais comum referia-se às mulheres casadas com funcionários das indústrias e, eventualmente, mães, enquanto o segundo relacionava-se às mulheres solteiras e trabalhadoras formais do comércio, serviços ou setores públicos.

A grande parcela dos conjuntos habitacionais promovidos pelo IAPI destinava-se ao primeiro estereótipo, enfatizando ainda mais os valores morais e cristãos que envolviam a ideia de família amplamente disseminada pelo Instituto. Nascimento (2019) ratifica este debate ao sublinhar a exigência de atestado de composição familiar para aquisição do imóvel, além de discorrer sobre como as alterações das tipologias das unidades de moradia estavam intimamente ligadas à capacidade reprodutiva das mulheres:

O responsável pelo contrato de locação deveria ser casado, sendo que os casais sem filhos recebiam os apartamentos de um quarto e as famílias maiores com dois dormitórios ou mesmo os duplex. A variação tipológica dos conjuntos e das casas era feita prevendo-se o crescimento familiar e/ou os tamanhos distintos (NASCIMENTO, 2019, p. 131).

Em contrapartida, o segundo estereótipo de mulher, definido pelos IAPs, surgiu como resposta ao “novo” e crescente contingente de mão-de-obra trabalhadora. A ação dos Institutos, além de almejar o preenchimento das lacunas habitacionais vivenciadas nas cidades urbanizadas, visava também proteger e resguardar a moral dessas mulheres vistas como frágeis, materializando-se através da implantação de alojamentos e conjuntos

⁴¹ Para mais informações sobre o quadro técnico de profissionais do IAPI, consultar ARAVECCHIA-BOTAS (2012, p. 117).

residenciais específicos para jovens operárias. Reforçamos que ambos estereótipos eram voltados para mulheres de classe média, assim como a própria produção dos IAPs, de modo que apesar destes modelos femininos evidenciarem a condição de subalternidade dessas mulheres, sua definição partia da narrativa universal e homogeneizante da categoria de mulheres que fortalecia os privilégios de raça e classe, ignorando mulheres pobres, negras e não-brancas como parte estruturante da sociedade brasileira. Ademais, a concepção de “novo” contingente de mão-de-obra exclui da discussão as experiências históricas vivenciadas pelas mulheres negras, como sublinhado por Sueli Carneiro (2003):

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, 2003, p.1-2)

Para ilustrar esta discussão recorreremos aos projetos dos conjuntos Casa da Bancária (Carlos Azevedo Leão, 1956 – Rio de Janeiro), promovido pelo IAPB, e Casa da Comerciária (Irmãos Roberto, não-construído), desenvolvido pelo IAPC. O projeto do conjunto Casa da Bancária foi concebido para abrigar um total de 50 mulheres e seguia a lógica projetual modernista, carregando a maior parte dos princípios formulados por Le Corbusier, os cinco pontos da nova arquitetura: Construção sobre pilotis; Terraço-jardim; Planta livre da estrutura; Fachada livre da estrutura e a Janela em fita (ver Figura 23).

Figura 23: Perspectiva original da Casa da Bancária

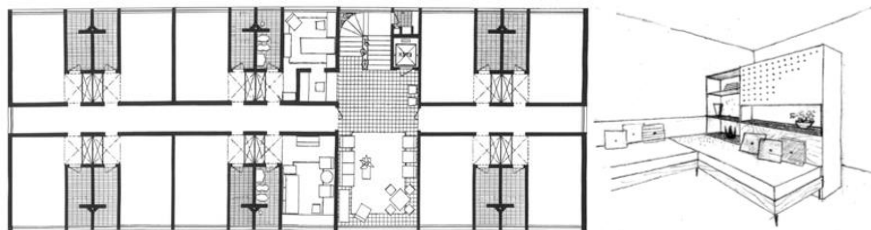


Fonte: KOURY e SILVA, 2010.

A edificação prismática apresentava-se elevada em relação ao lote com o objetivo de máximo aproveitamento da declividade do terreno e a liberação dos pavimentos próximos ao limite da rua para a instalação dos equipamentos de uso coletivizado. Deste modo, situavam-se no subsolo as áreas de serviço do conjunto, compostas pela cozinha industrial, espaço de refeições e a área com a central de telefones, enquanto o pavimento térreo abrigava os espaços de convívio e de maior aproximação com a natureza e a com a religiosidade, representados pelo jardim e pela capela. Sobre esta organização das zonas coletivas as autoras Koury e Silva (2010) destacam a intenção de Carlos Azevedo Leão em valorizar a individualidade, o recato e, sobretudo, a moral cristã das trabalhadoras, ressaltando a escassez de espaços de reunião entre as moradoras. Em relação às unidades de moradia, podemos observar (ver Figura 24) a espacialização da característica de recato e individualidade presentes nos 16m² e distribuídos ao longo de quatro pavimentos, como apontam Koury e Silva (2010):

A representação da unidade também expressa esta orientação, a perspectiva na altura da metade do pé direito do ambiente permite conferir a arrumação do quarto, os objetos zelosamente dispostos nas prateleiras, as almofadas agrupadas simetricamente e um vaso de planta bem cuidado, tudo organizado à semelhança de um verdadeiro lar (KOURY; SILVA, 2010, p. 19).

Figura 24: Planta do primeiro pavimento do Conjunto da Bancária (à esquerda) e perspectiva interna do apartamento (à direita).



Fonte: KOURY e SILVA, 2010.

Seguindo uma lógica projetual semelhante e com o mesmo programa, o conjunto da Casa da Comerciária foi concebido numa escala maior com o objetivo de abrigar cerca de 704 trabalhadoras. A volumetria da edificação composta por 11 pavimentos foi influenciada pelas características locais e sua forma escalonada, apresentava-se como uma referência direta ao terreno em aclave. A base do bloco suspenso, correspondente as unidades habitacionais e à cobertura, era constituída pelo térreo em pilotis e uma sobreloja ressaltando a ideia de continuação da rua e do espaço público no interior da edificação (ver Figura 25).

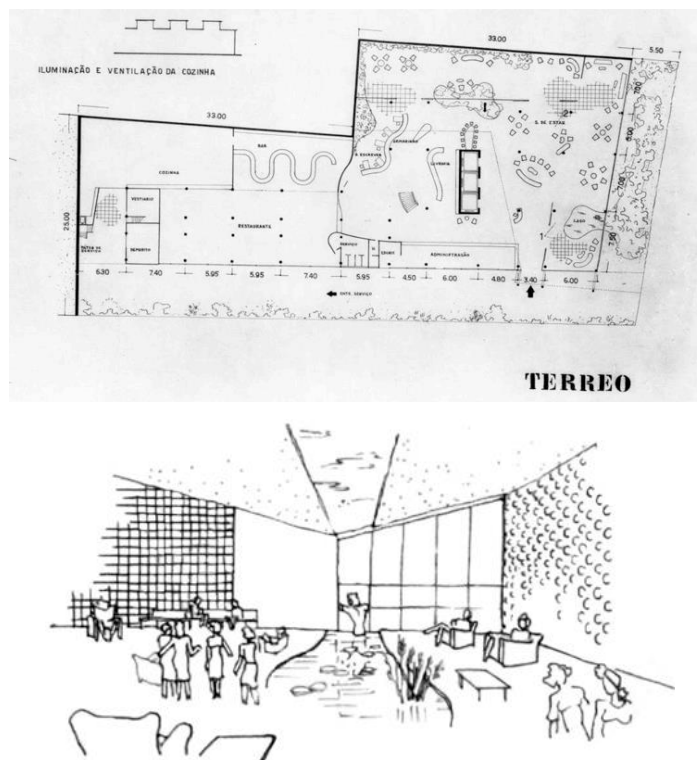
Figura 25: Maquete do projeto do Conjunto da Comerciária.



Fonte: KOURY e SILVA, 2010.

O pavimento térreo do conjunto, além de um jardim descoberto com espaços de permanência, abriga um grande salão de estar com espaços de convivência e áreas de complementação das atividades desenvolvidas dentro do lar, identificadas como “livraria”, “armarinho” e “sala de escrever” (ver Figura 26). Na sobreloja o projeto previa um segundo espaço de estar, integrado a um salão de beleza.

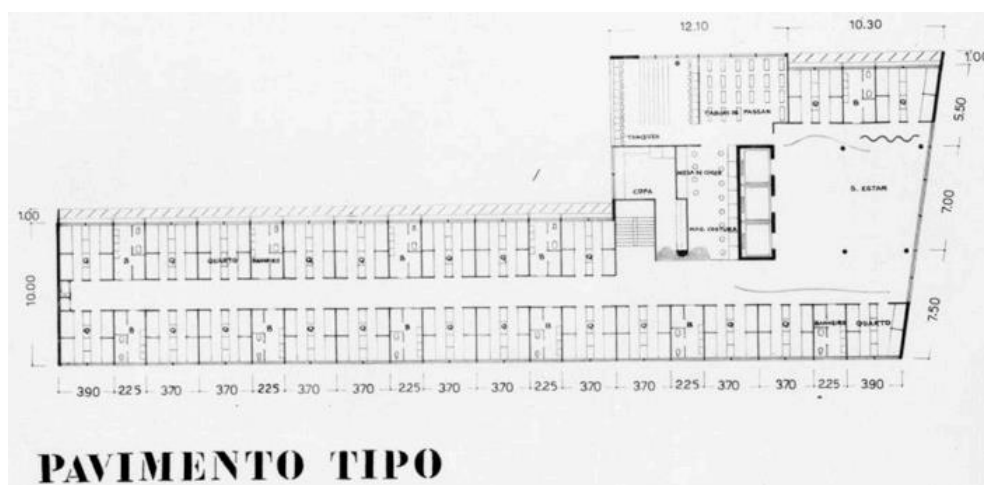
Figura 26: Planta do pavimento térreo do Conjunto da Comerciária (acima) e perspectiva interna do salão de estar do pavimento térreo (abaixo).



Fonte: KOURY e SILVA, 2010.

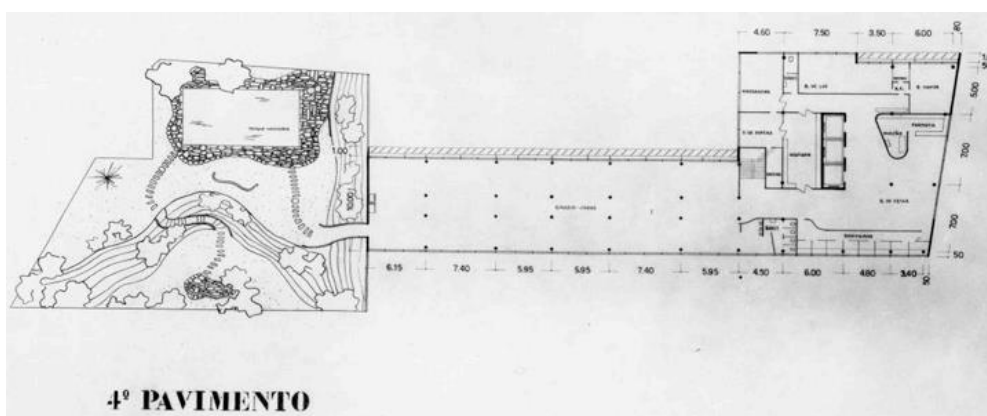
Acima da sobreloja apresentavam-se os nove pavimentos, sendo oito pavimentos tipo (ver Figura 27) que abrigavam as unidades habitacionais, áreas de estar comum, espaços de costura, um refeitório para refeições rápidas, além de lavanderias e salas para passar roupa, e um pavimento intermediário destinado ao lazer, contendo ginásio, salas de banho e uma farmácia (KOURY; SILVA, 2010). O pavimento, que correspondia ao quarto andar da edificação, era o responsável pela conexão com a extremidade do terreno e abrigava uma piscina de natação ao ar livre (ver Figura 28).

Figura 27: Planta do pavimento tipo do Conjunto da Comerciária.



Fonte: KOURY e SILVA, 2010.

Figura 28: Planta do pavimento intermediário do Conjunto da Comerciária.



Fonte: KOURY e SILVA, 2010.

O conjunto Casa da Comerciária não chegou a ser construído, mas a partir de seu projeto notamos atenção do IAPC em adequar a moradia social à essa nova realidade moderna das cidades, mesmo que isto significasse acolher e recriar espaços que continuavam reforçando o papel das mulheres como responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado. Através das análises destes dois projetos, podemos identificar a preocupação dos Institutos em regular a vida sexual e social dessas mulheres recém-saídas do seu contexto familiar, sustentando-se no discurso de adequação e inserção “correta” na sociedade urbana e moderna em formação, a partir da adoção de medidas de assistência social. Dito de outra forma, observamos como o Estado, através do intermédio dos IAPs, adquiriu a função de doutrinar esse grupo de mulheres com a finalidade de prepará-las progressivamente para assumir o papel de mãe, responsável pela produção e da família e pela construção da cidadã ideal.

3.2 TRÊS CONJUNTOS HABITACIONAIS MODERNOS

3.2.1 Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes – Pedregulho

A concepção do conjunto Mendes de Moraes retoma a discussão levantada pelos IAPs acerca da criação de um projeto unificado de moradia para a classe trabalhadora que abarcasse tanto o ideal de promoção de habitações higiênicas e salubres quanto a capacidade de estimular o desenvolvimento econômico do país, através da adoção de um modelo habitacional pautado na industrialização e na standardização.

Em relação à precariedade das habitações das camadas populares na sociedade brasileira do início do século XX, destacamos o debate em torno das favelas e cortiços e sua constante associação à proliferação de doenças, ao crime e à promiscuidade. Neste sentido, o trabalho de Caliane Almeida (2012) aponta o papel que a Igreja Católica teve na recriminação e desencorajamento das formas de viver das populações carentes, mascarado pelo discurso de agravamento da crise higiênica do país. De modo que tanto as ações estatais e estudos investigativos realizados pela Igreja quanto o pensamento de profissionais das áreas de arquitetura e engenharia visavam a mesma solução: a substituição das residências “insalubres” por moradias de baixo custo que aglutinassem novas dimensões e arranjo espacial à rotina de trabalho doméstico e “educação do morador”. Conforme pontuado por Almeida (2012):

A forma de enfrentar o problema das favelas nas cidades criou uma tradição, comandada pela assistência social da Igreja Católica e baseada na construção e melhoria de residências, representando uma etapa do processo de desfavelização, defendido pela elite política (ALMEIDA, 2012, p. 252)

A urgência no desmonte e/ou reforma das favelas e cortiços para que “os habitantes fossem reeducados e reajustados socialmente” (ALMEIDA, 2012, p. 251) denuncia as violências sofridas pelas camadas menos abastadas, sobretudo as populações negras e não-brancas, e as incessantes relações de dominação e exploração as quais são submetidas cotidianamente. Apesar da falta de qualidade nas instalações sanitárias e na acomodação de pessoas, o tratamento dado às estas construções improvisadas ignorava completamente as formas de sociabilidade que as famílias desenvolviam para criar seus próprios modos de habitar, em função do arranjo espacial de que dispunham, das atividades que desempenhavam (dentro e fora das habitações) e da quantidade de adultos e crianças que ali vivam. Sob esta perspectiva, os espaços comuns entre os ambientes privados revelam

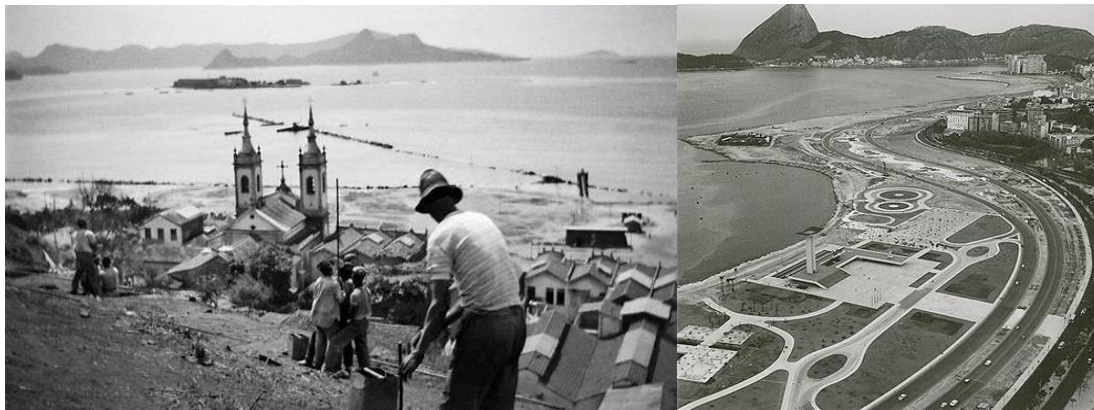
os laços de afetividades gerados pelas experiências diárias, como sublinha Bonduki (1998):

Nestes cortiços, as varandas – espaços de transição entre o público e o privado – desempenhavam várias funções: circulação, área de cozinhar nos fogareiros a carvão e de cuidar da roupa, lugar de conversas e brincadeiras. Eram territórios de sociabilidade coletiva. (BONDUKI, 1998, p. 69)

É neste contexto de remodelações urbanas e extinção dos cortiços que o conjunto residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho) é criado, sob a influência direta dos princípios corbusianos e da própria arquitetura moderna. Concebido pelo arquiteto Affonso Reidy e pela engenheira Carmem Portinho, o projeto deste conjunto habitacional foi promovido pelo Departamento de Habitações Popular (DPH) para abrigar servidoras/es da Prefeitura do então Distrito Federal. Durante o período em que Portinho se manteve na direção do DHP, Reidy assume também a diretoria do Departamento de Urbanismo do Rio de Janeiro. No cenário carioca, esta associação entre as diferentes esferas de gestão significou inúmeras transformações na cidade sob a influência do movimento moderno, como o Aterro do Flamengo, a estruturação do novo centro municipal na área central e, sobretudo, o programa de habitação social (ver Figura 29). Os projetos do DHP passaram a ser mais diretamente vinculados ao pensamento urbanístico para a cidade, não apenas porque intervinham, de fato, no espaço urbano, como também porque Reidy e Portinho os relacionavam na sua prática entre um departamento e outro. Sobre este momento de remodelação urbana, Maricato (2000) sublinha que:

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno à moda da periferia. Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial (MARICATO, 2000, p.22).

Figura 29: Desmonte do Morro do Castelo para a construção do Aterro do Flamengo, à esquerda, e obra finalizada, à direita.



Fonte: <https://diariodorio.com/historia-do-parque-aterro-do-flamengo/> Acesso em 11 ago. 2020

Partindo da premissa moderna e europeia de habitação mínima, Reidy e Portinho julgavam que a questão da moradia deveria ser tratada como uma complementação de um programa amplo de reestruturação social que asseguraria uma vida mais digna à classe operária, através da fusão da tríade: saúde, educação e habitação. Desta forma, no mesmo projeto habitacional deveria coexistir o lazer, os serviços de apoio ao lar, postos de saúde e a escola, sendo esta última a diretriz principal de dimensionamento de cada conjunto. Carmem Portinho (1942 *apud* SILVA, 2006), elabora um texto intitulado **A habitação – o homem** na Revista Municipal de Engenharia que ilustra e exemplifica de forma ímpar essa visão:

(...) O homem civilizado do Século XX (...) vive em sua maior parte, em habitações mal projetadas técnica e economicamente, construídas em desacordo com a escala humana, de nível sanitário inferior, sem ar, sem luz, sem vista e quasi (sic) sempre, atulhada de móveis incômodos, imensos e inúteis. Habitações que fizeram da mulher uma escrava doméstica, sempre preocupada com sua limpeza e conservação. (...) Parece-nos que já é tempo de oferecer a este homem da era maquinista, (...) uma habitação digna dele e de sua época. Uma máquina de habitar, bem equipada e organizada (sic) (...). Produzida industrialmente poderá tornar-se acessível à população e, considerada como um prolongamento dos serviços públicos (...). A base econômica da construção é sem dúvida a sua industrialização e a standardização dos seus elementos tais como: estrutura, janelas, portas, escadas, etc. (PORTINHO, 1942, *apud* SILVA, 2006, p. 36).

Através desse trecho podemos perceber, para além da visão da habitação como forma de justiça social, a retomada na ideia de necessidade de “educação” da classe trabalhadora sobre as formas de morar. Ademais, como pontuado por Cavalcanti (1999), a recorrência constante da imagem da classe trabalhadora sempre associada à ideia de

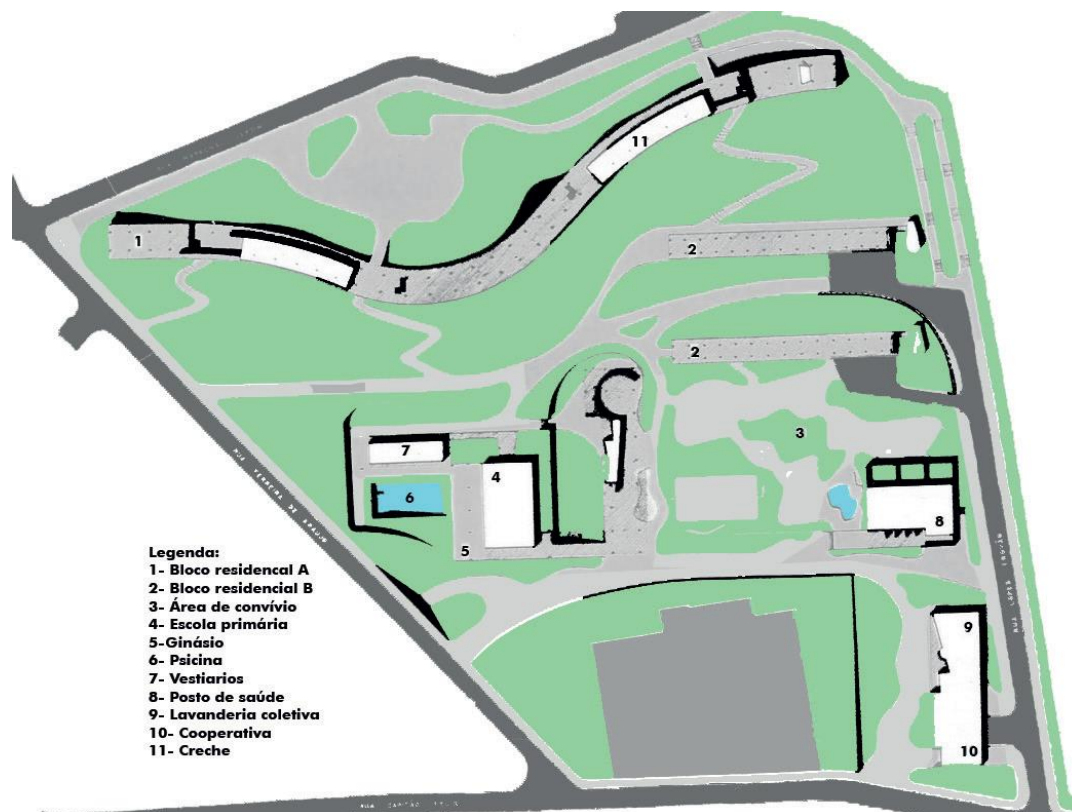
irresponsabilidade e preguiça, que necessitavam do “salvamento” estatal ou da intervenção redentora arquitetônica, reverberam a própria noção moderna e corbusiana de representação das camadas populares. Neste sentido, o papel central que a assistência social teria na intermediação da relação moradoras/es, corpo técnico e Estado era a chave da concepção de Portinho para este empreendimento multidisciplinar, uma vez que eram estes profissionais que iriam pôr em prática a “educação correta” em relação ao projeto e toda sua infraestrutura. As entrevistas coletadas por Helga Silva (2006) relatam o trabalho das assistentes sociais em garantir que as tarefas reprodutivas fossem executadas de forma “correta” no interior do espaço doméstico, de modo que periodicamente elas ensinavam as moradoras do conjunto a cozinhar, cuidar das crianças, limpar as residências e utilizar os equipamentos domésticos.

Como para Portinho a harmonia do conjunto dependia unicamente da “disciplina dos moradores”, o grupo de assistentes sociais responsáveis pelo conjunto ficou encarregado pela elaboração do regimento interno do Pedregulho e pela fiscalização de seu cumprimento, com o objetivo de promover o bem-estar social e garantir a assistência necessária às famílias. A estruturação do regimento dividia o serviço social prestado ao conjunto em dois grupos: o primeiro, Serviço Social de Família, que se relacionava com cada grupo familiar e o segundo, Serviço Social de Grupo, que tratava das questões do conjunto como um todo. Este último se dividia em outros quatro subgrupos: Cultural, Médico, Escolar e Econômico. Conforme exposto por Silva (2006), o Setor Cultural tinha como objetivo esclarecer aos moradores os benefícios e a importância da convivência coletiva, solidificando a cooperação social e o espírito de solidariedade, seja através dos esportes, da convivência social ou cultural; O Setor Médico, materializaria todas as questões higienistas provenientes do movimento moderno e seria o responsável pelo controle, diagnóstico, tratamento e cura de doenças infectocontagiosas; Ao Setor Escolar, caberia oferecer e acompanhar a educação das crianças e adolescentes, através da disciplina e da colaboração entre pais e escola; E por fim, o Setor Econômico seria a entidade responsável por regulamentar e organizar cooperativas de consumo e trabalho. Sobre a adoção do regimento e sua estrutura per se, podemos compreender sua essência autoritária ao observar que a promoção desta harmonia só seria garantida mediante o respeito integral às regras impostas para a moradia no conjunto.

A concepção projetual do Pedregulho foi definida em função da associação de algumas diretrizes. A elaboração do projeto partiu de um estudo detalhado das/os

condições socioeconômicas das servidoras/es da Prefeitura, o que representou uma população de aproximadamente 570 famílias de diferentes arranjos. Este estudo possibilitou o estabelecimento de tipologias distintas de unidades habitacionais a partir das experiências europeias de habitação mínima e da ideia de autossuficiência do conjunto residencial. No projeto elaborado por Reidy todos os elementos vitais para o funcionamento “de uma unidade de vizinhança: escola, mercado, lavanderia, posto de saúde, blocos residenciais com apartamentos duplex, piscina com vestiários, ginásio, quadra esportiva, grandes jardins com playground, clube e creche” (NASCIMENTO, 2011). Na implantação do conjunto, o ponto de partida foi a necessidade de maior aproveitamento natural do terreno acidentado na inserção do volume que abrigaria o maior número de unidade habitacionais, o bloco A. Na parte inferior do terreno, foram implantados os blocos destinados aos serviços de assistência coletiva e lazer: posto de saúde, lavanderia coletiva, cooperativa, escola primária, ginásio e a piscina. Nos níveis intermediários, foram dispostos os dois blocos residenciais secundários, B1 e B2 (ver Figura 30).

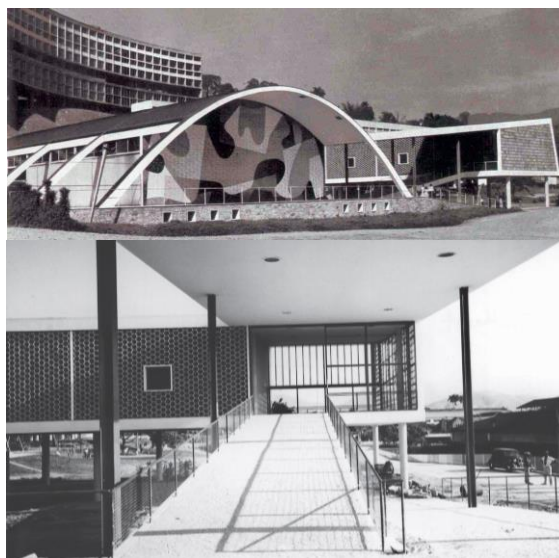
Figura 30: Implantação do conjunto Pedregulho e a localização dos seus blocos.



Fonte: BONDUKI, 2000, modificado pela autora.

Portinho e Reidy viam na educação a principal ferramenta de transformação social e, entendendo a importância que a escola primária teria na realidade das famílias do conjunto, o processo de elaboração e desenvolvimento do seu projeto foi essencial na definição do próprio conjunto. Localizados na parte central do Conjunto, os blocos educacionais e os blocos destinados ao lazer (ver Figura 31), apresentam uma volumetria única conseguida através da adoção de uma cobertura abobadada e da escolha de revestir as paredes de vedação com painéis de azulejo e cerâmica. Estes painéis foram produzidos por famosos artistas modernos, como Cândido Portinari, Anízio de Medeiros e Roberto Burle Marx, e sua adesão tinha o intuito de integrar o saber arquitetônico às artes plásticas, além de oferecer aos moradores do conjunto a vivência artística no seu cotidiano.

Figura 31: Painéis da fachada oeste da escola primária (acima) e rampa de acesso à escola primária (abaixo).



Fonte: Centro de Documentação - MAM.

Sobre o funcionamento e importância desempenhados pela escola primária, Portinho e Reidy afirmavam que:

A escola primária é, sem dúvida, um dos mais importantes elementos da comunidade. É um centro de influência atuando na formação do caráter e das personalidades das gerações futuras. Na escola primária a criança aprende a viver e a se comportar em sociedade. A influência da escola ultrapassa a criança e vai penetrar nos lares de seus pais, levando aos mesmos noções e conhecimentos que muito contribuem para elevar seu nível de educação. Pelo Censo realizado, verificou-se que a escola primária do Conjunto deveria ter capacidade para a frequência de 200 crianças (de 7 a 11 anos), ou seja, cinco salas de aulas de 40 alunos cada. As condições locais do terreno, bem como o propósito de orientar as salas de classe para o sul – lado da sombra -, levou-nos a adotar a forma quadrada para as mesmas. (...) As salas de classe prolongam-se em amplos terraços ao ar livre, nos quais, durante os dias mais quentes,

são realizados os trabalhos escolares. A escola funciona em dois turnos, podendo, pois, atender não só os moradores do Conjunto, como também parte das crianças excedentes das escolas dos bairros vizinhos”. (PORTINHO e REIDY *apud* BONDUKI, 2000, p. 86)

A sala de aula é o elemento básico de uma escola moderna. Sob esta perspectiva, a escola primária do Pedregulho, em oposição ao modelo tradicional, permite uma relação mais íntima entre mestres e alunas/os, maior flexibilidade na disposição do mobiliário e maior contato com o exterior, a partir da utilização dos espaços ao ar livre do entorno. Além da escola primária, o apoio educacional às famílias do conjunto seria iniciado com a implantação de uma creche no bloco A. Esta preocupação com a educação infantil revela a intenção projetual de Portinho e sua visão sobre a necessidade de coletivização das atividades de cuidado e manutenção do lar. Neste sentido, julgamos importante fazer uma breve descrição da atuação de Portinho e sua vinculação aos ideais feministas europeus, antes de prosseguirmos com a descrição do Pedregulho.

Ativista do movimento feminista no Brasil, Carmen Portinho havia se formado engenheira geógrafa em 1924 e engenheira civil em 1926 pela antiga Universidade do Brasil (atual UFRJ) e se tornou especialista em urbanismo. Sua aproximação com o movimento moderno e com os conceitos de habitação social ocorreu no início dos anos 40 e em 1944, quando candidatou-se a uma bolsa de estudos oferecida pelo governo britânico para acompanhar o processo de reconstrução do pós-guerra, envolvendo-se ativamente com o tema da habitação social. Nesse período, Carmen passa a ser colunista do jornal *Correio da Manhã*, publicando uma série de artigos intitulados “Habitação Popular”, nos quais ela defende a organização e execução de um plano para a construção de habitações destinadas aos grupos sociais menos abastados que se justificava pelo crescimento expressivo das favelas nos morros do Rio de Janeiro e da ausência de moradias adequadas. Em seus textos, Carmem adotava a postura crítica e via nessas publicações a oportunidade de mostrar seus ideais e defender seus conceitos para a população. Seu primeiro artigo denunciava o fracasso das cidades-jardim visitadas na Inglaterra, afirmando que esses locais haviam se transformado em cidades-dormitório e passavam uma impressão de tristeza e abandono.

Tão distantes eram as casas dos centros urbanos e também dos empregos de seus moradores, que todas as tarefas cotidianas, como ir ao mercado, frequentar uma escola ou até mesmo recorrer aos serviços médicos, tornavam-se terrivelmente difíceis. (NASCIMENTO 2011, p. 23)

Acerca do papel feminino na realização exclusiva do trabalho doméstico, Portinho publica um texto essencial para a compreensão de sua visão sobre o tema. Intitulado “Trabalho Feminino”, o texto enfatiza a importância de se incorporar a mão-de-obra feminina na esfera produtiva de trabalho formal e ressalta as contribuições que as mulheres operárias propiciaram à economia europeia durante a segunda Guerra Mundial, afirmando que esta atitude seria indispensável a todos os “grandes países produtores”. Portinho traça um paralelo entre o papel desempenhado pela mulher na produção agrária e industrial na Rússia, na Alemanha e a situação brasileira que, afastava toda e qualquer colaboração feminina em cargos de trabalhos produtivos, que gerassem fonte de renda direta ao país. Sobre a questão da habitação, seu pensamento se fundamentava na concepção de que a “casa isolada como ideal de moradia estava ultrapassada, pois induzia ao individualismo”, enquanto que a habitação coletiva, estimulava a vida em coletividade, desde que tratada de forma ampla, considerando todos os aspectos inerentes à sociedade indispensavelmente: habitação, transporte, trabalho e lazer. “Habitação era um problema social e urbano e como tal deveria ser tratado” (PORTINHO, 17 mar. 1946). Influenciada pelos ideais modernos da habitação mínima, Portinho sublinha a importância de se eliminar espaços desnecessários das moradias e mecanizar os indispensáveis, como a cozinha e a lavanderia, no estabelecimento de relações menos desiguais entre homens e mulheres. Deste modo, ao implementar equipamentos de uso coletivo, como a lavanderia mecanizada e a creche infantil, em conjuntos habitacionais, a mulher trabalhadora estaria “livre” da realização dos afazeres domésticos e do cuidado com as crianças em tempo integral. Em linhas gerais, a lavanderia coletiva e a creche infantil materializam dois conceitos de uma só vez: a economia do espaço interno da habitação e ajuda à mão cansada da operária nas tarefas domésticas.

Isto posto, a implantação da lavanderia coletivizada no conjunto Pedregulho revela como a introdução de novos hábitos aos habitantes do Pedregulho perpassava não apenas pela solução arquitetônica adotada, como também pela intimidade dos moradores, ao significar uma intensa modificação nos modos de vida destas famílias. A adoção de um sistema mecanizado de lavagem significou a supressão da área de serviço nos apartamentos e a expressa proibição de lavagem de roupas no interior das unidades habitacionais. Segundo Portinho e Reidy (1955 *apud* BONDUKI, 2000), esta supressão, juntamente com a instituição de uma taxa de uso dos serviços de lavagem de roupas

(diluída na mensalidade do aluguel), viabilizou economicamente o custo da construção da edificação da lavanderia coletiva:

A lavagem gratuita da roupa demonstrou, em três anos de experiência, ser um valioso auxiliar no serviço social, porque produziu uma sensível modificação no aspecto e modo de vida dos moradores, principalmente nas crianças, as quais anteriormente andavam sujas e mal cuidadas, por não terem suas mães tempo suficiente para lavar e passar, com a necessária frequência, as roupas de seus filhos, ocupadas que estavam com os demais serviços da casa, limpando arrumando, cozinhando, cozendo, etc. Estas mesmas crianças apresentam-se hoje limpas e com boa aparência e suas mães dispõem de tempo extra para outros misteres (PORTINHO E REIDY, 1955 *apud* BONDUKI, 2000, p. 87).

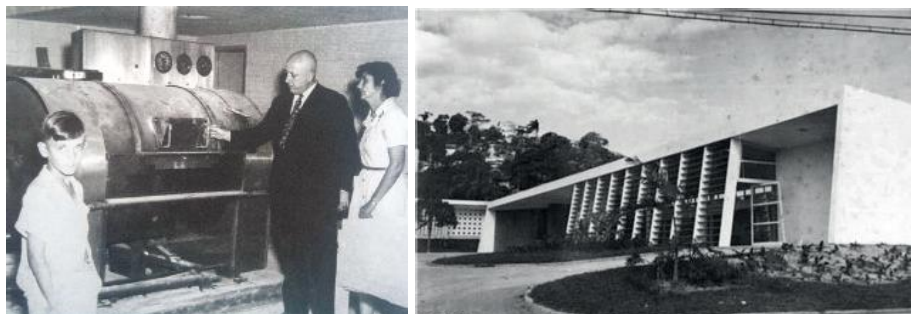
A partir da visão de Portinho sobre a mulher trabalhadora e a função do conjunto habitacional na complementação das atividades desenvolvidas no interior doméstico, podemos estabelecer uma estreita ligação entre o projeto do Pedregulho e o Narkomfin, sobretudo ao analisarmos a concepção de implementação da escola primária e da lavanderia coletiva. A ideia de instalar espaços coletivos de serviços domésticos geridos pela iniciativa pública, que contrataria profissionais para realizar as tarefas, retira a obrigação de execução exclusiva das moradoras do conjunto carioca (ainda que teoricamente), isto porque no Pedregulho não houve apenas uma separação física da unidade habitacional e do local destinado à lavagem das roupas ou à educação das crianças, ocorreu na prática uma tentativa de retirar a responsabilidade exclusiva de realização das atividades domésticas das mulheres para que elas não acumulassem duplas ou triplas jornadas de trabalho. A inovação em mecanizar a lavanderia coletiva e contratar trabalhadores especificamente para executar o serviço é uma experiência riquíssima no enfrentamento das desigualdades impostas pela divisão sexual do trabalho, até mesmo para os dias atuais. Ademais, o caráter inovador da lavanderia coletiva do Pedregulho também pode ser notada na plástica da edificação e no tipo de maquinaria adotada para o seu funcionamento, importada da Alemanha, que reflete uma solução projetual ousada (ver Figura 32). O bloco da lavanderia coletiva, que ocupava a mesma edificação da cooperativa, contava com uma organização espacial que permitia a sistematização das atividades desenvolvidas no trabalho de lavar e passar roupas, num esquema de “linha de produção”, como esclarece Silva (2006):

as roupas eram recebidas através de um balcão, em seguida marcadas, lavadas e desinfetadas, armazenadas nos escaninhos correspondentes aos apartamentos, sendo retiradas pelos moradores por outro balcão, já passadas. A lavanderia contava também com acesso de serviço, banheiro para os funcionários e sala de administração. O acesso do

público era restrito ao pátio de entrada da edificação (SILVA, 2006, p. 45).

Em relação a cooperativa, observamos que sua separação física da área da lavanderia é conseguida através da inserção de um pátio entre blocos que se comunicam fisicamente graças ao uso de uma peça de brises horizontais com o objetivo de direcionar cada visitante ou funcionária/o e/ou moradora aos balcões de atendimento de cada box. Num total de seis, estes boxes eram destinados à mercearia, açougue, peixaria, quitanda, lacticínios e padaria.

Figura 32: Prefeito Mendes de Moraes e Carmen Portinho inspecionando o maquinário da lavanderia (à esquerda) e fachada da edificação da lavanderia (à direita).



Fonte: SILVA, 2006.

O programa de serviços coletivos do Pedregulho contava ainda com um posto de saúde, no qual cada habitante do conjunto receberia atendimento médico e dentário (ver Figura 33). A preocupação com a instalação de uma unidade médica no conjunto habitacional retoma as noções de higiene e salubridade definidas pelas políticas higienistas e pelo movimento moderno no início do século XX. Acreditava-se que a possibilidade de educação das famílias sobre as práticas de higiene funcionaria como uma eficiente prática preventiva de muitas doenças contagiosas. E para os casos em que as enfermidades não conseguissem ser evitadas, tanto a consulta quanto o tratamento estariam disponíveis no mesmo local.

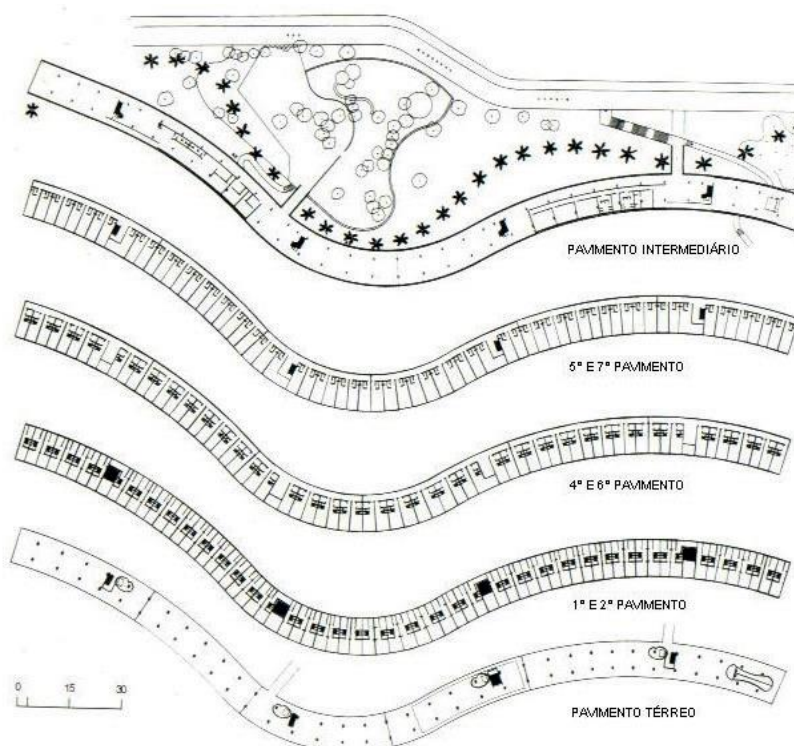
Figura 33: Bloco da lavanderia coletiva e da cooperativa (acima) e perspectiva do acesso ao posto de saúde (abaixo)



Fonte: AGCRJ, 1950, *apud* SILVA, 2006.

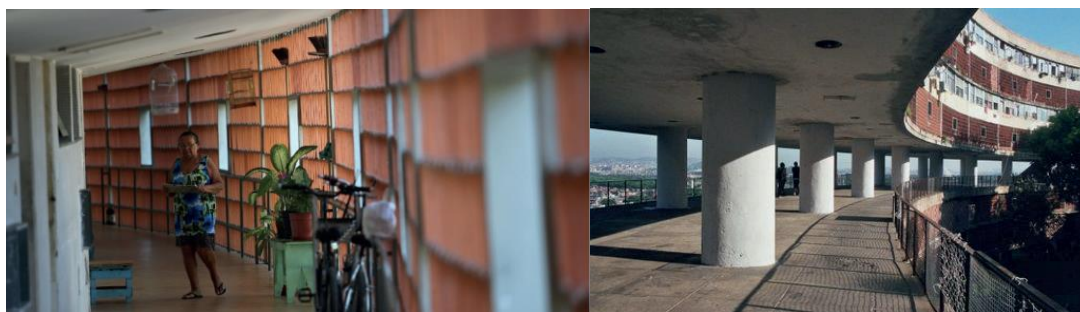
O bloco A foi desenvolvido em sete pavimentos: nos dois pavimentos inferiores destinou-se a localização exclusiva das unidades residenciais do tipo quitinete (denominaremos aqui como “Q”), enquanto nos quatro pavimentos superiores implantou-se as células habitacionais do tipo duplex (denominaremos aqui como “D”) que contavam com um a quatro quartos, acessados pelo quarto ou sexto andar (ver Figura 34). Desse modo no 1º e 2º andares, localizam-se as células destinadas a casais sem filhos, enquanto que nos quatro pavimentos superiores distribuem-se os apartamentos voltados para famílias maiores. Os corredores de circulação que dão acesso às células habitacionais são laterais e possuem boas condições de iluminação e ventilação natural, através do uso de cobogós, compensando orientação desta fachada para o oeste (ver Figura 35).

Figura 34: Planta baixa dos pavimentos do bloco A do conjunto Pedregulho.



Fonte: BONDUKI, 2000.

Figura 35: Circulação interna do bloco A do conjunto Pedregulho (à esquerda) e Pilotis intermediário, localizado no terceiro pavimento (à direita).



Fonte: Guimarães, 2015.

O acesso à edificação ocorre pelo pavimento intermediário, ou o 3º andar, onde está localizada a área de pilotis, que funciona como um grande pátio de encontro, e as áreas da administração e do serviço social. Conforme os idealizadores do conjunto, este pavimento deveria:

(...) proporcionar uma imensa área plana, bem ventilada e protegida, onde as crianças poderão abrigar-se nas horas mais quentes e nos dias mais chuvosos. Será parcialmente ocupado pela instalação do Serviço Social e da Administração, assim como pela escola maternal, o jardim de infância e o teatro infantil. (...) A solução duplex foi adotada para a maioria dos apartamentos por ser aquela que oferece melhor rendimento pela possibilidade de atingir, sem elevador, a quatro pavimentos, e

permitir, mediante maior profundidade do bloco, o mínimo de testada, aumentando desta forma o número de unidades do bloco (PORTINHO E REIDY, 1955 *apud* BONDUKI, 2000, p. 84).

Sobre as tipologias habitacionais do bloco A, as células “Q” possuem solução que reflete a preocupação dos arquitetos com a eficiência da habitação, reduzindo sua superfície a áreas mínimas. Assim, esta unidade habitacional apresenta a cozinha fechada e apenas um quarto, conectado ao estar (ver Figura 36).

Figura 36: Planta baixa da célula “Q” (à esquerda) e interior da habitação (à direita).



FONTE: Planta elaborada pela autora; SILVA, 2006.

Em paralelo, as células “D” possuem uma planta dividida em dois pavimentos com dois dormitórios. Através de um hall, acessamos a cozinha e a escada que direciona ao pavimento superior, onde localizam-se os quartos e a sala (ver Figuras 37). Tal como ocorre nos apartamentos conjugados, uma parte que sobra da escada coletiva é incorporada nos dois pavimentos de um dos apartamentos vizinhos.

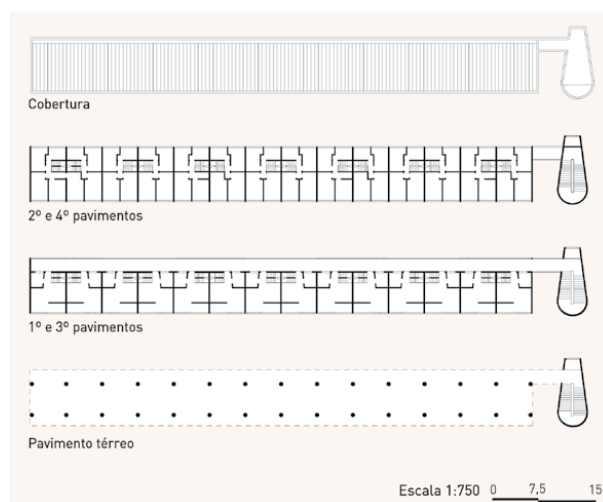
Figura 37: Planta baixa (à esquerda) e imagem da área social da célula “D” (à direita).



Fonte: Planta elaborada pela autora; Guimarães, 2015.

Os dois blocos residenciais secundários, B1 e B2, possuem uma forma de barra linear e estão suspensos sob pilotis, assim como o bloco principal. Nestes volumes, as soluções das tipologias habitacionais são semelhantes às aquelas adotadas no Bloco A, células variantes do tipo “D”, que contam com dois, três ou quatro quartos, e uma planta dividida em dois pavimentos a partir da sua setorização funcional. No pavimento térreo, localiza-se o setor social e o setor de serviço, enquanto no pavimento superior está situado o setor privado (ver Figura 38). Na construção do nosso processo investigativo, baseado nas análises sintáticas, utilizaremos apenas as tipologias habitacionais presentes no bloco A as células “D” e “Q”.

Figura 38: Plantas baixas dos pavimentos do bloco B1 e B2.



Fonte: BONDUKI, 2000.

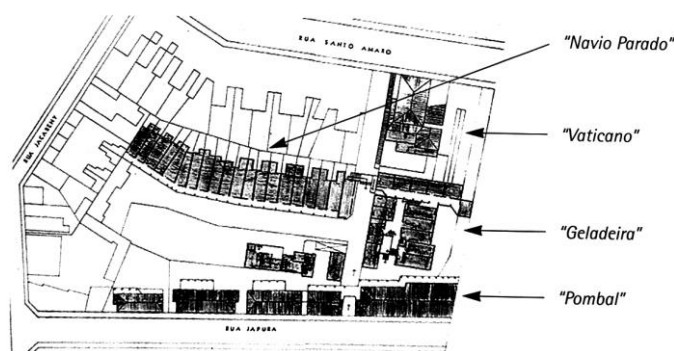
Em linhas gerais, ao analisar o conjunto Pedregulho percebemos as inúmeras qualidades arquitetônicas e construtivas do projeto. A ampla divulgação midiática nos jornais e periódicos da época fez com que o conjunto passasse a ter reconhecimento tanto a nível nacional quanto internacionalmente: o reconhecimento do próprio Le Corbusier em 1962 ressalta a importância do projeto, sobretudo no que tange a adoção do estilo moderno europeu, que afirmou “jamais ter tido oportunidade de realizar uma obra tão completa como essa que os brasileiros realizaram no Pedregulho” (CAVALCANTI, 2006, p. 141). Apesar de ter concretizado uma utopia aparentemente muito distante da realidade brasileira na época, o conjunto Pedregulho passou por um intenso período de decadência em virtude de inúmeros fatores, mas sobretudo, devido a extinção do DPH. Conforme pontuado por Nascimento (2011), “Com o fim do Departamento, em 1962,

selou-se a separação entre os serviços adjacentes a morada - escola, posto de saúde e lavanderia” (NASCIMENTO, 2011, p. 313).

3.2.2 Conjunto Habitacional Armando de Arruda – Japurá

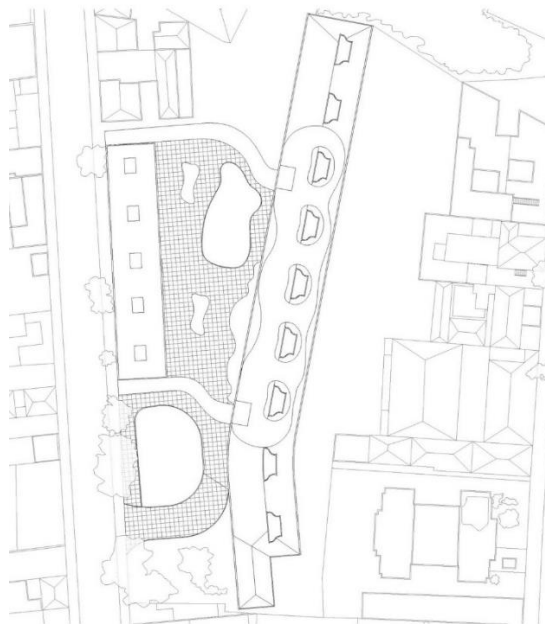
O projeto do conjunto habitacional Armando de Arruda, promovido pelo IAPI, foi desenvolvido para a área central da cidade de São Paulo, no bairro da Bela Vista, como medida de remodelação da região que abrigava um complexo conjunto de quatro cortiços: Vaticano, Pombal, Navio Parado e Geladeira. Esta remodelação envolvia um plano maior de urbanização e saneamento, no qual a prefeitura buscava construir uma imagem de renovação e progresso em áreas degradadas a partir do investimento no sistema viário da capital paulista e do apoio às iniciativas de construção de habitações populares dos IAPs. Após a demolição dos cortiços, em 1948, iniciou-se o processo de implantação do conjunto Japurá, seguindo as formas de ocupação do cortiço Navio Parado (ver Figuras 39 e 40).

Figura 39: Implantação do complexo de cortiços formado pelo Navio Parado, Vaticano, Geladeira e Pombal.



Fonte: BONDUKI, 1998.

Figura 40: Implantação do conjunto Japurá.



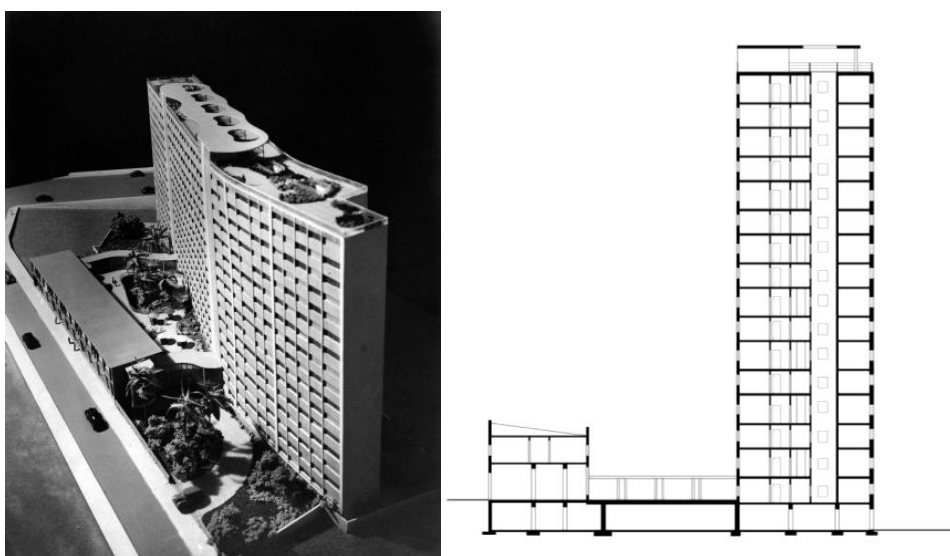
Fonte: PC3 - Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea, 2019.

Neste sentido, a preocupação de Eduardo Kneese de Mello, autor do projeto, foi a de promover a viabilidade do empreendimento através da adoção de um combo de medidas definidas após vários estudos sobre a economia da edificação, desde a implantação que objetivava o máximo aproveitamento do terreno e seria propiciado pela verticalização do conjunto, passando pela soluções tipológicas residenciais, até a escolha do programa de apoio às habitações. A síntese destes estudos foi sistematizada no memorial descritivo do projeto, nos quais podemos destacar as justificativas do Kneese de Mello (1948, *apud* PERRONE e REGINO, 2009):

1. Aumento de dois andares no edifício dentro do gabarito determinado pelo Código de Obras;
2. Redução de 50 cm de altura em cada dois pavimentos;
3. Supressão do corredor comum aos andares destinados a dormitórios;
4. Estando todos os banheiros localizados sobre o corredor central, cada poço de ventilação pode servir a quatro banheiros por andar. Além disso suas dimensões podem ser reduzidas, visto que há só banheiros em cada segundo andar;
5. Separação entre os cômodos que tem contato com o exterior (sala e cozinha) e os dormitórios, tornando estes mais privativos e confortáveis;
6. Não havendo corredor comum nos andares destinados a dormitórios o número de paradas dos elevadores fica reduzido à metade tornando-os mais econômicos e eficientes;
7. Economia de mais de 12 mil metros cúbicos de construção em comparação com um edifício que fosse projetado com 16 andares de 3 metros de pé-direito e com corredor em todos os pavimentos. (KNEESE DE MELLO, 1948, *apud* PERRONE e REGINO, 2009, p. 80).

O conjunto Japurá é composto por dois volumes de funções distintas: o primeiro bloco, de menores proporções e mais próximo da rua, abriga o uso misto, no qual o térreo é ocupado com espaços de uso comercial e o pavimento superior destina-se à implantação de apartamentos para jovens solteiros; em paralelo o segundo volume corresponde ao bloco de uso predominantemente residencial, uma torre de 14 pavimentos contendo cerca de 288 unidades habitacionais que aglutina equipamentos de apoio para as famílias do conjunto (ver Figura 41).

Figura 41: Perspectiva dos blocos que compõem o conjunto Japurá, à esquerda, e corte transversal da edificação, à direita.



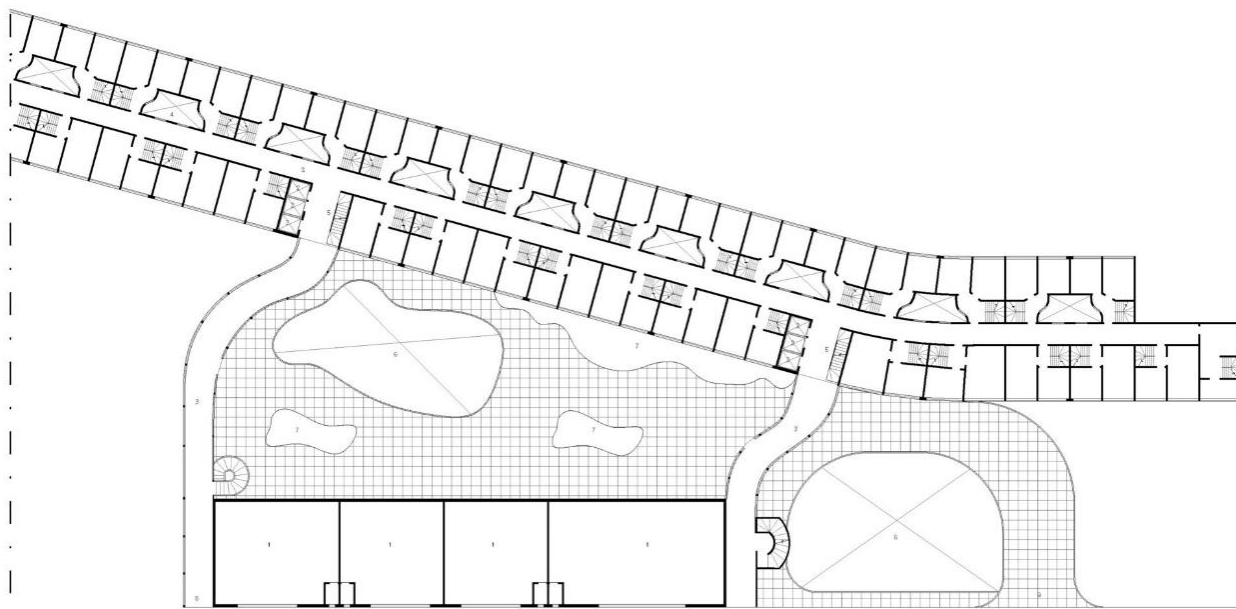
Fonte: PC3 - Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea, 2019.

O projeto, que buscava o melhor aproveitamento do lote irregular e em declive, apresenta uma solução projetual que abarca todos os princípios corbusianos de arquitetura moderna, exibindo uma inspiração direta na Unidade Habitacional de Marselha⁴². Além da adoção do sistema de janelas em fita, o uso de pilotis associado aos equipamentos de uso coletivo situados no pavimento térreo proporciona uma sensação de prolongamento da rua ao borrar os limites entre espaço público e do privado (ver Figura 42). Ademais, observamos que a solução projetual da marquise orgânica inserida na cobertura da

⁴² A Unidade Habitacional de Marselha (1946-1952) é considerada uma síntese do pensamento e estudos de Le Corbusier. A edificação foi planejada como uma cidade vertical autossuficiente, na medida em que foi desenvolvida como um complexo residencial com uma série de serviços próprios. Consistia, assim, num conjunto de módulos de apartamentos duplex de diversas tipologias, organizado com ruas interiores e pavimentos para serviços comuns: lavanderia, posto médico, livraria, farmácia, bar, mercearia, restaurante e ainda um hotel.

edificação indica a intenção do arquiteto de explorar o espaço como área de lazer para as famílias que residiam no conjunto, completando os cinco pontos da nova arquitetura.

Figura 42: Planta do pavimento térreo do Japurá.

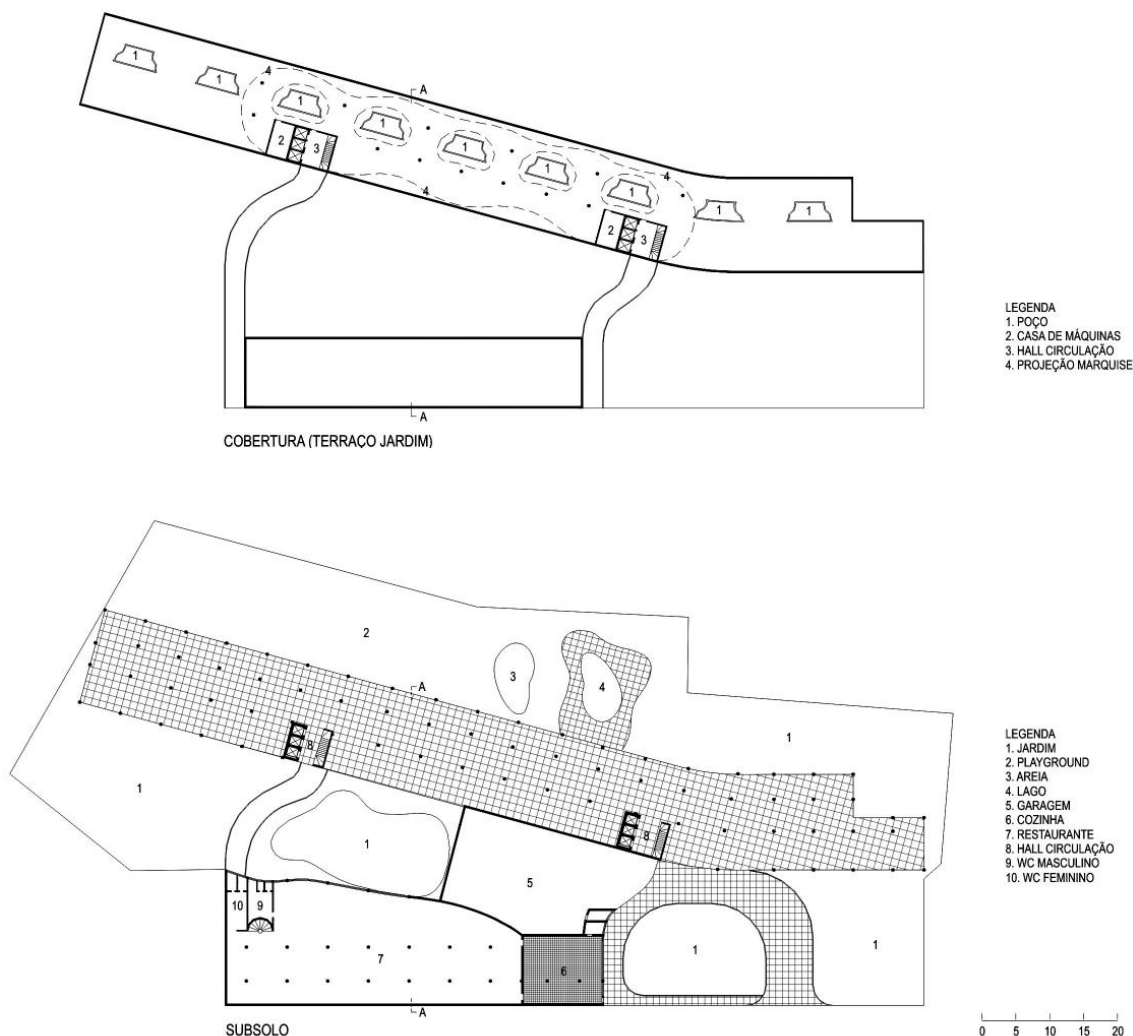


Fonte: PC3 - Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea, 2019.

O programa de serviços do Japurá complementa-se com a inserção dos equipamentos coletivizados no pavimento subsolo: parque infantil, pequeno lago e um grande restaurante comunitário que se dividia entre cozinha e salão de refeições (ver Figura 43). A implantação do restaurante do conjunto à primeira vista nos parece indicar uma tendência do arquiteto em considerar a coletivização das atividades de serviço doméstico e manutenção do lar, no que se refere ao preparo das refeições e higienização dos alimentos. Entretanto, as formas de conexão do equipamento com o restante da edificação relevam a intenção de funcionar como um apoio de maior aproximação ao bloco de moradias voltado para os trabalhadores solteiros do IAPI, uma vez que, dos dois acessos existentes do restaurante, um deles acontecia por meio de uma escada circular que o conectava ao andar das quitinetes, situadas no segundo pavimento do bloco. Tal escolha projetual de Kneese de Mello evidencia a ideia que persiste no imaginário coletivo de que as atividades reprodutivas não fazem parte da rotina masculina, sobretudo no cotidiano de homens que possuem empregos formais com prestígio. Retomando os conceitos definidos por Kergoat (2010), esta ideia está estruturada nos princípios que organizam a divisão sexual do trabalho, nos quais existem “trabalhos de homem” em oposição aos

“trabalhos de mulher” (princípio da separação), sendo os primeiros detentores de maior valor, político, econômico e social (princípio da hierarquia).

Figura 43: Planta de cobertura, acima, e planta do subsolo, abaixo.

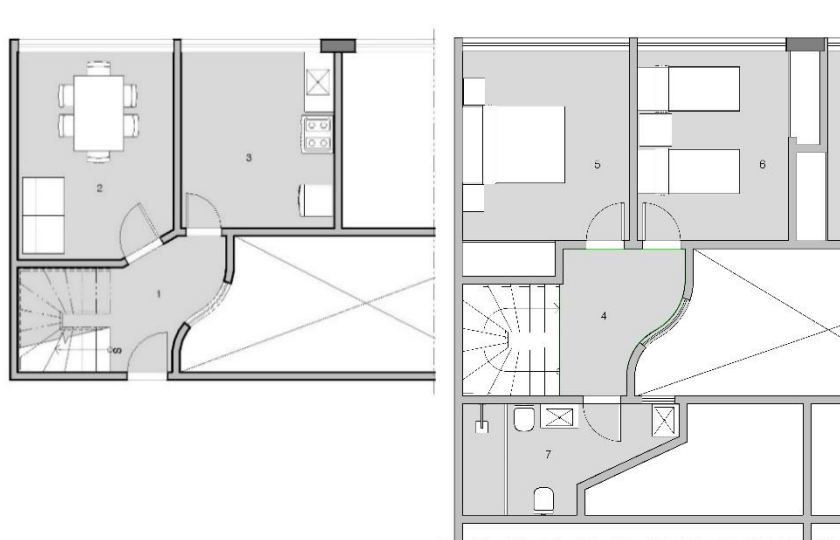


Fonte: PC3 - Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea, 2019.

Em relação às escolhas projetuais adotadas na concepção das unidades habitacionais podemos destacar que o arquiteto desenvolveu duas propostas de células distintas para atender as necessidades das famílias, que residiam no bloco principal, e dos “jovens solteiros”, moradores do bloco secundário. A célula do bloco principal distribuía-se num arranjo espacial de dois pavimentos, comumente conhecido como duplex (aqui denominadas de célula “D”). No pavimento térreo encontravam-se os espaços de estar e serviço: sala, cozinha, hall e despensa (o espaço residual embaixo da escada ocupado por armários), enquanto no pavimento superior situava-se a área íntima contendo dois quartos de mesmas dimensões e banheiro (ver Figura 44). Seguindo a lógica moderna da

habitação mínima que suprimia sobretudo as áreas de serviço, nessa tipologia habitacional, a área da lavanderia é reduzida a utilização do tanque no espaço do banheiro.

Figura 44: Plantas da célula “D” do conjunto Japurá.



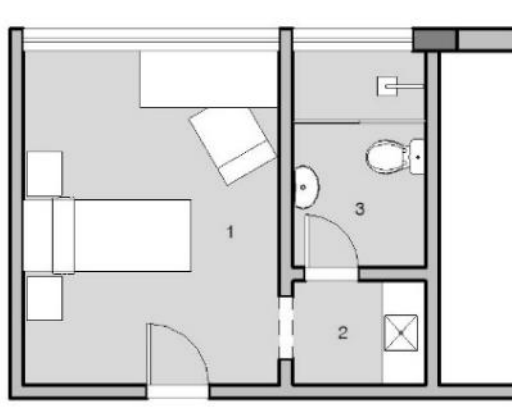
Legenda: 1- Hall de entrada; 2- Sala de Estar e Jantar; 3- Cozinha; 4- Hall superior; 5- Quarto Principal; 6- Quarto; 7- Sanitário.

Fonte: A autora, 2020.

Em contrapartida, as unidades de quitinetes (denominadas como células “Q”) com sua área diminuta materializava a ideia de eficiência das habitações nos espaços do quarto, banheiro e cozinha fechada. Diferentemente da célula “Q” do Pedregulho, no Japurá a quitinete não apresenta um espaço de estar ou de permanência, para além da área do quarto. Ademais, ao analisarmos as soluções de organização do mobiliário e pontos hidráulicos da célula “Q”, constatamos que na cozinha existe apenas um local para pia, sem espaços para fogão e geladeira (ver Figura 45). Esta constatação nos sugere duas evidências sobre as intenções projetuais de Kneese de Melo. A primeira é que habitações para jovens solteiros não necessitariam de locais para o preparo e armazenamento das refeições porque homens não cozinham. Cozinhar, para o arquiteto, seria uma tarefa de menor importância e exclusivamente feminina. A segunda relaciona-se ao distanciamento das ideias de moralidade associadas ao padrão doméstico promovido pelos IAPs. Isto porque a implantação do bloco secundário que abriga as células “Q” está situada nos limites do lote diretamente conectada à rua. Diferentemente dos projetos da Casa da Comerciária e da Bancária, nos quais existem uma separação explícita da esfera pública através da utilização da vegetação como barreira física, no conjunto Japurá o prolongamento da rua é diretriz para a localização do bloco secundário. Esta segunda

evidência exemplifica de modo ímpar como a ideia de que o espaço público é restrito à atuação masculina estava (e continua) enraizada no processo de produção de conjuntos habitacionais de interesse social.

Figura 45: Planta baixa da célula Q do Japurá.



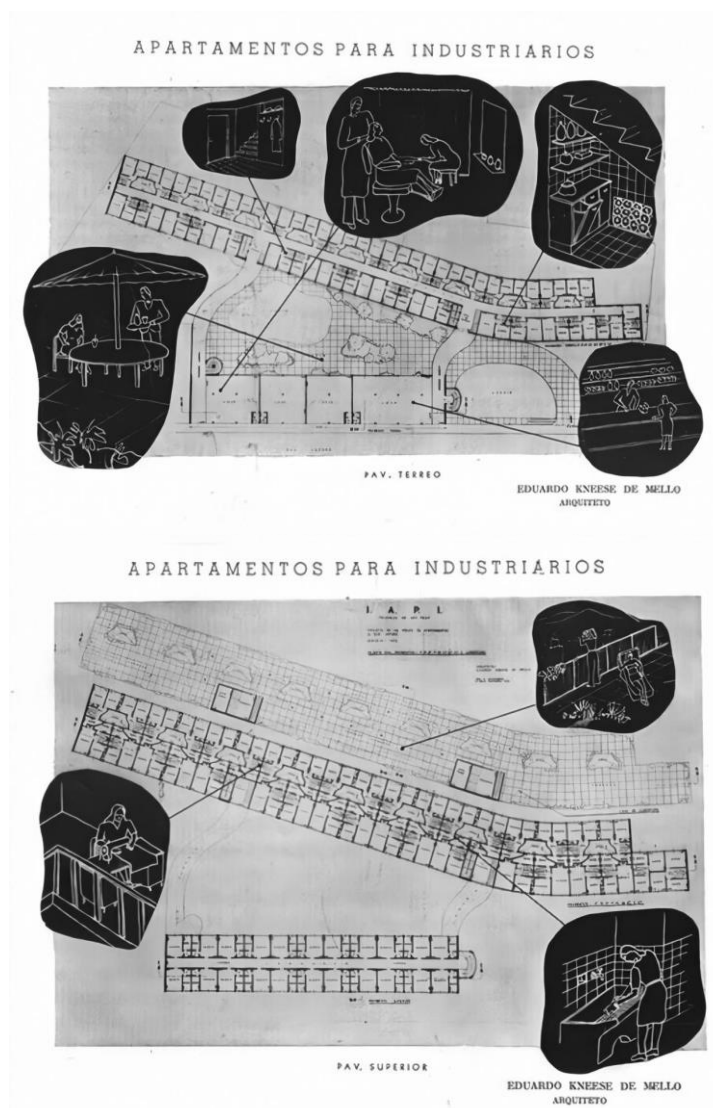
Legenda: 1- Quarto Principal; 2- Cozinha; 3- Sanitário;

Fonte: A autora, 2020.

Ademais, os desenhos e perspectivas ilustrativas do Japurá, divulgados durante sua elaboração, dão indícios das concepções de domesticidade que o arquiteto carregava e da sua visão acerca do papel ocupado pela figura feminina no seio da família. De modo geral, os desenhos apresentam a rotina do conjunto a partir da vivência das moradoras na utilização dos espaços coletivos, expondo as possibilidades de atividades em cada um desses locais (ver Figura 46). O trabalho de Sabrina Costa (2019) complementa esta vista ao sublinhar que:

Na prancha do pavimento superior, dois balões referem-se às atividades desempenhadas pelas mulheres no interior dos apartamentos: lavar roupa e costurar. Nas áreas comuns, está mesma mulher apresenta a possibilidade lazer na cobertura: enquanto uma figura feminina de calça, camisa e cabelos longos aprecia a paisagem olhando pelo binóculo os altos edifícios representados, uma outra repousa numa espreguiçadeira de biquíni e óculos de sol. Enquanto a planta do pavimento térreo do conjunto demonstra as possibilidades de uso das áreas comuns também se utilizando das mulheres em atividade: no salão de beleza deitada numa cadeira enquanto uma mulher cuida de suas unhas e outra de seu cabelo, ou no restaurante/ bar do conjunto onde ela tomaria uma bebida. As ilustrações representam esta mulher em dois estereótipos femininos: a mulher responsável pelos cuidados da casa e de seu corpo (COSTA, 2019, p. 229).

Figura 46: Ilustração da rotina dos espaços privados e coletivos do conjunto Japurá, a partir das experiências e representações femininas.



Fonte: Revista Acrópolis, 1948 *apud* COSTA, 2019.

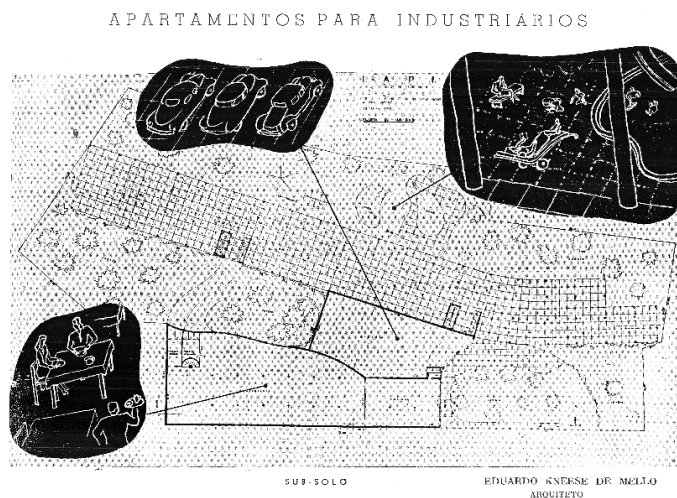
A partir desta leitura, o questionamento que fazemos é se esta escolha de ilustrar a rotina do Japurá através da utilização de corpos femininos seria outra forma de reafirmar a ideia de que esta mulher moradora do conjunto, dona de casa e possivelmente mãe, é não somente elemento chave na definição dos limites físicos e simbólicos do conjunto, como também é pertencente ao espaço privado, longe da vulgaridade, violência e sujeira das ruas. Ao passo que a ausência da representação masculina, seja do “jovem solteiro” morador do bloco secundário, seja do pai e chefe de família habitante do bloco principal, seria para reiterar que o lugar da habitação e dos espaços de uso coletivo do conjunto que o complementam não fazem parte de sua propriedade, ali sua atuação é meramente coadjuvante e restringe-se ao desfrute do ambiente acolhedor que somente poderia ser propiciado pelas mulheres que habitam o Japurá.

Apesar destas críticas, reconhecemos a indiscutível importância do conjunto Japurá para o cenário brasileiro, sobretudo pelo seu caráter progressista, ao apresentar inúmeras opções de serviços complementares à vida doméstica em espaços coletivizados. O próprio Kneese de Melo relata sua atenção especial em promover um conjunto habitacional autossuficiente, seguindo os conceitos modernos:

(...), no alinhamento da rua onde eu podia fazer térreo mais dois andares eu pus lojas para servir aos moradores, é um empório, um açougue, enfim, coisas que as famílias que moram lá precisam comprar. E nos dois andares seguintes eu pus salas pequenas que seriam, assim, para uma cabeleireira, um alfaiate, tudo com o objetivo de servir aos moradores. Então o conceito de habitação estava bem próximo. Nós entendemos que habitação não é casa, casa é um dos elementos da habitação. Se você não tem acesso ao trabalho, à escola, à saúde, não é habitação, é apenas um abrigo, não é uma habitação. Então lá eu procurei dar o sentido de habitação, o mais completo possível dentro de uma cidade (...). (KNEESE DE MELLO. *apud* SANTOS, 1985)

Assim como no caso do Pedregulho, a inovação em implementar equipamentos de serviços domésticos geridos pelo Estado, que iriam sustentar a contratação de trabalhadores especificamente para gerir o restaurante coletivo, retrata a possibilidade de minimização das desigualdades impostas pela divisão sexual do trabalho, uma vez que, ao menos em relação ao ato de cozinhar – e todas as tarefas que essa atividade abarca, as moradoras do conjunto teriam a oportunidade de escolher entre realizá-lo ou não. Nos desenhos que ilustram o projeto existe uma indução a esta constatação, nos quais podemos observar a representação de um casal heterossexual, que supostamente simboliza os moradores da unidade duplex, utilizando o restaurante do conjunto (ver Figura 47).

Figura 47: Ilustração da rotina dos equipamentos coletivos situados no subsolo do conjunto.



Fonte: Revista Acrópole, 1948 *apud* COSTA, 2019.

3.2.3 Conjunto Residencial Salvador – IAPI

Assim como nos contextos paulista e carioca vistos anteriormente, o processo de urbanização em Salvador encontrava-se em constante crescimento nas décadas de 30 e 40, em virtude do desenvolvimento industrial gradativo e da influência da produção de manufaturas, como o cacau. Com a expansão do território urbano, questões como o déficit habitacional das camadas operárias tornam-se urgentes na cidade, de modo que a Prefeitura viu-se na obrigação de prover projetos de casas proletárias para os segmentos de trabalhadores menos favorecidos da cidade, conforme sublinha Anete Araújo (2004):

(...) a Prefeitura Municipal de Salvador oferecia projetos-padrão de casas proletárias para os segmentos de baixa renda na cidade. Pedreiros, garis, serventes, lavadeiras, domésticas, vendedores informais e outros, com pouca burocracia – preenchimento de formulário e identificação do modelo escolhido - recebiam alvarás de construção para erigir suas casas legalmente o que, eventualmente, poderia significar reivindicação posterior de infraestrutura, como encontrado em algumas solicitações (inclusive coletivas) dirigidas ao órgão (ARAUJO, 2004, p. 247).

Nessa discussão o papel do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS) é fundamental para compreendermos a ação do Estado na promoção de habitações sociais e também para a consolidação da arquitetura moderna baiana. Conforme colocado por Joaquim Nunes Junior (2020), o EPUCS entendia a questão habitacional como um serviço de utilidade pública, de modo que sua atuação abordava não somente a produção de moradias para a classe trabalhadora, como também divulgava estudos com proposições e mecanismos que objetivavam a viabilização de habitações de baixa renda. Ainda sobre a atuação do EPUCS, Nunes Junior (2020, p. 84) sublinha que o órgão sugeria “onde deveria haver a concentração dessas habitações operárias, sob a justificativa de que determinadas regiões poderiam funcionar como catalisadoras do desenvolvimento social”. Tais sugestões condizem com a escolha do IAPI da implantação do Conjunto Residencial Salvador, que está situado na mesma região proposta pelo EPUCS para instalação de habitações para operários. Desse modo, o projeto de Hélio Uchoa Cavalcanti foi implantado no então bairro de Santa Mônica (posteriormente o bairro adquire o nome de IAPI em referência ao conjunto), uma região periférica de Salvador com características ainda rurais e retoma a concepção de Koury e Silva (2010) acerca da diferenciação da produção habitacional dos IAPs. Em oposição à implantação do Japurá, inserido no tecido urbano consolidado da cidade de São Paulo, o conjunto residencial Salvador destinou-se às categorias de servidores de menor renda que não se

caracterizavam como classe média na época. Em razão disto, o IAPI tornou-se rapidamente um marco na paisagem, uma vez que aglutinava os princípios modernos de valorização dos espaços de convívio em grande escala, conforme pontua Bonduki (2014):

Este imponente conjunto residencial é um exemplo significativo da apropriação proposta pelo urbanismo moderno, concebida no âmbito do CIAM, na produção habitacional do IAPI. O projeto combina elementos da concepção corbusiana, como os pilotis, com propostas do racionalismo alemão, como, por exemplo, a concepção de habitação mínima. O resultado mostra simplicidade e arrojo numa solução que desenvolve os conceitos de seriação, padronização e habitação mínima, propõe área de serviço coletiva e insere os blocos residenciais num grande espaço verde e de lazer (BONDUKI, 2014, p. 46)

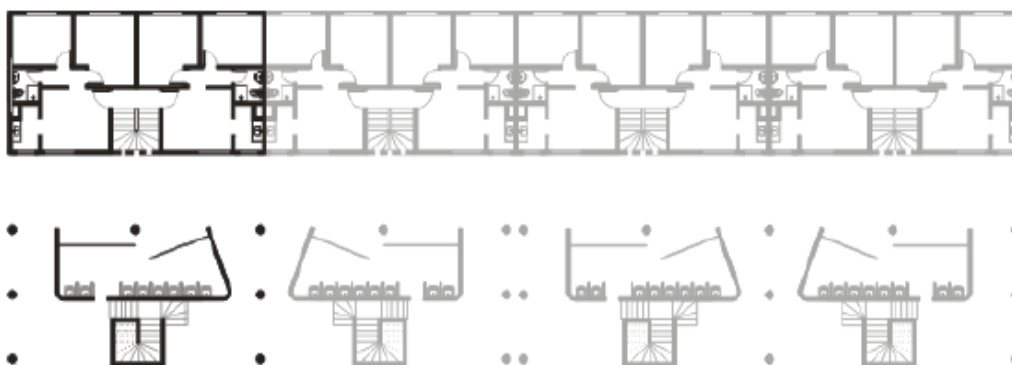
O conjunto IAPI foi projetado em 1948, e inaugurado em 1952, num cenário em que a intensificação na construção de edificações residenciais verticalizadas estava restrita à iniciativa privada, enquanto habitações sociais continuavam a ser promovidas sob o modelo de residências unifamiliares. O projeto, implantado na parte menos acidentada de um terreno de aproximadamente 3 hectares (30 mil m²), dispõe de 264 unidades habitacionais em cinco blocos de tipologias semelhantes de quatro pavimentos e comprimentos distintos (ver Figura 48). Os blocos são definidos a partir da repetição do módulo base de agrupamento das células residenciais: dois apartamentos por andar conectados por uma caixa que comporta a escada de acesso. A utilização dos pilotis no pavimento térreo de cada bloco residencial significava não somente a adoção dos elementos modernos definidos por Le Corbusier, como também representava a solução técnica ideal para a implantação dos volumes no terreno acidentado. A elevação das unidades residenciais em relação ao nível do solo, associado à distância de 10 metros entre os blocos habitacionais, permitia que o aproveitamento do lote fosse muito mais eficiente ao gerar inúmeros espaços de convivência (ver Figura 49). Neste sentido, as áreas de convívio que compõem a praça central interna do conjunto, com aproximadamente 3.200 m², evidenciam a prerrogativa da união entre arquitetura e urbanismo, na qual o espaço público mescla-se aos limites do lote sem barreiras físicas. Neste sentido, “o espaço público não é sobra nem resíduo, mas o elemento principal da composição urbanística valorizado pela utilização dos pilotis, que possibilitam a permeabilidade entre espaço aberto e construído” (BONDUKI, 2014, p 47). Apesar da intenção projetual de não inserir cercamentos nos limites do lote, após os anos iniciais de utilização do conjunto, a associação de moradores tornou privativa as áreas de convívio do IAPI, através de um processo de enclausuramento com muros.

Figura 48: Implantação do conjunto (à esquerda) e imagem da entrada do conjunto em 1949 (à direita).



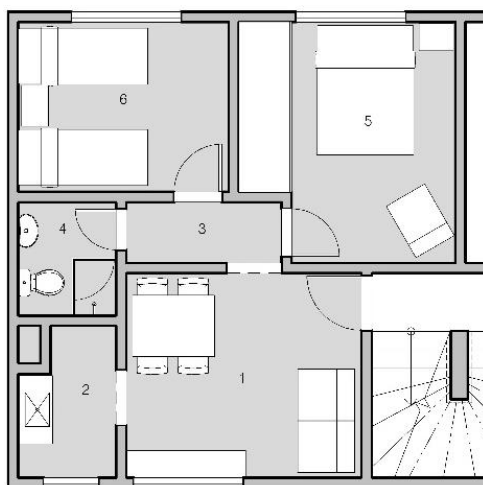
Fonte: BONDUKI, 2014; Acervo pessoal dos moradores.

Figura 49: Planta baixa do pavimento tipo (acima) e pavimento térreo (abaixo).



Fonte: NUNES JUNIOR, 2020.

Assim como em outros muitos projetos dos IAPs, para a possibilidade de promover uma maior quantidade de habitações, no Conjunto Residencial Salvador o arquiteto Hélio Uchoa Cavalcanti lança mão das premissas modernas de racionalização dos espaços e de padronização da moradia e reduz drasticamente a área das unidades habitacionais, alcançando uma área útil de aproximadamente 34m². Além da redução dos espaços, sobretudo a área da cozinha, projetar residências tão enxutas foi possível graças à supressão da lavanderia e, conseqüentemente, da área de serviço da unidade residencial (ver Figura 50).

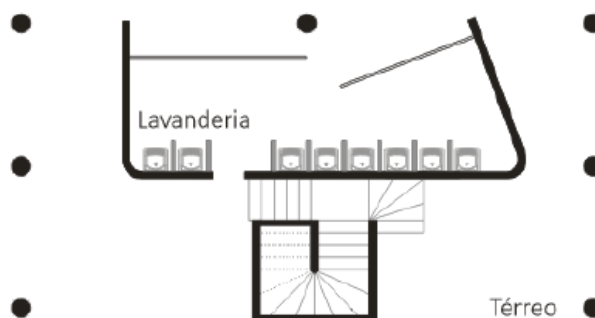
Figura 50: Planta baixa IAPI, unidade Mínima (M)

Legenda: 1- Sala Estar e Jantar; 2- Cozinha; 3- Hall; 4- Sanitário; 5- Quarto principal; - 6- Quarto.

Fonte: A autora, 2020.

Esta decisão projetual significou também a necessidade de adoção de uma lavanderia coletivizada no espaço residual situado no pavimento térreo de cada bloco (ver Figura 51). A volumetria deste equipamento merece destaque pelas soluções estéticas adotadas. Conforme aponta Nunes Junior (2020) a inserção de algumas paredes curvas conectadas a paredes diagonais rompe com a rigidez plástica do bloco habitacional, que apresenta formas ortogonais. Sobre os fechamentos da lavanderia coletiva, o autor acrescenta:

O espaço da lavanderia era contido por painéis de madeira treliçada, dispostos de forma a dar uma certa privacidade ao trabalho doméstico, mas sem ter qualquer controle de acesso por algum tipo de porta ou gradil. Não havia solução arquitetônica para estender as roupas lavadas, e isso, conforme comentado por um dos moradores do conjunto, foi um dos motivos para o insucesso deste equipamento coletivo (NUNES JUNIOR, 2020, p. 103).

Figura 51: Planta baixa da lavanderia coletiva

Fonte: NUNES JUNIOR, 2020.

Muito distante da solução do Pedregulho que contava com lavadoras e secadoras mecanizadas, além de funcionários específicos para os processos de lavagem e higienização das roupas, a lavanderia do IAPI dispunha apenas de uma bateria de tanques de lavagem. Neste sentido, Bonduki (2014, p. 47) afirma que esta decisão projetual “buscava reproduzir o tradicional hábito das lavadeiras de trabalharem juntas”, entretanto precisamos ir além desta interpretação e compreender que a concepção de incorporação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho formal é completamente descartada no projeto, uma vez que o deslocamento do espaço da lavanderia para o térreo apenas cumpre a função de agrupar as mulheres moradoras do conjunto durante o trabalho de lavagem. Ademais, tal agrupamento dos tanques e a inserção das treliças de madeira como fechamento, além de reiterar a divisão sexual do trabalho e a invisibilização (literalmente) das atividades domésticas, sugere a terceirização da higienização das roupas que reforça uma distinção de classes e de raça entre essas mulheres e corroboram a manutenção de privilégios das moradoras do conjunto em relação às lavadeiras de ganho.

Sobre este assunto é importante que destaquemos a realidade vivenciada na cidade de Salvador durante o início do século XX. Com o processo de urbanização não só se aumentaram significativamente os problemas relacionados à falta de moradia, como também ampliaram-se as formas de trabalho autônomo como forma de superar as elevadas taxas de desemprego. Podemos ressaltar as atividades de feirantes, barraqueiros, costureiras, artesãos, domésticas, lavadeiras de ganho, entre outras atividades “informais”. As lavadeiras de ganho, população majoritariamente composta por mulheres pobres e negras, tinham como principais funções a lavagem, higienização, secagem e engomagem das roupas. Essas trabalhadoras possuíam certa flexibilidade em relação às trabalhadoras domésticas, uma vez que não havia a exigência de elas residirem no local de trabalho para conseguirem realizar seus ofícios, além da possibilidade de trabalhar para mais de uma família. Sandra Graham (1992) aponta que lavar roupas nos chafarizes e tanques dispostos pela cidade proporcionava às trabalhadoras uma maior autonomia para dedicar-se à própria família, além da possibilidade da criação de laços de camaradagem com outras lavadeiras que compartilhavam de uma rotina semelhante (ver Figura 52).

Figura 52: Dique do Tororó, nº 192. Fotografia de Pierre Verger – Série Retratos da Bahia (1946-1952).



Fonte: SANTOS, 2015.

Entendendo que o trabalho das lavadeiras de ganho era uma imagem típica da cidade de Salvador durante o século XX, a escolha projetual de incorporar um espaço especificamente destinado à lavagem de roupas de forma coletiva no pavimento térreo de cada bloco residencial nos encaminha a formulação de seguinte questionamento: Tal escolha seria uma intenção de incorporação da prática corriqueira no cenário soteropolitano, como forma de produzir condições mais favoráveis para a rápida adaptação das futuras moradoras às habitações sociais ou seria apenas o reflexo da necessidade de criação de um espaço que abrigasse a área de serviço suprimida da unidade habitacional? Independentemente das intenções de Hélio Uchoa Cavalcanti, a importância do IAPI ultrapassa as críticas estabelecidas nesta investigação, não apenas por se tratar do exemplar habitacional de grandes proporções mais significativo realizado na época na cidade, como também pelo pioneirismo de incorporar os preceitos do Movimento Moderno em uma edificação residencial desta magnitude.

4. ESPAÇO DOMÉSTICO E O MÉTODO DE ARTICULAÇÃO – A SINTAXE ESPACIAL

Apesar de muitos preferirem discutir arquitetura em termos de estilos visuais, seus mais profundos efeitos práticos não estão no nível das aparências, mas a nível de espaço. Ao dar conteúdo e forma ao nosso mundo material, a arquitetura estrutura o sistema espacial em que vivemos e nos movemos (HILLIER; HANSON, 1984. Tradução nossa)⁴³

Compreender as relações invisíveis que permeiam o espaço doméstico é uma das tarefas que atravessa o meio arquitetônico há vários anos. Neste sentido, a Sintaxe Espacial surge para suprir a necessidade de metodologias sistematicamente organizadas que estabelecessem critérios objetivos para a investigação da influência das relações sociais na formação do espaço arquitetônico, e sua ação de reciprocidade (HILLIER e HANSON, 1984). Uma das premissas centrais desta metodologia é a associação indissociável entre a estrutura espacial como forma e a sociedade como conteúdo, sendo a relação entre estas duas esferas constante e dinâmica. Revelar que o ambiente construído não é um espaço neutro, mas um artefato cultural, moldado a partir dos interesses e intenções de quem o projeta, aponta para um leque de possibilidades de pesquisas que compartilham da mesma premissa de que o espaço, seja público ou privado, não é isento de conteúdo social. Desse modo, a capacidade de conseguir articular uma leitura multidisciplinar do espaço doméstico, a partir de uma ótica crítica feminista, é a principal contribuição da Sintaxe Espacial para a presente dissertação.

De acordo com Hirata (2007) a divisão sexual do trabalho influencia diferentes campos do saber e instituições sociais. A autora aponta as consequências na formação escolar, na instituição dos símbolos e signos que definem o que é feminino e o que é masculino, além dos elementos sobre a família e a política pública. Podemos inferir a partir disto, as diversas ações que a divisão sexual do trabalho manifesta na produção espacial especialmente no ambiente privado, ao ser atravessada pelos sistemas de opressão (sexismo, racismo, classismo, dentre outros). Neste sentido julgamos que o objetivo da metodologia da Sintaxe Espacial de revelar a estrutura social que sustenta o

⁴³ Do original: “However much we may prefer to discuss architecture in terms of visual styles, its most far-reaching practical effects are not at level of appearances at all, but at level of space. By giving shape and form to our material world, architecture structures the system of space in which we live and move” (HILLIER; HANSON, 1984, p.9).

espaço real e seus efeitos sobre os padrões e comportamentos das pessoas, independentemente de sua forma plástica e estética (HILLER e HANSON, 1984), seja uma forma concreta de compreender como o pensamento projetual arquitetônico se configura a partir das dinâmicas sociais que orientam a coletividade, sobretudo no tocante às desigualdades impostas pela divisão sexual do trabalho. Isto porque ao estabelecer a configuração morfológica dos espaços, a metodologia da sintaxe nos permite compreender as condições de acessibilidade e controle que determinam as formas de ocupação e utilização habitacional e seus impactos no comportamento de homens e mulheres.

Os primeiros escritos teórico-metodológicos organizados da Sintaxe Espacial surgem na década de 1970, entretanto, a mais completa sistematização dos conceitos desta teoria foi elaborada no livro *The Social Logic of Space*, de Bill Hillier e Julienne Hanson, em 1984. É de autoria de Hanson (1998) também as primeiras experiências desta metodologia em unidades habitacionais⁴⁴, que além de ampliar o alcance e compreensão da arquitetura enquanto expressão de organização social, questiona os cânones modernos e suas decisões arquitetônicas, ao investigar seus projetos de residências mais famosas. No espaço doméstico, são muitas as variáveis envolvidas para caracterização de um modo de vida. Neste sentido, Hillier e Hanson (1984) afirmam que uma habitação pode ser definida como o conjunto de espaços que geram e modulam um sistema de encontros e desencontros, em virtude de seu arranjo espacial. A casa então se apresenta à nossa experiência como um objeto contínuo e descontínuo, em virtude das relações espaciais que conectam os exteriores a suas fronteiras e desvinculam o interior dos espaços de um sistema global da habitação. A base analítica da Sintaxe Espacial parte dos modos de uso, movimento e interação das pessoas estabelecidos pela configuração espacial de um ambiente construído, ou seja, as redes de conexões ou acessos e barreiras entre os ambientes. Os edifícios passam a ser entendidos como redes de paredes e portas que ordenam um vazio com a finalidade de separar ou conectar atividades e as pessoas que as executam (ALDRIGUE, 2012). A partir da análise da configuração espacial é possível compreender e investigar como as habitações adquirem um aspecto dinâmico ditado pelas expectativas sociais e pela evolução da composição do grupo doméstico. Hanson (1998) afirma que:

⁴⁴ HANSON, Julienne. **Decoding Homes and Houses**. Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

(...) para comparar padrões espaciais, temos de saber o que é um padrão, e como dizer uma configuração de outro. As relações espaciais existem onde existe qualquer tipo de ligação entre dois espaços. A configuração existe quando as relações que existem entre dois espaços são alteradas de acordo com a forma como nos relacionamos. (HANSON, 1998, p. 23).

A autora sublinha que as casas articulam relações entre agrupamentos sociais, não indivíduos, de modo que as habitações, independente do modelo que tomemos como referência, são projetadas para acomodar uma família tradicional, convencionalmente formada por um homem, sua esposa ou esposas e seus filhos/filhas. Podemos assumir a partir disto que as estratégias de conduzir, impedir ou restringir o acesso a determinados grupos de pessoas servem para reforçar, por exemplo, a ideia de papéis sociais advindos das relações sociais de classe e sexo ao induzir a ocupação habitacional de modo desigual entre indivíduos socialmente e biologicamente distintos. A demarcação de fronteiras no interior das habitações induz e estabelece relações particulares de acesso/visibilidade ou controle que emergem entre os espaços que compõem sua estrutura, gerando padrões de utilização, movimento e encontro prováveis. Desse modo, podemos acreditar que exista uma forma específica (ou padrão) de apropriação do espaço doméstico pelo simples fato de ser mulher, que é induzida pela estrutura morfológica das habitações. Os estudos de Sonit Bafna (2003) corroboram esta constatação ao afirmar que:

O ponto de partida da Sintaxe Espacial é as sociedades utilizarem o espaço como elemento fundamental e necessário para sua organização. Ao fazer isso, o espaço habitado é configurado - um termo que a Sintaxe Espacial reconhece como o ato de transformar o espaço contínuo em um conjunto conectado de unidades descontínuas. Converter o espaço em uma configuração descontínua é útil porque diferentes rótulos podem ser aplicados às suas partes individuais; essas partes, então, podem ser atribuídas a diferentes grupos, pessoas ou atividades; diferentes regras de comportamento e convenções podem ser associadas a diferentes partes do espaço; e partes individuais do espaço podem ser reconhecidas como carregando uma carga simbólica ou cultural específica. (BAFNA, 2003, p. 17-18. Tradução nossa)⁴⁵.

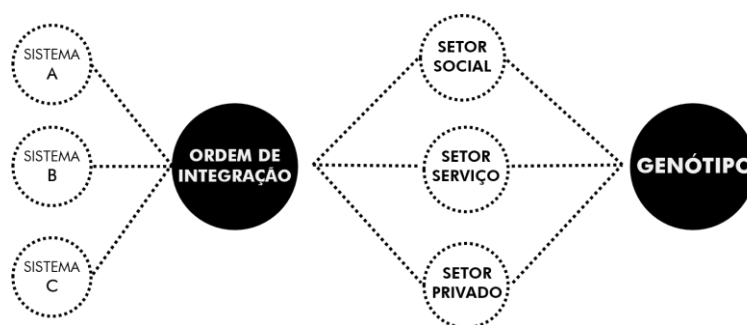
Uma das principais contribuições da Sintaxe Espacial é a viabilidade de relacionar e quantificar configurações espaciais divergentes a partir da mesma técnica,

⁴⁵ Do original: The point of departure for space syntax is that human societies use space as a key and necessary resource in organizing themselves. In doing so, the space of inhabitation is configured—a term that space syntax recognizes as an act of turning the continuous space into a connected set of discrete units. Converting the space to a discrete configuration is useful because different labels can be applied to its individual parts; these parts then can be assigned to different groups, people, or activities; different rules of behavior and conventions can be associated with different parts of the space; and individual parts of space can be recognized as carrying a specific symbolic or cultural charge. (BAFNA, 2003, p. 17-18).

compreendendo as razões morfológicas do objeto arquitetônico, independentemente da forma plástica. Sobre esta metodologia Lucas Figueiredo (2004) sublinha sua possibilidade de “descrever o artefato arquitetônico ou urbano em termos de espaço. Isso garante uma maior autonomia descritiva, permitindo comparar e analisar morfologias bastante distintas” (FIGUEIREDO, 2004, p. 10). É a partir desta contribuição que encontramos a chave de articulação da presente pesquisa: a possibilidade de compreender as marcas da divisão sexual do trabalho na estrutura espacial doméstica e comparar conjuntos habitacionais de tipologias diversas e que estão inseridas em diferentes localidades, apresentando, conseqüentemente, condições socioeconômicas distintas.

A partir desta perspectiva, acionamos o conceito do genótipo que é uma formulação emprestado das ciências biológicas e adotado pela Sintaxe Espacial para designar um conjunto de características intrínsecas à configuração espacial dos objetos analisados, que indica a existência de parentescos ou afinidades na sua constituição (AMORIM, 1999). Nosso intuito nesta investigação é verificar a existência (ou não) de um grupo comum de características que envolvam a zona de serviço no que se refere ao controle e pouca integração nos espaços que o compõe, dito de outra forma: se existe um conjunto de estruturas espaciais sexistas comum nas unidades habitacionais dos conjuntos aqui estudados, a definição do genótipo nos dirá. Esta definição parte da ordem da integração (ou hierarquia) dos setores de uma habitação, (íntimo, social e serviço), de modo que em virtude da maior quantidade de tipos hierárquicos, obtêm-se o genótipo (ver Figura 52).

Figura 53: Diagrama do procedimento para definição do genótipo.



Fonte: A autora.

A despeito da relevância e do leque de possibilidades de análises gerados pela metodologia da Sintaxe Espacial, sua construção (calcada em dados matemáticos de investigação dos diversos padrões sociais) parte da concepção

de neutralidade, universalismo e objetividade científica que ratifica o caráter androcêntrico da ciência e da produção de conhecimento, mesmo que por definição almeje a compreensão da atuação mútua entre padrões sociais e espaciais. Tal característica de investigação axiologicamente neutra aponta uma das limitações deste método analítico e salienta a necessidade de adoção de um percurso de pesquisa associado à produção das teorias e epistemologias feministas, em virtude do seu caráter político que abrange a inclusão das diversas categorias de mulheres como sujeito e objeto de estudo, rompendo as barreiras do androcentrismo e objetividade científicas. Neste sentido, a contribuição do trabalho de Curiel (2014) corrobora esta crítica ao afirmar a importância de evidenciar a definição do lugar de enunciação no exercício analítico e investigativo, mas complementa essa colocação sublinhando sua insuficiência e a necessidade de ruptura com a ideia de racionalidade-científica neutra que elege a produção de conhecimento europeia e estadunidense como sendo únicos palcos de observação do mundo social e centros geográficos, subestimando e invisibilizando os conhecimentos produzidos por populações subalternizadas. Curiel (2014) completa:

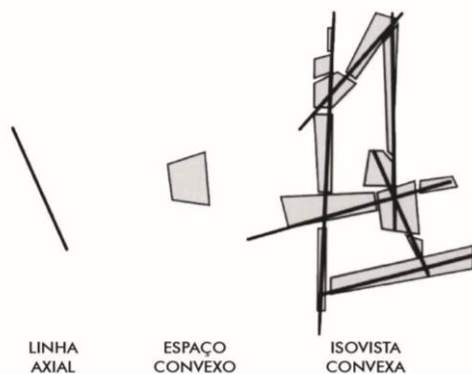
(...) evidenciar um lugar de enunciação que definitivamente afeta as interpretações das investigações que estão sendo feitas. Isso é importante, inclusive é um ponto de partida ético fundamental, porém a reflexividade de uma visão decolonial não se trata somente de nos autodefinirmos na produção de conhecimento, mas também supõe uma tomada de postura na construção do conhecimento que deve considerar a geopolítica, a “raça”, a classe, a sexualidade, o capital social, entre outros posicionamentos, e implica questões-chaves, como: Conhecimento para quê?; Como produzimos conhecimento?; Quem fazemos e de acordo com qual projeto político?; Em que marcos institucionais e políticos o produzimos? (CURIEL, 2014, p. 11).

4.1 REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO

Assim como na gramática, a aplicação da Sintaxe Espacial requer uma série de ferramentas e técnicas de representação espacial que exigem a decomposição analítica do sistema em unidades elementares que possibilitam a identificação e quantificação dos seus atributos físicos, através de três unidades dimensionais que se aplicam a objetos espacialmente distintos e permitem, conseqüentemente, três níveis de análise: em unidades de uma dimensão, chamadas de linhas axiais, em unidades de duas dimensões,

chamadas de espaços convexos e em unidades de três dimensões, chamadas isovistas ou campos visuais (ver Figura 54).

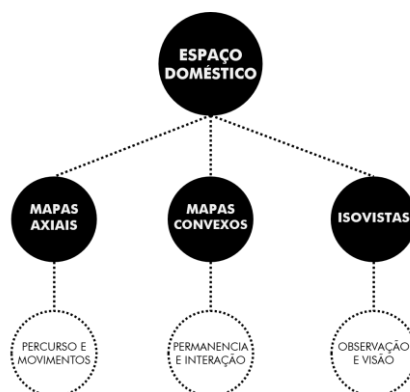
Figura 54: Técnicas de representação da estrutura espacial



Fonte: HANSON, 1998, p. 40.

A aplicação dessas unidades dimensionais revela como funcionam, na prática, a articulação dos ambientes entre si, a partir do movimento e interação das pessoas que o utilizam. A definição de Hanson (1998) nos permite compreender melhor a atuação de tais unidades no processo de apropriação do espaço doméstico: “as pessoas caminham ao longo de linhas axiais, se agrupam ou mantêm-se em permanências nos espaços convexos, enquanto observam estes espaços em três dimensões, ou isovistas.” (HANSON, 1998, p. 243. Tradução nossa). Deste modo, a convexidade relata os ambientes de uma casa como espaços de permanência, enquanto a organização axial expressa a estrutura da habitação em relação ao trânsito entre os cômodos (ver Figura 55). Para Hillier e Hanson (1984, p. 98) há a convexidade quando as linhas retas podem ser traçadas de um ponto para qualquer outro ponto no espaço sem sair do limite do próprio espaço.

Figura 55: Diagrama das possibilidades de representação espacial a partir da apropriação das usuárias/os.



Fonte: A autora.

As ferramentas de representação do espaço fornecidas pela Sintaxe Espacial possibilitam a cada pesquisadora uma autonomia na escolha de qual instrumento se adequa melhor ao objetivo da investigação. Como nosso intuito está focado na compreensão da influência da divisão sexual do trabalho na utilização e apropriação do espaço doméstico, julgamos que a associação entre as três dimensões espaciais (axialidade, convexidade e isovistas) forneceriam uma maior riqueza de informações. Desse modo, para analisar a dimensão socioespacial dos projetos das unidades habitacionais dos conjuntos aqui propostos, lançamos mão dos seguintes recursos analíticos incorporados ao escopo da Sintaxe Espacial: mapas convexos, mapas axiais, grafos de visibilidade, isovistas e grafos justificados. O processamento dos dados gerados pelas técnicas sintáticas é realizado por programas e softwares específicos. Nesta pesquisa utilizamos o software Jass⁴⁶ para a construção dos grafos justificados, enquanto que os mapas convexos, axiais, grafos de visibilidade e as isovistas serão desenvolvidos pelo software Depthmap⁴⁷.

4.1.1 Mapas Convexos

Um mapa convexo pode ser definido como a representação da decomposição do menor número dos maiores espaços convexos (polígonos) de um sistema espacial, demonstrando como as relações de acessibilidade entre eles é estabelecida. A decomposição é elaborada através do desenho de todos espaços convexos da residência sobre a planta baixa, seguida da indicação de todos os acessos e aberturas que esse espaço possui. Esta indicação é feita com a utilização de setas ou pequenos traços em todos os vazios ou passagens do espaço convexo.

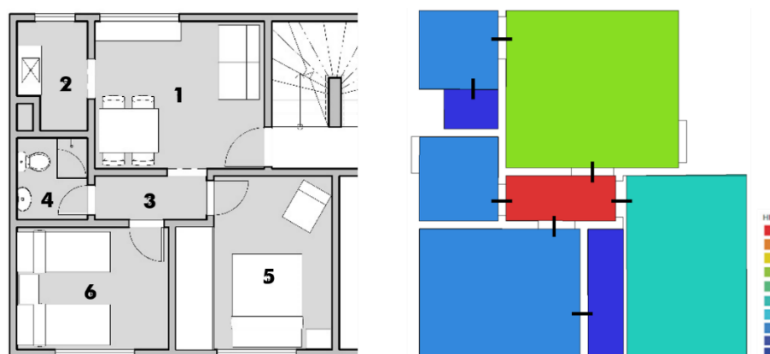
Nos mapas convexos, as relações sintáticas são analisadas espaço a espaço, tendo como referência a totalidade de um sistema em questão. As medidas sintáticas de cada espaço convexo são ilustradas através de uma variação de cores que flutua de uma paleta mais fria (representada pela cor azul), que indica valores menores, a uma paleta mais quente (representada pela cor vermelha), que indica valores maiores. A Figura 56 apresenta um exemplo de mapa convexo elaborado no software Depthmap para a propriedade de integração, onde os espaços reconhecidamente mais integrados estão

⁴⁶ JASS®. Elaborado por BERGSTEN, L. et al. v1.0, 21 maio 2003, GNU-General Public License.

⁴⁷ Depthmap®. Elaborado por TURNER, A. Copyright University College London, 2008.

representados em tons de vermelho e laranja, enquanto que os espaços menos integrados são coloridos em tons de verde e azul, gradativamente.

Figura 56: Planta baixa e mapa convexo da unidade habitacional “M” do Conjunto IAPI.

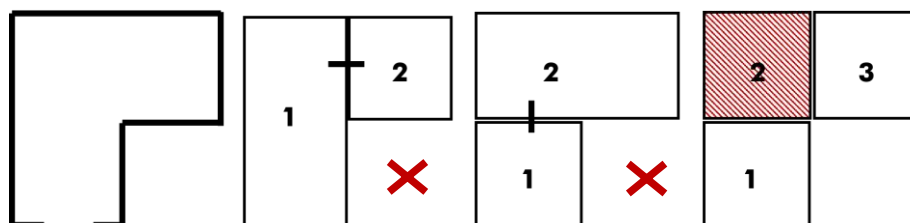


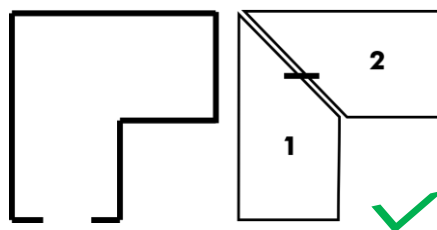
Legenda: 1- Sala Estar e Jantar; 2- Cozinha; 3- Hall; 4- Sanitário; 5- Quarto principal; - 6- Quarto.

Fonte: A autora.

A ferramenta de representação da convexidade espacial nesta pesquisa exige algumas explicações pormenorizadas. Cada espaço convexo é definido a partir da decomposição do sistema, através da análise de sua planta baixa. Entretanto existem situações em que a decomposição convexa per si é insuficiente e necessita da associação de outras técnicas e elaborações analíticas para sua determinação. Como exemplo, ilustraremos duas situações distintas: espaços com o formato em “L” e espaços limitados por pilares, vigas ou mobiliários fixos. Para a primeira situação, recorreremos à definição de Hillier e Hanson (1984) que busca solucionar a imprecisão da definição convexa, de modo que no paradoxo apresentado por um espaço simétrico em L, a opção de decomposição em maiores polígonos não é eficiente, já que nas duas opções possíveis o trecho de encontro entre os polígonos sempre será sobreposto. A solução para esta questão é a delimitação dos espaços a partir de uma diagonal que seccione cada espaço convexo, sem que ocorra a sobreposição (ver Figura 56).

Figura 57: Paradoxo do espaço em L e a forma correta de representação.

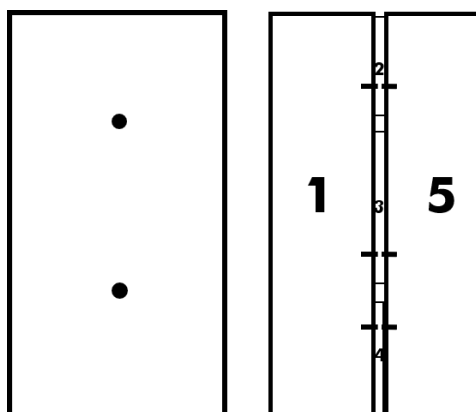




Fonte: Amorim, 1999.

Já na segunda situação, a representação bidimensional dos espaços convexos não é suficiente, pois os pilares e o mobiliário fixo criam contornos espaciais imaginários que funcionam como barreiras na rede de permeabilidade do sistema. Para superar esta questão, a presente investigação irá considerar cada unidade residencial tridimensionalmente, evidenciando estruturas fixas no interior dos espaços convexos como barreiras que geram novos espaços convexos (ver Figura 57).

Figura 58: Exemplo de decomposição de espaço convexo com pilares.



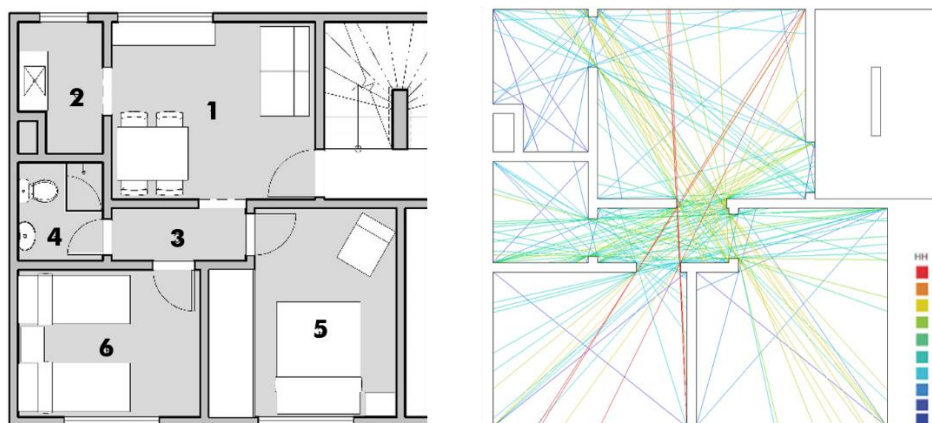
Fonte: A autora.

4.1.2 Mapas axiais

O mapa axial tem como objetivo representar a menor quantidade das mais longas linhas retas capazes de percorrer todos os espaços convexos existentes no sistema. Ou seja, os mapas axiais têm como propósito simular o movimento de uma pessoa caminhando ao longo dos espaços convexos, sem interrupções ou barreiras. Assim como no processo de leitura dos mapas convexos, as informações contidas nos mapas axiais são lidas pelo sistema de variação de cores, de modo que linhas longas e quentes (vermelhas) representam percursos mais integrados no sistema em questão, se comparadas as linhas curtas e frias (azuis), que indicam caminhos mais segregados, como é possível observar

na Figura 58. A elaboração dos mapas axiais é feita automaticamente pelo software Depthmap, a partir da delimitação das fronteiras externas do sistema em questão.

Figura 59: Planta baixa e mapa axial da unidade habitacional “M” do Conjunto IAPI.



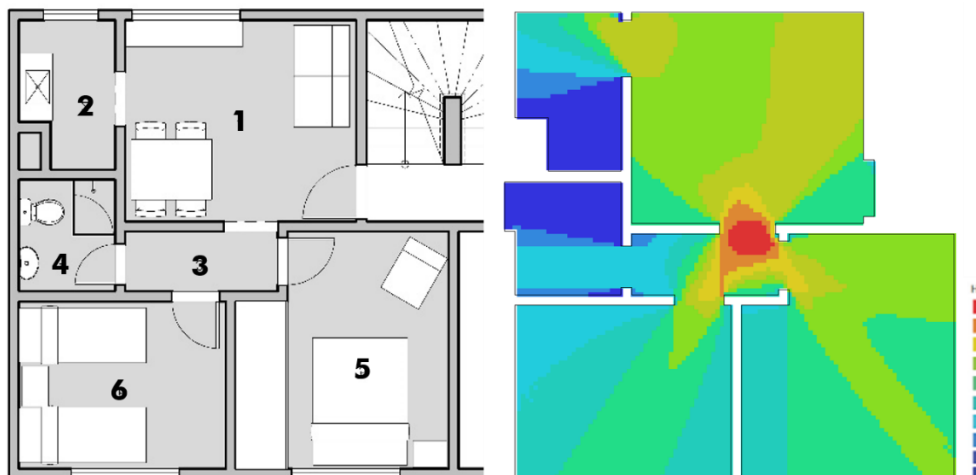
Legenda: 1- Sala Estar e Jantar; 2- Cozinha; 3- Hall; 4- Sanitário; 5- Quarto principal; - 6- Quarto.

Fonte: A autora.

4.1.3 Grafos de visibilidade

As propriedades sintáticas podem ainda ser representadas por grafos de visibilidade (Visibility Graph Analysis - VGA) que simbolizam a informação visual dos espaços percebida por cada pessoa. Estes grafos têm como objetivo a indicação da visibilidade mútua entre diversos pontos que constituem os espaços do sistema. Dito de outra forma, a percepção da integração dos espaços através dos grafos de visibilidade tem como finalidade representar a possibilidade de um ponto ser visto em sua totalidade a partir de qualquer outro ponto no sistema. A leitura das informações dos grafos de visibilidade funciona de maneira análoga à variação de cores nos mapas convexos e axiais, de modo que tons mais quentes (vermelhos) representam maiores valores para a propriedade de integração visual, enquanto tons mais frios (azuis), representam espaços menos integrados visualmente (ver Figura 60). A elaboração dos grafos de visibilidade funciona de maneira análoga à elaboração dos mapas axiais, de modo que cada VGA é gerado automaticamente pelo Depthmap a partir da definição dos limites do sistema que será estudado.

Figura 60: Planta baixa e grafo de visibilidade da unidade habitacional “M” do conjunto IAPI.



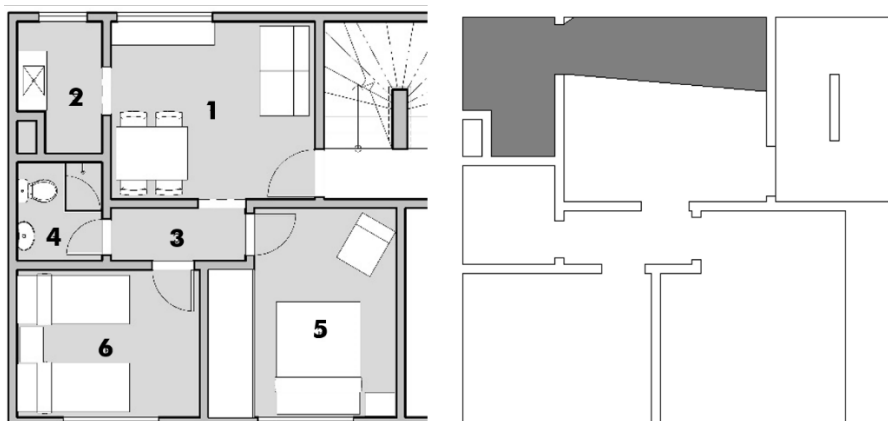
Legenda: 1- Sala Estar e Jantar; 2- Cozinha; 3- Hall; 4- Sanitário; 5- Quarto principal; - 6- Quarto.

Fonte: A autora.

4.1.4 Isovistas

A isovista pode ser definida como o elemento que ilustra o volume de espaço diretamente visível a partir de um local dentro deste mesmo espaço. Estas representações indicam os diferentes campos visuais que são vivenciados a partir de espaços específicos do sistema. Como dito anteriormente, as isovistas simbolizam a terceira dimensão da sintaxe espacial, representando as informações visuais que podem ser lidas a partir de um campo de observação. Diferentemente dos grafos de visibilidade, que apresentam a leitura visual de um ponto em um espaço convexo contra todo os outros pontos de todos os demais espaços convexos do sistema, as isovistas indicam a leitura visual de um espaço convexo específico. Dito de outra forma, as isovistas simulam o que uma pessoa consegue enxergar visualmente do sistema quando está situada em um espaço convexo específico. É a através do formato do polígono que forma a isovista que conseguimos descrever como a informação visual é absorvida no espaço de referência e como acontece a integração visual deste espaço no sistema em questão (ver Figura 61). A elaboração das isovistas é feita no Depthmap a partir da definição do ângulo de observação, do espaço convexo que será analisado e da indicação dos limites externos do sistema em questão.

Figura 61: Planta baixa e isovista da cozinha da unidade habitacional “M” do Conjunto IAPI.



Legenda: 1- Sala Estar e Jantar; 2- Cozinha; 3- Hall; 4- Sanitário; 5- Quarto principal; - 6- Quarto.

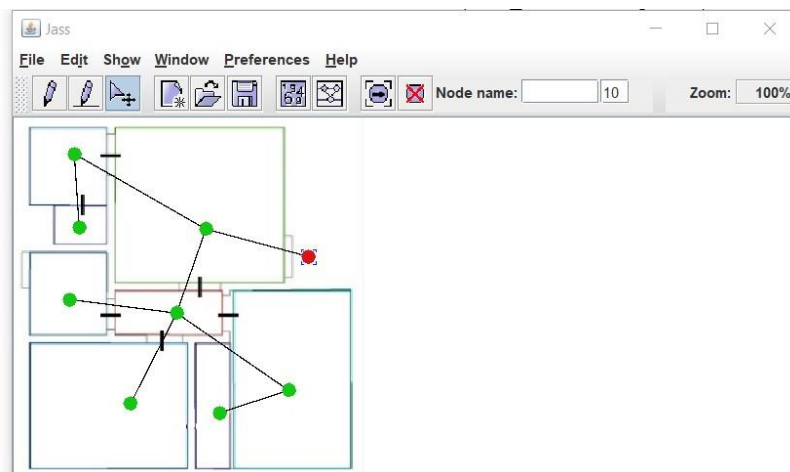
Fonte: A autora.

4.1.5 Grafos justificados

Um grafo justificado é a representação topológica de uma planta baixa por meio de “nós” e linhas. Nele, cada nó, (indicado por um ponto) representa um espaço convexo, e cada linha a relação de acessibilidade entre os diversos espaços convexos existentes em um sistema. A elaboração dos grafos está condicionada a decomposição convexa do sistema e a definição do mapa convexo, uma vez que cada nó do grafo simboliza um espaço convexo específico. Após a definição dos espaços convexos, identificamos todas as conexões que estes espaços realizam entre si, dentro do sistema, e por último, selecionamos o nó raiz (ver Figura 62). Este tipo de grafo se diz justificado porque durante sua construção precisamos definir um ponto de partida (raiz) para referenciá-lo, ou como denominado pelas/os estudiosas/os da sintaxe espacial: justificá-lo. Nesta pesquisa, o espaço escolhido como ponto de partida para as análises sintáticas é o corredor do prédio, ou hall, espaço imediatamente exterior ao apartamento. Amorim (2001) descreve a ferramenta de representação:

Nessa representação preliminar, pode ser percebido como os diversos espaços da casa estão diferentemente relacionados entre si: alguns são acessíveis apenas por uma porta, outros são francamente abertos para a comunicação com os seus vizinhos. A justificação do grafo, tendo como referência o espaço externo, oferece um retrato preciso da forma pela qual acesso e movimento são constituídos no interior da casa (AMORIM, 2001. p.301-302).

Figura 62: Interface do software Jass para elaboração do grafo justificado da célula “M” do IAPI.



Legenda: ● nós representando os espaços convexo; ● nó raiz.

Fonte: A autora.

O estudo dos grafos justificados pode ser feito a partir de suas propriedades configuracionais que são classificadas de acordo com:

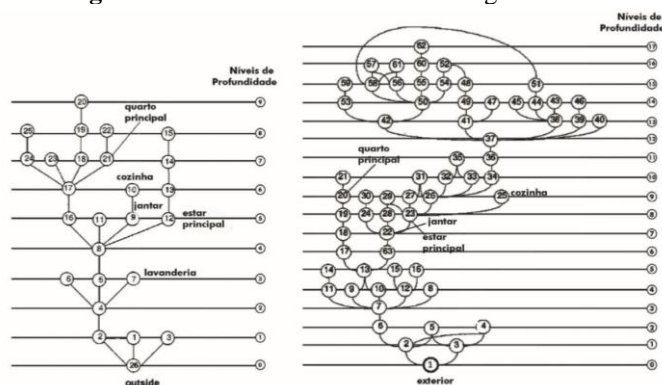
a) Profundidade - é uma propriedade examinada de três pontos de vista:

- i) A profundidade de um determinado espaço em relação a outro determinado espaço do sistema, é dada pela mínima distância que pode ser percorrida entre os dois. Esta distância tipológica é computada em termos do número de passos sintáticos (espaços intermediários) necessários minimamente para nos movermos de um ponto para outro;
- ii) A profundidade média de um determinado espaço em face do sistema inteiro é dada pela média das profundidades deste espaço em relação a todos os outros, computadas segundo procedimento descrito no item i) acima;
- iii) A profundidade média do sistema é dada pela média das profundidades médias de todos os espaços do sistema, computadas segundo procedimento descrito no item ii) acima. Os valores de profundidade referidos nos itens ii) e iii) constituirão a base para a medida fundamental da Sintaxe Espacial, a integração.

b) Forma anelar ou árvore - outro aspecto importante dos gráficos justificados é sua forma. Uma estrutura é anelar quando possui rotas alternativas formadas por

espaços que se comunicam entre si. Um anel é formado quando pode-se partir de um determinado espaço pôr uma direção e voltar-se a ele por outra. Um sistema é em árvore quando não possui anéis. Isso significa que os espaços deste sistema têm o acesso mais controlado, uma vez que há uma única rota possível entre cada espaço e todos os outros do sistema (ver Figura 62).

Figura 63: Profundidades e forma dos grafos



Fonte: HANSON, 1998, modificado pela autora.

c) Os tipos de espaços pelos quais são formados - os gráficos podem ser estudados também pelos tipos de espaços que os compõem. Os tipos de espaços são classificados de acordo com suas relações de permeabilidade. São eles:

- i) Tipo 'a' são espaços com uma única ligação e podem ser chamados de 'terminais';
- ii) Tipo 'b' são os espaços com pelo menos duas ligações e que fazem parte de um sub-complexo 'em árvore', ou seja, fazem a ligação ou o caminho para espaços terminais;
- iii) Tipo 'c' são espaços que fazem parte de um 'anel' simples;
- iv) Tipo 'd' espaços que pertencem, pelo menos, a dois anéis.

Podemos sintetizar a sequência analítica adotada nesta investigação para a elaboração de todo o material gráfico que a metodologia da sintaxe espacial exige em 6 passos, conforme apresenta a Figura 63.

Figura 64: Esquema da ordem de elaboração do material gráfico sintático



Fonte: A autora.

4.2 PROPRIEDADES SINTÁTICAS

A decomposição das plantas baixas das habitações em unidades de espaços convexos gera uma série de medidas analíticas denominadas propriedades sintáticas, a saber: **integração, simetria, distributividade, profundidade e conectividade**. Nesta decomposição, o número mínimo de espaços necessários (espaços intermediários), para ir de um espaço (ponto de partida) a outro (ponto de chegada), também denominada de distância topológica, é considerada fundamental para gerar as medidas sintáticas. A topologia pode ser definida como um ramo da matemática que analisa as propriedades os aspectos qualitativos intrínsecos das configurações espaciais invariáveis, diferentemente da geometria, que examina as propriedades dimensionais ou métricas. Os conceitos apresentados a seguir são definidos por Hillier e Hanson (1984)⁴⁸.

4.2.1 Profundidade (depth)

A medida de profundidade, detalhada anteriormente no item 4.1.5, indica a distância intermediária entre um espaço qualquer e um espaço definido como origem, de modo que quanto maior for essa distância, mais profundo o espaço será. A profundidade média de um espaço é igual à distância média entre um determinado espaço definido como ponto

⁴⁸ Para descrições mais detalhadas sobre procedimentos e cálculos ver a fonte.

de partida, normalmente a rua (em habitações unifamiliares) e o hall de acesso, (em conjuntos habitacionais multifamiliares) e todos os outros espaços do sistema.

4.2.2 Integração (valor de integração ou Real Relative Asymmetry/RRA)

É considerada a principal medida da Sintaxe Espacial. Obtida a partir da profundidade dos espaços, tem por propósito quantificar a acessibilidade topológica de cada espaço em relação a todos os demais que configuram o sistema espacial. De modo geral, pode-se afirmar que quanto maior o valor, mais integrado ao todo é o espaço em questão, ou como sublinhado por Hillier e Hanson (1984), a integração média do sistema revela a medida em que o edifício, como um todo, é mais ou menos acessível entre todas as suas partes. O cálculo do valor de integração resulta em um atributo numérico para cada espaço. Assim, a escala de integração, que pode variar teoricamente de 0 a ∞ , atribui valores mais baixos e próximos ao zero que indicam maiores níveis de acessibilidade, enquanto valores mais altos são considerados menos acessíveis (espaços mais segregados). Essas medidas podem ser expressas através de uma sequência, denominada **Ordem de Integração**, que varia dos valores mínimos (espaços mais integrados) aos máximos (espaços mais segregados).

4.2.3 Distributividade

Indica a possibilidades de escolha de diferentes percursos de um sistema. Assim, sistemas mais distributivos criam oportunidades de interação entre pessoas, enquanto sistemas pouco distributivos geram barreiras que não estimulam ou impedem o encontro de seus usuários. A representação gráfica desta variável analítica é a utilização de anéis de conexão entre três ou mais espaços num grafo. Assim, quanto mais distributivo, mais anelar é o sistema. Esta medida é encontrada através da razão entre a soma dos espaços 'c' e 'd' e a soma dos espaços 'a' e 'b' e é dada pela expressão:

$$(c + d)/(a + b)$$

onde, **a**, **b**, **c** e **d**, correspondem ao número total dos tipos de espaços daquele sistema.

4.2.4 Simetria

A medida da simetria indica o “grau em que o edifício classifica, mais ou menos fortemente, as pessoas e/ ou práticas que organiza” (HOLANDA, 1999, p. 9) e está diretamente relacionada à hierarquização dos espaços de um sistema, de modo que,

quanto maior a medida de simetria menos hierarquizado é o sistema. As configurações espaciais muito hierarquizadas reforçam padrões sociais de comportamento nas habitações, indicando quais locais podem ou não ser acessados por determinados grupos de pessoas. A medida da simetria é a razão entre a soma dos espaços tipo 'a' e 'd' e a soma dos espaços tipo 'b' e 'c', dada pela expressão:

$$(a + d)/(b + c)$$

onde, **a**, **b**, **c** e **d**, correspondem ao número total dos tipos de espaços daquele sistema.

4.2.5 Conectividade

A medida da conectividade revela a quantidade de conexões entre os espaços de um sistema. Quanto maior for estes números (representadas nos grafos pelas linhas) mais conectado é o espaço dentro do sistema.

A **Tabela 1** apresenta um resumo das definições das propriedades sintáticas utilizadas nesta pesquisa, além das hipóteses sociais vinculadas a cada propriedade estabelecidas por Hanson (1998).

Tabela 1: Definições e hipóteses sociais das propriedades sintáticas.

PROPRIEDADE	DEFINIÇÃO	HIPÓTESE SOCIAL
PROFUNDIDADE	Distância topológica entre um determinado espaço e aquele tomado como ponto de partida;	Quanto mais profundo for o espaço, mais difícil e controlado será seu acesso;
INTEGRAÇÃO	Quantifica a acessibilidade topológica de cada espaço dentro do sistema em que ele está inserido;	Quanto maior for a integração, mais informal e menos segregada serão as formas de utilização do espaço;
ORDEM DE INTEGRAÇÃO	Sequência da integração dos espaços, em relação ao ponto de partida;	Identifica em que lugares a organização espacial da casa é mais acessível;
DISTRIBUTIVIDADE	Indica a existência de vários acessos ao mesmo espaço;	Quanto maior seu valor, menor a chance de existirem barreiras entre as várias pessoas e/ou práticas que utilizam os seus espaços;
SIMETRIA	Indica o equilíbrio de conexões entre três ou mais espaços;	Quanto maior seu valor, menor será a classificação hierárquica entre as pessoas e/ou práticas que utilizam os seus espaços;

CONNECTIVIDADE	Revela a quantidade de conexões entre os espaços de um sistema;	Quanto maior for a quantidade de conexões, mais acessível e menos controlado será o espaço.
----------------	---	---

Fonte: HANSON, 1998.

5. ANÁLISE CONFIGURACIONAL DOS CONJUNTOS PEDREGULHO, JAPURÁ E IAPI

O presente capítulo busca compreender a lógica de estruturação dos espaços domésticos dos três conjuntos habitacionais que apresentam locais especificamente destinados à realização coletiva das atividades de manutenção do lar. Deste modo, neste capítulo será descrita a morfologia do espaço doméstico que sustenta a sua utilização e movimento das pessoas no seu interior, compreendendo a rede de permeabilidades e barreiras que o compõe. Este estudo será feito com base nas propriedades sintáticas que irão auxiliar a investigação dos espaços de serviço presentes nas células residenciais dos três conjuntos, comparando as conexões e relações entre as cozinhas individuais e os espaços de estar. O processo de elaboração dos materiais sintáticos, mapas e grafos, serão realizados com base nos levantamentos de dados⁴⁹, informações e plantas de cada unidade residencial dos três conjuntos habitacionais.

As interpretações dos resultados sintáticos e seu reflexo nas dinâmicas sociais que envolvem o espaço doméstico serão elaboradas a partir dos conceitos da divisão sexual do trabalho, descritos anteriormente no capítulo 2. Estas interpretações serão verificadas posteriormente, na medida do possível, no capítulo 5. Para a construção dos mapas convexos, adotaremos como premissa básica a racionalização, de modo que cada ambiente possui uma função definida pelo seu rótulo que não permite subdivisões. Assim, no processo de decomposição espacial e de definição da rede de permeabilidades, definiremos como barreiras espaços destinados a armários fixos que geram pequenos espaços convexos dentro de cada ambiente, interligados entre si. Na construção dos mapas axiais, será restringida a aplicação da ferramenta apenas no pavimento em que se localiza a cozinha das células, com o intuito de identificar as linhas de visão e acesso mais longas e em menor número que cobrem o sistema e percorrem todos os espaços convexos. Em todas as representações, buscaremos destacar os principais ambientes que compõem uma residência definidos por Hanson (1998), de forma que os nós (pontos dos grafos) serão coloridos de acordo com o setor funcional (ou zona) a que pertencem: a sala de estar (SI) e o exterior (E), representando o setor social, de laranja, a cozinha (Cz),

⁴⁹ As fontes documentais utilizadas neste processo foram: Silva (2006), para o conjunto Pedregulho, Pensamento Crítico e Cidade Contemporânea (2019) para o conjunto Japurá e Bonduki (2000), Nunes Junior (2020) e os próprios moradores, para o conjunto IAPI.

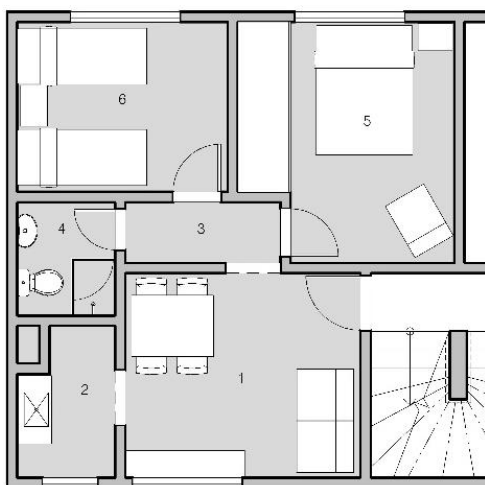
representando o serviço, de verde, e o quarto principal (Qp), representando o setor privado de vermelho. Os outros nós que compõem os espaços convexos de cada célula habitacional serão mostrados em cinza.

Assim como no processo de elaboração dos mapas axiais, para gerar os grafos de visibilidade e as isovistas, restringiremos a aplicação destas ferramentas apenas no pavimento em que se localiza a cozinha das células. Na produção dos grafos de visibilidade, utilizou-se como medida básica a conectividade. Em paralelo, na produção das isovistas, será utilizado 180° como o ângulo do campo visual gerados pela configuração espacial das cozinhas de cada célula tipológica para se compreender as diferentes propriedades produzidas neste campo de visão e sua relação com os demais espaços da habitação. A partir do entendimento da relação entre a cozinha e os demais ambientes de cada célula habitacional, a análise do seu sistema espacial será feita de acordo com seus padrões de acessibilidade, entendidos através das relações, valores e ordem de integração (RRA), além da profundidade, distributividade, simetria e conectividade.

5.1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA ESPACIAL

Os dados geométricos, como a área da célula e a área dos principais ambientes que compõem cada um de seus setores, explicitam uma variação na amostra em estudo. Nos conjuntos analisados, a área das células habitacionais varia de 16.41m^2 até 66.20m^2 (ver Tabela 2). Esta variedade na dimensão dos apartamentos pode ser explicada pela definição das três tipologias da amostra: as unidades Duplex (chamaremos aqui de célula “D”), Quitinete (chamaremos aqui de célula “Q”) e, no caso do IAPI, a unidade Mínima (chamaremos aqui de célula “M”) (ver Figura 64-68). Tal variação tipológica significa que quanto maior a área das células, maior será a área das cozinhas residências. Em termos percentuais, podemos notar que apenas a cozinha da unidade Duplex do conjunto Japurá apresenta uma proporção de ocupação maior que 15% (ver Tabela 3).

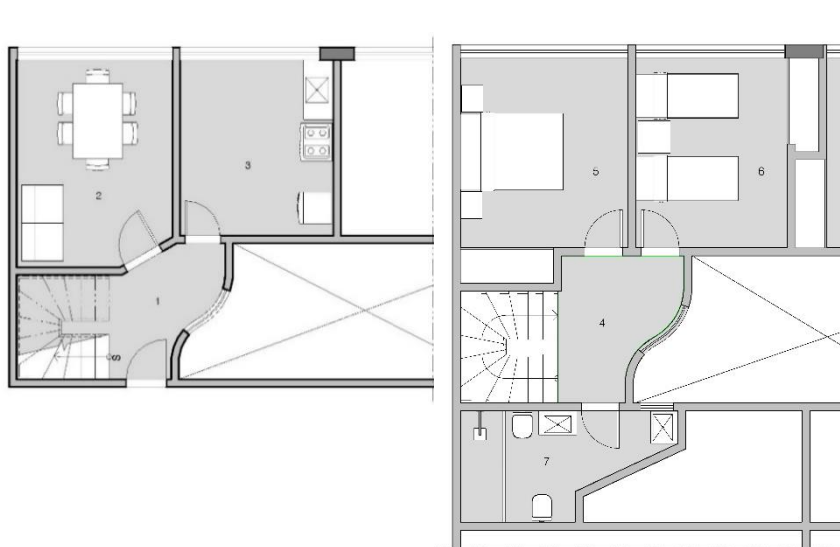
Figura 65: Planta baixa IAPI, unidade Mínima (M)



Legenda: 1- Sala Estar e Jantar; 2- Cozinha; 3- Hall; 4- Sanitário; 5- Quarto principal; - 6- Quarto.

Fonte: A autora, 2020.

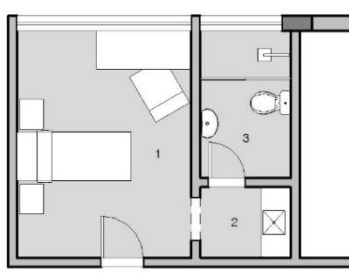
Figura 66: Planta baixa célula Duplex (D) Japurá.



Legenda: 1- Hall de entrada; 2- Sala de Estar e Jantar; 3- Cozinha; 4- Hall superior; 5- Quarto Principal;
6- Quarto; 7- Sanitário.

Fonte: A autora, 2020.

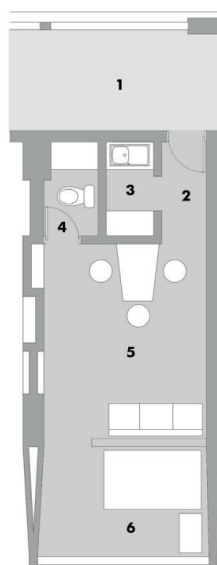
Figura 67: Planta baixa célula Quitinete (Q) Japurá.



Legenda: 1- Quarto Principal; 2- Cozinha; 3- Sanitário;

Fonte: A autora, 2020.

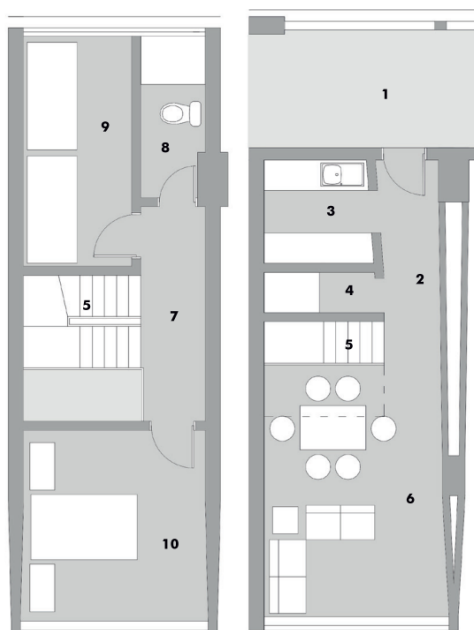
Figura 68: Planta baixa célula Quitinete (Q) Pedregulho.



Legenda: 1- Acesso; 2- Hall; 3- Cozinha; 4- Sanitário; 5- Sala Estar e Jantar; 6 – Quarto principal.

Fonte: A autora, 2020.

Figura 69: Planta baixa célula Duplex (D) Pedregulho.



Legenda: 1- Acesso; 2- Hall; 3- Cozinha; 4- Sanitário; 5- Sala Estar e Jantar; 6 – Quarto principal.

Fonte: A autora, 2020.

Após decompor cada uma das três tipologias básicas da amostra em espaços convexos, verificamos que a variação na dimensão e área das células é proporcional à quantidade de espaços convexos, ou seja, quanto maior a unidade habitacional maior será a quantidade de espaços convexos. Assim, o número de espaços convexos nas células analisadas varia de 4 a 13 (célula Q e célula D, respectivamente, ambas do conjunto Japurá), sendo a média de espaços convexos da amostra igual a 8.6. A partir disto, seguimos para a compreensão da configuração espacial gerada e as relações de permeabilidade entre as distintas unidades espaciais – por onde as pessoas podem ou não transitar. Por meio da análise de permeabilidade (restrições ou permissões de acesso dentro do sistema) é possível identificar como se configura o controle do espaço e os prováveis padrões de utilização entre cada habitante.

Tabela 2: Área das células habitacionais e de seus principais ambientes.

EXEMPLAR	TIPO DAS CÉLULAS	ÁREA DAS CÉLULAS (m ²)	ÁREA DOS PRINCIPAIS AMBIENTES (m ²)			
			SI	Cz	Qp	Ex
PEDREGULHO	D	58.05	12.40	3.00	9.60	-
	Q	22.30	10.40	1.80	6.00	-
JAPURÁ	D	66.20	12.66	10.83	12.04	-
	Q	16.41	10.96	1.77	-	-
IAPI	M	35.70	10.35	2.86	10.40	-

Fonte: A autora, 2020.

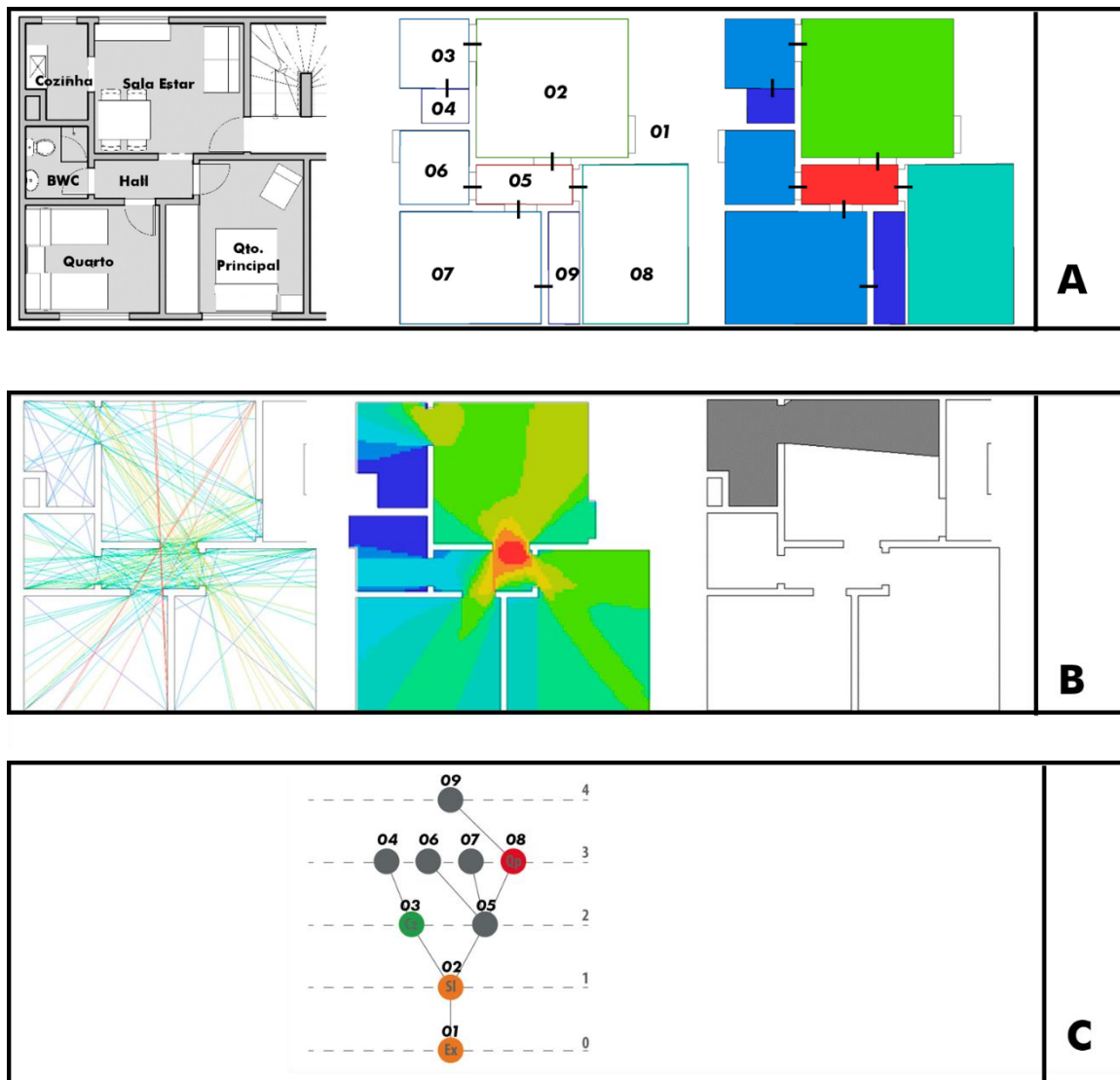
Tabela 3: Porcentagem de ocupação das cozinhas em relação a área total das unidades habitacionais

EXEMPLAR	TIPO DAS CÉLULAS	ÁREA DAS CÉLULAS (m ²)	ÁREA DA COZINHA (m ²)	ÁREA COZINHA EM RELAÇÃO À ÁREA CÉLULA (%)
PEDREGULHO	D	58.05	3.00	5.12
	Q	22.30	1.80	8.07
JAPURÁ	D	66.20	10.83	16.35
	Q	16.41	1.77	10.78
IAPI	M	35.70	2.86	8.01

Fonte: A autora, 2020.

As Figuras 69 – 73 apresentam o material sintático gráfico das unidades residenciais de cada conjunto habitacional, de maneira individualizada, na seguinte ordem: plantas baixas, decomposição convexa, mapas convexas, mapas axiais, VGA, isovistas das cozinhas e grafos justificados.

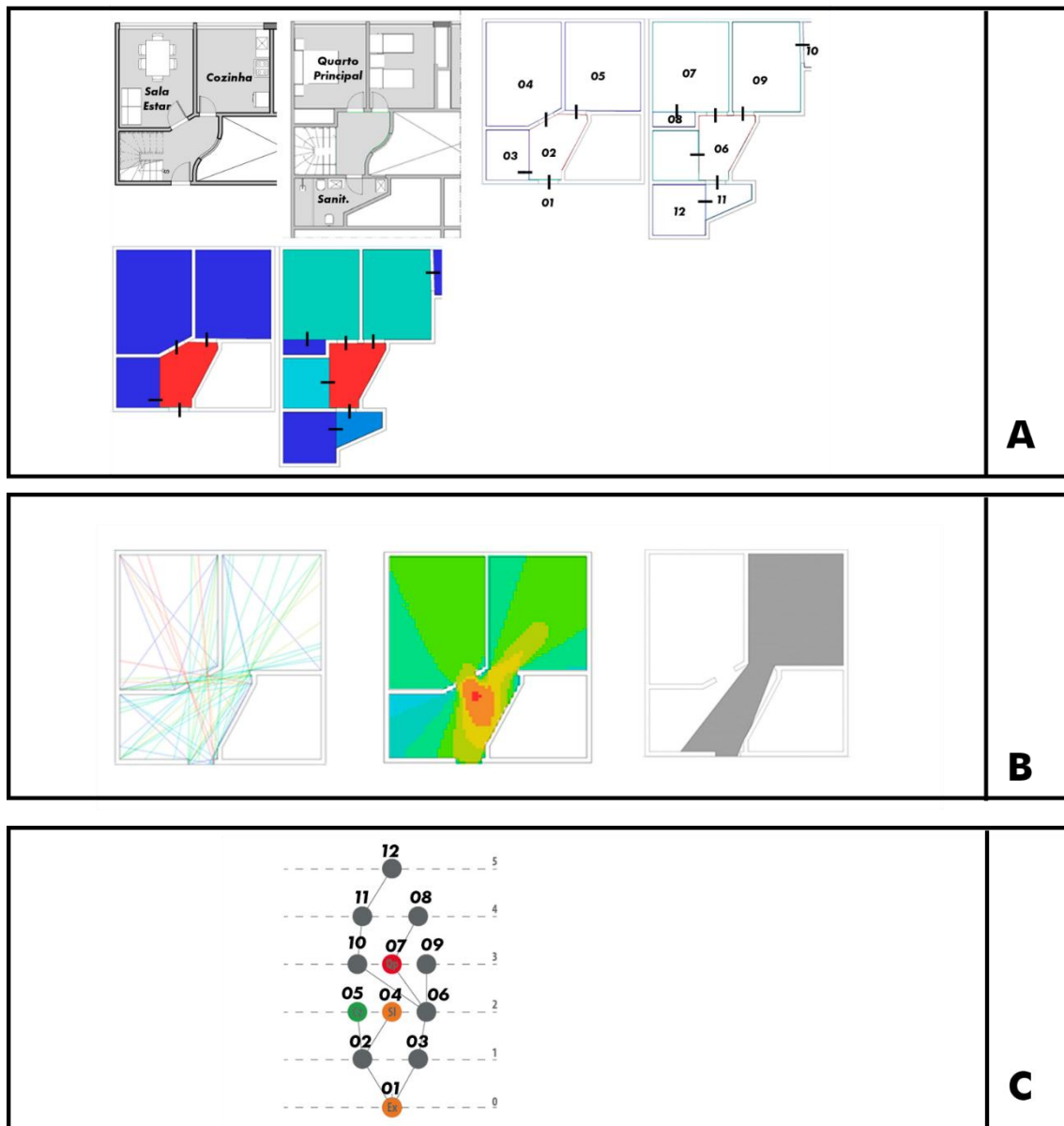
Figura 70: Dados sintáticos gráficos da célula “M” do conjunto IAPI.



Legenda: a) Planta baixa e mapas convexas; b) Mapa axial, VGA e Isovista da Cozinha; c) Grafo justificado

Fonte: A autora, 2020.

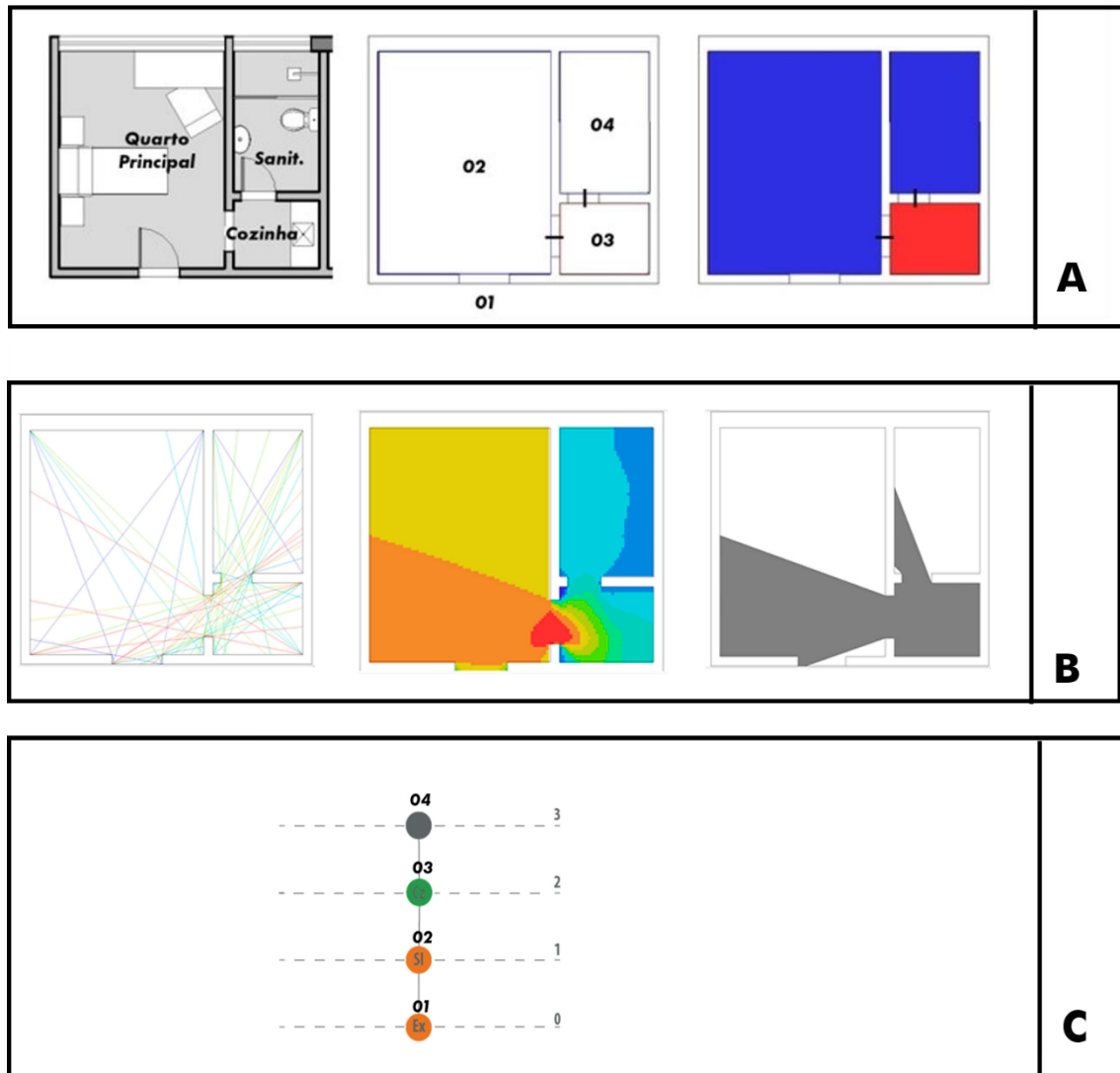
Figura 71: Dados sintáticos gráficos da célula “D” do conjunto Japurá.



Legenda: a) Planta baixa e mapas convexas; b) Mapa axial, VGA e Isovista da Cozinha; c) Grafo justificado

Fonte: A autora, 2020.

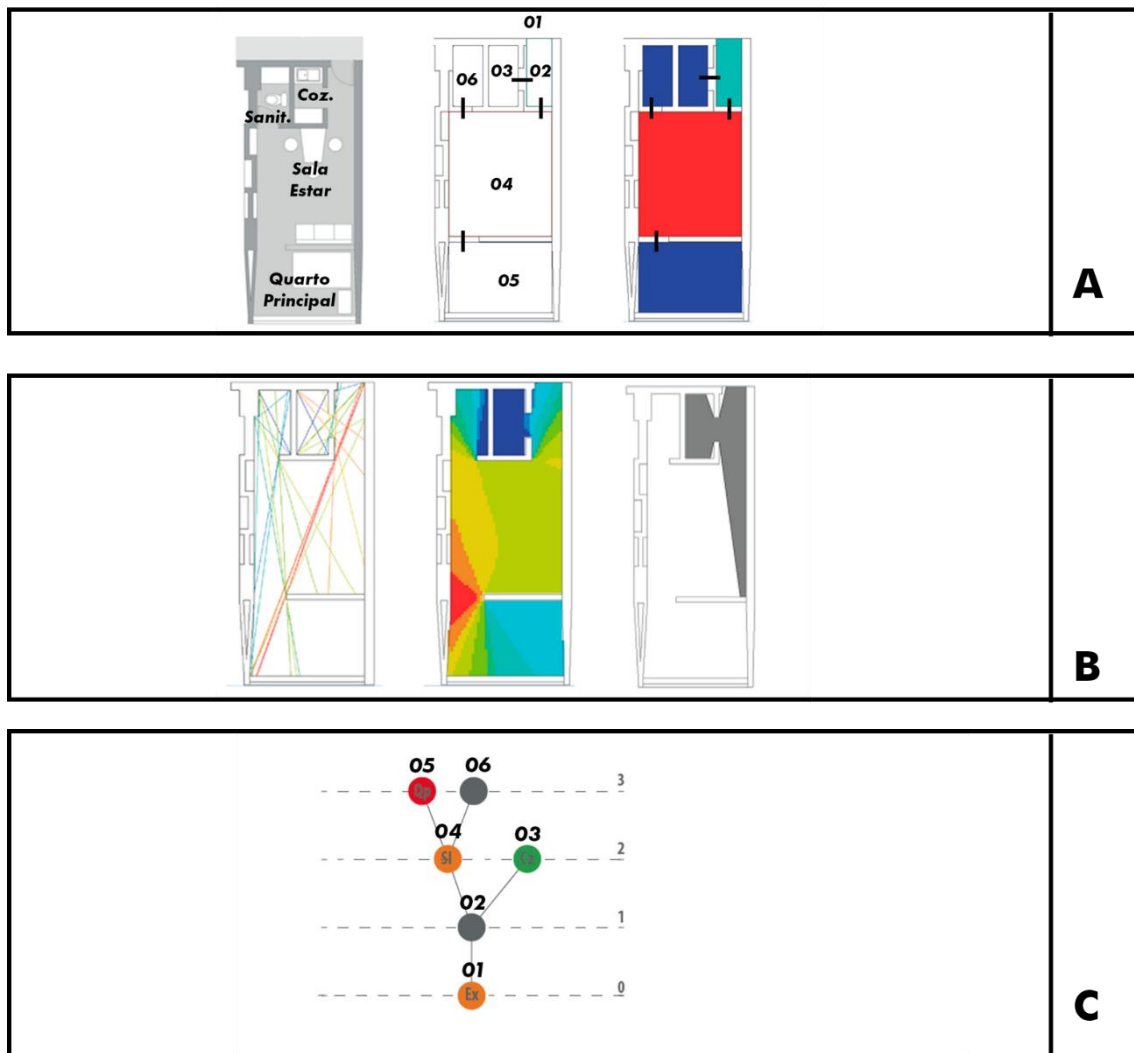
Figura 72: Dados sintáticos gráficos da célula “Q” do conjunto Japurá.



Legenda: a) Planta baixa e mapas convexas; b) Mapa axial, VGA e Isovista da Cozinha; c) Grafo justificado

Fonte: A autora, 2020.

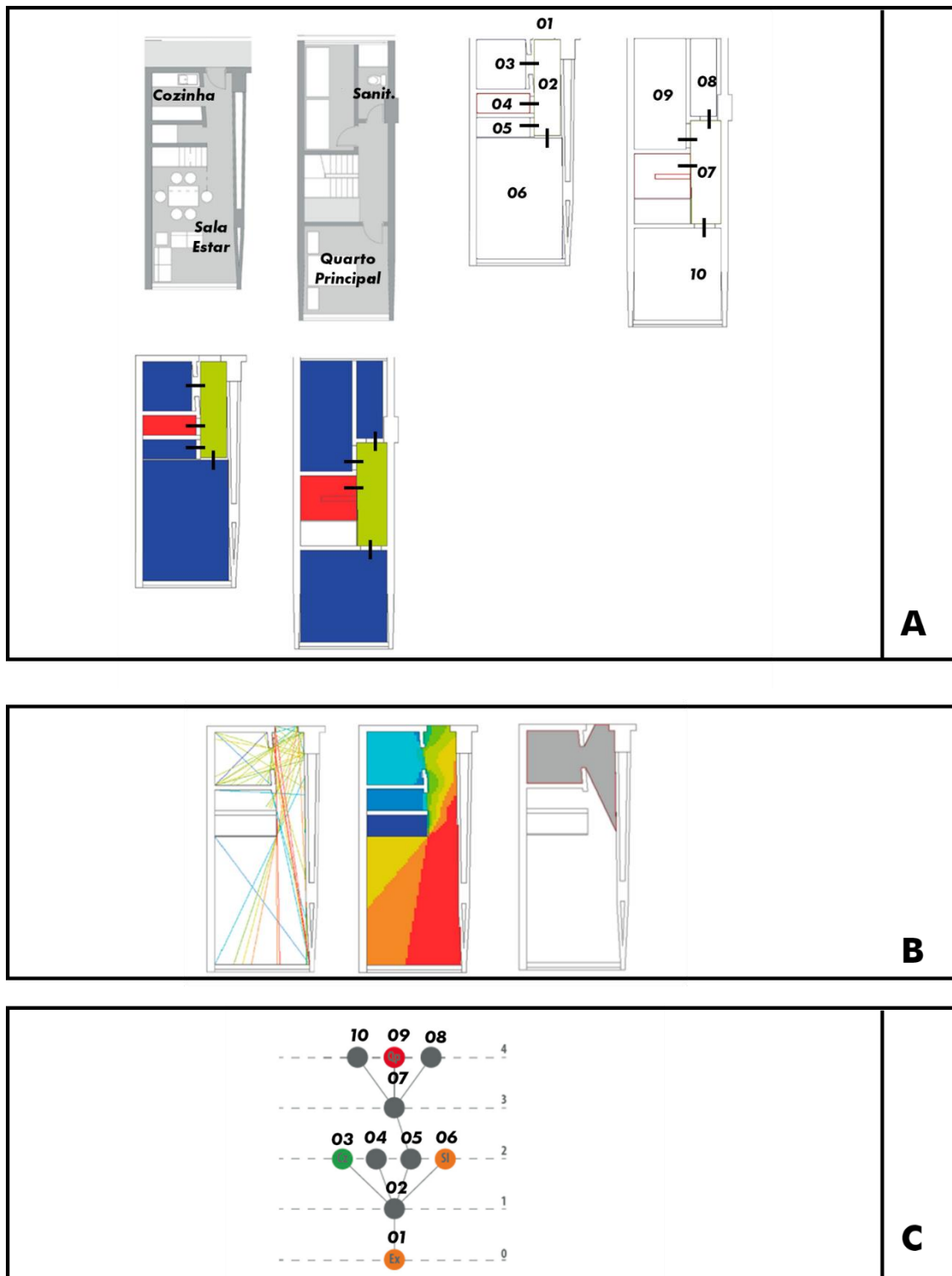
Figura 73: Dados sintáticos gráficos da célula “Q” do conjunto Pedregulho.



Legenda: a) Planta baixa e mapas convexos; b) Mapa axial, VGA e Isovista da Cozinha; c) Grafo justificado

Fonte: A autora, 2020.

Figura 74: Dados sintáticos gráficos da célula “D” do conjunto Pedregulho.



Legenda: a) Planta baixa e mapas convexos; b) Mapa axial, VGA e Isovista da Cozinha; c) Grafo justificado

Fonte: A autora, 2020.

5.2 ANÁLISE DAS PROPRIEDADES SINTÁTICAS

As propriedades escolhidas para essa análise sintática são: integração, simetria, distributividade, simetria, profundidade, conectividade e ordem de integração, que será o parâmetro definidor para caracterizar a existência do genótipo da amostra.

5.2.1 Integração

A partir da decomposição das plantas em unidades convexas das células habitacionais, podemos observar que os espaços mais integrados são aqueles que compõem o setor social ou que funcionam como espaços de mediação entre o setor social e o setor privado, como halls e corredores. Em 80% da amostra observamos que as cozinhas constituem espaços extremamente segregados (em azul) do restante da habitação. Ainda que nas células duplex os espaços que constituem a sala de estar também configurem essa segregação, os espaços mediadores do setor social cumprem a função de articular os ambientes e revelam a existência de restrições e controle no acesso ao setor de serviço, em comparação com as permissões apresentadas pelo setor social que tendem a gerar maiores possibilidades de utilização e interações sociais entre as/os usuárias/os. Estas constatações são evidenciadas também pelas análises axiais de cada célula estudada. A análise dos mapas axiais de cada unidade habitacional revela que, a partir da perspectiva das/os habitantes, a continuidade física e visual ocorre de maneira concentrada nos ambientes sociais, de modo que os locais que apresentam as linhas mais longas e mais quentes (vermelhas) são aqueles localizadas na sala de estar e no hall de mediação entre zona social e íntima (ver Figuras 69-73). Em paralelo, o espaço da cozinha destas células apresenta uma maior quantidade de linhas curtas e frias (azuis) quando comparadas à concentração das linhas quentes (alaranjadas). Esta constatação induz a interpretação de que os espaços que compõem o setor social (sala de estar e hall) tendem a proporcionar um maior número de encontros e fluxos mais intenso entre moradoras/es e visitantes que o setor de serviço, uma vez que a cozinha residencial apresenta um maior controle no seu acesso. Esta observação revela que as estruturas morfológicas destas células predis põem moradoras/es e visitantes à mudança de unidade espacial, ao reforçar a descontinuidade física e visual das cozinhas.

Associando os resultados apresentados pelos mapas convexas e axiais, percebemos que a morfologia espacial das unidades habitacionais é diretamente

atravessada pelas construções sociais advindas da divisão sexual do trabalho, uma vez que a própria construção do espaço reitera a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo atribuído às mulheres, ao segmentar visual e fisicamente os espaços em que são realizadas as atividades de cuidado e manutenção do lar e controlar o acesso e utilização das cozinhas habitacionais. Podemos constatar, portanto, que o princípio organizador da divisão sexual do trabalho⁵⁰ também se materializa na estruturação e organização espacial das unidades habitacionais aqui estudadas, ao definir e separar física e visualmente os ambientes domésticos destinados aos trabalhos desenvolvidos por mulheres (princípio da separação). Neste sentido ao analisarmos isoladamente cada exemplar, observamos que o espaço mais integrado é aquele que compõe o setor social, ou seja, a sala de estar ou o exterior. Em paralelo, a integração do setor de serviço revela que, em 80% dos casos, a cozinha mostrou-se igualmente integrada a estrutura espacial da habitação como o espaço de estar. Esta constatação demonstra que a organização espacial destas unidades habitacionais, no que tange à integração dos setores de serviço e social - a partir das hipóteses encontradas na literatura – deveriam favorecer a utilização mais intensa e informal da cozinha e da sala de estar, na mesma proporção. Todavia, ao relacionar os valores de integração apresentados com os grafos de visibilidade (VGA) do pavimento em que está situada a cozinha de cada célula, observamos que os espaços mais integrados e que se conectam visualmente de forma direta continuam sendo apenas os ambientes de estar. Em relação à média de integração total dos sistemas (RRA), (ver Tabela 4), notamos uma variação razoável nos valores, sendo o menor 1.302 e a maior 2.00, que demonstra o caráter de pouca integração geral entre os ambientes das habitações analisadas.

⁵⁰ Para mais informações sobre os princípios de organização da divisão sexual do trabalho ver: HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

Tabela 4: Integração média (RRA) total das células habitacionais e de seus principais ambientes.

EXEMPLAR	TIPO DAS CÉLULAS	VALOR DE INTEGRAÇÃO MÉDIA (RRA)	VALOR DE INTEGRAÇÃO DOS PRINCIPAIS AMBIENTES (RRA)			
			Sl	Cz	Qp	Ex
PEDREGULHO	D	1.411	1.582	1.582	1.809	1.582
	Q	1.337	1.719	1.719	1.719	0.573
JAPURÁ	D	1.302	1.578	1.578	1.578	1.578
	Q	2.000	0.999	0.999	-	3.000
IAPI	M	1.302	0.676	1.240	1.127	1.465

Legenda: Sl: Sala Estar | Qp: Quarto Principal | Cz: Cozinha | E: Exterior

Fonte: A autora, 2020.

Tabela 5: Ordem de integração dos principais espaços das células habitacionais.

EXEMPLAR	TIPO DAS CÉLULAS	ORDEM DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS
PEDREGULHO	D	$Cz=Sl=Ex>Qp$
	Q	$Ex>Qp=Cz=Sl$
JAPURÁ	D	$Qp=Cz=Sl=Ex$
	Q	$Cz=Sl>Ex$
IAPI	M	$Sl>Qp>Cz>Ex$

Legenda: Sl: Sala Estar | Qp: Quarto Principal | Cz: Cozinha | E: Exterior

Fonte: A autora, 2020.

5.2.2 Profundidade

A profundidade das unidades habitacionais é definida pela quantidade de espaços convexos e visualizada a partir da construção dos grafos justificados. Os grafos foram elaborados tendo como nós (ou espaço raiz) o exterior, conforme exposto anteriormente. Como a amostra é composta por sistemas com muitas similaridades, sem grandes variações de espaços convexos, se analisada quanto à sua profundidade em relação ao exterior, é fácil identificar algumas características comuns (daqui para frente, ‘profundidade’ deverá sempre ser entendida como em relação ao exterior representado pelo corredor de acesso). A profundidade dos grafos varia de 3 a 6 níveis. A Tabela 6

apresenta a profundidade total de cada unidade habitacional, identificando também o nível de profundidade dos principais ambientes e a quantidade de espaços convexos de cada sistema.

Tabela 6: Quantidade de espaços convexos, profundidade total das células habitacionais e de seus principais ambientes.

EXEMPLAR	TIPO DAS CÉLULAS	QUANTIDADE DE ESPAÇOS CONVEXOS	PROFUNDIDADE TOTAL	NÍVEL DE PROFUNDIDADE DOS PRINCIPAIS AMBIENTES			
				Sl	Cz	Qp	Ex
PEDREGULHO	D	11	5	2	2	5	0
	Q	6	3	2	2	3	0
JAPURÁ	D	13	6	3	3	4	0
	Q	4	3	1	2	-	0
IAPI	M	9	4	1	2	3	0

Legenda: Sl: Sala Estar | Qp: Quarto Principal | Cz: Cozinha | E: Exterior
 Fonte: A autora, 2020.

Em todas as tipologias analisadas, observamos que o setor privado – representado pelo quarto principal (Qp) - é o mais profundo e por consequência, menos acessível que os demais ambientes das células. Constatamos também que, em 60% da amostra, a cozinha está situada no mesmo nível de profundidade que o espaço de estar. A leitura exclusivamente desta propriedade, sem a correlação com as demais, revela que estas estruturas espaciais teoricamente apresentam níveis equivalentes de controle no acesso ao setor social e ao setor de serviço, demonstrando uma posição semelhante na convivência familiar. Entretanto, ao relacionarmos a profundidade dos sistemas com os resultados das medidas de integração dos principais ambientes, notamos que apesar do nível de acesso ser o mesmo para a cozinha (Cz) e para a sala de estar (Sl) a pouca integração entre estes espaços, somado à descontinuidade física e visual, promove distintas experiências de utilização e apropriação de cada habitante, em função das relações sociais de sexo.

5.2.3 Distributividade

As células analisadas revelam a existência de um tipo geral de grafo justificado, composto por uma estrutura em árvore, mas que apresenta duas variações distintas que subdividem este grupo inicial. Deste modo, a amostragem revela duas tipificações: a primeira, caracterizada por uma estrutura unicamente em árvore, constituída por espaços

terminais⁵¹ ou por espaços que realizam apenas duas ligações, sem anéis (tipos a e b); e a segunda definida pela estrutura em árvore nos setores privados e de serviço e com um anel no setor social (ver Tabela 7). Esta variação pode ser explicada pela utilização do hall como espaço mediador entre os setores social, serviço e privado. Embora seja possível definir a existência destas distinções na forma dos grafos justificados de cada célula habitacional, observamos que nas duas tipologias há uma repetição na configuração do setor de serviço: o isolamento estrutural do espaço da cozinha. Esta constatação é reafirmada quando analisamos o tipo de espaço dos principais ambientes que compõem cada unidade residencial. Verificou-se que em 80% dos casos a cozinha é um espaço terminal (tipo a), portanto segregada do restante da habitação. Em paralelo, destacamos os espaços do setor social, como a sala de estar ou o hall de mediação, como espaços anelares do tipo c, que promovem a integração entre os demais ambientes da unidade habitacional.

Tabela 7: Tipo dos grafos e dos principais espaços das células habitacionais.

EXEMPLAR	TIPO DAS CÉLULAS	TIPO DOS GRAFOS JUSTIFICADOS	TIPO DO ESPAÇO DOS PRINCIPAIS AMBIENTES			
			Sl	Cz	Qp	Ex
PEDREGULHO	D	2	a	a	a	a
	Q	1	b	a	a	a
JAPURÁ	D	2	a	a	b	a
	Q	1	b	b	-	a
IAPI	M	2	b	b	b	a

Legenda: 1: Estrutura em árvore, sem anéis. | 2: Estrutura em árvore, com um anel no setor social. | Sl: Sala Estar | Qp: Quarto Principal | Cz: Cozinha | E: Exterior

Fonte: A autora, 2020.

Nas unidades habitacionais estudadas, as medidas de distributividade (ver Tabela 8) chamam a atenção pela sua homogeneidade: os sistemas apresentam-se muito pouco distributivos. Observamos que as unidades habitacionais do tipo “Q” apresentam valor de distributividade igual a 0 (quanto mais próximo de zero menos distributivo será o sistema), o que significa dizer que estas células contêm uma estrutura morfológica com

⁵¹ Para definição dos tipos de espaços que constituem um sistema, consulte a explicação do capítulo 2 desta dissertação.

fortes barreiras na utilização dos espaços, que resultam em práticas e apropriações espaciais de maneira mais especializada e segregada.

Tabela 8: Distributividade dos sistemas e dos principais espaços das células.

EXEMPLAR	TIPO DAS CÉLULAS	DISTRIBUTIVIDADE DOS SISTEMAS	TIPO DE DISTRIBUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS AMBIENTES			
			SI	Cz	Qp	Ex
PEDREGULHO	D	0,222	ND	ND	ND	ND
	Q	0	ND	ND	ND	ND
JAPURÁ	D	0,083	ND	ND	ND	ND
	Q	0	ND	ND	-	ND
IAPI	M	0,125	ND	ND	ND	ND

Legenda: ND: Não-distributivo. | D: Distributivo. | SI: Sala Estar | Qp: Quarto Principal | Cz: Cozinha | E: Exterior

Fonte: A autora, 2020.

Amorim (2001, p. 19), aponta que os espaços mediadores, como os halls e os espaços de circulação, são “uma típica característica de casas modernas que é penetrantemente presente, controlando o acesso de setor para setor, prevenindo encontros indesejáveis”⁵². Na amostra esta constatação é evidenciada em todos os três conjuntos: na célula “M” do conjunto IAPI, em relação a privacidade dos quartos, na célula “D” do conjunto Japurá e nas células “D” e “Q” do conjunto Pedregulho, em relação ao controle dos acessos da sala de estar e da cozinha.

Se por um lado, a estratégia de utilizar espaços mediadores como forma de controle no acesso aos ambientes domésticos é lugar comum na lógica projetual de residências modernas burguesas, justamente por ter o objetivo de criar uma barreira entre moradoras/es e empregadas/os. Por outro, as soluções projetuais modernas de residências mínimas voltadas para a classe operária, onde a racionalização do espaço era ponto de partida, baseavam-se no pressuposto de integração espacial entre os ambientes domésticos, de modo a ser o modelo inverso das residências burguesas. Conforme colocado por Kopp (1990, p. 54) a cozinha na habitação mínima deveria figurar “o núcleo

⁵² No original: “Mediation, however, is a typical characteristic of modern houses that is pervasively present, controlling access from sector to sector, and preventing, undesirable encounters.” (AMORIM, 2001, p. 19).

essencial em torno da qual se articula o conjunto da moradia”. Entretanto observamos que, apesar deste discurso, nas unidades residenciais dos conjuntos aqui estudados a integração física e visual entre os setores social e de serviço é baixíssima. Na realidade deste cenário, a restrição na utilização e apropriação dos espaços continua distinguindo os ambientes de lazer e permanência dos ambientes de trabalho e serviço.

A análise desta propriedade sintática em associação com a profundidade nos indica que o princípio da hierarquia que estrutura a divisão sexual do trabalho também se manifesta na produção do ambiente doméstico, ao hierarquizar os espaços no sistema global de integração, em função do tipo de trabalho e de quem o realiza, de modo que quanto mais profundo e menos distributivo o espaço for, com mais intensidade será destinado a realização exclusiva das atividades de cuidado e manutenção do lar. Em outras palavras, a estrutura espacial que sustenta as relações de utilização e apropriação dos ambientes habitacionais induz a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres a partir da constante reprodução da divisão sexual do trabalho.

5.2.4 Simetria

A medida da simetria indica como cada sistema classifica os espaços a partir da hierarquização das pessoas e/ou das práticas cotidianas. A investigação desta propriedade na amostra dos conjuntos habitacionais revela que os sistemas se mostram bastante assimétricos, com configurações morfológicas muito hierarquizadas, que acabam criando ou reforçando certos “códigos comportamentais” nas habitações. Neste sentido, ao comparar as medidas de distributividade, simetria e o tipo de espaço, em relação aos padrões sociais de ocupação e utilização das cozinhas, percebemos que a morfologia destas células reforça os aspectos sexistas da sociedade e reafirma a divisão sexual do trabalho, ao tornar pouco acessível estes espaços. Partindo do pressuposto de que a mulher sempre foi (e continua sendo) responsável exclusiva pela realização das atividades reprodutivas, de cuidado e manutenção do lar, esta característica espacial gera um cenário que não possibilita a existência de novos encontros e interações sociais, tampouco induz novas formas de utilização e apropriação das cozinhas. O sistema mais simétrico desta relação é a célula “Q” do conjunto Pedregulho, revelando média 4,00 (ver Tabela 9). Apesar do alto valor, é preciso deixar explícito que esta propriedade sintática é uma medida local, que não reflete a integração do sistema como um todo (medida global). Ademais esta célula apresenta, predominantemente, espaços do tipo “a”, que justificam a pequena quantidade de espaços convexos (6) que propiciam esta simetria. Deste modo,

apesar desta configuração morfológica facilitar a existência de relações informais sem a diferenciação entre pessoas/práticas que utilizam estes espaços, o tipo de espaço do sistema não possibilita novas rotas de encontro e interações entre moradoras/es.

Tabela 9: Simetria dos sistemas

EXEMPLAR	TIPO DAS CÉLULAS	SIMETRIA DOS SISTEMAS
PEDREGULHO	D	1,753
	Q	4,000
JAPURÁ	D	0,625
	Q	0,333
IAPI	M	0,800

Fonte: A autora, 2020.

Ao relacionarmos os dados da simetria, o tipo de espaço das cozinhas e as isovistas parciais (180°) podemos observar que todas as isovistas testadas apresentam um formato pontiagudo, ou seja, com baixo grau de agrupamento, fazendo com que a informação visual de cada habitante seja perdida com mais facilidade. Esta constatação reitera as leituras axiais e os grafos de visibilidade (VGA) que revelaram a descontinuidade física e visual das cozinhas residenciais, em virtude do nível de segregação espacial.

5.2.5 Conectividade

A medida da conectividade relaciona-se à acessibilidade dos espaços do sistema, de modo que, quanto maior o número de conexões, mais acessível e integrado será aquele ambiente. Após a análise das unidades habitacionais da amostra, observamos que o espaço destinado a sala de estar (SI) apresenta, em 40% da amostra, 3 conexões com os demais ambientes das células. Em paralelo, a cozinha de cada unidade habitacional quase não se conecta com os demais espaços do sistema: em 80% da amostra, este ambiente possui apenas 1 ligação (ver Tabela 10). Este resultado reforça e explica os dados encontrados nas análises da integração, simetria, distributividade e no tipo de espaço de cada ambiente, reiterando a premissa de que o setor de serviço normalmente encontra-se desconectado e segregado dos demais espaços da unidade habitacional.

A naturalização no controle ao acesso da cozinha e conexões com os demais ambientes da unidade residencial reitera a dominação patriarcal no seio da família, uma vez que o trabalho doméstico sustenta a estrutura espacial das habitações. Conforme pontuado por Delphy (2010) as relações sociais que definem o trabalho doméstico como “natural” e invisível reforçam a subordinação das mulheres na esfera privada, constituindo o modo de produção doméstico em coexistência com o modo de produção capitalista. Neste sentido, podemos desvelar as associações entre produção espacial e divisão sexual do trabalho e findar a aparência neutra que encobre a prática projetual arquitetônica. Ademais, a constatação de que os espaços das cozinhas estudadas apresentam baixa conectividade indica a baixa flexibilidade na aproximação de outras pessoas e atividades desenvolvidas no ambiente, comprovando nossa hipótese de que a divisão sexual do trabalho influencia e é influenciada diretamente pelas decisões projetuais arquitetônicas na construção de unidades habitacionais de interesse social.

Tabela 10: Conectividade dos principais espaços das células.

EXEMPLAR	TIPO DAS CÉLULAS	CONECTIVIDADE DOS PRINCIPAIS AMBIENTES			
		SI	Cz	Qp	Ex
PEDREGULHO	D	1	1	1	1
	Q	3	1	1	1
JAPURÁ	D	1	1	2	1
	Q	1	1	-	1
IAPI	M	3	2	2	1

Fonte: A autora, 2020.

5.3 DEFINIÇÃO DO GENÓTIPO

De uma maneira geral, as características configuracionais e de uso das unidades habitacionais aqui estudadas são expressas pela nítida divisão entre os espaços destinados ao convívio entre moradoras/es e a realização das atividades de manutenção do lar. Assim, o espaço de estar, que compõe o setor social, revela-se bastante permeável, quando comparado à cozinha, que compõe o setor de serviço. Conforme a metodologia aplicada por Amorim (1999), isolando os três setores principais de habitações modernas (social,

serviço e privado) na relação hierárquica dos valores de integração dos sistemas é possível chegarmos num conjunto de características comuns e intrínsecas às unidades habitacionais da amostra. Os resultados aqui encontrados não apontaram a existência de um único genótipo comum, pois cada unidade habitacional apresenta o seu próprio conjunto de informações básicas e primárias quanto à organização espacial (ver Tabela 11). Entretanto, existem semelhanças no que diz respeito à posição ocupada pelo setor de serviço na relação hierárquica de integração entre os setores. Em 40% da amostra, que corresponde às células “D”, do Japurá, e “Q”, do Pedregulho, o setor de serviço encontra-se igualmente integrado quando comparado aos demais setores na ordem de integração.

Tabela 11: Ordem de integração dos setores de cada célula e seus genótipos

EXEMPLAR	TIPO DAS CÉLULAS	ORDEM DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS SETORES	GENÓTIPO	TOTAL
PEDREGULHO	D	Se=So=Ex>P	Se=So>P	20%
	Q	Ex>P=Se=So	P=Se=So	40%
JAPURÁ	D	P=Se=So=Ex	P=Se=So	40%
	Q	Se=So>Ex	Se=So	20%
IAPI	M	So>P>Se>Ex	So>P>Se	20%

Legenda: So: Social | Se: Serviço | P: Privado | Ex: Exterior

Fonte: A Autora, 2020.

Ao relacionarmos os resultados encontrado nesta pesquisa com os genótipos apontados pela literatura, nas residências modernas analisadas por Amorim (1999), podemos constatar que 20% da amostra apresenta o genótipo idêntico ao das residências unifamiliares, de modo que o genótipo no qual o setor de serviço é o mais segregado e menos acessível de todo o sistema – So>P>Se – presente na célula “M” do conjunto IAPI, é o mesmo apresentado por 25% das residências modernas analisadas pelo autor.⁵³ Sobre esta comparação é necessário afirmar que, além do programa das residências unifamiliares e dos conjuntos habitacionais coletivos serem distintos, cada amostra lida com realidades econômicas divergentes: a primeira, feita por Amorim (1999) retratava

⁵³ Para mais detalhes consultar: AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. The Sectors' Paradigm: a study of the spatial and functional nature of modernist housing in Northeast, Brazil. 1999. 438 f. Tese (PhD Advanced Architectural Studies) - The Bartlett School of Graduate Studies, University College of London, Londres, 1999

habitações de famosos arquitetos modernos e que pertenciam a famílias de classes abastadas. Já na amostra da presente investigação, os conjuntos habitacionais são voltados à classe trabalhadora e, além da preocupação com a otimização do espaço interno e a área total de cada unidade residencial, estes conjuntos apresentavam espaços comuns de estar e de serviço que foram suprimidos das unidades individuais.

Estas constatações iniciais conduziram à formulação de, ao menos, dois questionamentos distintos: apesar de estarem sob o mesmo pensamento ideológico moderno, as unidades habitacionais estudadas se inserem num contexto diferente dos casos analisados por Amorim (1999). Esta seria a justificativa da divergência dos genótipos expressos pela amostra em comparação às residências unifamiliares? A segunda questão seria: a quantidade de unidades analisadas é insuficiente para a determinação de um único genótipo comum? É necessário salientar, entretanto, que apesar da inegável contribuição que a definição de um genótipo comum traria para a compreensão da estrutura morfológica das unidades habitacionais, apenas a leitura dessa propriedade isolada não representa informação suficiente para conseguirmos interpretar as relações espaciais entre os setores de serviço e social e seus reflexos nas relações sociais de sexo. A necessidade de uma leitura mais ampla que correlacione não apenas as medidas sintáticas, mas também os campos visuais gerados nestes espaços e sua relação com os demais ambientes de cada sistema, é indispensável para compreendermos de forma global toda a estrutura que sustenta as relações sociais de sexo vivenciadas nestes espaços domésticos.

6. AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO CONJUNTO RESIDENCIAL SALVADOR

“Mulheres são como fantasmas na arquitetura moderna: presentes em todos os lugares, cruciais, mas, estranhamente, invisíveis.”

Beatriz Colomina (2010. Tradução nossa⁵⁴)

Neste capítulo observaremos como a estrutura morfológica da unidade habitacional do conjunto residencial Salvador – IAPI – sustentou as diversas práticas sociais estabelecidas pelas/os moradoras/es na utilização e apropriação do espaço doméstico. Esta compreensão será feita a partir da análise das informações fornecidas pelos entrevistados em relação às suas próprias percepções acerca da ocupação das habitações e do cruzamento destes dados com os resultados sintáticos obtidos no capítulo anterior. Mais especificamente, iremos concentrar nossa investigação na análise dos seguintes elementos: a) com que frequência e quem da família utilizava a lavanderia coletiva; b) quais os espaços mais utilizados e por mais tempo pelos entrevistados; c) quem era responsável pela execução das atividades de manutenção do lar. Esses eixos indicam o retrato da ocupação dos espaços domésticos e a influência da divisão sexual do trabalho na utilização destes ambientes.

6.1 APROPRIAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

A atividade desenvolvida e a forma de permanência (pontual ou prolongada) são as bases do entendimento das práticas de apropriação do espaço doméstico. Neste sentido, a identificação da utilização dos ambientes aconteceu por meio do mapeamento das ações e atividades nos seus respectivos locais no interior da habitação. De maneira geral, os espaços da unidade residencial utilizados mais intensamente eram a sala de estar e o quarto principal. De acordo com os dados das entrevistas, observamos que estes espaços apresentavam (e continuam apresentando) características mais dinâmicas na sua utilização, sendo ocupados para o lazer (como reunir a família, receber visitantes, ler, descansar, ouvir música, etc.), para as necessidades básicas (dormir, realizar as refeições,

⁵⁴ Do original: “Women are the ghosts of modern architecture, everywhere present, crucial, but strangely invisible”. COLOMINA, Beatriz. *With, or without you: the ghosts of modern architecture*. In BUTLER, Cornelia y SCHWARTZ, Alexandra (eds.), **Modern Women: Women Artists at The Museum of Modern Art**, New York, The Museum of Modern Art, 2010.

etc..), para as atividades de manutenção do lar (passar roupa) e para as atividades de trabalho/estudo (ver Tabela 12).

Tabela 12: Espaços e as respectivas atividades

COMODOS	DORMIR	LAZER E DESCANSO	RECEBER VISITANTES	REALIZAR REFEIÇÕES	TAREFAS DOMÉSTICAS	TRABALHAR E ESTUDAR
SALA DE ESTAR		X	X	X	X	X
COZINHA					X	
SANITÁRIO					X	
QUARTO	X	X			X	X
QUARTO PRINCIPAL	X	X			X	X
LAVANDERIA COLETIVA					X	
ESPAÇO CONVIVENCIA - TERREO		X	X			
EXTERNO AO IAPI					X	

Fonte: A Autora, 2020.

Como espaços multifuncionais, as salas e quartos guardam características similares quanto à utilização e permanência. Acreditamos que esta flexibilidade no uso tenha como principal razão a área reduzida da unidade habitacional que exclui a existência de espaços destinados a funções específicas, como escritório e sala de jantar, e impõe a utilização dos principais ambientes para todas as atividades desenvolvidas no cotidiano familiar. Para ilustrar esta constatação podemos exemplificar que, para os entrevistados, é na sala de estar que se concentravam as atividades de estudo/trabalho e realização das refeições por ser o único local da habitação que comportava espacialmente a mesa de jantar. Em contraste, observamos que as particularidades entre estes ambientes eram (e continuam sendo) definidas pela forma de realização das funções atribuídas a eles, sendo o uso do quarto definido pela individualização das atividades e o uso da sala delineado como catalizador da coletividade no espaço doméstico. Podemos concluir a partir destas constatações que o zoneamento funcional definido pelo Movimento Moderno setoriza fortemente as formas de interação social e permanência nos espaços, ainda que sejam habitações de áreas mínimas, como é o caso das unidades residenciais do IAPI.

Sobre o local de realização das principais atividades domésticas observamos que ela se dividia entre todos os cômodos: o preparo, higienização e cocção dos alimentos ocorria na cozinha; a passagem de roupas ocorria na sala de estar ou nos quartos e, em um único caso, a lavagem das roupas ocorria no banheiro. Quando analisamos apenas a apropriação dos espaços da sala de estar e dos quartos entendemos, à primeira vista, que seria uma ocupação sem muitas distinções de atuações entre homens e mulheres. Entretanto, ao associarmos os dados da realização das tarefas domésticas percebemos um abismo entre as formas de utilização dos ambientes da habitação. Em todos os casos verificados nesta pesquisa, a mulher (mãe ou esposa), era a única responsável pelo abastecimento de alimentos, pelo preparo das refeições, pela higienização da unidade residencial e, na maioria das vezes, pela lavagem das roupas – e todas as outras atividades que estas tarefas implicam. Isto significa dizer que, em primeiro lugar, de todas pessoas que compunham a estrutura familiar, esta mulher era a única que utilizava com mais frequência e por uma quantidade maior de horas a cozinha da habitação. Em segundo lugar, isto também significava uma permanência mais pontual e menos frequente na sala de estar, o local destinado à socialização da família, descanso e lazer. Desse modo percebemos que a ocupação e apropriação do espaço doméstico é definida pela relação indissociável do zoneamento funcional, estabelecido pelo Movimento Moderno, e pela divisão sexual do trabalho.

De maneira geral, os dados mostram que o espaço de convivência situado no pavimento térreo era utilizado com bastante frequência pelos moradores como local de lazer, descanso e socialização com amigos e outros moradores. Conforme mencionado por um dos entrevistados, era na área de convivência onde os homens descansavam e “batiam papo sobre a semana e jogavam bola lá em baixo” (Participante da Pesquisa) com outros homens moradores do conjunto, enquanto os meninos brincavam nos espaços residuais entre os blocos e na mata que circundava o IAPI. As memórias acessadas na lembrança sobre a área coletiva materializam falas carregadas de nostalgia de um momento saudoso que foi o estabelecimento de laços afetivos entre estes moradores e da solidificação do sentimento de pertencimento àquele lugar recém-inaugurado e longínquo. Da maneira oposta às boas lembranças sobre a área de convivência, quando questionados sobre o que eles recordavam da lavanderia coletiva e da utilização do espaço para a lavagem de roupas, além de poucas informações, encontramos algumas divergências nos relatos. Para o primeiro entrevistado, a lavanderia coletiva quase não era

utilizada para a lavagem de roupas. Utilizando o exemplo de sua família, ele relata que sua mãe lavava as roupas no banheiro e utilizava o térreo apenas para estender as roupas limpas para secar. Quando questionado sobre as dificuldades e limitações que envolviam o processo de lavagem de tantas roupas num espaço tão pequeno sem infraestrutura necessária para realizar a atividade, o morador apresentou respostas vagas e disse não se recordar se sua família havia instalado um tanque de serviço no banheiro ou como sua mãe fazia para realizar esta tarefa. O participante preferiu discorrer sobre como a utilização da lavanderia coletiva envolvia uma atmosfera de distanciamento e desdém em virtude de as famílias entenderem o equipamento como algo sujo e disponível “para qualquer um que tivesse passando na rua” (Participante da Pesquisa). Isto porque os limites do conjunto habitacional IAPI não possuíam cercamentos, muros ou qualquer tipo de barreira física até o início dos anos 1980 e todos os transeuntes tinham acesso aos tanques da lavanderia, situados nos pilotis de cada bloco.

Já o segundo participante reconhece o distanciamento das famílias em relação ao equipamento coletivo e afirma que na sua casa havia o hábito de contratar lavadeiras de ganho semanalmente para realizar a tarefa: “elas vinham buscar a trouxa de roupas sujas da família toda e devolviam as roupas na trouxa, lavadas e passadas” (Participante da Pesquisa). O participante nos conta que muitos moradores recorriam à contratação de lavadeiras, sobretudo quando se tratava de famílias com uma maior quantidade de filhos. Sobre este aspecto é importante ressaltarmos que o emprego doméstico mobiliza e aciona as diferenciações entre mulheres, sobretudo as distinções de classe e raça/etnia. Ávila (2009) corrobora este pensamento ao dizer que:

O emprego doméstico é uma questão estratégica para se pensar sobre as relações sociais que são engendradas a partir do trabalho doméstico, nas reconfigurações da divisão sexual do trabalho, que se reestrutura, mas permanece e se reproduz no imbricamento de relações sociais de sexo/ gênero e de classe. Neste sentido, o emprego doméstico dentro da divisão sexual do trabalho produz uma subdivisão no interior do trabalho doméstico que se estabelece como uma relação entre mulheres de classes diferentes. Partir da divisão sexual do trabalho é a forma de tratar o emprego doméstico não como uma particularidade, mas como parte da estrutura social. (AVILA, 2009. p. 110)

O terceiro sujeito desta pesquisa apresenta uma visão distinta dos relatos anteriores. Para ele, muitas mulheres usavam com frequência a lavanderia coletiva, como era o caso na sua família, já que não existia o espaço no interior da habitação. Entretanto, o morador acredita que a utilização do equipamento era proporcional à quantidade de

filhos em cada habitação, de modo que quanto menor a família mais comum era o processo de lavagem de forma coletiva. Este dado respalda sua visão sobre os impactos da desativação da lavanderia nas dinâmicas do trabalho doméstico, já que para ele e sua família “nada mudou. Como aqui era só eu e minha mulher, lavava pouca roupa e sujava menos roupa na época. Aí a gente lavava aí mesmo (no banheiro) e estendia lá fora, aí do lado de fora em postes esticados com corda. Aí lavava e enxugava aí mesmo.” (Participante da pesquisa).

Sabemos que não existe uma única versão da história, mas óticas distintas sobre o mesmo fato, a partir de lentes de aumento para determinados assuntos que tocam mais fortemente cada sujeito. Ademais, falar de memória é englobar a capacidade de organizar, selecionar e sistematizar lembranças daquilo que já foi vivenciado, compreendendo que a ação de rememorar o passado é subjetiva e, ainda que nossa base de investigação seja o plano individual, a memória é uma experiência coletiva, atravessada por todas as experiências e interações sociais (PADRÓS, 2001). Conforme pontuado por Michael Pollak (1989, p. 205) “a memória é um fenômeno socialmente construído e vinculado nas relações de poder, constituindo-se como um objeto de disputas nos conflitos sociais.” Ainda segundo o autor, a partir de uma sequência de enquadramento, a memória escolhe de maneira seletiva o que será recordado e, conseqüentemente, será mais relevante, daquilo que será relegado ao silêncio.

Entre o dizer e o não-dizer, entre a verdade velada ou exposta, entendemos que o não se recordar do cotidiano da lavanderia coletiva ou das dinâmicas de realização das atividades de manutenção do lar é também uma atitude consciente de tornar menos importante e sem valor para a memória práticas e ações de uma realidade não vivenciada por estes sujeitos. Ainda que os moradores tenham apresentado algumas informações sobre as formas de utilização deste equipamento coletivo, explicações mais detalhadas sobre como a redução do espaço da unidade habitacional a áreas mínimas afetava o trabalho doméstico e o ato da lavagem de roupas coletivamente não foram colocadas. Os mecanismos que os fazem emudecer diante de questionamentos sobre as atividades de cuidado e manutenção do lar solidificam as premissas de sustentação da divisão sexual do trabalho: a invisibilização das tarefas realizadas pelas mulheres no interior das famílias. Neste sentido, a imbricação entre tarefa e relacionamento, como preparar as refeições para a família ou lavar e passar roupas dos filhos, colabora no processo de naturalização do entendimento de que as atividades domésticas e de cuidado são na

verdade, um trabalho de amor. Conforme pontuado por Thainá Ribeiro (2018, p 51) “a memória do trabalho das mulheres no espaço privado, não pode ser separada de sua inserção e interação com as relações de poder no espaço em que vivem”.

6.2 A SINTAXE ESPACIAL E OS MODOS DE VIDA

Diante dos indícios sobre as formas de apropriação do espaço doméstico e suas características sintáticas, é nítida a distinção entre homens e mulheres em função da divisão sexual do trabalho nos casos estudados. Em todas as unidades habitacionais da amostra existe uma constante: o isolamento espacial das cozinhas que representam o setor de serviço. Este isolamento é estabelecido a partir do controle e pouca integração das cozinhas que apresentam um único acesso, diferentemente das condições encontradas no setor social. Neste sentido, as salas de estar são os ambientes que marcam o processo de coletivização das relações familiares, por envolverem a maioria das atividades desenvolvidas no interior das residências. Sintaticamente estes ambientes apresentam um acesso menos controlado, maiores conexões e, conseqüentemente, uma maior integração com os demais espaços do sistema. Os quartos, por outro lado, são espaços que definem a individualização entre as/os habitantes, em função da estrutura morfológica que proporciona o isolamento nestes ambientes.

Em síntese evidenciamos, através das análises sintáticas, que as relações sociais de sexo influenciam e são diretamente influenciadas pela construção da morfologia do espaço doméstico e que esta estrutura espacial reforça e perpetua a ideia de que a realização das atividades de cuidado e manutenção do lar são exclusivamente atribuições femininas. Neste sentido podemos destacar algumas características sobre a relação entre espaços de serviço e espaços sociais que corroboram esta constatação:

- a) Os sistemas que compõem a amostra são pouco integrados, sobretudo quando comparamos os resultados sintáticos das cozinhas e das salas de estar, o que significa dizer que a estrutura destes espaços domésticos induz uma ocupação e convivência desigual entre as/os moradoras/es, baseada nas relações sociais de sexo;
- b) Os sistemas são pouco distributivos e pouco simétricos, o que socialmente representa um forte controle no acesso às cozinhas e uma hierarquização das atividades e pessoas que a utilizam. Morfológicamente estes sistemas tendem

- a corroborar a manutenção da divisão sexual do trabalho ao reforçar seus princípios organizadores (princípio da separação e princípio da hierarquia);
- c) As características anteriores aliadas ao fato desses espaços apresentarem poucas conexões sinalizam os raros contatos entre os setores de serviço e social, propiciados pela estrutura morfológica dos sistemas. Esta constatação indica a constante reiteração da dominação patriarcal no seio da família e como o modo de produção doméstico persiste na lógica projetual arquitetônica de habitações de interesse social.

Nesta investigação observamos como a questão da reprodução social é de suma importância para a estruturação morfológica do espaço doméstico. O trabalho é uma questão central no cotidiano capitalista e o espaço doméstico reflete esta questão ao colocar no centro o trabalho reprodutivo para estruturar a família e a própria organização espacial das habitações. Ainda que nos conjuntos estudados existam espaços destinados às práticas coletivas das atividades domésticas, as dinâmicas da organização das unidades residenciais seguem perpetuando uma lógica hierárquica espacial baseadas nas relações sociais de sexo e, sobretudo, na divisão sexual do trabalho. A constante desvalorização dos espaços que compõem o setor de serviço ocorre na mesma intensidade que a desvalorização social dos trabalhos que envolvem a reprodução social e sua forte atribuição às mulheres, como mecanismo essencial de sua existência. Conforme aponta Silvia Federici (2004) o trabalho doméstico é uma das determinações essenciais para a exploração patriarcal a qual as mulheres estão sujeitas e a invisibilidade social e espacial deste trabalho está diretamente relacionada a quem o realiza.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão das formas de atuação das relações sociais de sexo em todos os campos que permeiam nossa sociedade permitiu que o estudo morfológico das unidades residenciais dos conjuntos habitacionais Pedregulho, Japurá e IAPI adquirisse contornos bem definidos no que diz respeito à influência da divisão sexual do trabalho e da perpetuação das desigualdades entre homens e mulheres no espaço doméstico. Neste sentido, a investigação dos atributos presentes na configuração morfológica destas unidades residenciais revelou a estrutura espacial como uma condição para as práticas sociais, indicando que os conjuntos habitacionais em questão apresentam muitas semelhanças quando estudados sob a ótica crítica feminista das suas estratégias espaciais, as quais são imbuídas de características sociais, independentemente do seu contexto socioeconômico e geográfico.

O estudo sintático e de uso das habitações revelou características que refletiam (e continuam refletindo) a sociedade brasileira do século XX. Ao averiguar as particularidades dos sistemas convexo, axial e visual das unidades habitacionais – atentando para as possibilidades de acessibilidade, visibilidade e movimento, no setor de serviço em relação ao setor social – constatamos as muitas restrições impostas pela estrutura espacial doméstica, em todas as dimensões analisadas. O perfil socioespacial das habitações sociais modernas, representados pelos conjuntos estudados, nos mostrou ser uma resposta às demandas impostas pela divisão sexual do trabalho. A importância morfológica e de utilização dos principais ambientes das unidades habitacionais – sala de estar, cozinha e quartos – demonstraram como o simples fato de ser mulher induz uma ocupação e apropriação dos espaços de forma diferenciada. De modo geral, as características configuracionais e de uso das unidades residenciais dessa amostra expressam a nítida divisão entre espaços destinados ao lazer e descanso e espaços destinados ao trabalho, dito de outra forma, espaços para homens e espaços para mulheres, definidos pelas relações sociais de sexo. Ainda que nestes ambientes não existiam restrições explícitas que impedissem a utilização e apropriação do espaço por homens, as normas sociais que ditavam (e continuam ditando) a relação de exclusividade na execução das atividades de cuidado e manutenção do lar induziam as mulheres que residiam nestas habitações a ocupar, por uma maior quantidade de horas, espaços específicos. Podemos ilustrar essa situação apresentando o exemplo paradigmático das cozinhas e salas de estar da amostra. As cozinhas, que materializam o setor de serviço e

abrigavam o local onde eram realizadas a maior quantidade de atividades domésticas (lavar louças, cozinhar, higienizar alimentos e etc.), apresentavam-se isoladas visualmente e espacialmente dos demais ambientes da habitação. As salas de estar, por sua vez, representavam o símbolo da convivência e interação familiar que é confirmado pela sua integração espacial dentro dos sistemas analisados, revelando sua tendência a socialização das atividades no seio doméstico.

A mesma percepção foi obtida quando aproximamos os resultados sintáticos com a experiência dos moradores mais antigos do conjunto IAPI. O levantamento sobre as formas de utilização e apropriação das unidades habitacionais e da lavanderia coletiva do conjunto nos permitiu entender como a configuração espacial está vinculada indissociavelmente ao modo de vida das pessoas que as habitam e as normas sociais instituídas naquele momento. As evidências apontaram como a divisão sexual do trabalho atua simbolicamente para sua retroalimentação, de modo que a sua dimensão simbólica corresponde ao que institui sua dimensão espacial. O fato dos moradores entrevistados não se recordarem do cotidiano da lavanderia coletiva ou de como a execução das tarefas de manutenção do lar afetavam as formas de utilização da habitação reforça os princípios que organizam e sustentam a divisão sexual do trabalho (princípio da separação e princípio da hierarquia), reiterando a invisibilização das atividades reprodutivas e enaltecendo estas tarefas como responsabilidades exclusivamente femininas.

As análises nesta investigação atestaram que os modelos arquitetônicos habitacionais sociais instituídos pelo modernismo brasileiro foram moldados para acentuar as desigualdades impostas pelas relações sociais de sexo e pela divisão sexual do trabalho. Ainda que o discurso de “libertação” feminina do fardo do lar estivesse constantemente associado à produção dos conjuntos habitacionais de interesse social produzidos pelo Estado durante o movimento moderno, seu reflexo nas relações morfológicas do espaço não se materializa. Se fizéssemos um breve exercício de revisitar a estrutura espacial das unidades habitacionais estudadas, com o objetivo de torná-las condizentes com este discurso, constatamos que cada um dos conjuntos residenciais deveria subverter a sua estrutura morfológica, tornando-a mais integrada e permissiva em suas relações com o setor de serviço. Dentre as formas para conseguir esta subversão podemos citar o aumento da conectividade, simetria, distributividade e integração dos setores de serviços e dos equipamentos coletivos (como as lavanderias coletivas), associadas à redução da profundidade. A adoção dessas medidas em conjunto tenderia a

estimular o movimento, os encontros, o convívio e, sobretudo, a possibilidade de ampliação na execução das tarefas domésticas para todos os membros da família.

É inegável que uma mudança dessa proporção resultaria no desmantelamento no modo de produção doméstico e no próprio modo de produção capitalista, uma vez que a divisão sexual do trabalho opera como base material para a sustentação do capitalismo na sociedade. Entretanto essa constatação endossa a ideia de que o espaço doméstico é uma construção social, moldado pelas intervenções e intenções de quem os projetou e valida nossa hipótese de pesquisa de que a divisão sexual do trabalho influencia e é influenciada diretamente pelas decisões projetuais arquitetônicas na construção de unidades habitacionais de interesse social. É necessário evidenciar ainda que, por se tratar de uma pequena seleção do contexto de arquitetura habitacional social moderna, do início do século XX, sabíamos desde o princípio que não seria possível generalizar os resultados aqui obtidos e torná-los como dados conclusivos de uma realidade. Não obstante, toda a investigação aqui proposta serve como a inauguração de uma abordagem interdisciplinar feminista para a interpretação da produção morfológica do espaço doméstico. Essa perspectiva de associação multidisciplinar entre análises morfológicas e estudos feministas supre as limitações da metodologia da sintaxe espacial e encerra a ilusão de neutralidade científica que alguns estudos sintáticos insistem em apresentar, além de fazer do estudo morfológico uma ferramenta riquíssima para a prática arquitetônica (seja atividade profissional ou acadêmica), como meio de concepção e construção de espaços mais igualitários, sem diferenciações baseados nos marcadores sociais de opressão.

Por fim, nossa intenção com a presente pesquisa é a contribuição na discussão acerca dos reflexos das estruturas sociais no campo arquitetônico. Apesar da exaustão gerada por uma investigação exploratória, que induz à possibilidade de margem de erro, a experiência desta pesquisa serve como força impulsora para a continuação dos estudos sobre as manifestações das relações sociais de sexo e classe na construção do espaço doméstico e a influência das relações espaciais na solidificação e manutenção das estruturas de opressão, principalmente na contemporaneidade. Reiteramos a relevância e necessidade de aprofundamento nos estudos feministas que consigam relacionar as construções espaciais domésticas e urbanas, seja através de estudos de natureza configuracional, seja através de outras metodologias, que reiterem a importância de incorporar na produção arquitetônica soluções não-sexistas que incluam mulheres como agentes transformadoras e usuárias destes espaços.

REFERÊNCIAS

- ALDRIGUE, Maryá de Sousa. **Aparências da forma e forma do espaço: análise da configuração espacial de residências unifamiliares dos anos 1970 em João Pessoa-PB.** Natal: UFRN, 2012.
- ALLEN, Poly Wynn. **Building Domestic Liberty: Charlotte Perkins Filman's Architectural Feminism.** Amherst, Mass: University of Massachusetts Press, 1988.
- ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. **Habitação Social no Nordeste: A atuação das CAPs e dos IAPs (1930-1964).** 2012. 385 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2012.
- AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. **The Sectors' Paradigm: a study of the spatial and functional nature of modernist housing in Northeast, Brazil.** 1999. 438 f. Tese (PhD Advanced Architectural Studies) - The Bartlett School of Graduate Studies, University College of London, Londres, 1999.
- _____. Houses of Recife: from diachrony to synchrony. In: **INTERNATIONAL SPACE SYNTAX SYMPOSIUM, 3, 2001, Atlanta.** Proceedings... Atlanta: College of Architecture, Georgia Tech, 2001.
- ARAÚJO, Anete. Estudos de gênero em arquitetura: um novo referencial teórico para a reflexão crítica sobre o espaço residencial. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 5, n. 1, 2006.
- _____. **Espaço privado moderno e relações sociais de gênero em salvador: 1930 – 1949.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Salvador: UFBA, 2004.
- ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. **Estado, arquitetura e desenvolvimento: a ação habitacional do IAPI.** São Paulo: Editora Unifesp, 2011.
- ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência.** Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.
- AYMORÉ, Débora. Objetividade forte como alternativa à ciência livre de valores. **Scientiae Studia**, v. 15, n. 1, p. 175-186, 2017.
- AYMONINO, Carlo. **La vivienda Racional: ponencias de los congresos CIAM 1929-1930** – Editorial Gustavo Gili, S.A. 08029 Barcelona, 1973.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 16, p. 207-228, 2008.
- BAFNA, Sonit. Space syntax: a brief introduction to its logic and analytical techniques. **Environment and Behavior**, v. 35, n. 1, p. 17-29, 2003.
- BECKER, Graziela de Oliveira. **O avesso da habitação social moderna (1937-1964).** 248 f. 2015. Dissertação (mestrado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. 3.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1994.

BERNARDES, Mana. **Sem título**. Rio de Janeiro (RJ), 21 nov. 2019. Instagram: @manabernardes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B5HJwUvnqdU/>. Acesso em 08 ago. 2020.

_____. **Sem título**. Rio de Janeiro (RJ), 26 out. 2018. Instagram: @manabernardes. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BpZk3cfBeWJ/>. Acesso em 08 ago. 2020.

BONDUKI, Nabil.; KOURY, Ana Paula (Coord.). **Os pioneiros da habitação social** -v. 2: inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964. São Paulo: Ed.UNESP; Ed. SESC, 2014.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

_____. **Affonso Eduardo Reidy**. Lisboa: Editorial Blau, 2000. 215 p.

BOURGEOIS, Louise. **Femme Maison**. 1947. Fotogravura, 24 x 9.8 cm.

BRUNA, Paulo. **Os Primeiros Arquitetos Modernos**. Habitação Social no Brasil 1930-1950. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

BUTLER, Cornelia; SCHWARTZ, Alexandra (org.). **Modern Women: Women Artists at The Museum of Modern Art**. Nova York, The Museum of Modern Art, 2010.

CARINI, Martha Claudia. **Gender equality within the home: a feminist approach to the elimination of the domestic labour**. Cambridge: Cambridge University, 2016.

CARNEIRO, Hélia Bracons. **Processo de Realojamento e Apropriação do Espaço num Bairro Multiétnico**. Tese de Mestrado em Serviço Social, Lisboa, Instituto Superior de Serviço Social, 2003.

CARVALHO, Vânia Carneiro. **Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material: São Paulo, 1870-1920**. Edusp, 2008.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. **Moderno e Brasileiro: A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930 - 1960)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, 'raça'/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. **Temporais**, Brasília, ano 14, n. 28, jul./dez. 2014, pp. 133-149.

COLOMINA, Beatriz. **Sexuality & Space**. Princeton Architectural Press. Nova York, 1992.

COSTA, Sabrina Studart Fontenele. A mulher moderna: práticas urbanas e vida doméstica em São Paulo (1930-1960). Urban practices and domestic life in Sao Paulo (1930-1960). **História e Cultura**, v. 8, n. 2, p. 228-246, 2019.

_____. **Modos de morar na metrópole:** a representação das mulheres e da domesticidade nos apartamentos duplex modernos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499455813_ARQUIVO_ARTIGOFAZENDOGENERO.pdf> Acesso em 08 nov. 2019

CURIEL, Ochy. 1. Construindo metodologias feministas desde o Feminismo Decolonial1. **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**, p. 32, 2014.

_____. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. **Teoría y pensamiento feminista**, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DEJOURS, C. & ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In C. Dejours, E. Abdoucheli & C. Jayet, **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana a análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. (pp. 119-145). São Paulo: Atlas. 2009

DELPHY, Christine. **Un Universalisme si Particulier: Feminisme et Exception Française [1980-2010]**. Paris: Ed. Syllepse, 2010.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: Um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado**. Brasília: Departamento de Sociologia/ Universidade de Brasília, v. 20, n. 3, p. 561-584, set./dez. 2005.

FEDERICI, Silvia. **Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulacion originaria**. España: Traficantes de Sueños, 2004.

FERREIRA, Verônica Maria. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social:** uma análise de suas tendências. Recife, 2017. 205 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2017.

FIGUEIREDO, Lucas. **Linhas de continuidade no sistema axial**. 2004. 104 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FOLZ, Rosana Rita. **Mobiliário na habitação popular**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Industrialização da Habitação Mínima: discussão das primeiras experiências de arquitetos modernos - 1920-1930. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 95-112, dez. 2005.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: M. Del Priore (Org.), **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed., p. 322-361. São Paulo: Contexto. 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Vozes: Petrópolis, 2007.

FRANÇA, Franciney Carreiro de. **Meu Quarto, Meu Mundo: Configuração espacial e modo de vida em casas de Brasília.** UNB: Brasília, 2001.

FREDERICK, Christine. **The new housekeeping efficiency studies in home management.** Garden City, New York. 1919.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil.** Vozes, 1988.

GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03.** Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39 – 62.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões, 1860-1950.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRIZ, Cristiana; DO EIRADO AMORIM, Luiz Manuel; LOUREIRO, Claudia. A família e a casa: Papai ainda sabe tudo?. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 15, n. 16, p. 28-47, 2008.

GUIMARÃES, Júlio César. **Restauração do edifício Pedregulho no Rio.** 27 mai. 2015. Fotografia. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2015/06/03/restauracao-do-edificio-pedregulho-no-rio.htm?foto=1> Acesso em: 08 ago. 2020.

HARAWAY, Donna Ciencia, Cybors y Mujeres. **La reinvenção de la naturaleza.** Madrid: Feminismos, 1991.

HANSON, Juliane. **Decoding homes and houses.** Cambridge University Press, Cambridge, 1998.

HAYDEN, Dolores. **The Grand Domestic Revolution.** 1a edição. The MIT Press paperback edition. Massachussetts, 1982.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space.** Cambridge:Cambridge University Press, 1984.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, Brasil**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: < <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em 27 out. 2019

HOLANDA, Frederico de. **Sintaxe de uma casa-átrio moderna.** P@ranoá, Brasília, v. 1, 1999.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-476, 1995

HOMEM, M. C. N. **O palacete paulistano e outras formas urbanas da elite cafeeira – 1867/1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. (1960) 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KAP, Silke; LINO, Sulamita Fonseca. Na cozinha dos modernos. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 15, n. 16, p. 10-27, 2008.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos – CEBRAP**, n. 86. São Paulo, Mar. 2010.

_____. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

_____. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 236-247.

KOPP, Anatole. **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. Nobel, 1990.

KOURY, Ana Paula; DA SILVA, Elaine Pereira. As transformações, do espaço doméstico e a contribuição do trabalho feminino na modernização da sociedade brasileira. In I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia Contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fondo de cultura econômica, 2008.

LIMA, N. S. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**. vol. V (suplemento), 163-193 julho 1998.

LIMA, Tania A. Pratos e mais Pratos: Louças Domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, Nova Série**, vol. 3, jan.-dez. 1995.

LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LUGONES, María. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-219, 2007.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, 22,3. p. 935-952, 2014.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. 6.ed. São Paulo: Atual, 1997. - (Espaço & Debate)

_____. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. In São Paulo em Perspectiva. [online]. 2000, vol.14, n.4, pp.21-33. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000400004&script=sci_arttext. Acesso em 11 de ago. de 2020.

MARTINS, Conceição G. **Cozinhas, eletrodomésticos e modos de vida: Implicações dos eletrodomésticos nas transformações de rotinas domésticas na cozinha, em residências de Florianópolis/SC.** 2013. 264 f. Tese (Doutorado em Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013

MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, 2009.

MOTTA, Alda Britto da. **Emprego doméstico em Salvador. Relatório final de pesquisa.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, Departamento de Sociologia, 1985.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. (Org) **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira.** Ed. UFF: Niterói-RJ, 2004.

MUMFORD, Eric Paul. **The CIAM discourse on urbanismo, 1928-1960.** Cambridge: The MIT Press, 2000.

NASCIMENTO, F. B. *et al.* Domesticidade, Gênero/classe de sexo e Materialidade: novos desafios do patrimônio cultural. Seminário domesticidade, gênero/classe de sexo e memória. **Rev. CPC**, São Paulo, n.24, p.181-193, ago./dez. 2017

_____. Habitar o presente, construir o passado: história oral e patrimônio nos conjuntos residenciais modernos em São Paulo. **arq. urb**, n. 26, p. 117-138, 2019.

_____. Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. 396 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de patrimônio nacional. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 26-38, 2015.

NUNES, B. F. (org.). (1997). **Brasília: a construção do cotidiano.** Brasília, Paralelo 15.

NUNES JUNIOR, Joaquim. **Morar no mínimo:** reflexões sobre o Conjunto Residencial Salvador – IAPI. 184 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. **Letras**, n. 22, p. 79-95, 2001.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** São Paulo/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERRONE, R.; REGINO, A. N. Eduardo Augusto Kneese de Mello: sua contribuição para habitação coletiva em São Paulo. **Revista Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, p. 57-97, 2009.

PINHEIRO, Luana *et. al.* **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. IPEA, Brasília, novembro de 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9538>. Acesso em 08 ago. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

PORTINHO, “Habitação Popular”. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro: 31. mar. 1946.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, v. 37, n. 17, p. 4-28, 2002.

RANGA, Natália. **Implantação de conjuntos habitacionais**: as lições da produção dos institutos de aposentadoria e pensões. 157 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

RENDEL, Jane. (org.) PENNER, Barbara. (org.) BORDEN, Ian. (org) **Gender, Space, Architecture: An Interdisciplinary Introduction**. Londres: Routledge, 2000. (Coleção Architext)

RIBEIRO, Thainá Soares. **O (res)significado do trabalho das empregadas domésticas após a Emenda Constitucional nº 72/2013**: aproximações empíricas em Vitória da Conquista. 120 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

RISTOFF, Dilvo. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). **Cadernos do GEA**, n.4 (jul./dez. 2013). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2013.

ROWE, Peter G. **Modernity and housing**. Cambridge: MIT Press, 1995.

RUBIN, Graziela Rossatto. Movimento Moderno e habitação social no Brasil. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 2, p. 57-71, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **Emprego doméstico e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1979.

SANTOS, Lena Coelho. **Arquitetura Paulista em torno de 1930 – 1940**. São Paulo: FAU USP. Dissertação de mestrado, 1985.

SENNA, Thaiz Carvalho. **O Jenotdel e a questão feminina na Rússia soviética (1917-1930)**: o Departamento de Mulheres no partido comunista em meio à revolução russa. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

SILVA, Helga Santos da. **Arquitetura moderna para habitação popular: A** apropriação dos espaços do Conjunto Residencial Mendes de Moraes (Pedregulho). 130 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

THOMAS, C. et al. Linking job work hours to women's physical health: the role of perceived unfairness and household work hours. **Sex Roles: Online First Articles**, v. 79, n. 476, p. 1-13, Oct. 2018.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Sundermann, 2008.

TOUCEDA, Adriana Marta Irigoyen de. **Da Califórnia a São Paulo: Referências** norteamericanas na casa moderna paulista, 1945 – 1960. Tese (doutorado – área de concentração: estruturas ambientais urbanas) – FAUUSP. São Paulo, 2005.

TRAMONTANO, Marcelo. **Habitação Moderna - A Construção de um Conceito**. 2a reimpressão. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo (EESC-USP), 1997.

UN WOMEN. Substantive equality for women: the challenge for public policy. In. **Progress of the World's Women 2015-2016**. Transforming Economies, Realizing Rights. New York: United Nations, 2015. Disponível em: http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport.pdf. Acesso em 08 ago. 2020.

VEGA, Daniel Movilla. **Vivienda y Revolución**. El Concurso entre camaradas de la OSA, la Sección de Tipificación del Stroykom y la Casa Experimental de Transición Narkomfin (1926-1930). Tese de Doutorado. Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2015.

VILLAÇA, Lis. Casa moderna: armadilha ou máquina de morar? Arquitetura no filme *Meu tio e na Carta da Atenas*. **Vitruvius**, 2015. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/14.163/5550>>. Acesso em: 27 jan. 2020

WEISMAN, Leslie K. **Discrimination by Design: A feminist critique of the man-made environment**. University of Illinois Press, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo De Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Morador(a),

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa **“O avesso do espaço doméstico modernista: Divisão sexual do trabalho e a produção habitacional de interesse social”**, que será realizada pela aluna Larissa Nunes Sena Gomes, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sob a orientação da Profa. Dra. Alda Britto da Motta e coorientação da Profa. Dra. Ana Carolina Bierrenbach.

O **objetivo** do estudo é compreender a influência de cozinhas e lavanderias coletivas, em conjuntos habitacionais de interesse social, na divisão sexual do trabalho, a partir de análises das plantas das unidades residenciais e de entrevistas com os moradores do Conjunto Residencial Salvador. Tem como **objetivos específicos**: (01) Descrever a morfologia das unidades habitacionais do Conjunto Residencial de Salvador, através das seguintes variáveis analíticas da sintaxe espacial: profundidade, integração, distributividade, simetria e conectividade; (02) Descrever a configuração espacial (morfologia) dos conjuntos habitacionais modernistas de interesse social: Mendes de Moraes (RJ) e Armando de Arruda (SP), exclusivamente através das variáveis analíticas da metodologia da sintaxe espacial descritas no item anterior; (03) Identificar um padrão morfológico comum (genótipo) na amostra das unidades habitacionais analisadas, descrevendo as consistências espaciais do setor de serviço e o seu reflexo nas relações da divisão sexual do trabalho; (04) Comparar apenas os dados das variáveis analíticas da metodologia da sintaxe espacial das unidades habitacionais do Conjunto Residencial Salvador com as informações obtidas nas entrevistas dos grupos familiares residentes no Conjunto Residencial de Salvador.

Você está sendo convidado(a) a participar em razão de sua aproximação com o tema de estudo, **não sendo obrigatória a sua participação**. Assim, **você tem plena**

autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Não haverá nenhum ônus ou penalização caso decida interromper ou desistir da participação.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas em arquivos digitais de acesso exclusivo da Pesquisadora e de sua orientadora. O material gravado, assim como a via da pesquisadora deste documento será armazenado em local seguro por 5 anos, conforme Resolução 466/2012. **A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa**, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A entrevista semi-estruturada, será realizada exclusivamente com os moradores do Conjunto Residencial Salvador, a partir de roteiro orientador de caráter parcial, **podem ser captadas em mais de uma sessão, caso seja necessário (prevista para realização em aproximadamente 60 minutos** e configuram uma técnica-método de abordagem participativa e dialógica. A aplicação das entrevistas será realizada em horário previamente acordado com o(a) senhor(a). Durante os procedimentos, caso o(a) senhor(a) se sinta desconfortável em participar ou responder a alguma pergunta, poderá recusar-se a participar e estará livre para deixar o estudo sem qualquer prejuízo.

Esta pesquisa não oferece riscos à saúde física de participantes, sendo possível, no entanto, riscos de natureza psicológica e emocional. **Poderá interromper a entrevista a qualquer tempo e/ou deixar de responder perguntas que considere danosas ao seu bem-estar.** A pesquisadora responsável por este estudo estará atenta e procurará minimizar os riscos ao manter a privacidade no momento da entrevista, além de garantir o esclarecimento, em linguagem acessível, de quaisquer dúvidas sobre a natureza da pesquisa, antes e durante o curso deste estudo.

É necessário frisar ainda que todos os cuidados serão tomados para garantir a confidencialidade das informações pessoais do(a) senhor(a). Informamos ainda que somente a discente e as orientadoras terão acesso aos dados e estes serão arquivados em computadores protegidos com ferramentas, que limitam o acesso de usuários não autorizados. O benefício deste estudo, graças à sua participação, é possibilidade de um maior entendimento das relações entre a produção habitacional de interesse social e a

divisão sexual do trabalho. Uma vez que o presente estudo servirá como fonte de análise e discussão para profissionais de arquitetura, acadêmicos e orientará leigos que busquem conhecimentos acerca da produção arquitetônica e relações de gênero.

Ao decidir participar deste estudo, o(a) senhor(a) está ciente que:

1. Caso não se sinta à vontade com alguma questão da entrevista, poderá deixar de respondê-la, sem qualquer prejuízo; sendo devolvidas anotações até então realizadas, sem que sofra qualquer penalização ou prejuízo (Res. 466/12 CNS/MS);
2. As informações fornecidas e os resultados da pesquisa serão divulgados, em etapas futuras, em banco de dissertações da UFBA, trabalhos científicos- acadêmicos, palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e na dissertação/tese e sua identificação será mantida em sigilo;
3. Devido ao caráter confidencial, as informações serão utilizadas apenas para a finalidade desse estudo e, após gravação sob seu consentimento, serão transcritas e devidamente guardadas e trabalhadas pela investigadora por até cinco anos;
4. Sua participação não lhe gerará nenhum custo financeiro (caso tenha alguma despesa em decorrência da entrevista, ela será ressarcida), não havendo qualquer tipo de bônus pela participação.
5. Autoriza a utilização da sua imagem e som de voz, sabendo que não haverá divulgação da sua imagem, nem som de voz, por qualquer meio de comunicação, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas acima.

Este documento será assinado em duas vias, sendo que você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com rubrica em todas as páginas e assinatura na página final.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética responsável pela análise desta pesquisa**. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos

humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade. **Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do participante: CEPEE.UFBA - Rua Augusto Viana S/N, Campus do Canela, CEP 40110-060. Telefone: 3283-7615, e-mail: cepee.ufba@ufba.br.**

Em caso de dúvida ou qualquer outra necessidade de comunicação relacionado ao tema poderá entrar em contato com a Profa. Dra. Alda Britto da Motta, pelo telefone (71) 3283-6447 ou para a mestranda Larissa Nunes Sena Gomes, pelo telefone (71) 9 9396-7651 e e-mail larissa.nsenag@gmail.com para maiores esclarecimentos.

Diante das explicações acima, eu, _____, portadora de Cédula de Identidade nº _____ aceito voluntariamente o convite de participar deste estudo, estando ciente de que estou livre para desistir de colaborar com a pesquisa em qualquer momento, sem que isso sinalize qualquer prejuízo.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios desta pesquisa e concordo em participar, autorizando a utilização das informações fornecidas por mim em trabalhos científicos-acadêmicos e a gravação de minha entrevista, **ressalvando o desejo de que a minha identidade () seja / () não seja mantida em sigilo** nos trabalhos produzidos a partir da minha entrevista.

Salvador/BA, _____ / _____ / _____.

Participante:

R.G. nº.:

Assinatura da pesquisadora

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

ROTEIRO ORIENTADOR PARA ENTREVISTA COM MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL SALVADOR QUE ACOMPANHARAM O PROCESSO DE FUNCIONAMENTO DA LAVANDERIA COLETIVA ATÉ SUA DESATIVAÇÃO

Nome Participante: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____

Religião: _____ Autodeclaração: _____

Grau de instrução: _____ Data da entrevista: _____

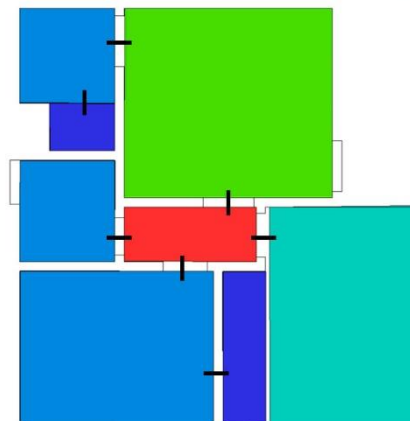
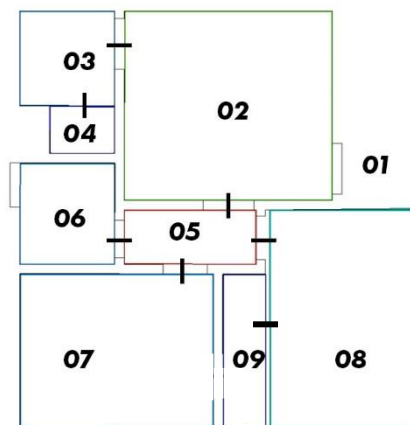
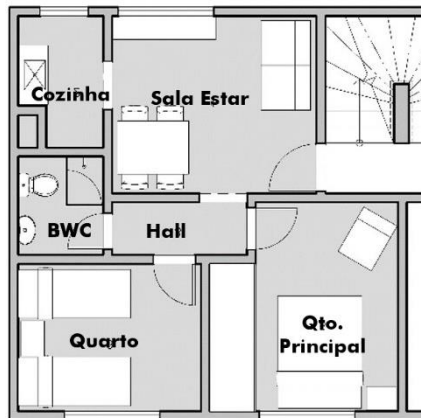
- a) Há quanto tempo você mora no Conjunto Residencial Salvador? Você chegou a acompanhar o funcionamento da lavanderia coletiva?
- b) Você se recorda como funcionava a lavanderia?
 - quem utilizava e por quanto tempo? descreva como era um dia comum na lavanderia;
- c) Como foi o processo de adaptação da sua rotina e do seu apartamento após a desativação da lavanderia coletiva?
- d) Você se recordar quanto tempo costumava passar em casa, tirando o tempo de dormir?
 - num dia comum / num fim de semana
- e) Quais eram principais atividades que você fazia em um dia comum?
 - descreva as atividades; /descreva o ambiente onde elas aconteciam;
- f) Quais as principais atividades que você desenvolvia num final de semana?
 - descreva as atividades; / descreva o ambiente onde elas aconteciam;
- g) Você se recorda de algum momento em que todos (ou a maioria) dos habitantes se reuniam? Para quê?
 - descreva a atividade; / descreva o ambiente onde isso acontecia.
- h) Descreva os espaços que eram mais usados para receber visitantes, por que esses espaços?

IDENTIFICAÇÃO DOS HABITANTES

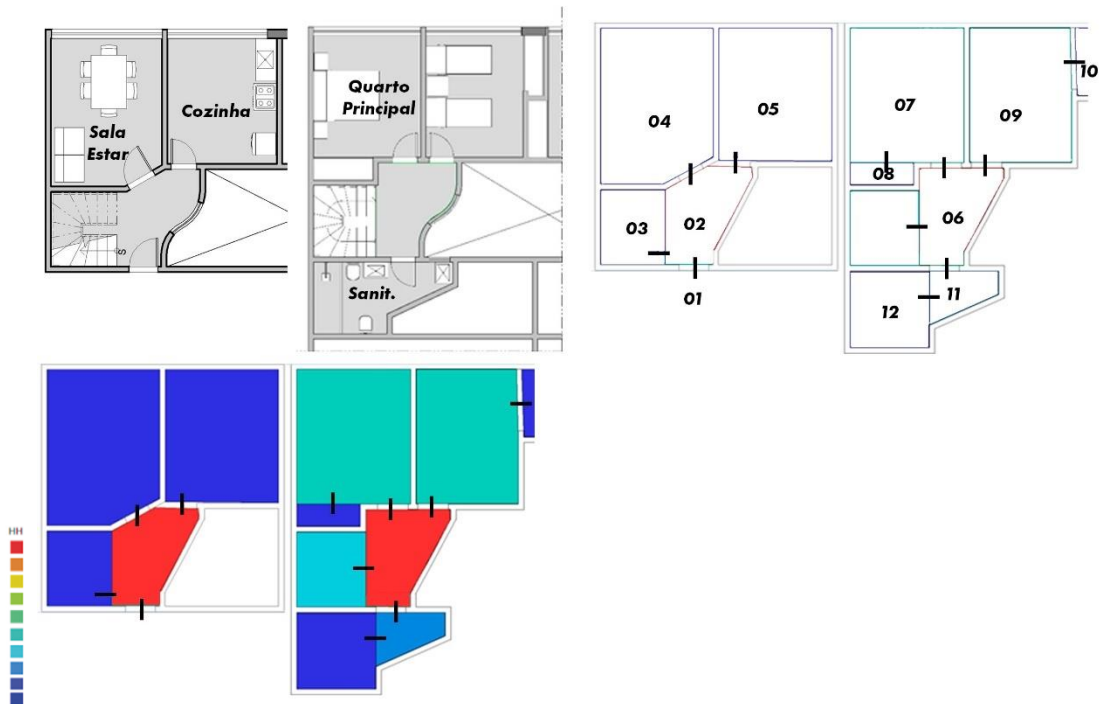
- i) Nº de habitantes que residiam na época: _____
- j) Nº de adultos (acima de 18 anos): _____
- k) Nº de crianças (abaixo de 12 anos): _____
- l) Quantos trabalhavam (ocupação remunerada) na época: _____
- m) Renda familiar mensal da época: _____ salários mínimos

APÊNDICE C – Plantas Baixas e Mapas Convexos

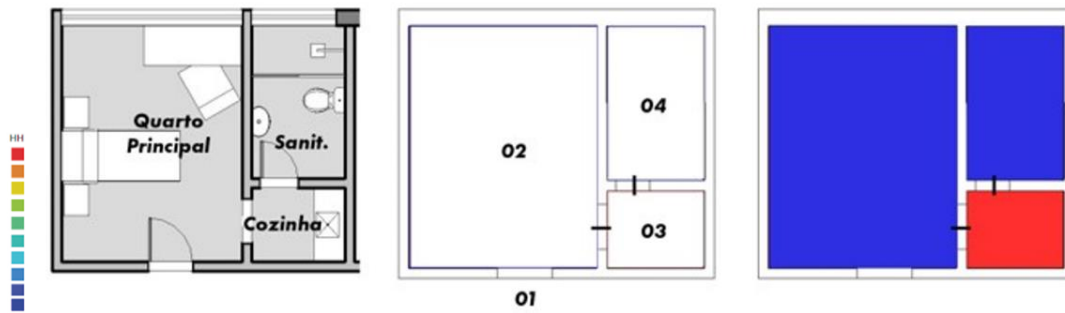
Célula “M” – IAPI



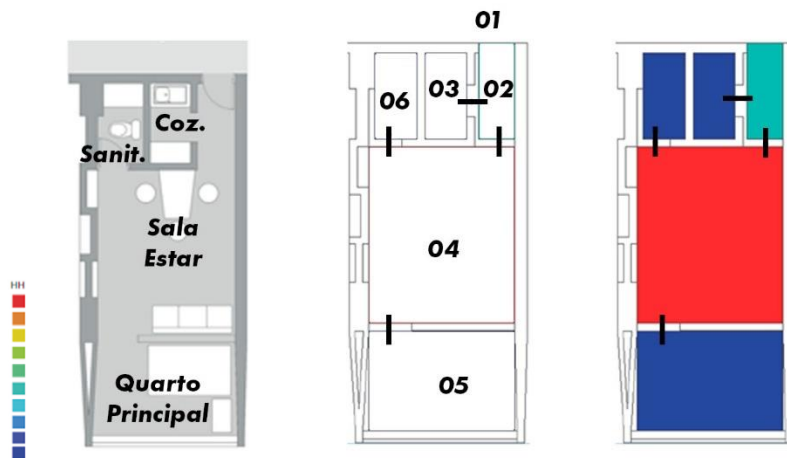
Célula “D” – Japurá



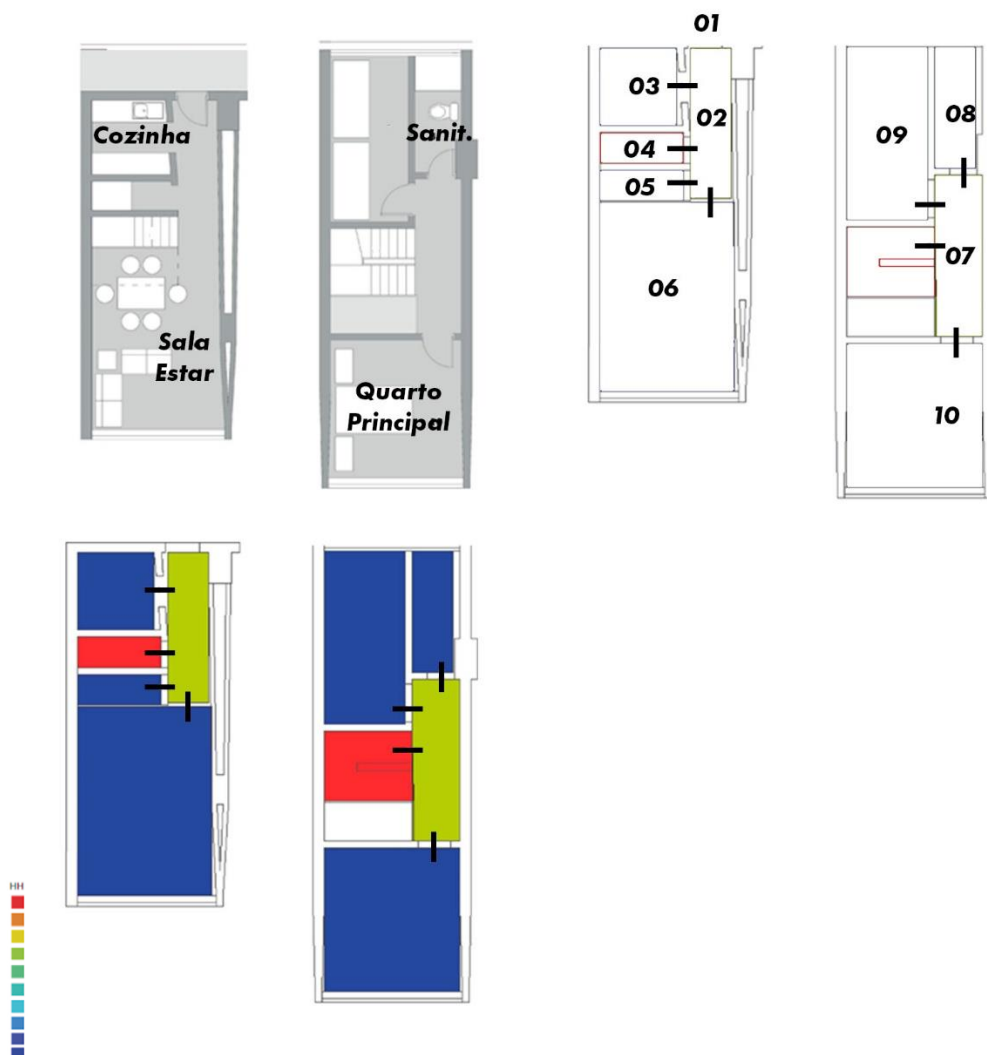
Célula “Q” – Japurá



Célula “Q” – Pedregulho

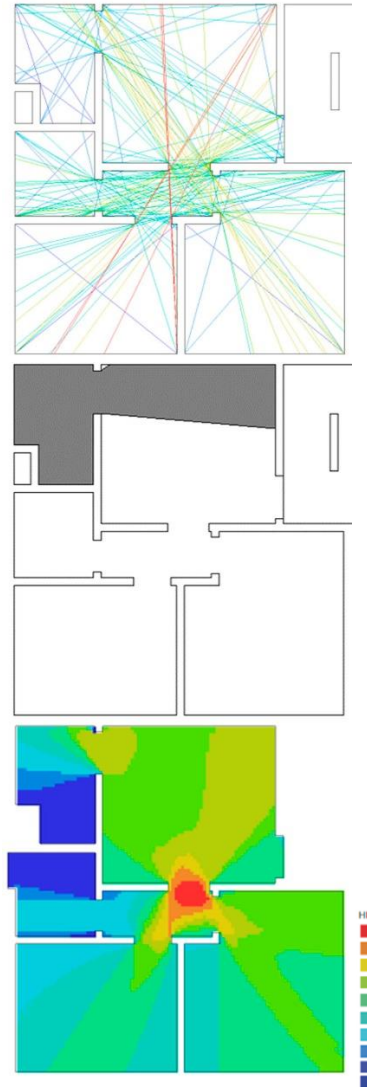


Célula “D” – Pedregulho

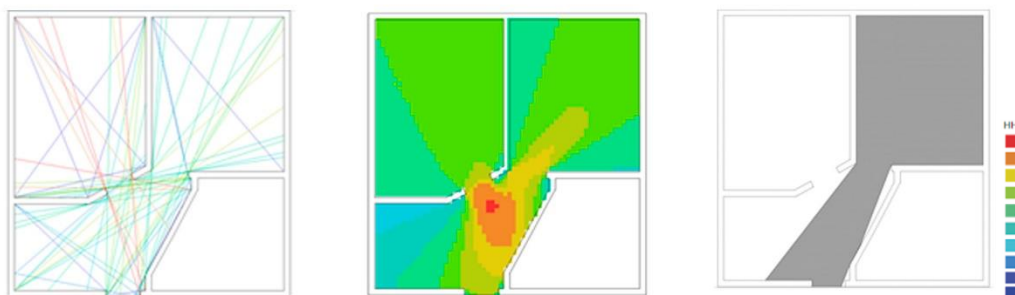


APÊNDICE D – Mapas Axiais, VGAs e Isovistas

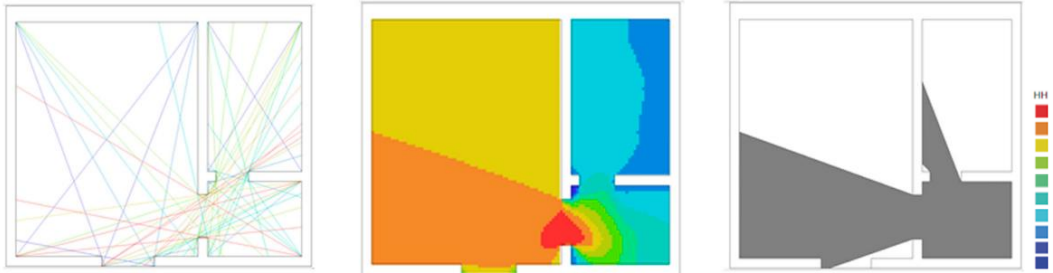
Célula “M” – IAPI



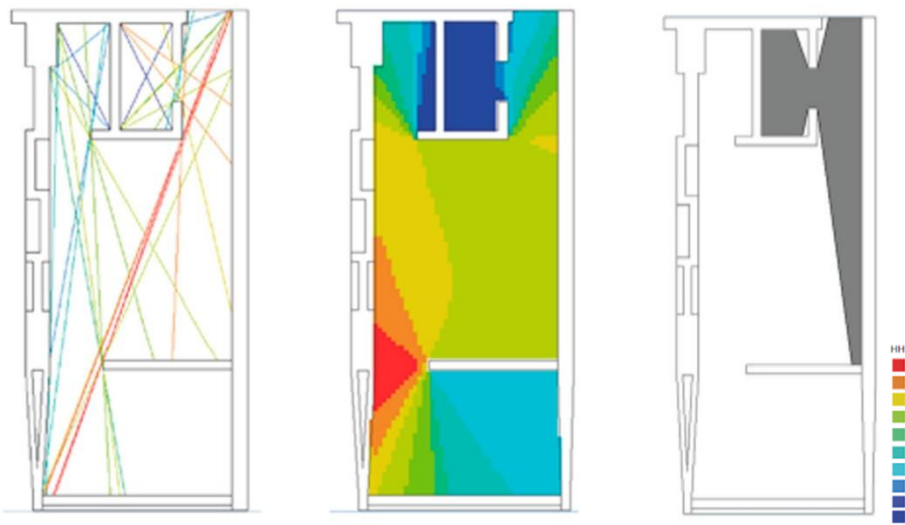
Célula “D” – Japurá



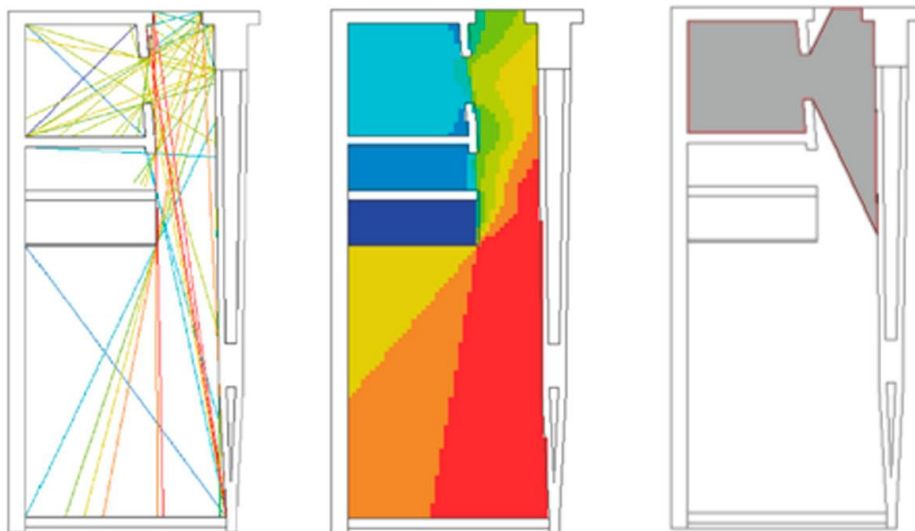
Célula “Q” – Japurá



Célula “Q” – Pedregulho

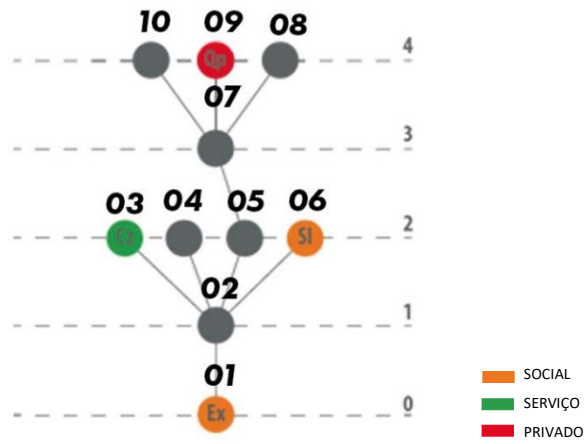


Célula “D” – Pedregulho



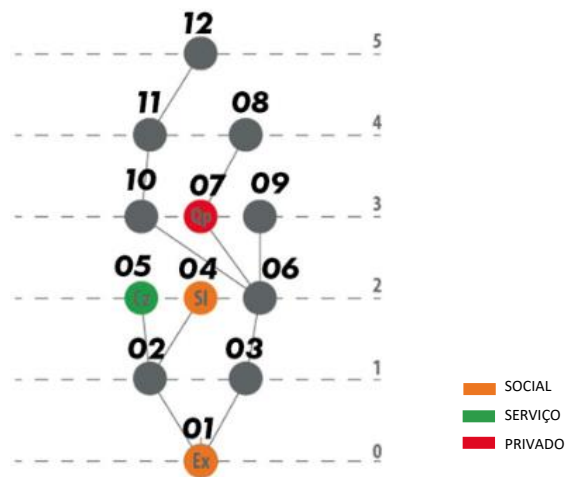
APÊNDICE E – Grafos Justificados

Célula “M” – IAPI



Legenda: Sl: Sala Estar | Qp: Quarto Principal | Cz: Cozinha | E: Exterior

Célula “D” – Japurá



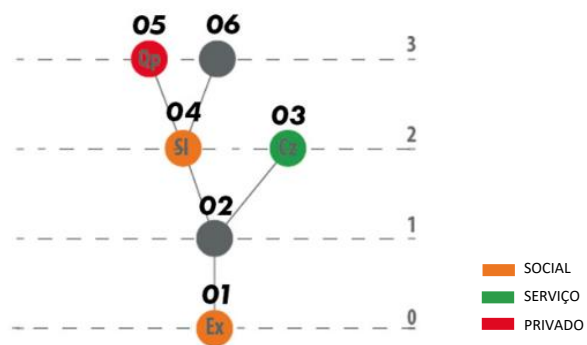
Legenda: Sl: Sala Estar | Qp: Quarto Principal | Cz: Cozinha | E: Exterior

Célula “Q” – Japurá



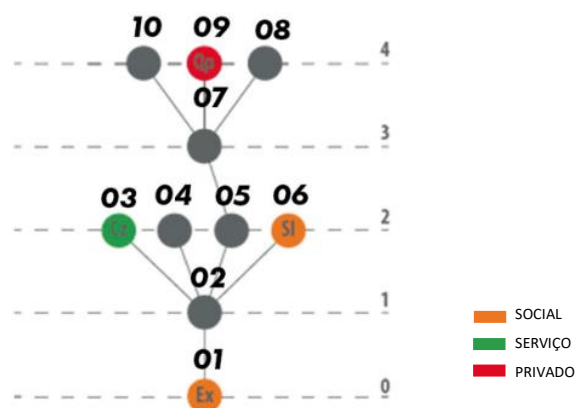
Legenda: Sl: Sala Estar | Qp: Quarto Principal | Cz: Cozinha | E: Exterior

Célula “Q” – Pedregulho



Legenda: Sl: Sala Estar | Qp: Quarto Principal | Cz: Cozinha | E: Exterior

Célula “D” – Pedregulho



Legenda: Sl: Sala Estar | Qp: Quarto Principal | Cz: Cozinha | E: Exterior

ANEXOS

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa

UFBA - ESCOLA DE
ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O avesso do espaço doméstico modernista: Divisão sexual do trabalho e a produção habitacional de interesse social

Pesquisador: LARISSA NUNES SENA GOMES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 26666419.2.0000.5531

Instituição Proponente: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.902.321

Apresentação do Projeto:

O trabalho tem como tema "a influência de cozinhas e lavanderias coletivas, em conjuntos habitacionais de interesse social, na divisão sexual do trabalho, a partir de análises das plantas das unidades residenciais e de entrevistas com os moradores."

Objetivo da Pesquisa:

"O objetivo do estudo é compreender a influência de cozinhas e lavanderias coletivas, em conjuntos habitacionais de interesse social, na divisão sexual do trabalho, a partir de análises das plantas das unidades residenciais e de entrevistas com os moradores."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Esta pesquisa não oferece riscos à saúde física de participantes, sendo possível, no entanto, riscos de natureza psicológica e emocional. Poderá interromper a entrevista a qualquer tempo e/ou deixar de responder perguntas que considere danosas ao seu bem-estar. A pesquisadora responsável por este estudo estará atenta e procurará minimizar os riscos ao manter a privacidade no momento da entrevista, além de garantir o esclarecimento, em linguagem acessível, de quaisquer dúvidas sobre a natureza da pesquisa, antes e durante o curso deste estudo."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa que investiga "a divisão sexual do trabalho e a produção habitacional de interesse social" em três conjuntos habitacionais.

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

Bairro: Canela

CEP: 41.110-060

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-7615

Fax: (71)3283-7615

E-mail: cepee.ufba@ufba.br

**UFBA - ESCOLA DE
ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA**



Continuação do Parecer: 3.902.321

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os Termos foram apresentados.

Recomendações:

Envio de relatórios parcial e final para este CEP, via notificação na Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Protocolo de pesquisa que atende os preceitos éticos. Sugere-se parecer de aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Colegiado homologa parecer de aprovação emitido pelo relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1440467.pdf	13/02/2020 13:47:29		Aceito
Outros	16_ROTUIRO_PESQUISA_MODIFICADO.pdf	13/02/2020 13:40:47	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	17_DECLARACAO_COMPROMISSO_PESQUISADORA_MODIFICADO.pdf	13/02/2020 13:37:59	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	15_TCLE_MORADOR_MODIFICADO.pdf	13/02/2020 13:36:13	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito
Brochura Pesquisa	14_BROCHURA_MODIFICADO.pdf	13/02/2020 13:31:17	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	13_PROJETO_PESQUISA_MODIFICADO.pdf	13/02/2020 13:10:25	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	01_TERMOS_AUTORIZACAO_PROPONENTE_MODIFICADO.pdf	13/02/2020 13:09:38	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito
Cronograma	10_CRONOGRAMA_DO_PROJETO_MODIFICADO.pdf	13/02/2020 13:07:35	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito
Outros	00_CARTA_RESPOSTA.pdf	13/02/2020 13:07:02	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	04_TERMOS_CONFIDENCIALIDADE.pdf	05/12/2019 10:19:02	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	07_DECLARACAO_INICIO_APOS_APROVACAO.pdf	05/12/2019 10:16:40	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	12_DECLARACAO_CONCORDANCIA.pdf	05/12/2019 10:16:29	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

Bairro: Canela

CEP: 41.110-060

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-7615

Fax: (71)3283-7615

E-mail: cepee.ufba@ufba.br

UFBA - ESCOLA DE
ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 3.902.321

Orçamento	10_ORCAMENTO_DO_PROJETO.pdf	20/11/2019 13:00:29	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito
Folha de Rosto	06_FOLHA_DE_ROSTO.pdf	20/11/2019 12:54:41	LARISSA NUNES SENA GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 06 de Março de 2020

Assinado por:

**Daniela Gomes dos Santos Biscarde
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Canela **CEP:** 41.110-060
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 **Fax:** (71)3283-7615 **E-mail:** cepee.ufba@ufba.br